

ADAIL UBIRAJARA SOBRAL

**ELEMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DE
GÊNEROS DISCURSIVOS:
A FASE “PARASITÁRIA” DE UMA
VERTENTE DO GÊNERO DE AUTO-AJUDA**

Doutorado

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da
Linguagem**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SÃO PAULO

2006

ADAIL UBIRAJARA SOBRAL

**ELEMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DE
GÊNEROS DISCURSIVOS:
A FASE “PARASITÁRIA” DE UMA
VERTENTE DO GÊNERO DE AUTO-AJUDA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Profa. Dra. Elisabeth Brait.

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

AGRADECIMENTOS

Se todo texto advém das relações dialógicas que os nele envolvidos entretêm, uma tese o faz em medida ainda maior, mormente quando nascida no âmbito de um grupo dialógico como o é o “círculo braitiano” e todos os que com ele se vinculam. São tantos os “outros” constitutivos presentes a este trabalho que as omissões são reconhecidamente inevitáveis.

Ao Divino, que, chamado ou não chamado, sempre esteve presente a todas as enunciações, mesmo nos extremos do silêncio ou do ruído ensurdecador, na qualidade de paradigma de tudo aquilo que o humano é capaz de realizar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Elisabeth Brait, cujo apoio, amizade e carinho, e cuja dedicação a esta e a outras causas comuns, foram sempre um presumido constitutivo. Considero um grande privilégio tê-la como leitora exigente e generosa, que sempre colaborou para evitar que eu tratasse de “Deus e sua época” e para não deixar de tratar daquilo que “o corpus fala”.

Aos Professores Doutores Sírio Possenti (UNICAMP), Roxane Rojo (PUC-SP/UNICAMP) e José Luiz Fiorin (USP), pela amizade com que me têm agraciado e pelas fundamentais sugestões que fizeram nos exames de qualificação de que participaram.

A Stela, companheira de tantos anos, que mesmo em meio a tempestades me ajudou a ver profundezas de cuja existência eu sequer desconfiava, e pela leitura “exotópica” que revelou aquilo que o “endotópico” não pode ver.

Aos Professores Doutores Marília Amorim (Paris VIII), Irene Machado (PUC-SP), José Luiz Fiorin (USP), Anna Rachel Machado (PUC-SP), Maria Adélia Ferreira Mauro (Faculdades Oswaldo Cruz) e Fernanda Liberali (PUC-SP), por aceitarem participar de minha banca.

Aos Professores Doutores Maria Cecília Souza-e-Silva (PUC-SP), Daniel Faïta (IUFM Marseille/Aix en Provence) e Dominique Maingueneau (Paris XII), pelos

comentários que fizeram sobre partes do trabalho que levei a seu conhecimento – e pela tolerância diante de minhas impertinências.

À Professora Doutora Marília Amorim, pela amizade com que me tem agraciado, que lhe permitiu entender sempre minha “nervosidade”, por seus utilíssimos comentários sobre partes e aspecto da tese, e por me ter alertado para as “sínteses sucessivas” com que tento pôr o universo num grão de mostarda.

Ao Professor Doutor José Luiz Fiorin (USP), pela grande amizade que nos une há tantos anos e por ter sido sempre, com seu rigor e atenção à minha “lingüística de esquerda”, uma alavanca que me tem feito, não mover o mundo, mas movimentar parte do ambiente acadêmico.

À Professora Doutora Anna Rachel Machado, por me ter considerado o “gênero” de gente que mora em seu coração e pelas oportunidades que me deu de conhecer, revisar e traduzir textos de alto nível e de entrar em contato com pesquisadores consagrados.

Ao Professor Doutor Luiz Antônio Marcuschi, pelas tantas conversas, faladas e escritas, muitíssimo esclarecedoras, a par de bastante agradáveis.

Aos grandes amigos e colegas de turma Paulo Roberto Stella, Rosineide Melo e William Cereja, sem cuja colaboração, material e espiritual, eu não teria elaborado esta tese, nem permanecido no curso. No momento da tormenta, eles me acolheram sem nada pedir em troca a não a amizade. Espero ter feito jus ao seu empenho.

A Simone Padilha, amiga em todos os momentos, das tormentas à glória, que me fez aprender a receber dádivas, mesmo quando eu não me julgava merecedor delas e que sempre insistiu que eu fosse teoricamente didático.

A Anselmo Lima, meu “filho” por afinidade, pelo amor que me tem dedicado e me permitido dedicar, bem como pela atenção a textos meus que me fez voltar a ver como problemático o que eu julgava pacífico. A Vera, sua mulher, por me ter aceito incondicionalmente como “sogro” posticho.

Aos colegas Andréa de Melo, Monica Eboli, Maria Inês Campos e Mauro Alves da Costa pela amizade e atenção que me dedicaram por todo o tempo de nossas atividades conjuntas, bem como pelas questões levantadas quando da apresentação de meu projeto original.

À Professora Doutora Aglael Gama Rossi, pela amizade e por toda a dedicação e paciência quando da “montagem” do XIV InPLA.

Ao amigo Marcos Marcionilo, que sempre acreditou em meu potencial, como pessoa, como tradutor, como autor e como pesquisador.

A todos os professores do LAEL, que conviveram com minha condição de tempestuoso “gênero” em formação.

A Geralda de Lourdes Rocha Pereira e Letícia Kayano, grandes amigas e colegas sem as quais alguns importantes empreendimentos acadêmicos em que estive envolvido não teriam dado bons frutos.

A Any Barcellos, Mauricio Érnica, Maria Otilia Guimarães Ninin, Mona Mohamad Hawi, Val Fuga, Cida Caltabiano, Laura Figueiredo, Andréa Alencar, Telma Gimenez, Urbano Nojosa e Danie de Jesus, por toda a amizade, colaboração e apoio.

A Rosa Maria Nechi, professora da UNIR, pela atenção a algumas de minhas interrogações pessoais e intelectuais, em momentos fundamentais. Seu olhar prático serviu de contraponto a meus devaneios teóricos.

À Professora Doutora Catherine Bárbara Kempf, amiga “virtual” que me mostrou que em escritos meus o conhecido e o inédito tentavam criar laços para fundar algo novo.

A tantos outros colegas de pós-graduação do LAEL e da graduação em Letras que sempre me acolheram com muito boa vontade, como a Neco, o Isaac, a Ingrid e a Soluá.

A Maria Lúcia, Zan, Paulo, Ricardo, Márcia e Paulinho, mais que funcionários do LAEL/PUC-SP, amigos sempre dispostos a dar de si para garantir o bom funcionamento das coisas.

À Profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros (Universidade Mackenzie), minha cuidadosa orientadora de Mestrado, por ter sido a primeira a acreditar que livros de auto-ajuda constituem um legítimo objeto de estudo.

A todos os membros do Grupo de Estudos Semióticos da USP (GESUSP) por todas as oportunidades que me foram concedidas de propor diálogos entre a Semiótica Greimasiana, as teorias de Maingueneau e as propostas do Círculo de Bakhtin.

Ao Marquinhos, da Banca GV, da Avenida Nove de Julho, por sua grande curiosidade e vontade de saber, e seu tom avaliativo, que me fizeram querer dizer algo sobre as coisas de maneira clara e prática.

Ao CNPq, pela Bolsa de Estudos que me foi concedida durante sete dos oito semestres do doutorado.

A todas as outras pessoas e entidades que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o desenvolvimento do conceito bakhtiniano de gênero discursivo tanto em termos teóricos como mediante a proposição de uma metodologia de estudo do gênero discursivo que busca abarcar os três planos que com ele se articulam – o do texto, o do discurso e o da esfera de atividades – em seus aspectos de produção, circulação e recepção, destacando assim a centralidade das relações enunciativas na criação de sentidos no discurso. Em termos teóricos, enfatiza o trabalho arquitetônico-autoral envolvido na produção do discurso e em sua inserção “genérica”, buscando com isso resgatar o conceito de gênero da redução ao plano composicional, temático e estilístico. De cunho translingüístico e transdisciplinar, busca englobar no estudo do gênero os planos lingüístico, textual e discursivo, numa proposta de análise discursiva “pura”, percorrendo algumas das principais teorias do texto, do discurso e do gênero, bem como áreas como a psicanálise, a filosofia, a geo-história, a semiótica greimasiana e os estudos religiosos. Seu objeto são as estratégias inter-genéricas mediante as quais a vertente psico-cósmica do gênero de auto-ajuda, em seu sentido de livros que propõem regras de comportamento em geral, vem se formando como gênero, examinando com esse fim 4 livros da vertente estudada, a par de levar em conta não apenas vários livros das várias vertentes do gênero como também algumas “réplicas” de gêneros “parasitados”, incluindo livros que se apropriam de recursos usados pela vertente em questão. Propõe a noção de “fase parasitária” dos gêneros a fim de descrever a apropriação das formas composicionais dos gêneros “parasitados” pela vertente estudada e do avanço na direção de apropriar-se das próprias formas arquitetônicas destes, para seus próprios fins, o de criar uma comunidade discursiva “alternativa”, de auto-ajuda, em oposição às de “hetero-ajuda”, isto é, a corrente principal da ajuda, e em oposição a outras vertentes ditas de auto-ajuda. Para demonstrar que essa vertente está em formação, examina sua falta de articulação e de autonomia “genérica” por meio do estudo das maneiras como ela procura apropriar-se dos componentes dos gêneros que assimila ou com os quais entra em confronto (tendo destaque os gêneros do aconselhamento psiquiátrico/psicológico, o das regras pragmáticas do “bem viver” e o do consolo religioso) com vistas a ocupar o espaço discursivo destes, tendo os livros da

vertente uma roupagem pragmática típica da sociedade em que nasceram, o que também constitui uma forma de apropriação do “gênero do outro”. É examinada igualmente a possibilidade de a noção de “fase parasitária” ser aplicável aos gêneros em formação de modo geral, independentemente das especificidades de cada processo de formação, mas levando-os na devida conta.

ABSTRACT

This work aims to develop the Bakhtinian concept of discursive genre both in theoretical terms and by means of a proposal of a methodology of study that seeks to take into account the three plans articulated with it - text, discourse and the sphere of activities, in its aspects of production, circulation and reception – emphasizing thereby the centrality of enunciative relations in the creation of discursive sense. In theoretical terms, the work emphasizes the architectonic-authorial work of discourse production and discourse's "generic" insertion, aiming to rescue the concept of genre of the reduction to the compositional, thematic and stylistic plans. A translinguistic and transdisciplinary research, it seeks to integrate in the study of genre the linguistic, textual and discursive levels, in a proposal of a "pure" discursive analysis, covering some of the main theories of text, of discourse and genre, as well as areas such as psychoanalysis, philosophy, geo-history, the Greimasian semiotics, the discourse analysis of Maingueneau and religious studies. The work's object are the inter-generic strategies by means of which the psycho-cosmic modality of self-help genre, in their sense of books directed to propose behavior rules in general, is now forming itself as a genre, and examines with this aim 4 books of the studied modality, along with some books of the other modalities of the genre as well as some "responses" from the "parasited" genres, including books that appropriate resources used by the modality in question. It proposes the notion of "parasitary phase" of genres in order to account for the appropriation of the compositional forms of the "parasited" genres by the modality studied and this latter advances in the direction of having its own architectonic forms, for their own ends, the creation of an "alternative" discursive community, of self-help, in opposition to the ones of "hetero-help", that is, stemming from mainline help professions, as well as other alleged modalities of self-help. To demonstrate that this modality is in formation, the work examines its lack of unity and "generic" autonomy by means of the study of the ways it seeks to make his own the components of the genres that it assimilate or with which it enters in conflict (especially the genres of the psychiatric and psychological counseling, the ones that propose pragmatic rules for a "good life" and the ones linked to religious consolation), directed as it is to take up these latter's discursive space. The books from the studied modality has a pragmatic "face" typical of the society they had been born into,

something that also constitutes a way of appropriation of the "genre of the other". The possibility that the notion of "parasitary phase" be applicable to genres in formation in general is equally examined, independently of the specificities of each process of formation, but taking them into account.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but le développement du concept bakhtinien de genre de discours en termes théoriques et moyennant la proposition d'une méthodologie d'étude qui considère l'intégration des trois instances qui y s'articulent — le texte, le discours et la sphère d'activités, dans ses aspects de production, circulation et réception, ce qui accentue le rôle vital des relations énonciative dans la création du sens discursif. En termes théoriques, il souligne le travail architectonique que fait l'auteur dans la production du discours et son insertion "générique". La recherche a pour but sauvegarder le concept de genre de la réduction à les plans compositionnel, thématique et stylistique. De nature translinguistique et transdisciplinaire, il cherche à englober dans l'étude du genre les plans linguistique, textuel et discursive, proposant une analyse discursive "pure", examinant les principales théories du texte, du discours et du genre, aussi bien que des disciplines comme la psychanalyse, la philosophie, la géohistoire, la sémiotique greimasienne, la théorie du discours de Maingueneau et les études religieuses. Il a pour objet les stratégies intergénériques au moyen de lesquelles la tendance psycho-cosmique du genre de « self-help », c'est à dire, des ouvrages qui proposent des règles de comportement en général, s'installe comme genre, et il examine plus directement 4 livres de la tendance étudiée, mais aussi quelques livres d'autres tendances du genre et des "répliques" des genres parasités, y compris des livres qui s'approprient des ressources utilisées par la tendance en question. Il offre la notion de « phase parasitaire" des genres pour décrire l'appropriation des formes compositionnelles des genres "parasités" par la tendance étudiée et son marche dans le sens d'appropriation des formes architectoniques de ces derniers, pour créer une communauté discursive « alternative», communauté de « self-help », opposée à celle d' « hétéro-help », c'est-à-dire, la communauté d'aide plus instituée, et s'opposant à d'autres tendances dites de « self-help ». Pour démontrer que cette tendance est en formation, le travail examine son manque d'unité et d'autonomie "générique" au moyen de l'étude des manières par lesquelles cette tendance cherche à s'approprier des composants des genres que sont assimilés ou confrontés (notamment genres de conseillement

psychiatrique/psychologique, des règles pragmatiques du "bon vivre" et les consolations religieuses) ayant pour but l'occupation de l'espace discursive de ces derniers, et il sont des livres qui présentent une attitude pragmatique typique de la société où ils sont nés, ce qui constitue également une forme d'appropriation du « genre de l'autre ». Le travail discute aussi la possibilité d'appliquer la notion de « phase parasitaire » à tout genre en formation, indépendamment des spécificités de chaque processus de formation, mais en les considérant.

RESUMEN

Este trabajo se propone a desarrollar el concepto bakhtiniano de género discursivo en términos teóricos y de promedio la propuesta de una metodología de estudio del género discursivo que englobe los tres niveles que convergen en ella – el texto, el discurso y la esfera de actividades, – en sus aspectos de producción, circulación y recepción, acentuando la centralidad de las relaciones enunciativas en la creación del sentido discursivo. Del punto de vista teórico, acentúa el trabajo arquitectónico-autoral implicado en la producción del discurso y su inserción "genérica", buscando con esto rescatar el concepto de género de la reducción a los niveles composicional, temático y estilístico. Translingüístico y transdisciplinar, pretende englobar en el estudio de la clase los planes lingüísticos, literal y discursivo, en una oferta del análisis "puro" del discursiva, cubrir algunas de las teorías principales del texto, del discurso y de la clase, bien así áreas como el psicoanálisis, la filosofía, la geo-historia, la semiótica greimasiana, la teoría de discurso de Maingueneau y los estudios religiosos. Su objeto son las estrategias intergenéricas por medio de las cuales la vertiente psico-cósmica del género de auto-ayuda, libros que proponen reglas de comportamiento en general, viene se formando como género; con esa meta, examina 4 libros de la de la vertiente estudiada, considerando también algunos libros considerados del género y algunas "réplicas" de los géneros parasitados, incluyendo libros que se apropian de recursos usados por la vertiente estudiada. El trabajo propone la noción de "fase parásita" de género para describir la apropiación de las formas de composición de los géneros "parasitados" por la tendencia estudiada y la evolución en dirección a asumir las propias formas arquitectónicas de éstos, para sus fines específicos, la creación de una comunidad discursiva, "alternativa" de autoayuda, opuesta a las de la "heteroayuda", es decir, la comunidad establecida de ayuda, e en oposición a otras vertientes dichas de la autoayuda. Para demostrar que esta vertiente está en formación, examina su carencia de articulación y autonomía "genérica" por medio del estudio de las maneras como busca apoderarse de los componentes de los géneros que asimilan o con los cuáles entran en confronto (destacándoselos géneros de las

recomendaciones psiquiátricas/psicológicas, de proposición de reglas pragmáticas del "buen vivir" y de la consolación religiosa) con vistas a ocupar el espacio discursivo de éstos, teniendo los libros de la vertiente un ropaje pragmático típico de la sociedad donde han nacido, lo que también constituye una forma de apropiación del "género del otro". El trabajo examina posibilidad de la noción de la "fase parásita" ser aplicable a todo género en formación independientemente de las especificidades de cada proceso de formación, pero tomándolas en cuenta.

SUMÁRIO

Introdução	1
<i>Algumas Distinções Conceituais</i>	8
<i>Distribuição dos capítulos</i>	13
Capítulo 1 – Parâmetros	17
1.1 Bases gerais do estudo	18
1.1.1 <i>O fenômeno estudado</i>	18
1.1.2 <i>Elementos para a formulação de hipóteses</i>	29
1.1.3 <i>Breve notícia de alguns estudos sobre auto-ajuda</i>	35
1.2 Objetivos, perguntas de pesquisa, bases metodológicas	38
1.2.1 <i>Objetivos de Pesquisa</i>	40
1.2.2 <i>Perguntas de Pesquisa</i>	41
1.2.3 <i>Sumário Metodológico</i>	41
1.3 Procedimentos e etapas (ou níveis) de estudo	42
1.3.1 <i>O momento de “pré-análise”</i>	42
1.3.2 <i>Procedimentos</i>	47
1.3.3 <i>Etapas</i>	49
Capítulo 2 – Bases Teóricas para um Estudo do Ponto de Vista do Gênero	56
2.1 Considerações iniciais	56
2.2 Para uma análise de discurso: confrontos e propostas	57
2.3 Princípios para um estudo discursivo do ponto de vista do gênero	68
2.3.1 <i>Concepção geral</i>	
2.3.2 <i>Postulados</i>	69
2.3.3 <i>Marcos da análise</i>	70
2.4 O dialogismo do Círculo de Bakhtin e o estatuto do sujeito	72
2.5 Autor e estilo no Círculo de Bakhtin: breves considerações	80
2.6 O conceito de “contrato fiduciário” no âmbito da teoria greimasiana	87
2.7 Bases epistemológicas das teorias de Maingueneau	95

2.8 Sujeito e Sentido no Círculo de Bakhtin, em Greimas e em Maingueneau	101
À Guisa de Conclusão	111
Capítulo 3 – Gênero – Discurso - Texto	113
3.1 Um conceito e suas vicissitudes	119
3. 2 Do confronto nasce a resignificação	120
3.2.1 <i>Bakhtin segundo Bazerman e alguns pontos altos da proposta de Bazerman</i>	121
3.2.2 <i>Texto e Gênero segundo Marcuschi (2005) e indícios de um momento de transição</i>	127
3.3 A teoria do gênero discursivo do Círculo de Bakhtin	129
3.5 Gêneros Textuais ou Tipos de Textualização?	138
3.6 A fase parasitária do gênero de auto-ajuda: as estratégias de apropriação de gêneros por um gênero em formação	146
	149
Capítulo 4 – Uma proposta de exame do discurso com os olhos do gênero	156
4.1 Considerações Iniciais	156
4.2 Princípios de semiótica visual	159
4.3 A especificidade das capas e contracapas dos livros de auto-ajuda	160
4.3.1 <i>Capa e contracapa de Crise Espiritual</i>	166
4.3.2. <i>Capa e Contracapa de A Força da Paz Interior</i>	181
4.3.3 <i>Capa e Contracapa de O Crescimento Através da Crise Pessoal</i>	186
4.3.4 <i>Capa e Contracapa de Na Plenitude da Alma</i>	191
4.3.5 <i>Alguns elementos evocados pela análise</i>	197
4.4 Análise da seqüência de partes de um dos livros em termos de “percurso”	198
4.4.1 <i>O levantamento</i>	200
4.4.2 <i>Retomada analítica e interpretação</i>	206
4.5 Elementos voltados para uma conclusão	213

Capítulo 5 – Elementos sobre a Discursividade/Genericidade de Livros de Auto-Ajuda	219
5.1 Considerações Iniciais	219
5.2 Os sentidos de “auto-ajuda”: breve levantamento	222
5.3 Estudos sobre livros de auto-ajuda: uma multiplicidade de perspectivas	229
5.4 Notas para um “histórico” do gênero	233
Capítulo 6 – Fase Parasitária e Réplicas de Gêneros Parasitados	238
6.1 Considerações Iniciais	238
6.2 Cura, saúde perfeita, culpabilização	239
6.3 Auto-ajuda, liberalismo, irracionalismo, Nova Era	241
6.4 Réplicas de gêneros parasitados – ou “ninguém chuta cachorro morto”	245
6.5 O “contágio” de gêneros parasitados	250
6.6 Alguns dados estatísticos sobre “auto-ajuda” e outras designações relevantes	251
6.7 Considerações Finais	252
Conclusão – A Apropriação de Gêneros por um Gênero em Formação	254
Referências Bibliográficas	274

Não contemplo o mundo com meus próprios olhos nem a partir de meu íntimo; contemplo-me em vez disso com os olhos do mundo; acho-me possuído pelo outro. Não há aqui integração ingênua entre o extrínseco e o intrínseco. ...

BAKHTIN, 1943

Todo mundo se vale do olhar do outro, só que em outros planos, sem se dar conta sempre. E como não se pode nunca ver com os próprios olhos, somos todos um pouco cegos. Nós nos olhamos sempre com o olhar do outro, mesmo que seja aquele do espelho.

EVGEN BAVCAR, 2003

Introdução

*Que par les corps qui sont au firmament
Humain esprit de soi puisse advenir
A prononcer les choses à venir,
Ou, si t'on peut par divine puissance
Du sort futur avoir la connaissance,
Tant que l'on juge en assuré discours
Des ans lointains la destinée et cours*

RABELAIS

Este trabalho faz uma proposta de análise dos *gêneros discursivos* da perspectiva da formação de gêneros, recorrendo com esse fim, ao examinar seu objeto específico, às noções de “intergenericidade” e de “fase parasitária” dos gêneros, tendo por objeto livros de uma vertente do gênero de auto-ajuda. Trata-se de uma proposta de inspiração bakhtiniana que explora as teorias do Círculo de Bakhtin com o objetivo de demonstrar que convergem para o conceito de *gênero discursivo* não apenas os conceitos de *forma composicional*, *tema e estilo*, costumeiramente citados em estudos de gênero, como também o conceito de *forma arquitetônica*, vinculado com a atividade autoral, de modo geral desdenhado, mais uma manifestação das vicissitudes da recepção e da circulação das teorias do Círculo no mundo ocidental.

A atividade arquitetônica autoral tem como base o que chamo, à falta de melhor expressão, de “relações interlocutivas” (ou “formas de interlocução”). Defino “relações interlocutivas” (ou “formas de interlocução”) como as estratégias específicas a que o locutor recorre – em sua relação necessária com o interlocutor e o objeto *em construção* no discurso – para propor a realização de um dado projeto enunciativo. Essas estratégias são empregadas por meio da mobilização de dispositivos enunciativos vinculados com um dado gênero, ou com certo número de gêneros e têm por *material* as *formas da língua* e as *formas de textualização*, e estas se vinculam com o gênero, a partir dessas relações interlocutivas, ou formas de interlocução”, mediante a formação de discursos, parte de discursividades (ou o discurso entendido como conjunto de discursos concretos). O texto é entendido

assim como *objeto material* em que se manifesta um dado *conjunto estruturado de formas da língua e formas de textualização* que convergem para os fins discursivos-genéricos de todo discurso dado.

Por conseguinte, o trabalho busca, de acordo com meu projeto enunciativo, resgatar – nos dois sentidos mais evidentes do termo e, – o conceito de *gênero discursivo* do estiolamento a que foi condenado ao ser considerado a partir de um dado momento (como tantos outros conceitos bakhtinianos) um presumido que, de tão inquestionado, perdeu por completo o sentido e que, paradoxalmente, ao ser considerado em seguida passível de adquirir qualquer sentido, foi reduzido a notas de pé de página ou a citações no corpo de textos, que, pago o tributo de indicar sua origem, em geral um único texto do Círculo de Bakhtin, notas de arquivo não editadas, esquecem-se, muitas vezes por completo, de suas virulentas e radicais implicações, para não mencionar sua grande produtividade.

Essas implicações se acham configuradas no fato de a obra de Bakhtin unir aspectos da obra de Kant, da fenomenologia de Husserl e do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, ao lado de elementos mais propriamente lingüísticos e discursivos, numa concepção de linguagem e de discurso/gênero sobremodo transdisciplinar, também ela uma totalidade arquitetônica que, se não propõe – tanto por razões históricas como por não ser esse seu objeto – uma metodologia aplicável *per se*, traz princípios passíveis de, evitando o teoreticismo que mata a singularidade e o empirismo que mata a generalidade, permitir uma proveitosa junção entre singularidade e generalidade, ou seja, o respeito à especificidade de cada discurso/gênero e a generalidade que faz dele membro da categoria *discurso/gênero*.

Senti-me levado, a partir da centralidade dos sujeitos no discurso, a reconhecer o valor de duas outras posições teóricas que, se exibem claras diferenças metodológicas e de percurso analítico, entre si e com relação às formulações do Círculo de Bakhtin, são no entanto as que mais se aproximam destas últimas em termos do tratamento da vital relação entre sujeito e sentido, entre ação do sujeito e produção de sentidos, base da concepção de linguagem, de

discurso e de gênero aludida. Com o fim de mostrar, ao menos em parte, essa convergência, recorro no estudo a alguns elementos das teorias de A. J. Greimas e de D. Maingueneau que de meu ponto de vista permitem o exame de pontos relevantes para este trabalho de que o Círculo não se ocupou em sua extensa obra ou cujo tratamento bakhtiniano pode beneficiar-se dessas outras teorias. Advirto que não incorporo os elementos específicos dessas obras referentes a tipos de discurso e de gênero, dado que meu interesse é o modo como essas teorias abordam a relação entre sujeito e sentido e como podem, dessa perspectiva, contribuir para a operacionalização da concepção bakhtiniana de gênero. Do mesmo modo, evito a sobreposição de conceitos, ainda que, dada a extensão do trabalho, não discuta detalhes específicos da convergência que proponho.

Na teoria de Greimas não se fala de gênero, mas há nela relevantes critérios para uma tipologia dos discursos, e ele chega a defender a idéia de ser tal tipologia um ponto de chegada norteador dos esforços do que ele chama modestamente de seu “projeto com vocação científica”. São dele por exemplo as noções de “discurso fundador” (que lembra “discurso constitutivo”, de Maingueneau) e de “discurso programador”, que é para mim o membro-chave do tipo instativo de texto (ver adiante). A formulação de critérios tipológicos por Greimas, que se assenta no que se poderia chamar de dominante(s) enunciativa(s) do discurso, segue uma linha a meu ver próxima da de Bakhtin, que recorre por exemplo à idéia de “graus de dialogismo” para caracterizar discursos.

No caso de Maingueneau, sua obra recorre tanto a “tipo” como a “gênero”, concentrando-se nos dois casos, notadamente em anos recentes, mais nos critérios de “tipologização” do que na proposição de “tipos” ou “gêneros”; o autor vincula as dominantes tipológicas com as especificidades de gênero e, o que é deveras relevante, e não só para os fins deste trabalho, põe em destaque a cena enunciativa como *locus* do surgimento de discursos, de tipos de discurso e de gêneros. Ao propor como critérios para as tipologias de gênero a relação entre as cenas englobante e genérica (que constituem o quadro cênico), com ênfase nesta última, e a cenografia, entendida como a representação *en discours* do quadro cênico e

definida como aquilo que “captura” o co-enunciador, o elemento específico de organização textual com que o co-enunciador entra em contato em primeiro lugar, Maingueneau dá uma importante contribuição ao estudo da *forma composicional* (cf. MAINGUENEAU, 2004, *passim*), sem desdenhar, ao tratar da cenografia no âmbito do quadro cênico, o nível arquitetônico, ou, se se preferir, da ação autoral de mobilização de elementos textuais, discursivos, genéricos, situacionais, subjetivos...

Além disso, ele sustenta, de modo deveras coerente com essa proposta, que em sua teoria “não há lugar para uma distinção entre ‘gênero textual’ e ‘gênero discursivo’”. A razão para isso é a seu ver a impossibilidade de separar “texto” de “gênero”, uma vez que todo “texto é o texto de um gênero de discurso” (MAINGUENEAU, s/d)¹. Claro que ele tem o cuidado de afirmar igualmente que tudo depende do sentido que se atribui a, por exemplo, “forma textual” (Id.), ou, nesse sentido, “texto” e “gênero”, mas ressalta a ligação entre texto e gênero, bem como a ênfase neste último como perspectiva de abordagem da Análise do Discurso. Merece destaque nesse sentido, ter ele dito que sua proposta busca unir as duas vertentes da idéia de gênero, ambas advindas de Aristóteles: a retórica, que persiste em sua ressignificação na Análise do Discurso em geral, e a literária, que também permanece válida em seu respectivo campo. Há aqui relevantes elementos de uma concepção enunciativa de linguagem e de discurso compatível com o empreendimento bakhtiniano também no nível do gênero e do texto.

As propostas do Círculo de Bakhtin, bem como as aludidas propostas que mobilizo com os olhos do Círculo, ou de minha apropriação delas, têm aqui consideradas suas bases teóricas e metodológicas em termos *epistemológicos*, da ordem da maneira como *constroem* seu conhecimento específico a partir de um dado recorte teórico explícito do mundo. Nos últimos anos, vem aumentando minha

¹ Trata-se de uma entrevista a mim concedida em 2005, para a *Newsletter* do LAEL Nela, Maingueneau resume magistralmente seu percurso teórico-analítico, a par de discutir alguns outros temas relevantes.

convicção de que, sem o entendimento dos compromissos teórico-epistemológicos de obras mobilizadas, é quase impossível discuti-las e aplicá-las com proveito e grande o risco de ver nelas apenas (um repositório de) técnicas de análise. A convergência dessas propostas para meus fins específicos é um trabalho autoral de ressignificação, cuja legitimidade busco defender e cuja coerência procuro demonstrar. Por esse motivo, o trabalho não se detém na identificação das reconhecidas diferenças entre elas, concentrando-se no que julgo ser os pontos fundamentais de sua convergência, do ponto de vista a partir das quais as leio. Em suma, meu objetivo não é a discussão dessas teorias, nem sua aplicação pura e simples, mas a apresentação de uma proposta de estudo teórico e prático do gênero discursivo, a partir de um dado objeto.

Nesse sentido, ao descrever a relevância do objeto abordado no trabalho, que não se restringe ao *corpus* propriamente dito, evoco elementos a seu respeito que a pesquisa me permitiu descobrir e apresento algumas linhas de consideração da questão do gênero de auto-ajuda em geral, e da vertente estudada em particular, como uma “resposta” específica a uma dada “pergunta” específica que marca a nossa época, notadamente a partir do começo do século XX. Para isso, levo em conta igualmente as principais réplicas evocadas por esses livros em geral e, assim, não me limito à vertente considerada e menos ainda aos livros em que me concentro com o fim de identificar suas semelhanças genéricas e demonstrar hipóteses teóricas.

É à luz dessas propostas, mas com base tanto nas características do objeto estudado como na minha posição como leitor delas, fundado em tantas outras leituras – e em vários outros textos produzidos – que desenvolvo o trabalho. Este traz assim, inequivocamente, minha “assinatura” autoral responsável – no âmbito do gênero e nos termos de um dado projeto enunciativo – e por isso de modo algum constitui uma aplicação pura e simples das teorias mobilizadas e muito menos uma construção teórica desconexa. E não é a atividade de ressignificar conceitos a partir

de uma dada perspectiva, explicitada em termos que não os distorçam, que define as próprias bases do trabalho científico? Esse objetivo explica a grande ênfase teórica do trabalho, que tem como outro pólo minha própria “vocação” teórica, que não foge ao contato com o objeto, mas estabelece com ele uma tensa relação. Associa-se a isso, do ponto de vista prático, o contato, para fins de conhecimento em geral e de tradução, com dezenas de complexas obras teóricas, a maioria delas do campo filosófico ou com amplas bases e/ou implicações filosóficas. Por outro lado, destaco que a competência tradutória é evocada aqui por ser para mim uma competência essencialmente discursivo-genérica, de cunho teórico-prático, dado que tem necessariamente de buscar identificar a nascente do sentido dos textos com que lida, seus diálogos constitutivos, e, indo além dessa análise, dar-lhes feição noutra língua, noutro contexto, para outros interlocutores, ou seja, dizer o “mesmo” a outros.

No caso das propostas de A. J. Greimas aqui discutidas, a discussão é perpassada por meu contato com os principais exteriores teóricos envolvidos em seu empreendimento semiótico, por ser no plano da concepção filosófica, de cunho fenomenológico, que residem a meu ver os elementos que demonstram as mais evidentes ligações entre suas teorias e as do Círculo de Bakhtin, e não apenas no tocante às relações entre sujeito e sentido como também no que se refere à primazia do “texto”. Esta última questão pode à primeira vista parecer irrelevante, mas tem a meu ver, pelo contrário, caráter vital, dado que incide sobre a própria definição de “texto”, base de inúmeras divergências atuais e da própria confusa multiplicidade de interpretações do conceito de gênero. Do mesmo modo, a partir de minha ênfase monomaniáca na concepção de que o sentido discursivo nasce da atividade de construção da(s) identidade(s) discursiva(s) do locutor e do interlocutor (que considero sujeitos concretos transfigurados em sujeitos de discurso), julgo que o conceito greimasiano de *contrato fiduciário* pode contribuir para uma especificação ou detalhamento dos conceitos bakhtinianos (que se pressupõem mutuamente) de *entoação avaliativa* e de *responsividade ativa*, como busco demonstrar mediante a análise.

No caso de Maingueneau, como a base de suas formulações posteriores é a meu ver, sem prejuízo de outros escritos, palestras e conceitos seus também considerados aqui, a obra *Genèses du discours* (MAINGUENEAU, 1984; edição brasileira: 2005), a ela dou a primazia, destacando sua formulação de “interdiscursividade”, de *ethos*, de relações entre discurso primeiro e discurso segundo e de comunidade discursiva. Não me furto a refletir brevemente acerca de seu “anti-hegelianismo”, pois julgo que aí se acham elementos de contato com as outras teorias consideradas, elementos que marcam a meu ver seu valor teórico e que devem necessariamente ser a base de uma leitura de seus métodos de análise. A aplicação pura e simples desses métodos não faz justiça a Maingueneau, teórico profundo e dialógico por excelência, capaz de, mantendo seu “assunto”, percorrer várias sendas produtivas, algo que a meu ver ainda espera o devido reconhecimento e disso dou aqui apenas breve notícia. Venho mantendo com ele – e não o digo para constituí-lo em “fiador” de minhas idéias, ou assim julgo, um produtivo diálogo “impertinente” cujos efeitos se fazem presentes nas propostas aqui apresentadas – por minha conta e risco.

A partir desses elementos, postulo que a constituição dos gêneros ocorre tanto por assimilação como por oposição, diretas ou indiretas, com relação a outros gêneros, no âmbito de suas respectivas esferas, consolidadas, em consolidação ou em mutação. Na verdade, as esferas – assim como os gêneros – estão sempre em mutação, ainda que o ritmo de mudança costume ser deveras lento para ser acompanhado na temporalidade curta. Julgo que a identificação dessas relações intergenéricas, manifestas naquilo que chamo de “macro-marcas” de gênero, não pode restringir-se à textualidade nem à intertextualidade *per se*, ainda que as leve necessariamente em conta, englobando-as no nível das estruturas composicionais, e sequer à discursividade ou à interdiscursividade, que servem de ligação entre gênero e texto, devendo antes ir à nascente da genericidade, que é a intergenericidade.

Proponho-me portanto a pensar o gênero, em sua correlação vital com as esferas de atividade, em termos da atividade autoral (coletiva no âmbito do gênero e individual no âmbito do recurso aos dispositivos do gênero), atividade de proposição de uma arquitetônica (que exhibe maior ou menor grau de liberdade a depender do

gênero), o que engloba a meu ver, subsumindo-as, a unidade temática em sentido bakhtiniano (isto é, que não se refere a um tópico *per se*, mas à totalidade de sentido do enunciado/discurso), as formas de composição e o estilo, de gênero e autorial. Assim, centro o trabalho nos dispositivos enunciativos de criação de formas de interlocução, de estabelecimento de relações entre os interlocutores, e entre estes e o objeto do discurso, por meio dos gêneros, constituindo-os, ao tempo em que são por eles constituídos no âmbito de uma dada esfera.

Apresento agora algumas distinções conceituais relevantes que norteiam este trabalho, antecipando usos que faço ao longo do trabalho e no capítulo dedicado a “gênero”, “discurso” e “texto”.

Algumas Distinções Conceituais

As “esferas de atividade” são entendidas no círculo de Bakhtin como “regiões” de recorte sócio-histórico-ideológico do mundo, lugar de relações específicas entre sujeitos, e não só em termos de linguagem. São dotadas de maior ou menor grau de estabilização a depender de seu grau de formalização, ou institucionalização, no âmbito da sociedade e da história, de acordo com as conjunturas específicas. Assim, “esfera” deve ser entendida como a versão bakhtiniana marxista de “instituição”, ou seja, de modalidade relativamente estável de relacionamento cristalizado entre os seres humanos, por definição de cunho sócio-histórico. Quer isso dizer que, para o Círculo de Bakhtin, o conceito de instituição tem raízes marxistas e abarca desde a intimidade familiar até o aparato institucional do Estado, passando por circunstâncias como as que tornam possíveis comentários casuais que desconhecidos fazem um para o outro na rua sobre diversos assuntos cotidianos.

Em conseqüência, esfera tem um caráter mais amplo do que definições de “instituição” que se restringem àquilo que o Estado inclui em seu aparato, definições que perdem de vista o fato de que a mera co-presença de duas pessoas é já um evento institucional, é já uma relação social e histórica que envolve toda a sociedade, do ponto de vista de seus diferentes recortes possíveis num dado momento histórico: a relação entre duas pessoas traz à cena a soma total das relações sociais dessas pessoas, envolvendo no mínimo um espectro que vai da família ao Estado. Negá-lo equivale a postular que a sociedade existe

independentemente das relações entre os sujeitos que dela fazem parte, quando são precisamente essas relações que a constituem, seja qual for o ambiente e o grau específico de “formalização” desse ambiente: somos povoados pelo outro, dado que o sujeito é dividido interior e exteriormente. Assim os sujeitos são a um só tempo constituídos pela sociedade como seus constituintes, nela deixando sua “assinatura” existencial e as de suas relações com essa mesma sociedade (para uma relevante versão dessa questão, cf. CLOT, 2004).

Uso “discursividade” em, por exemplo, “a discursividade de auto-ajuda”, quando me refiro a traços comuns de conjuntos de discursos, como quando se fala de discurso “religioso”, “psicanalítico”, “acadêmico” etc., o que leva em conta as esferas de atividade, naturalmente em seus aspectos de produção, circulação e recepção e, portanto, a inserção e configuração desses conjuntos de discursos, ou discursividades, em gêneros: não há “discursividade” sem “genericidade”, o que pressupõe um ato de generificação, *mise en genre*. Uso assim “discursos”, logicamente, para designar membros dessas discursividades, o que vai além de tipos de textos ou de textualidades, como explico adiante. Além disso, como surgem por vezes *formas de gênero* que são parte instituída e “instituinte” de gêneros surgidos no âmbito de outros gêneros, e de suas respectivas esferas, e exibem características distintas das formas de discurso habituais desses gêneros e esferas, uso a designação “gêneros segundos” para explicar esse fato, o que implica, naturalmente, a noção conexa de “esferas segundas”. “Primeiro” e “segundo” são aqui qualificativos que não implicam hierarquização, mas anterioridade.

Para esclarecer essa questão de gêneros e esferas segundos, recorro a um exemplo: a “publicidade de livros” na Revista do Brasil, um célebre periódico de cultura paulista, surgiu numa época de transição na qual o objeto livro, graças aos esforços de Monteiro Lobato, deixava de ser visto apenas como veículo da cultura dirigido às elites ilustradas e passava a ser também um produto material propriamente dito a ser vendido como tal a um público mais amplo. Tratou-se assim de uma ampliação da categorização do objeto livro a partir de um novo contexto no qual este se viu inserido. Essa publicidade como gênero segundo surgiu assim *por ter surgido ao mesmo tempo* a “esfera segunda” em que o objeto livro passou a ter sentido também como produto material. Logo, o evento em questão não se restringiu ao surgimento de um dado gênero segundo em termos de uma textualização

“publicitária” de livros no âmbito de um dado gênero primeiro, envolvendo ainda o surgimento de uma esfera de atividades distinta, o que fez da publicidade *de livros* uma forma de interlocução e, portanto, um gênero por direito próprio. Esse gênero mais tarde se fez presente em outros veículos, com diferentes textualizações, mantendo-se contudo – e isso é, como pretendo demonstrar, o mais relevante – a relação interlocutiva ou o dispositivo de interlocução, mediada pelo “objeto livro”, que a constitui em gênero tal como o conceito é entendido nas obras do Círculo de Bakhtin.

A importância dessa consideração reside no fato de que os gêneros nascem de uma dada inserção sócio-histórica de discursividades, de sua relação com outros gêneros da mesma ou de outras discursividades, por oposição ou assimilação, diretas ou indiretas. Num dado momento histórico da formação de um gênero, isso leva muitas vezes ao surgimento de gêneros segundos, ainda não autônomos, e que só o vêm a ser quando alguma esfera segunda advém do âmbito de uma dada esfera primeira, isto é, os gêneros se autonomizam na medida em que suas esferas respectivas deixam de ser segundas e se tornam primeiras. No caso de meu objeto, busco mostrar que ele não é, arquitetonicamente, um gênero por direito próprio, mas um gênero em formação, apesar de ter surgido, nesse seu “formato”, há algumas décadas.

Assim, gêneros segundos são gêneros que surgem no âmbito de outros gêneros e que só assumem feição própria, e mais tarde autonomia, porque seu surgimento ocorre simultaneamente à instituição de esferas segundas, que se tornam autônomas, a não ser que desapareçam – o que por vezes acontece. Sem esferas, primeiras ou segundas, não surgem gêneros, mas textualidades/textualizações/formas textuais, que são, tanto quanto as discursividades, parte do gênero no sentido aqui entendido – um recorte ideológico-discursivo do mundo nos termos de uma dada inserção sócio-histórica de discursividades que mobiliza certos recursos.

“Texto” designa, *grosso modo*, a *materialidade* dos discursos/gêneros, o que envolve o escrito, o falado, o pictórico, as mídias eletrônicas etc. O texto assim entendido em termos materiais é meu objeto, mas não o texto como mera “textualidade”, isto é, fora de uma discursividade e de uma genericidade. “Textualidade” (ou “textualização”) designa os aspectos lingüístico-textuais estritos

dos textos, envolvendo recursos de coesão e coerência, sintáticos etc., entendidos como componentes da superfície aparente do discurso. Compõem-no elementos que, quanto à sua forma, podem estar presentes em diferentes discursos e gêneros sem alterar as características essenciais destes.

Para explicar essa questão, recorro a mais um exemplo: a presença de uma forma textual historicamente típica da forma discursiva, vinculada a um dado gênero, *coluna social* (tipos de enunciado como “x recebe y em sua nova *house*...”) na forma discursiva *editorial* não altera o caráter deste último no que se refere à produção, circulação e recepção; a introdução desse elemento “externo” muda a forma de composição, o tema e o estilo da forma discursiva *editorial*, mas não sua forma arquitetônica nem seus “compromissos” enunciativos de gênero – um pronunciamento opinativo explícito do veículo jornal – e uso “explícito” porque a “reportagem” mais “objetiva”, ou mesmo a montagem da “capa” do jornal, é por sua própria existência uma opinião (cf. BRAIT, 2005c)!

Por outro lado, a forma discursiva *coluna social* também não se altera quanto ao *tipo de enunciado* de que é espécime ao ser aí introduzida, mas sua textualização, ao mudar de gênero, perde os vínculos com o gênero em que se cristalizou e passa a produzir novos sentidos, estranhos ao desse gênero, o que desvincula o texto do gênero. Chamo ainda a atenção para um aspecto curioso: o impacto que a introdução num *editorial* de formas textuais comuns na *coluna social* é bem menor, dada a natureza das relações enunciativas de um editorial, do que a introdução na *coluna social* de formas textuais típicas de um editorial – o que muito diz dos recortes do mundo que essas formas genéricas estabelecem, e num mesmo veículo.

Busco portanto demonstrar que uma forma arquitetônica pode realizar-se composicionalmente de mais de uma maneira, e com distintas textualizações, sem por isso ver-se alterada enquanto tal (cf. SOBRAL, 2005b), claro que não, tipicamente, ao mesmo tempo. Por essa razão, uma dada forma textual cristalizada não constitui uma camisa-de-força que define um dado gênero de uma vez por todas. Do mesmo modo, não nego a existência de cristalizações textuais típicas de certos gêneros, com maior ou menor grau de “institucionalização” que vão, por exemplo, do formulário de Imposto de Renda aos *blogues* (originalmente diários digitais públicos surgidos da moderna “ânsia” de auto-expressão pública da

intimidade, incluindo opiniões pessoais dos autores sobre os mais diversos assuntos). Contudo, assim como o formulário pode ser alterado e “flexibilizado”, em contrapartida uma forma específica do *blogue* pode fixar-se no âmbito de sua esfera e passar a ser considerada o *blogue* – até mudar.

“Intertextualidade” é usado aqui para designar as marcas, claramente mostradas ou não, da presença de outros *textos concretos* num dado texto igualmente concreto. “Interdiscursividade” designa o caráter constitutivo dos discursos em circulação com respeito a discursos elaborados/em elaboração, o que vai além do “mostrado” e mesmo do textual como um todo, e alcança as próprias relações temporais e espaciais entre culturas e *Zeitgeisten*, passando por relações entre discursos, discursividades etc., no âmbito de um generalizado dialogismo constitutivo.

“Intergenericidade” designa o caráter constitutivo dos gêneros em circulação com respeito a gêneros elaborados/em elaboração, envolvendo igualmente as próprias relações temporais e espaciais entre culturas e *Zeitgeisten*, ou seja, as maneiras pelas quais os gêneros se interconstituem na sociedade e na história por meio das discursividades e das textualidades. “Intergenericidade”, cumpre esclarecer, não tem relação com a “*auto-narration*” e o “*inter-genre*” de Rajan (1998), nem com a “ficção auto-reflexiva” de Andrew (2004), e de Halmari e Virtani (2004), ou com a “genericidade” interna de Schaeffer (1986).

Por fim, uso “tipo de texto” para designar o que a meu ver são as formas “primárias” dos textos: descritivo, narrativo, dissertativo e instativo (manuais, instruções, normas etc.). Naturalmente, sendo essas formas entendidas como “primárias”, não afirmo que existam textos estritamente de um ou de outro desses tipos, exceto na forma de “dominantes”: no texto predominantemente descritivo, destaca-se a descrição; no texto predominantemente narrativo, a narração; no texto predominantemente dissertativo, a dissertação; no texto predominantemente instativo, a injunção, na forma de instruções, seqüências de operações etc. Na verdade, os textos concretos apresentam diferentes combinações de tipos de texto, havendo um gradiente de combinações que permite marcar os textos, a rigor, como mais descritivos, mais dissertativos etc. Essa minha observação parte da consideração de diversas tipologias, de textos, de gêneros, de discursos etc., tendo por objetivo destacar que diferencio os “tipos” de texto dos “gêneros”, assim como diferencio os

“tipos” de discurso dos “tipos” de texto. Há “tipos” de texto que comparecem com mais frequência a discursivizações dadas, mas não há aí uma correlação necessária, mas cristalizações de uso cuja *fons et origo* uma análise histórica fundamentada pode revelar.

Com base nessas considerações, proponho uma análise genérico-discursiva “pura”, ou seja, uma análise que não se concentra nas especificidades da textualização (se bem que as leve necessariamente em conta, dado que todo discurso/gênero se manifesta em textos) mas na discursivização, entendendo-a no âmbito de uma generificação, planos mais amplos do que a textualização e que, como pretendo demonstrar, são a instância que confere sentido a esta última. Assim, o trabalho propõe uma perspectiva de estudo do gênero de cunho translingüístico e transdisciplinar, fundada nas teses do Círculo de Bakhtin, que a meu ver propõem precisamente uma abordagem da linguagem com essas características. Há hoje muitos estudos a provar que as fronteiras disciplinares são a grande causa da criação de objetos parciais, que são legítimos, naturalmente, mas não, como é prática corrente, tomados como capazes a totalidade dos fenômenos. Alguns exemplos de discussões a esse respeito que julgo produtivas são, por exemplo, Wallerstein (1991), no campo da ciência social, e Morin e Le Moigne (2000), numa perspectiva mais ampla, infelizmente entendida muitas vezes de maneiras que são fazer jus à sua radicalidade e produtividade e que simplesmente buscam justificar sobreposições disciplinares que acabam precisamente por intensificar as fronteiras disciplinares.

Distribuição dos capítulos

O capítulo 1 (**Parâmetros**) procura explicitar os *parâmetros gerais* que norteiam o desenvolvimento da tese, e mesmo a leitura das bases teóricas específicas e, do ponto de vista metodológico, apresenta uma proposta de análise em três “momentos” não necessariamente cronológicos e em três “etapas” (ou níveis) integrados, com vistas a tornar clara a relação dialética entre gênero, discurso e texto – tratados no capítulo 3. A par disso, faz considerações acerca do fenômeno estudado, pretendendo com esse procedimento demonstrar que (a) o

fenômeno é o agente da convocação das bases teóricas, e (b) a perspectiva teórico-prático-metodológica do pesquisador é o agente da seleção dos elementos específicos das bases teóricas, com base no objeto, não de sua aplicação mecânica a esse objeto.

O capítulo 2 (**Bases Teóricas para um Estudo do Ponto de Vista do Gênero**) busca explorar os *fundamentos teóricos específicos* das teorias do Círculo de Bakhtin, que constituem sua inspiração e base, convocando alguns conceitos das teorias de D. Maingueneau e A. J. Greimas para subsidiar o estudo. Não me detenho nas diferenças entre as teorias examinadas, destacando antes as semelhanças, ainda que indicando aqui e ali pontos divergentes, ou ao menos não convergentes, relevantes. As bases teóricas são examinadas à luz das necessidades de construção do objeto de estudo, livros de uma vertente de auto-ajuda, com base numa dada concepção de gênero discursivo.

Naturalmente, como parto do fenômeno concreto que são os livros, mas não o faço sem parâmetros teórico-metodológicos a me nortear, meu procedimento torna explícita a prática bakhtiniana de integrar os vários planos do fenômeno na construção e descrição do objeto: partir do fenômeno e de seu contexto num mesmo movimento, ainda que, por razões metodológicas, em distintos “momentos” – no sentido filosófico de “instâncias” – a fim de reconstituir o “cenário” de seu vir-a-ser.

Início o capítulo com uma discussão acerca da por assim dizer matriz da análise do discurso, as teses de Pêcheux, a fim de demarcar a perspectiva que sigo, apresento uma síntese das teorias mobilizadas do ponto de vista da relação entre sujeito e sentido no discurso e descrevo de modo sistemático os elementos que constituem a base de minha proposta de estudo dos gêneros.

O capítulo 3 (**Gênero – Discurso - Texto**) apresenta a concepção de gênero, de discurso e de texto que busco desenvolver em termos de *descrição* e de *aplicação*, levando em conta tanto o que apresento nos capítulos 1 e 2, de ordem teórico, metodológica, como os dados arrolados nos capítulos 4 e 5, que arrolam de modo sistemático a esfera de atividades da vertente de gênero estudada e as principais réplicas dos gêneros que ele parasita, respectivamente. A apresentação da análise antes da desses elementos visa evitar a transformação da análise em análise sociológica, e a consideração desses dados na análise visa evitar que esta se restrinja ao textual.

Recorro ao que julgo uma inovação ao levar em conta as réplicas, ou reações, de outros gêneros ao gênero estudado, partindo da idéia de que nessas réplicas há um ponto de vista acerca do gênero estudado que dialoga com o ponto de vista desse gênero e que a meu ver se faz presente nele mediante uma espécie de “dialogização interior”. Para abordar a questão da “intergenericidade”, o capítulo 3 fundamenta a noção de “fase parasitária”, por mim criada a partir de meu objeto, mas que tem implicações de alcance mais amplo, ou assim julgo eu.

O capítulo 4 (**Elementos sobre a Genericidade dos Livros de Auto-Ajuda**) apresenta um breve levantamento global da esfera, das especificidades discursivas e do gênero dos livros de auto-ajuda, bem como dos tipos de livros de auto-ajuda, universo no qual situo os livros estudados.

O capítulo 5 (**Fase Parasitária e Réplicas de Gêneros Parasitados**) aplica “transversalmente” a noção de “fase parasitária” por meio do exame de algumas das principais réplicas que os livros estudados têm suscitado, tendo por diferencial precisamente buscar noutros gêneros que entendo como parasitados a presença do gênero estudado – claro que a partir deste! Complemento assim, de modo sumário, o estudo da presença de gêneros no gênero de auto-ajuda examinado mediante o estudo da presença do gênero de auto-ajuda nesses gêneros, isto é, a intradiscursividade é examinada também por meio da exploração da interdiscursividade no plano desses outros gêneros.

O capítulo 6 (**Conclusão - A Apropriação de Gêneros por um Gênero em Formação**) faz um apanhado dos elementos desenvolvidos em termos teóricos, metodológicos e de análise.

@ @ @ @

Uma última observação: as capas dos 4 livros analisados não puderam ser reproduzidas no trabalho em razão da recusa de editores e/ou autores. Algumas dessas capas têm proibida sua reprodução pública em todos os países e outras exibem na Internet reproduções tão diminutas que as tornam praticamente “invisíveis”, para não falar das advertências de que são material protegido por leis de direitos autorais. Tenho exemplares dos livros analisados, mas não posso copiar as referidas capas. Como a reprodução de apenas algumas delas não servia a meus propósitos, preferi não reproduzir nenhuma. De todo modo, sua análise serviu à demonstração de uma dada metodologia que não se esgota no objeto, e muito menos em uma de suas partes, ainda que dele tenha partido. Também por esse motivo lancei mão, aqui e ali, de outros exemplos, mais palpáveis por seu caráter mais verbal do que visual, dispensando portanto a reprodução. Naturalmente, não há empecilho legal a mostrar as capas dos livros que me pertencem, desde que não as reproduza.

Capítulo 1

Parâmetros

A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

VOLOSHINOV

Apresento aqui os parâmetros do estudo, ao lado das características gerais do fenômeno estudado, a fim de demonstrar de que maneira a junção entre o fenômeno e o ponto de vista teórico determinou o arcabouço e o desenvolvimento do estudo do objeto, ou seja, descrevo as “lentes” com as quais vi o fenômeno, antes mesmo da escolha dos instrumentos de análise bem como as “lentes” com que li os fundamentos teóricos de que lancei mão, antes mesmo da escolha do objeto. A meu ver, agir de outro modo poderia levar a dois pontos cegos: o primeiro, o de me perder na especificidade do fenômeno e não lançar mão da generalidade que também se faz presente nele e que o torna um objeto estudável em termos científicos; o segundo, o de me perder na generalidade das teorias mobilizadas, que permite enfeixar vários fenômenos como objetos estudáveis em termos científicos, e não dar conta da especificidade do fenômeno estudado.¹

Em outras palavras, na construção de meu objeto, busco ver o fenômeno estudado e as teorias mobilizadas com os olhos de meus compromissos teóricos, éticos e estéticos, de minha vida e de minha “arte”, tentando nem impor categorias teóricas ao fenômeno nem fugir ao compromisso com um dado ponto de vista de análise. Busquei assim ser coerente com meu pensamento bakhtiniano, a um só tempo marxista e fenomenológico, que busca antes situar o discurso em seu meio de cultura, a vida social e histórica concreta – e para isso recorre a bem mais do que conhecimentos lingüísticos estritos – do que perder-se em aspectos parciais em nome de algum purismo disciplinar. O discurso é entendido aqui, por conseguinte, como a junção entre o texto e a situação de produção, circulação e recepção,

¹ Para uma distinção entre “fenômeno” e “objeto”, ver SOBRAL, 2005c.

envolvendo sujeitos concretos discursivizados, isto é, objetivados no texto, mas nem por isso privados de sua existência concreta: todo enunciado pressupõe um autor, um ouvinte e um tópico em interrelação, bem como um projeto enunciativo, ou arquitetônica, o que convoca tanto a vida como a arte!

Num primeiro momento, esclareço as bases gerais do estudo, partindo do fenômeno e de meu conhecimento prévio à sua constituição como objeto, chegando então à formulação de hipóteses e objetivos de pesquisa; a seguir, descrevo o procedimento analítico, suas etapas e momentos (no sentido filosófico).

1.1 Bases gerais do estudo

Quando falo de “bases”, refiro-me a 3 elementos distintos: o fenômeno estudado, a partir do qual construo o objeto de estudo; os elementos da esfera de atividades desse fenômeno e estudos sobre o objeto, aqui considerados de modo sumário e explorados mais amplamente no capítulo 6.

1.1.1 O fenômeno estudado

Antes de tudo, cabe esclarecer que, dada a amplitude da designação “auto-ajuda”, que o uso comum não indica, mas que a pesquisa revelou, (a) menciono ao longo do trabalho vários discursos que recebem essa designação, mas que a meu ver não são parte da atividade de auto-ajuda nem do gênero de auto-ajuda em termos das características que julgo ter identificado como típicas, assim como por vezes considerarei como sendo de auto-ajuda discursos que não são entendidos como tal; (b) considero, por motivos históricos explicitados no trabalho, que a ação de algumas organizações não-governamentais que precedem o surgimento da expressão que hoje as designa, ONGs, é parte da prática sócio-histórica de “auto-ajuda” tal como concebida nos EUA e hoje, também em alguns segmentos sociais brasileiros;² e (c) faço menção às chamadas “comunidades terapêuticas” (cf. DE

² Trata-se de entidades que, em vez de depender da ajuda dos governos, o que ocorre com muitas no Brasil, agem em favor de seus interesses específicos, inclusive “exigindo” recursos e benefícios dos governos, na qualidade de forças sociais e não de vassalãs do governo.

LEON, 2003) como organizações de “auto-ajuda”, comunidades que redefinem o sentido de “auto-ajuda” ao introduzir o conceito — digno de nota — de “auto-ajuda mútua”, e que remonta à gênese da idéia de “auto-ajuda” (ver cap. 6). Essas comunidades, como se verá, constituem um elemento que contribui para a compreensão dos sentidos de “auto-ajuda” que identifiquei, bem como da presença social da vertente do gênero de que me ocupo, trazendo elementos referentes à esfera de atividade desta, elemento sem o qual, como eu disse na Introdução, não se pode pensar o conceito de gênero discursivo.

Os livros de auto-ajuda são inegavelmente populares em nossos dias, sendo mesmo um componente importante da vida de grande número de pessoas. Suas vendas alcançam números impressionantes. Por exemplo, Deepak Chopra, um autor em alta, já vendeu mais de 20 milhões de exemplares em todo o mundo; as traduções brasileiras venderam ao menos 1.8 milhão! Por outro lado, em 1994, por exemplo, as vendas dos livros de auto-ajuda alcançaram o impressionante número de 411,9 mil exemplares, num país em que raros são os livros que passam de uma única edição de 2.000 exemplares! No ano 2000, o nicho das “obras gerais”, de que são parte os livros de auto-ajuda, e que se distingue do segmento de “didáticos”, cresceu 7%. De 1997 a 1998, as vendas quase dobraram, passando de 1,1 milhão para 2,1 milhões de exemplares (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO,2001). Esse segmento, de acordo com os dados da Câmara, teve um crescimento global de 700% a partir de 1994, para um crescimento das vendas de livros em geral de meros 35%!

Esse tipo de textos se autojustifica pela alegação — e, mais do que isso, pela percepção da parte do público — de haver uma ampla crise que afeta não somente o mundo como um todo, mas, de modo específico, o modelo das autodenominadas profissões de ajuda (medicina, psiquiatria, psicologia, religião etc.). A partir disso, propõem eles a descoberta de forças, principalmente interiores, capazes de melhor servir às necessidades humanas sem recurso a “terceiros”, ao menos humanos, exceção feita precisamente aos membros da comunidade mais ampla de auto-ajuda – real ou virtual. Esses livros influenciam e/ou tentam influenciar todos os campos da atividade humana, podendo mesmo ser considerados manifestações de uma dada concepção de “natureza humana” e do “bem-agir” no mundo.

Voltados num dado momento preponderantemente para o “sucesso na vida”, em diversos planos (que vou distinguir, por ter isso grande relevância), os livros de auto-ajuda *modernos* — e designo com isso os que surgiram depois do final da Segunda Guerra Mundial, quase exclusivamente nos Estados Unidos — tiveram num primeiro momento, principalmente por volta do final da década de 1970, também no que se refere à sua presença no Brasil, uma ênfase subjetivista “pura”, ou seja, buscavam promover o sucesso, material ou não, por meio da afirmação da personalidade do leitor, principalmente do sexo masculino. Num segundo momento, certa parcela desses livros assumiu uma inclinação “coletivista cósmica”: vencer sim, mas agora também a partir de uma ênfase na unidade entre todos os sujeitos e entre todas as coisas, num plano transcendente (que em casos extremos pode estar situado num amplo e indefinido cosmos), ainda que partindo sempre do eu enquanto agente, se não autônomo, ao menos capaz de impor-se ao mundo mediante seu agir, ou de em última análise defender-se dele.

Essa segunda fase revela-se a meu ver como uma espécie de junção ressignificadora entre livros como *Você pode curar a sua vida* (HAY, 1984. Ed. bras.: 1990), preponderantemente subjetivistas, com *O chamado do universo* [BUTTERWORTH, s/d, mas anterior àquele], preponderantemente cósmicos. A título de curiosidade, o livro *Divórcio Espiritual* [FORD, 2001. Ed. bras.: 2004], de autoria de uma auxiliar do célebre (ao menos no campo da auto-ajuda) doutor Deepak Chopra, explora de que modo as boas relações entre ex-cônjuges (o plano subjetivo ou inter-subjetivo) são positivas para o universo como um todo (o plano cósmico), afigurando-se como um dileto rebento dessas duas tendências. Não digo com isso que obras da primeira fase não continuem a circular; refiro-me ao fato de haver hoje uma maior ênfase na junção dessas tendências, sem excluir quer a tendência puramente “individualista” (a que parece chamar mais a atenção dos estudiosos de extração sociologizante) ou a puramente “coletivista” (a que parece chamar mais a atenção dos estudiosos de extração personalizante). Tive o privilégio de ter deparado com essa tendência unificante e foi assim que a tomei como objeto de uma teorização sobre a formação dos gêneros.

Meu *corpus* é formado por 4 livros dessa nova tendência, mas levei em conta inúmeros livros, de várias épocas cronológicas, que se destacaram na história do gênero (ou ao menos na minha versão dela), publicados principalmente nos EUA,

vários deles traduzidos no Brasil, alguns (tal como os 4 mencionados) por mim, na qualidade de tradutor profissional. Meu objetivo é a descrição qualitativa da construção discursivo-genérica desses textos *qua* gênero em formação, em sua fase “parasitária”, considerando, a par de vários elementos da teorização bakhtiniana, com destaque para a relação específica que buscam estabelecer entre entoação avaliativa e responsividade ativa em sua esfera específica, o tipo de comunidade discursiva (Maingueneau) em que convidam o interlocutor a se engajar e o tipo de contrato fiduciário que lhe propõem com esse fim (Greimas).

Os quatro livros privilegiados constituem meu *corpus* justamente por serem representativos das principais tendências atuais dos textos de auto-ajuda de cunho “psico-espiritual”, ou seja, que buscam a alteração ou o aprimoramento do eu a partir de propostas de cunho espiritual. A escolha, portanto, não se restringe a critérios meramente estatísticos, mas da ordem da relevância. Os livros em questão foram traduzidos do inglês americano, com exceção de *A Força da Paz Interior* (COOPER, 1994; Ed. Bras.: 1997), da Inglaterra, e escolhido para fins da identificação de possíveis contrastes. Farei referência, nesse sentido, a outros livros originários de outros países e línguas, como é o caso de *Filha das Estrelas* (KRISTEN, 1994. Ed. Bras.: 2002), da França, e *Espelho, Espelho Meu – O uso do espelho como forma de autoterapia* (DUMONT, 1998. Ed. Bras.: 2003), do Canadá francófono (ambos traduzidos por Maria Stela Gonçalves e por mim), marcados por uma linguagem extremamente coloquial, o que não costuma ocorrer com livros de auto-ajuda “típicos”.

Os livros especificamente estudados representam modalidades de recorte do mundo que podem ser descritas da seguinte forma: há uma de raízes temporalmente mais antigas e que incorpora uma dada versão norte-americana do espiritismo, adaptada aos modernos princípios da “Nova Era”, mais compatível com a idéia, nova para o espiritismo tradicional, de auto-ajuda: é o caso de *O Crescimento Através da Crise Pessoal* (BRO e BRO, 1988. Ed. Bras.: 1992). A outra, essencialmente moderna, vincula-se com uma ressignificação particularíssima da ciência moderna (especialmente da física quântica, e de diversas psicologias e espiritualidades ora em circulação) nos termos da “Nova Era” e que se sustenta de modo geral na autoridade científica do autor, cuja condição de “Ph.D.” (assim mesmo!) é explicitada. Trata-se de um dado bastante comum em vários dos livros do gênero (e

de modo particular na vertente de aconselhamento, que exhibe a meu ver especificidades que a distinguem da de auto-ajuda propriamente dita). Essa modalidade é representada por *Na Plenitude da Alma* (BORYSENKO, 1993. Ed. Bras.: 1996]. Outra ainda, igualmente moderna, que se funda em habilidades e experiências extra-sensoriais, competência hoje mais aceitável no nível do grande público, e que exhibe inúmeras variedades, é aqui representada por *A Força da Paz Interior* (COOPER, 1994. Ed. Bras.: 1997); esta obra vem, como eu disse, do inglês britânico, mas há muitos livros norte-americanos que também se fundam nessas habilidades e experiências, alguns dos quais a ser mencionados no trabalho. Há também a modalidade, fruto dileto da “Nova Era”, que apresenta textos que se qualificam mais declaradamente a partir da experiência *prática* dos autores, em geral agentes de cura (em particular não institucionais). A autora específica que estudei norteia sua prática de cura pela força do amor, reinterpretado à luz dos princípios da “Nova Era”: é a isso que remete *Crise Espiritual* (YOUNG-SOWERS, 1993 [Ed. Bras.: 1995).³

Fiz um levantamento dos tipos de títulos disponíveis na última década e no período 1973-1996. Distingui as tendências, bastante disseminadas nos Estados Unidos, de

- a) livros dirigidos principalmente ao público por eles entendido como feminino no que se pretende que tem de específico em termos de cuidado dos filhos etc. (ainda hoje);

³ Naturalmente, esses textos em português no Brasil não podem ser tomados, por maior que seja a fidelidade da tradução, feita por mim e revisadas pela editora, como se fossem os textos em inglês que circulam nos Estados Unidos/no Reino Unido e no resto do mundo. Isso impõe levar em consideração sua produção, circulação e recepção em português do/no Brasil, sem no entanto deixar de lado que meu foco é a origem e desenvolvimento dos textos de auto-ajuda e sua importância e/ou popularidade em todo o mundo. Assim, as alterações induzidas pela tradução no e para o Brasil serão objeto de considerações deveras breves, a fim de evitar o desvio de meu tema. Nesse sentido, não farei considerações acerca da questão de uma tradução que não envolve uma adaptação ao contexto em que ocorre, algo de resto comum no Brasil, limitando-me a indicar alguns aspectos que ajudam a explicar essa aparente “traduzibilidade universal”. A análise incide sobre os textos em português em função da maior acessibilidade, sem no entanto deixar de considerar as edições originais.

- b) livros dirigidos ao público entendido como masculino, nos mesmos termos, centrados na questão da obtenção de melhor desempenho profissional, sucesso etc. (ainda hoje);
- c) os chamados, nos EUA, *how to books* [como fazer], que não se dirigem a um público específico, e são manuais práticos que ensinam de como comprar camisas a como consertar naves espaciais etc.;
- d) livros de aconselhamento, em que conselheiros (nos EUA, categoria genérica de “terapeutas”, que vai de psicólogos a pastores) de várias tendências transmitem suas conclusões sobre terapias com seus “pacientes”; e
- e) livros de auto-ajuda “propriamente ditos”, marcados pelo simulacro de veículos de apresentação de experiências pessoais de vários tipos que constituem a base de diversas propostas de “cura da vida” dos leitores.

A par disso, há toda uma literatura esotérica, fantástica, de conselhos ficcionalizados, de ficção com temas arquetípicos etc. que circula com o nome de auto-ajuda, lá e alhures. Essa minha decisão de falar de livros de auto-ajuda “propriamente ditos” se deve ao fato de os tipos de livros que não classifico como auto-ajuda partirem de necessidades imediatas: educar filhos em igualdade de condições, trabalhar em grupo no emprego etc., e outras, ainda mais “práticas”, de resolução de problemas do dia-a-dia, a par de toda uma promoção do conformismo no âmbito do capitalismo (ver quanto a isso, RIMKE, 2000), afora outros fins escapistas, aproveitadores, etc. etc. mais imediatamente identificáveis.

As edições originais dos 4 textos examinados diretamente não figuraram na mais conceituada lista norte-americana de obras mais vendidas, a do New York Times Books Review, assim como não estiveram nas listas de mais vendidos no Brasil — reservadas, assim como as norte-americanas, a livros que recebem uma maior cobertura de marketing (no caso do Brasil, em função do próprio sucesso dos originais traduzidos).

Um exemplo de livro incluído nas listas de mais vendidos é o clássico do segmento *Você Pode Curar a Sua Vida*, de Louise Hay, um dos primeiros da safra dita Nova Era (pós anos 1960-1970) a ser publicados em nosso mercado. Trata-se de livro com a antiga temática de que o esforço pessoal leva a vencer as vicissitudes da

vida. O próprio título mostra a amplitude que se pretende alcançar, e as estratégias de marketing no Brasil baseiam-se não só nisso como principalmente no sucesso que o livro fez no mercado e na língua originais – o que, se à primeira vista pode parecer incoerente, revela em vez disso um dos motivos da presença desses livros em nosso mercado: a influência dos aspectos do *american way of life*, cuidadosamente selecionados para “exportação”, que aportam em nosso país, e são ao que parece imediatamente assimilados. Merece destaque o fato de, hoje, haver originais escritos no Brasil que são estrutural e tematicamente uma espécie de simulacro (no sentido de Baudrillard) de originais norte-americanos bem-sucedidos (cf., por exemplo, CURY, 2004). Não obstante, os livros de que me ocupo obtêm boas vendas, a ponto de certos autores serem procurados diretamente em grandes livrarias sem que tenham tido apoio de marketing, algo que os torna ainda mais dignos de nota.

Aquilo que considero a “flexibilidade” desses livros é acompanhado pela maleabilidade dos autores, pela capacidade que têm estes de mobilizar recursos de diversos gêneros, bem como de incorporar os mais diversos assuntos da atualidade. Por exemplo, a autora de *Crise espiritual*, Meredith Young-Sowers, que aborda “o amor como energia de cura”, publicou mais tarde, quando surgiu a onda “angélica”, livros e outros materiais com essa temática (cf. YOUNG-SOWERS, 1993), o que demonstra a vitalidade, para o bem ou para o mal, do gênero. Vale dizer que, nesse caso, muda o tema declarado, muda a forma de composição, muda o estilo e permanece o gênero, ou, como prefiro dizer, a arquitetônica do gênero.

Uma tendência derivativa deu origem a livros que poderíamos chamar de “relato de auto-descoberta ficcionalizada”, como o são alguns de John Harricharan (1994a, 1994b) (que segue, como diz o editor, a linha de *Ilusões*, de Richard Bach - Orig.: 1977, um clássico da área). Outro exemplo de livro que parte igualmente da experiência pessoal é, por exemplo, *O relacionamento perfeito não é um sonho* (GAVRAN e GAVRAN, 2001), escrito naturalmente por um casal casado. Curiosamente, esse saber experiencial é a base da “descoberta do amor incondicional” (que se distancia da experiência) em onze passos (o que lembra a tradição de “passos” iniciada pelos Alcoólicos Anônimos nos EUA, e marca muitos exemplares de auto-ajuda). Outro exemplo da vertente psico-cósmica é *Amor por toda a vida* (KINGMA, 2001), um livro que chama a atenção por trazer como única

qualificação da autora sua condição de “autora de vários best-sellers do gênero nos Estados Unidos”, sem menção a algum companheiro ou companheira de jornada amorosa dela e por criar uma espécie de gênero híbrido entre *auto-ajuda* como transmissão de experiência pessoal e *aconselhamento* como relato de experiências de ajuda a terceiros.

Um livro da vertente que se poderia chamar de “ecologicamente correta” e que propõe, aparentemente contra a corrente principal do *way of life* norte-americano, um estilo de vida “exteriormente simples, mas interiormente rico”, é *Simplicidade Voluntária* (ELGIN), cuja edição original é de 1981, e só foi traduzido no Brasil muitos anos depois (1998), a partir da edição revisada e atualizada de 1993, não tendo merecido cobertura da mídia brasileira, provavelmente por não ser um livro “popular” para o público brasileiro. Mas suas edições norte-americanas se sucedem, não havendo porém indícios de que tenha alterado de alguma forma esse *way of life*. A concepção de auto-ajuda desse livro traz algumas nuances, ao propor o tripé “consumo frugal, consciência ecológica e crescimento pessoal”, propondo às pessoas que, por meio disso, mudem sua própria vida e “o mundo”. Trata-se de um livro que difere dos congêneres, no nível de sua textualização, por não recorrer a instruções, sugestões etc. apresentando em vez disso uma discussão teórico-prática fundamentada acerca das possibilidades de vida no planeta, sendo considerado a “Bíblia” do movimento anti-consumismo iniciado por Thoreau.

Cabe ainda mencionar que a era vitoriana contava com seus espécimes de “auto-ajuda” (cf., por exemplo, STARKER, Op. cit., 13 ss.), ainda que o começo de sua disseminação mais ampla tenha ocorrido há cerca de três décadas. Por outro lado, a idéia de auto-ajuda que se popularizou no Brasil levou à classificação como “auto-ajuda” de livros como os de Paulo Coelho (cf. NEIVA, 2000) e outros mais tipicamente religiosos, espirituais ou de “confissão” e “auto-reflexão mística” que não trazem os ingredientes que a meu ver definem livros como de auto-ajuda, como espero demonstrar. Além disso, certa idéia de “auto-ajuda”, e de agir do sujeito individual, está firmemente arraigada em várias psicoterapias, que pressupõem dever o sujeito, nesse caso contando com a “hetero-ajuda” terapêutica, julgada mais eficaz pelos terapeutas, realizar um trabalho, de adaptação ou de rebelião com respeito ao mundo, com todos os matizes intermediários, a fim de “se auto-ajudar”, embora uma rebelião baseada no institucionalmente arraigado (e aqui refiro-me a

instituições mais estáveis, como a esfera da ajuda terapêutica) não pareça fazer muito sentido.

As características marcantes desses livros são, de um lado, a exploração do pressuposto (ligado ao aspecto apocalíptico do *fin de siècle*, que recebeu grande ênfase nos primeiros anos da década de 1990, mas de que já se vêem vestígios desde a década de 1980) de que uma mudança de amplas proporções está para se processar ou já vem se processando no mundo e, do outro, o de que a solução para as possíveis conseqüências negativas, em termos pessoais, sociais e cósmicos, dessa mudança (de início catastrófica, mas que abriga, de acordo com os livros, a promessa de uma vida mais satisfatória) é a aquisição da competência necessária para agir — e *agir* é aqui vital — nessas “novas” condições globais (universais? cósmicas?), apresentadas como inevitáveis. O doador dessa competência são os próprios autores (por meio dos livros e mesmo de institutos criados por muitos autores), que a caracterizam como necessária. E o modo como o fazem tem grande relevância.

A aquisição dessa competência se concretiza, de acordo com eles, no esforço por contatar um núcleo *imutável*, ou ao menos um tanto mais estável, postulado como parte do íntimo de cada pessoa (e, portanto, de todas as pessoas), que não obstante levará o leitor a reconhecer, e a viver, uma interligação entre tudo e entre todas as pessoas do universo. Este é outro aspecto que merece destaque, dado que muitos afirmam que o gênero de auto-ajuda atende pura e simplesmente à criação do individualismo/subjetivismo moderno, ao passo que a meu ver essa vertente constitui também uma espécie de “escola de individualismo/subjetivismo”, no sentido de que, ao enfatizar tanto a atitude individualista, parece demonstrar não estar ela tão arraigada quanto se quer fazer crer — ou ao menos que não há uma subjetividade, uma identidade subjetiva, estabelecida de uma vez por todas, mas diferentes modalidades de subjetivação.

Lembro que aquilo que não responde a nada é insensato: no universo do sentido, se não há palavra plena (Lacan), também não há palavras ao vento; se se busca promover a subjetividade e se essa promoção encontra receptividade, é que há uma “crise de subjetivação” no universo em que esses livros fazem sentido e criam sentidos. Talvez se pudesse pensar também que a ênfase correlata na ligação, e mesmo unidade, entre todos, atende à necessidade de um comunitarismo

a que só poderiam aspirar indivíduos não estritamente individualistas, ainda que não recusem o que neles há de individual. Em outras palavras, só faz sentido alimentar o individualismo por ser este um valor socialmente aceito, assim como só faz sentido propor alguma espécie de coletivismo se este for tido como uma necessidade pelos interlocutores dessa proposta. Nem por isso se pode atribuir a esses livros o status de *causa* do individualismo, chamando a atenção a par disso o fato de que não há tanta contestação às propostas de coletivismo desses livros, outro indício do caráter parcial da alegação de que eles são “produtores” de individualismo.

Merece a meu ver mais destaque o fato de esses dois aspectos – o individualismo e a comunhão cósmica – virem inegavelmente envoltos em recursos de abstração (e numa abstração) das condições sociais e históricas dos sujeitos, bem como da própria especificidade psíquica destes, promovendo uma espécie de coletivização cósmica da individualidade em termos subjetivos (!) ou, se se preferir, propondo uma espécie de sujeito coletivo global-cósmico-subjetivo não muito definido. Pretendo mostrar que isso tem uma complexa razão de ser que se acha vinculada às relações intergenéricas da vertente — tanto de assimilação como de rejeição — e à sua “posição” social específica em sua esfera de atividades, envolvendo naturalmente as especificidades da “cultura” norte-americana.

O reconhecimento e aceitação desses dois pressupostos são apresentados como a base da “solução definitiva” para “curar a vida”, pessoal e universal, e ter uma feliz existência, embora não uma felicidade “para sempre” – ao menos sem esforço. Assim, sua possível incidência tem caráter bem amplo, fazendo que esses livros se proponham a ser uma das bases, e mesmo a base, da vida de muitas pessoas — naturalmente, das que tenham acesso à leitura e a livros,³ o que, no caso do Brasil, principalmente, exclui grandes parcelas da população, talvez aquelas que buscam soluções “místico-práticas” imediatas e imediatistas nas ditas novas religiões evangélicas, algumas delas “arapucas” que exploram a fé pública e outras que promovem o fundamentalismo conformista. A busca em massa de “soluções”, seja qual for seu valor concreto — e o que digo acima é indício de que isso envolve uma distinção de classe/segmento social: quem lê auto-ajuda não vem da(s)

³ O que digo aqui se refere a *livros* de auto-ajuda, não a outros meios de veiculação da idéia de auto-ajuda, que está presente na TV, em revistas populares, jornais, sites da Internet etc. etc.

mesma(s) classe(s)/segmento(s) social(ais) de quem busca soluções mágicas menos letradas, dado que só as classes média e alta têm o hábito da leitura, bem como um acesso bem maior ao livro – parece indicar a percepção social geral de que “há” um problema, residindo a dificuldade em sua identificação e, mais do que isso, em propostas para sua solução – o que talvez explique a variedade de livros de conselhos, sugestões, relatos de experiências etc. que inunda o mercado do livro todos os anos.

Vindos esmagadoramente do contexto norte-americano, marcado pelo puritanismo, em suas versões moderada e fundamentalista, e pelo individualismo pragmático, em suas várias modalidades (o que é parte da própria “fundação” dos EUA) –, procuram agir imediatamente sobre esse mesmo contexto, e, mediamente, sobre os contextos que se acham sob a influência da cultura norte-americana, como o Brasil, buscando reconhecidamente regular a vida dos leitores, mas sempre a partir da oferta de uma escolha e de uma ação destes. Há naturalmente espécimes brasileiros em circulação, mas poucos deles poderiam ser de fato considerados exemplares da fase “parasitária” que postulo aqui e mesmo do gênero como um todo: trata-se antes de simulacros não situados na realidade brasileira das formas de textualização mais típicas do gênero. Boa parte dos espécimes brasileiros revela ser exemplos de uma literatura voltada mais diretamente para a adaptação (de modo geral conformista) do sujeito à realidade, não de propostas de transformação dessa realidade – e não digo, ao afirmá-lo, que as propostas de transformação feitas pela vertente em análise sejam por isso menos ilusórias. Destaco ainda que há livros ditos de auto-ajuda que propõem (seriamente?) fantasias como o poder de transformar a realidade concreta mediante o uso do pensamento, um poder demiúrgico (!) sem dúvida inexistente – mas isso não é auto-ajuda, exceto talvez, repetindo uma anedota em circulação, dos próprios autores.

Os livros de auto-ajuda de que me ocupo empregam recursos composicionais que determinam uma dada estrutura de distribuição e correlação dos capítulos e de outras partes (como a capa), com vistas à construção de uma dada imagem do enunciador e, de modo particular, do co-enunciador, por serem preponderantemente essas imagens e suas interrelações que servem de base à proposição a este último da aquisição de uma nova identidade (cf., quanto ao *ethos* de alguns livros

brasileiros considerados de auto-ajuda, BRUNELLI, 2004). Esses livros enfeixam “temas” em circulação na sociedade e, como têm caráter geral, na qualidade de soluções para a vida como um todo, incidem direta ou indiretamente sobre práticas do campo da educação, do trabalho e das discursividades em geral. Logo, a par de suas características peculiares como objeto de estudo da formação de gêneros, seu *status*, tanto em termos de vendas como de influência social (que uns vêem como positiva e outros como negativa) justifica plenamente o emprego dos instrumentos de uma análise dialógica do discurso, ou, mais amplamente, das práticas discursivas.

1.1.2 Elementos para a formulação de hipóteses

As hipóteses que formulo neste trabalho baseiam-se na identificação das características dos livros estudados não somente em termos textuais e discursivos estritos, mas de modo especial em termos de gênero, ou seja, de sua inserção no mundo concreto e da forma específica de objetivação/recorte ideológico que fazem do mundo (com base na construção das imagens discursivas de seus “autores” e “leitores”), evitando tanto o tratamento ontológico e não-discursivo destes últimos como a restrição ao texto autarquicamente excludente das “marcas do mundo” presentes em seus enunciados e em sua organização “discursiva-genérica”. Em outras palavras, o olhar do pesquisador se empenha em identificar (inter-) discursividades e (inter-) genericidades, mais do que apenas (inter-) textualidades, claro que partindo da materialidade textual (ver capítulos 3, 4 e 5). O que vai me interessar não é a presença *per se* dos elementos identificados, mas as especificidades de suas formas de presença no gênero.

Os elementos gerais que merecem destaque na construção de minhas hipóteses acerca da especificidade dos livros estudados como gênero em formação são a ligação do gênero de auto-ajuda com a chamada Nova Era, advinda entre outras influências da “cultura” enfeixada no slogan “Paz e Amor” dos anos 1960, com a festejada, nesses meios, Era de Aquário, bem como com discursos derivados da questão do caráter integrativo universal do nível subatômico (que já fora equiparado ao Tao por Fritjof Capra; p.ex., 1982, 1983, 1996), da hipótese “organísmica” da Terra como o ser Gaia, proposta por Lovelock (1979) (cf. ainda FERGUSON, 1980;

HARMAN, 1990 [que busca declaradamente promover o encontro entre “ciência moderna” e “antigas verdades”]; e SPANGLER, 1998); e a necessidade, que começou a ser expressa das mais diversas perspectivas, de se considerarem os fenômenos humanos em mais de um nível, e mais do que isso, na escala do planeta, e mesmo do universo — algo que tanto pode servir a estratégias ideológicas de imposição da chamada globalização nos termos neo-imperialistas da atual política dos EUA (para uma exposição crítica do conceito, ver HARVEY, 2004b) como de uma perspectiva interdisciplinar (cf. por exemplo WALLERSTEIN, Op. cit., que critica as falsas propostas interdisciplinares; cf. também MORIN e LE MOIGNE, op. cit., que propõem um influente modelo de transdisciplinaridade).

Essa necessidade de se pensarem totalidades se disseminou não apenas a partir do desenvolvimento dito interdisciplinar de ciências humanas como a etnologia, a sociolinguística e a antropologia (notadamente em suas versões norte-americanas, mas não só), como também da recepção “popular” diluidora da psicologia junguiana, com seus arquétipos coletivos etc. e de outras propostas “cósmicas”, “globalizantes” etc., inclusive religiosas. Faziam-se presentes ainda elementos de várias vertentes da chamada psicologia transpessoal de Maslow (ver, p. ex. artigo em obra coletiva, em que o autor trata da “metamotivação”, em WALSH & VAUGHAN, 1991); Grof (ver, p. ex. GROF & GROF [Orgs.], 1992; Wilber (entre várias outras obras, 1995); do movimento norte-americano do “potencial humano” (cf. p. ex. JAMES, 1902/1991) — que vem do final do século XIX e começo do XX — ; do *New Thought* [Novo Pensamento] (FILLMORE; HUNTING; CADY; QUIMBY; todos s/d, sem direitos autorais e alguns disponíveis na Internet), hoje mundial (cf. <http://www.agnt.org/>) — que são as principais influências. Esses livros parecem propor-se como alternativa ao que denomino “hetero-ajuda” (a ajuda oferecida por sacerdotes, pastores, psicanalistas, psicólogos, conselheiros – categoria tipicamente norte-americana — etc., enfeixadas nas hoje chamadas “profissões de ajuda”, que chega mesmo a incluir as consultorias; cf. Opper Silva, 1993), e era grande a variedade de formas de composição e de concepção geral – ao menos aparentemente. Por outro lado, pareceu-me muito ampla a esfera a que esses livros, a partir de suas semelhanças, pertencem/instauram. Acresce que esses textos figuram ao lado de vários esoterismos e exoterismos, filosofias orientais, técnicas de relaxamento, culinária taoísta, psicologias alternativas (transpessoal, de realização

peçoal, ditas junguianas etc.), o que dificulta uma generalização — e não me refiro, evidentemente, aos tópicos *per se*. A própria designação “auto-ajuda” vem sendo reinterpretada, de maneira mais próxima de um de seus sentidos originais no contexto norte-americano, que envolve mais do que livros, uma dada atitude do sujeito, nas chamadas “comunidades terapêuticas” (cf., por exemplo, DE LEON, 2003).

Esses dados, ao lado de informações acerca do crescente sucesso de vendas desses livros em todo o mundo e da vivência de um maior número de traduções vinculados com esses temas e com um tom semelhante (apesar de inúmeras variações, a meu ver adaptações “micro” a segmentos do universo “macro” de leitores de auto-ajuda, de que vou falar), me levaram a fazer uma pergunta óbvia para um pesquisador bakhtiniano: a que “pergunta” sócio-histórica responderiam eles? Arrolei então alguns elementos que me aproximassem da resposta. São eles: esses livros atendem a imperativos do mercado na fase capitalista de reprodução expandida do capital [cf. Harvey, 1992, 2004a 2004b]; a questões relativas à adaptação da individualidade a esses imperativos e às transformações sofridas pelas comunidades de que são parte os leitores; à necessidade de novas meta-narrativas (LYOTARD, 1979) ou da permanente interpretação regrada do *mythos* (cf. AMORIM, 2004); ao surgimento dos relativismos pós-modernos (cf. CONNOR, 1992; 1994); enfim, à desestabilização geral causada não só pelo aumento do contato entre povos, como também pelas estratégias de “desterritorialização”, “reterritorialização”, “compressão do espaço-tempo” etc. (cf. HARVEY, 1992, 2004a; BRANDÃO, 2004).⁴

O terreno ganho por esses livros no ambiente social parecia suficiente para levar a uma percepção do gênero como uma resposta a interrogações dos sujeitos leitores, tanto mais que os livros despertavam reações extremas naqueles que os

⁴ Devo ainda mencionar que o pano de fundo de todas essas propostas parece ser a questão da instabilidade do discurso como substituto da realidade concreta, algo defendido e trazido para o primeiro plano pelo pós-modernismo enquanto concepção teórico-ideológica, que teria tido início na década de 1960, quando as “certezas”, ou ao menos as de seus proponentes, teriam desaparecido por uma série de motivos da face da terra. Cf. Lemert, 2001, para uma descrição mais produtiva que muitas em circulação, numa obra que distingue “pós-modernismo” como tendência(s) da teoria social e “pós-modernidade” como designação de um dado conjunto de transformações mundiais.

viam como um “monte” de lugares comuns, principalmente tomando como base livros brasileiros que acentuavam o tópico norte-americano do “sucesso na vida” e que se voltavam principalmente para leitores profissionais do sexo masculino desejosos de vencer num ambiente que se tornava cada vez mais competitivo (cf., por exemplo, RIBEIRO, 1992a, 1992b [71ª ed.!), que chegou a ter livros traduzidos para 9 idiomas!), ainda que já começassem a ser lidos por mulheres, cuja presença no mercado de trabalho começava a aumentar.

Como o que parece unir os livros de auto-ajuda dessa vertente é de um lado a ênfase no “eu”, ligada ao pragmatismo norte-americano e ao mito do “sucesso na vida” tão típico dos EUA, e, do outro, a mediação da divindade em seu sentido amplo, ligada às concepções puritanas dos EUA, nascidas em oposição ao anglicanismo inglês, julgo que, neles, é fator privilegiado a relação que se propõe neles entre “autor” e “leitor”. Trata-se, do ponto de vista das relações enunciativas, do elemento estruturador por excelência desses discursos, material privilegiado de demonstração de que, se não pode haver um “quê” dizer desvinculado do “como dizer”, também não há “quê” e “como” dizer desvinculado de “quem” diz a “quem” de uma dada maneira (o sujeito, sempre o sujeito). Ao contrário do que ocorrera em outras épocas da existência desses livros, os propositores dessas teses de auto-ajuda começavam a dirigir-se, na época de surgimento da vertente estudada (década de 1980) a um público mais amplo do que as comunidades de *baby-boomers* (pessoas nascidas por volta de 1942 e que cresceram num período de grande expansão econômica nos EUA, tornando-se grandes consumidores, não muito seletivos), de *hippies* e assemelhados, de adeptos da Nova Era etc.; tratava-se de um público bem maior — e desconhecido para os autores de auto-ajuda —, público que, ao contrário dos membros desses grupos ou movimentos, de certo modo restritos, não compartilhavam de certos presumidos constitutivos, deles não tinham conhecimento ou não se interessavam *a priori* por eles. Nesse sentido, ressalte-se que o surgimento de edições populares (brochuras, bem como “livros de bolso”), que levaram a baratear os preços dos livros, e o advento da propaganda de massa nos EUA, que passou a aplicar-se a livros, criaram um público mais amplo para todo tipo de livros, contribuindo para o aumento das tiragens e, reduzindo o risco dos editores, o que facilitou em última análise a publicação de textos que não

seguiam os padrões editoriais habituais (cf. por exemplo STARKER, 2002, *passim*), como era o caso dos livros de auto-ajuda distintos dos manuais aludidos.

Além disso, o movimento de libertação das mulheres facilitou-lhes a escolha do que ler, tendo em vista as novas necessidades que estas começavam a sentir e os novos problemas que tinham a resolver, o que criou um mercado editorial potencial a explorar. Não por acaso, Simonds (1992, *passim*), fundada nos estudos feministas e nos estudos culturais críticos, verificou que o público da vertente “subjetivo-relacional” começara, já a partir de 1963, a ser preponderantemente feminino, o mesmo ocorrendo com a CBL, em várias pesquisas no Brasil, claro que com objetivos editoriais estritos, no âmbito da série *Retratos do Livro no Brasil*. Não que a “tradição de auto-ajuda” em seu sentido amplo tenha tido início com o que veio a ser conhecido no Brasil como “livros de auto-ajuda”, nem com a atual fase que é objeto de meu estudo. A época da maturidade da geração nascida no pós-guerra, os anos 1960-1970, foi uma época de expansão econômica, de início de novos planos de expansão imperial americana etc., bem como dos fatores já arrolados, o que facilitou a inserção desse tipo de livros nos EUA e, mais tarde, em outros países como o Brasil, que se acha, sob vários aspectos, na área de influência daquele país. É o que mostra, por exemplo, o fato de o clássico *Como fazer amigos e influenciar pessoas* (CARNEGIE, 1936) ter tido sua primeira edição brasileira em 1939, apenas 3 anos depois.

Os dados arrolados me levaram a aprofundar a busca de elementos para explicar uma presença sócio-histórica tão forte de livros que negam precisamente o caráter sócio-histórico da situação dos seres humanos no mundo. A partir da idéia de que, em maior ou menor grau, os livros parecem escamotear (se seguirmos a opinião de seus adversários) ou evitar mencionar (se seguirmos a opinião de seus defensores) as condições sociais e históricas concretas dos indivíduos, esses livros suscitaram questões como:

1. seriam eles um puro e simples abastardamento mercadológico das regras do bem-viver advindas remotamente da Grécia Antiga, fundadas no “conhece-te a ti mesmo” e outras máximas desse tipo, em suas várias ressignificações? É pertinente perguntá-lo porque há neles forte ênfase no que se poderia chamar de autoconhecimento, ênfase

marcada pela evasão à situação social e histórica dos sujeitos e que revela uma espécie de busca de uma expressão possível dessas regras nos termos das condições (ou necessidades impostas) pela atual fase neo-imperialista do capitalismo. Trata-se de uma fase iniciada em 1973 – com a reciclagem de petrodólares e a “financiarização” da acumulação do capital – e que envolve a promoção do consumismo como forma de coesão política e alienação social, notadamente nos EUA, sendo marcada pela promoção de um individualismo exacerbado que melhor permita a chamada “acumulação por espoliação” (nos planos interno e internacional) e que é hoje fortemente criticada nos planos político e acadêmico dos EUA e de alguns outros países;

2. constituiriam eles uma forma de resposta/reação a prementes interrogações dos sujeitos sobre como sobreviver às ameaças do capitalismo nessa fase imperialista moderna (cf. HARVEY, 2004b) ou simplesmente o reflexo da batalha entre subjetivação e coletivização (cf. quanto a isso, por exemplo, TAYLOR, 1997) com que se debatem os sujeitos “modernos” num âmbito que se diz marcado por uma indefinida pós-modernidade — postulada mesmo para países que sequer alcançaram a modernidade tal como tradicionalmente definida (cf. p. ex. LEMERT, 2000)?;
3. seriam eles o último recurso para conter a crise e a fluidez da identidade moderna, que abalaram as certezas quanto à estabilidade do ser?
4. seriam eles um puro “produto de marketing” destinado a “enganar” as pessoas, uma espécie de exploração impressa da credulidade?
5. seriam uma forma de confirmação do individualismo exacerbado que segundo alguns marcam o mundo moderno, ou, em vez disso, “cursos de individualismo” para indivíduos que perderam o convívio comunitário em função da urbanização e da desumanização promovida pelo capitalismo avançado, mesmo em países ditos periféricos, e que, tendo deixado de contar com o “outro” como “espelho”, já não sabem ser

“indivíduos” capazes de sobreviver nas novas condições “globais” de vida?

Para fundamentar possíveis respostas a essas interrogações, passei a procurar estudos sobre os livros de auto-ajuda, que apresento sumariamente a seguir e que retomo adiante de modo mais detalhado (cf. capítulo 3) .

1.1.3 Breve notícia de alguns estudos sobre auto-ajuda

Um levantamento da bibliografia sobre a questão da auto-ajuda demonstra haver alguns estudos a respeito desse tipo de obras, nos EUA e no Brasil, estando a maioria (felizmente) voltada para perspectivas que não são as de um estudo de gênero como o aqui proposto. A tese de Oliveira e Silva (2000), por exemplo, tem como objetivo específico estudar o manejo da interação escritor-leitor através de escolhas pronominais. O trabalho traz dados de interesse na parte não-analítica, mas seu alcance é restrito, o que de resto é admitido em seu próprio bojo.

A tese de Pennino (1990) não tem caráter discursivo estrito, abordando discursos de auto-ajuda de mulheres americanas do século XIX, no âmbito dos chamados “estudos [culturais] americanos”. O destaque é demonstrar uma manifestação de um dos sentidos de auto-ajuda nos EUA: o questionamento da própria condição pelo sujeito-autor, de modo geral membro do que hoje recebe o contraditório nome de “minorias”. As manifestações modernas dessa vertente recebem hoje o nome de “inter-gênero”: a ficcionalização da própria vida (cf. RAJAN & WRIGHT, 1998). Foi a partir desse estudo que obtive indícios de que *self-help* não é propriamente *auto-ajuda* como se entende no cotidiano brasileiro.

O artigo de Fornari e De Souza (2001) aborda os discursos de auto-ajuda em termos narrativos e de estratégias de textualização a partir da centralidade do individualismo como característica, por eles alegada, dos textos considerados. Ainda que identifique a proposta dos livros estudados de propor ao leitor que este faça um percurso, e de apresentar na estrutura do livro esse percurso, o artigo insiste tanto numa análise centrada na narrativa que deixa de lado outros aspectos que por assim dizer ressaltam do material examinado.

Dois outros textos sobre o assunto, sob outras perspectivas, são o de Chagas (1999), de cunho psicológico/psicoterapêutico, e marcadamente contrário ao gênero, que vê os livros como danosos “mercadores de ilusões”; e o de Rüdiger (1996), obra de cunho sociológico/antropológico centrada na questão do individualismo como marca do gênero. O primeiro faz uma defesa intransigente da psicoterapia e, o segundo, faz um excelente levantamento de títulos, e os organiza em ordem não cronológica, destacando trechos em que se patenteia o individualismo procurado. A maioria dos livros examinados é da primeira fase de que falo ou anterior a ela.

Há ainda dois trabalhos, que julgo interessantes em termos de demonstrar como certos livros que não se dizem de auto-ajuda são “construídos” como sendo, o que terá implicações para o que apresento adiante: a monografia de TCC de Ruggiero (1999), no âmbito da psicologia, que traz um estudo de caso de leitor de auto-ajuda do ponto de vista do psiquismo e dos problemas psíquicos, e a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Neiva (2000), que examina os livros de auto-ajuda e seus leitores do ponto de vista de uma antropologia da solidão.

Outra obra sobre o assunto é a de Starker (1989), cuja perspectiva é a da psicologia clínica e que examina a possível utilidade terapêutica dos livros ou seu uso como recurso auxiliar na psicoterapia. Há ainda a obra de SIMONDS (1992), que parte da teoria feminista e dos estudos culturais críticos e busca entender porque as mulheres lêem livros de auto-ajuda.

Há igualmente o estudo monográfico de Meurer (1998), em inglês, que estuda, de uma perspectiva sistêmico-funcional, os aspectos de linguagem de uma obra de auto-ajuda também em inglês. A perspectiva adotada vê “gênero” como “evento significativo dirigido a metas”, e o analisa do ponto de vista da textualização, de sua “estrutura esquemática, ou genérica” (MEURER, 1998, p. 118). O livro estudado é o que denominei livro de “aconselhamento” (e o estudo de Meurer fala de “*self-help counselling*”), que não constitui meu objeto. A perspectiva de gênero adotada permanece, de minha perspectiva, no nível da tipologia de estruturas textuais, não vendo pois gênero em termos de uma “ideologia criadora de formas”, dotado de flexibilidade em função de ter uma estabilidade relativa. Ou seja, trata-se de um estudo centrado antes no texto do que no discurso, nos termos em que, como

vou detalhar, entendo gênero. No nível da micro-análise textual o estudo de Meurer traz interessantes contribuições em termos de estratégias de organização.

O trabalho de doutorado de Brunelli (2004), defendido no IEL da Unicamp, concentra-se em investigar o discurso de auto-ajuda a partir de um levantamento de seus enunciados básicos, seguindo Maingueneau. É muito bem sucedido nessa intenção, e o que mais proximidade tem com minha abordagem, no que se refere à sua contribuição ao exame de certos aspectos relevantes do ponto de vista da textualização, da construção de enunciados típicos e, principalmente, da questão da construção do *ethos* (e do tipo de *ethos*) e das formas de interlocução criadas nos livros classificados pela autora como de auto-ajuda. Trata-se de uma feliz conjunção de uma perspectiva discursiva com a análise de modalidades e da captação de provérbios nos enunciados que oferecem “conselhos”. Os livros estudados são de vertentes que também não se situam no âmbito daquela de que me ocupo, o que parece demonstrar a grande popularidade de alguns livros “construídos” como de auto-ajuda a partir das representações sociais sobre auto-ajuda.

Rimke (2000) destaca a temática do poder, concentrando-se em livros que buscam promover o conformismo sob a capa da busca do sucesso pessoal, na linha de “como fazer amigos e influenciar pessoas” (cf. CARNEGIE, 1936; 1985).

O exame, naturalmente não exaustivo, de vários livros que constituíram o *corpus* dos vários autores citados revela que os sentidos de auto-ajuda, afora os que arrolei na cultura norte-americana, se ampliaram a ponto de incluir todo e qualquer texto que de alguma maneira aborde seu tema de uma perspectiva de conselhos, sugestões, regras do bem-viver etc. Isso a meu ver dá maior destaque a essa vertente psico-cósmica que identifiquei da perspectiva que assumo como brasileiro em contato com os leitores brasileiros e como tradutor de alguns livros de auto-ajuda (por motivos profissionais, não como “pesquisador participante”) como uma modalidade de oposição ao *establishment* das profissões de ajuda. Esses estudos tornam ainda mais relevante a aplicação de princípios bakhtinianos, associados a teses greimasianas e de Maingueneau, não só para tentar discernir novos elementos acerca dos livros como também para examinar sua natureza como gênero, tarefa ainda não realizada, e, mais do que isso, estudar algumas relações inter-genéricas, tema de extrema importância para ajudar a demonstrar o caráter de estabilidade

relativa dos gêneros, em vez de um cunho “camisa-de-força” que vai se ampliando a olhos vistos.

1.2 Objetivos, perguntas de pesquisa, bases metodológicas

Tendo em vista a questão da formação do discurso segundo a partir do discurso primeiro (Maingueneau) bem como a questão da polêmica, da hibridização, da dialogização interna do discurso e partindo da proposta bakhtiniana de arquitetônica/composição, vinculadas com a atividade autoral, o projeto enunciativo, e de gênero/esfera, busco arrolar elementos acerca da maneira como os livros de auto-ajuda da vertente estudada busca constituir-se como gênero por direito próprio. A partir da consideração de que se trata de um gênero em formação, como o revela a meu ver sua falta de articulação e de autonomia “genérica”, sua totalidade ainda mecânica (Bakhtin), apesar de certas “regularidades” que se insinuam, levantei algumas marcas *discursivo-genéricas* das estratégias por meio das quais ele procura apropriar-se dos componentes dos gêneros com os quais entra em confronto e assimilar componentes daqueles que, por assim dizer, acata, transfigurando-os para seus próprios fins — em ambos os casos com vistas a ocupar o espaço discursivo (Maingueneau) destes.

Recorro a dados concretos acerca de autores e leitores na medida em que sirvam à compreensão do texto — fora do qual não há salvação — e na medida em que tenham sua presença autorizada na própria estrutura dele, ou seja, uma necessidade imposta por eles, buscando com isso (a) evitar cair no entendimento da enunciação em termos sociológicos redutores, como prática social, cuja implicação é ver o enunciado como mero conteúdo do que dizem sujeitos empíricos, e (b) fugir da armadilha da textualização autônoma, que parece ver o texto fora de sua inserção enunciativa, como “artefato”, ou exclusivamente como contendo funções textuais isomorficamente correspondentes a certas funções sociolingüísticas e/ou papéis dos sujeitos falantes, cuja implicação mais nefasta é perder de vista a esfera de produção, circulação e recepção e considerar o gênero ao estilo das caixas chinesas e das bonecas russas, multiplicando desnecessariamente definições de gêneros, subgêneros, hipergêneros e quejandos.

A (tentativa de) manutenção desse equilíbrio tem como fundamento a idéia de que p interdiscursivo e o extradiscursivo são elementos constitutivamente presentes nos discursos na forma da intradiscursividade, isto é, a idéia de que a estrutura geral do discurso advém de sua relação com outros discursos, nas várias esferas, nada tendo de isomórfico com as situações empíricas, indo pois além do formalismo dos atos de fala em sua concepção tradicional e das textualidades autárquicas. Nos termos de meus objetivos mais amplos, tem igualmente relevância a questão de como a “intergenericidade” e a “extra-genericidade” vêm a se tornar “intragenericidade”.

Trata-se de um equilíbrio sempre precário e contudo vital, uma necessidade para mim ainda mais reforçada pela participação no II Congresso de Gêneros Textuais (5-6 de agosto de 2004, quando apresentei a comunicação “A apropriação de gêneros por um gênero em formação”). Presenciei, ao lado de algumas excelentes propostas, fundadas em diferentes campos teóricos, o uso de “gênero” como termo-valise, que degenera (sem intenção de trocadilho) em análises exclusivamente cognitivas, de argumentação na língua etc. ou em estranhos híbridos analíticos, caindo por vezes na armadilha da análise pela análise e, o que é pior, na esquizofrenia da proposição de um dado compromisso teórico-metodológico na apresentação da proposta e do uso de outros princípios na análise. Em função disso, no III SIGET apresentei a comunicação “Gêneros textuais ou tipos de textualização?”, a fim de estabelecer uma distinção mais clara entre o conceito originário de “gênero discursivo” e o termo derivado “gênero textual”, que por vezes se confundem, quando não se sobrepõem.⁵

⁵ Este é mais uma vez o tema do histórico do conceito de *gênero* no Brasil, que não é objeto específico deste estudo, ainda que não possa deixar de se fazer presente. Como bem disse SILVA (2004), no título de sua comunicação apresentada ao 14º InPLA, “Agora tem que ensinar gêneros!” – significativo enunciado sobre as vicissitudes da escolarização do conceito. Mas esta “briga”, ao menos, não “compro” aqui! Remeto quanto a isso ao levantamento realizado por ROJO (2000) sobre a questão dos estudos de gênero, bem como ao texto de BUNZEN (2004) e, mais uma vez, de ROJO (2005), que aborda a questão em termos de sua aplicabilidade escolar. Para uma perspectiva produtiva quanto à exploração da questão da arquitetura e da autoria em sua associação com a questão do gênero, no caso específico, gêneros poéticos em livros didáticos, cf. a tese de doutorado de PADILHA (2005).

Pensando em termos do(s) tipo(s) de relação dialógica estabelecido(s) na vertente do gênero de auto-ajuda que qualifico como “psico-espiritual”, julgo útil examinar de que maneira o “contrato fiduciário” proposto busca atender às expectativas de “responsividade ativa” dos interlocutores e como explora o aspecto avaliativo-patêmico do projeto enunciativo apresentado, inclusive em termos da proposição de criação de uma dada “comunidade discursiva”, ou da incorporação a alguma que porventura exista, e, portanto, da redefinição ou criação de uma dada esfera de atividade.

Assim, levando em conta que disso pode advir, ou ser transformada ou criada, uma esfera de atividade, o rumo seguido é o de explorar o conflito intergenérico constitutivo da vertente em questão: ver o texto/discurso da perspectiva do gênero e, portanto, da esfera de atividade (primeira ou segunda). Testei esse caminho com sucesso ao examinar o processo de interconstituição de um gênero e uma esfera, a partir do estudo da publicidade de livros na *Revista do Brasil*, em comunicação apresentada ao 14º InPLA em 2004.

1.2.1 Objetivos de Pesquisa

Os objetivos que pretendo alcançar a partir dessa perspectiva são:

1. Identificar as estratégias de formação/consolidação do gênero de auto-ajuda, a partir da instauração de uma dada relação locutor-interlocutor, com ênfase nas operações programático-passionais de construção da autoridade do locutor, através das quais este procura levar o interlocutor a fazer um percurso de transformação de identidade propondo-lhe a fiel execução de uma espécie de “receita de felicidade” fundada no plano psico-cósmico.
2. Caracterizar como gênero em formação os discursos de auto-ajuda estudados mediante o exame das estratégias parasitárias de formação genérica desses discursos.
3. Subsidiariamente, explorar a possibilidade de caracterizar o que denomino aqui “parasitar” como um momento de confronto comum a todo gênero em formação.

1.2.2 Perguntas de Pesquisa

As perguntas de pesquisa que norteiam a busca desses objetivos são:

1. Os livros de auto-ajuda “psico-espirituais” podem ser caracterizados como um gênero em formação que tenta se configurar apropriando-se de elementos de gêneros de várias esferas com que entra em confronto/incorpora, na busca de uma resignificação de esferas existentes ou de criação de uma nova esfera?
2. A realização desse fim envolve porventura um projeto enunciativo/discursivo que, fundado no confronto e na incorporação com o(s) projeto(s) enunciativos típicos dos gêneros parasitados, busca (i) programar a ação do interlocutor para levá-lo a alcançar fins pragmáticos; (ii) propor um contrato fiduciário fundado numa autoridade específica que o locutor procura atribuir a si mesmo, opondo-se a interlocutores do(s) gênero(s) primeiro(s), e na manipulação “passional-apocalíptica” do interlocutor (iii) levar o interlocutor a assumir, ainda que temporariamente, uma identidade psicológico-cósmica unitiva que apaga sua situação social e histórica mediante o oferecimento de elementos que visam capacitá-lo, se não a resistir a uma situação sócio-histórica hostil, ao menos adaptar-se a ela com proveito?
3. Pode-se caracterizar essa apropriação como uma ação de luta pela ocupação de espaço discursivo entre esse “gênero” segundo e o(s) gênero(s) primeiro(s) com que está em confronto?
4. Será esse tipo de confronto característico da formação de gêneros novos a partir da(s) tradição/tradições genéricas, vinculado à primazia da “intergenericidade”?

1.2.3 Sumário Metodológico

Com base nos objetivos e nas perguntas de pesquisa, defini a metodologia geral a seguir:

1. Análise qualitativa de elementos que permitam caracterizar os textos estudados como gênero, e revelar suas especificidades como gênero em termos da esfera de produção, circulação e recepção (Bakhtin).
2. Análise das estratégias de inter-auto-formação genérica dos textos estudados (recorrendo a Bakhtin e, subsidiariamente, a Maingueneau);
3. Análise dos modos específicos de criação nesse gênero da interação locutor-interlocutor como forma de auto-atribuição de competência enunciativa pelo autor objetivado (Bakhtin, e subsidiariamente, Maingueneau e Greimas).
4. Análise dos modos específicos de manipulação (principalmente no sentido de Greimas) do interlocutor pelo locutor, visando à alteração da identidade e da ação do sujeito no mundo, levando em conta as noções de inacabamento do sujeito e de discurso programador, entre outras.

1.3 Procedimentos e etapas (ou níveis) de estudo

Designo por “procedimentos” os elementos que constituem a abordagem macro-analítica do estudo, entendendo por “etapas”, ou “níveis”, os elementos que constituem a abordagem micro-analítica. Os *procedimentos* visam demarcar o objeto do ponto de vista de sua inserção sócio-histórica; as *etapas* ou *níveis*, que são parte de cada um dos procedimentos, constituem um dispositivo analítico voltado para explicar os mecanismos de construção dos sentidos dos discursos. Assim, cada um dos procedimentos segue as etapas, ou níveis, em seu respectivo âmbito. Por outro lado, como pretendo evitar a impressão de que sugiro uma aplicação mecânica desses procedimentos e etapas, ou níveis, descrevo o que chamei de “momento de ‘pré-análise’”, momento de seleção do *corpus*, a fim de acentuar que, se todo objeto de pesquisa exhibe características comuns com outros objetos de pesquisa num dado campo de estudos, cada situação de estudo, e cada objeto, requer adaptações dos recursos de estudo usados.

1.3.1 O momento de “pré-análise”

A análise dos livros que constituem o meu *corpus* parte da perspectiva do modo com o gênero de livros de auto-ajuda da vertente psico-espiritual busca se constituir como gênero por direito próprio numa relação de “parasitarismo” com outros gêneros. Em outras palavras, a perspectiva seguida é ver o texto em termos de discurso e de gênero, e não vice-versa. Os livros estudados recebem a designação “psico-espiritual” porque são marcados pela proposição de regras de comportamento em geral que buscam unir aspectos psíquicos individuais a aspectos espirituais amplos.

Cabe admitir explicitamente que, antes mesmo do estudo propriamente dito dos livros que compõem o *corpus*, a própria escolha dos livros, no âmbito de um universo mais amplo de títulos, atendeu a uma expectativa, o que naturalmente supõe, digamos assim, uma “pré-análise”, uma seleção “cuidadosa” (para lembrar Maingueneau), dado que desde o primeiro momento a justificativa da escolha foi o fato de cada um dos livros representar a meu ver uma dada tendência de uma mesma “classe” de livros, ou seja, exibiam semelhanças que justificavam sua inclusão numa mesma categoria, mas exibiam diferenças que faziam deles realizações distintas dessa categoria.

Nada há de ilegítimo nesse modo de proceder, pois a reunião de exemplares de objetos de uma mesma natureza, a partir de um trabalho de identificação de elementos que permitam dizer que têm a mesma “natureza”, é parte intrínseca dos estudos discursivos em geral, e bakhtinianos em particular; a análise de um único discurso só se justifica se, ainda que não se apresente uma análise de ao menos um outro discurso “semelhante”, ficar claro que outros discursos foram levados em conta. Isso é ainda mais premente no caso de um trabalho com gêneros, dado que há sempre o risco de a análise se perder na textualização e ver, não enunciados, mas frases, saindo pois de uma perspectiva discursiva.

No meu caso específico, a seleção começou, a partir da escolha do fenômeno a estudar, o sucesso dos livros ditos de auto-ajuda, pela busca de livros que fossem considerados, quaisquer que fossem os critérios, de auto-ajuda: em fichas de catalogação, catálogos de editoras, jornais, livrarias etc. Nesse universo, procurei desde o início livros que, enquadrados na categoria “auto-ajuda”, se distinguíssem de alguma maneira uns dos outros. E assim obtive dados para validar a escolha dos quatro livros que compõem o *corpus*, um de cada tendência, e um deles vindo da

Inglaterra, o que serviu para estabelecer outro contraste entre eles. E escolha tem por outro lado raízes históricas: um dos primeiros livros considerados de auto-ajuda a fazer sucesso nos EUA, no século XIX, foi escrito por um inglês, Lord Chesterfield. Tratava-se na verdade da vertente das regras do bem-viver *a proprement parler*, com laivos de conselhos dos experientes aos mais novos. O título era *Letters to my son* [Cartas a meu filho] e foi publicado em 1774.

Mais tarde, com esse mesmo objetivo de descobrir a especificidade a partir do contraste, levei em conta um livro vindo da França (*Filha das estrelas*; KRISTEN, 2002; original de 1994), cuja autora é “vidente”, e outro do Canadá francófono (*Espelho meu*: DUMONT, 2003, original de 1998, escrito por uma terapeuta da área de “desenvolvimento pessoal”), que têm caráter intimista, mas com nuances: o primeiro está fundado na jornada da autora pela mediunidade, ou extra-sensorialidade, tendo vendido mais de 30 mil exemplares na França, e o segundo funda-se num método pessoal de “uso do espelho como forma de autoterapia”. Além disso, examinei outros livros recentes para testar a idéia de existência de uma tendência, ou fase, parasitária; pude então perceber a presença de traços dos livros da vertente de auto-ajuda aqui definida nos livros *Divórcio espiritual* (FORD, 2001) e *Até que a morte nos separe - a menos que eu te mate antes* (TURNDORF, 2000), livro de aconselhamento baseado mais claramente em “passos”, o que poderia ser tomado como indício de outra relação “intergenérica” da “cena interlocutiva global” da vertente. Naturalmente, como o objeto de estudo são os 4 livros do *corpus*, não me detenho no exame de todos os outros, mas registro que eles me serviram de dado relevante para o trabalho com minhas hipóteses e mesmo para a formulação dessas hipóteses.

Assim (e não faço aqui o diário da pesquisa, reservado a um artigo), houve dois momentos de pesquisa: o momento de seleção de material, de “pré-análise”, em que, insisto, já estava presente uma dada concepção da pesquisa e do objeto, e o momento que é objeto da tese. O primeiro foi marcado por uma dada intenção de pesquisa, fundada na idéia de que os livros escolhidos eram representativos de tendências de uma mesma classe de livros, e de que sua estrutura discursiva propunha um percurso que, indo além da simples linearidade da materialidade dos livros – isto é, livros com começo, meio e fim – pretendia conduzir o leitor, passo a passo, a uma transformação de sua identidade, ou de confirmação de alguma

identidade compatível com o que lhe era proposto, e a isso dei o nome de “percurso de transformação da identidade” – dando um uso um tanto “metafórico” a um termo da semiótica de Greimas.

Busquei verificar se a distribuição dos grandes segmentos do livro e a seqüência específica desses segmentos correspondia a etapas da “doação de competência” (Greimas) do autor ao leitor, constituindo unidades integradas voltadas para a proposição de uma dada identidade ao leitor. Ao mesmo tempo em que verificava a identidade atribuída ao leitor e a identidade que o autor pretendia oferecer-lhe, procurei examinar a imagem que o autor de cada livro propunha de si mesmo como autor a esse leitor, ou seja, seu *ethos*, nos termos de Maingueneau, levando em conta ainda a noção de “contrato fiduciário” e, principalmente, a relação entre “entonação avaliativa” e “responsividade ativa”. Esse modo de proceder determinou o tipo de análise feita, análise que toma os discursos como uma totalidade, à feição da análise de uma obra literária, porém com suas nuances translingüísticas.

Tratava-se ainda de um primeiro levantamento da estrutura dos livros para verificar semelhanças e diferenças discursivas. Depois disso, “reli” cada um deles à luz das semelhanças identificadas, a fim de verificar sua especificidade, e fiz uma primeira comparação. Para conferir um caráter mais concreto à análise, comparei amplamente as capas e contracapas de todos, buscando inclusive localizar as capas dos originais. O exercício de comparação das capas e contracapas serviu de base ao exame das semelhanças entre os outros segmentos dos 4 livros estudados. Com base nisso, procurei outros livros ditos de “auto-ajuda”, de várias épocas e autores, a fim de ver de que universo genérico concreto se tratava. Esta etapa me levou à identificação de vários “diálogos” travados na esfera de atividade de “auto-ajuda”, tanto nos EUA como no Brasil.

Proponho uma “técnica” de análise em três momentos e três níveis ou etapas do ponto de vista da concepção de gênero, de discurso e de texto como constituintes de uma totalidade. Naturalmente, não há observador capaz de ver todos os níveis e examinar todos os aspectos dos discursos ao mesmo tempo, ainda que tenha necessariamente de levá-los em conta, no grau de amplitude e de exaustividade em que é dado ao ser humano apreender totalidades sem nunca as esgotar, num processo circular não-fechado. As relações (inter-)genéricas, repito,

são estudadas levando em conta uma multiplicidade de livros e de relações entre gêneros na esfera de atividades em que os livros que constituem o *corpus* fazem sentido. Esclareço, ainda que possa parecer óbvio, que, se o exame do *corpus* tem como primeira etapa o contato com a materialidade textual dada, indo daí ao contexto (buscando não confundir o empírico com o discursivo, mas, como já foi dito, seguindo as pistas contextuais que o objeto traz), o olhar lançado a essa materialidade já leva em conta os elementos contextuais não-verbais que lhe dão sentido, suas “condições de produção”, com ênfase em sua provável inserção discursiva e genérica. No âmbito do Círculo de Bakhtin, um proceder diferente seria, digamos assim, setorial, focando-se numa análise textual estrita ou numa análise sociológica estrita ou então numa análise discursiva que não leva em conta o gênero. Isso não implica contestar a legitimidade desses tipos de análise setorial, mas defender um tipo de análise mais integrador.

O que apresento aqui é a sistematização do estudo feito, não o exame exaustivo de todo o *corpus*, e menos ainda sua comparação detalhada com vários outros livros. Descrevo primeiro os procedimentos, passando em seguida a discorrer sobre as etapas envolvidas em cada procedimento. Esclareço ainda que o empreendimento como um todo se acha fundado numa concepção segundo a qual um estudo de gênero não pode prescindir de

1. Determinar em que esfera(s) de atividade situa-se esse gênero (ou essa fase do gênero), a fim de descrever sua forma específica de realização de atos discursivos num dado momento histórico.
2. Desvendar o que confere, no âmbito da esfera, uma dada característica ao gênero/à fase do gênero, reconhecendo com isso que esfera e gênero se constituem mutuamente.
3. Examinar à luz disso discursividades e textualidades que se manifestam num mesmo gênero, bem como, para fins de contraste, examinar discursividades e textualidades que se fazem presentes em diferentes gêneros.

Alerto por fim para o fato de que uma análise bakhtiniana pode naturalmente ter como *corpus* um único texto (uma aula, por exemplo), mas seus princípios requerem que isso se baseie numa amostragem situada (outras aulas, por exemplo),

mesmo quando só nos interessa esse texto ou quando só ele é nosso objeto. Porque dificilmente um só exemplar é capaz de servir a uma análise que se queira coerente, havendo mesmo o risco de ver como singular um objeto que é parte de um conjunto de objetos semelhantes, sem prejuízo do que há nele de específico ou então ver como típico de um dado conjunto um objeto que exhibe especificidades que merecem destaque. Claro que, para fins didáticos, pode-se analisar um só texto como fim em si, ou melhor, como objeto de ensino, mas mesmo nesse caso é preciso deixar claro que se está aplicando uma análise a um dado texto, mas a partir de um universo de textos semelhantes.

1.3.2 Procedimentos

Todos os procedimentos analisam a *materialidade textual dada* de cada livro *da perspectiva da genericidade e da discursividade*, e, portanto, da arquitetônica autoral, o que envolve as relações enunciativas, em vez de restringir-se à textualidade, e, portanto, ao plano da composição. A materialidade textual dos livros é considerada componente de um discurso que é membro de algum gênero – em decadência, consolidado, em formação etc. Esses procedimentos são a abordagem de análise dos livros e não de apresentação dessa análise.

O *primeiro procedimento* é o exame *geral* de cada livro, da capa à contracapa, do ponto de vista das “macro-marcas de gênero”, o que remete naturalmente à esfera, *porém* buscando identificar especificamente de que modo os tipos de segmentos que o constituem e as relações entre esses diversos segmentos, inclusive em termos lingüísticos estritos, indicam uma composição e uma *textualidade* voltadas para sua inserção genérica. O *segundo procedimento* é uma ampliação do primeiro, consistindo na comparação entre os 4 livros nos termos da organização de seus segmentos etc., antes identificada em cada um deles, buscando discernir semelhanças e diferenças entre suas estratégias de inserção genérica *do ponto de vista de sua discursividade*, porque o exame de um só livro indica uma discursividade, mas, sem um termo de comparação, nada pode ter de conclusivo; examinar um só discurso pode ser um procedimento de exemplificação, mas não de análise. O *terceiro procedimento* examina as *semelhanças e diferenças* identificadas entre os vários livros, reunindo portanto os resultados dos dois outros

procedimentos, e constitui o auge do processo analítico da perspectiva do gênero. Aqui são identificadas as características que permitem identificar os livros como membros (ou não) de uma dada *genericidade*. Passo a detalhar esses procedimentos.

O *primeiro procedimento*, o exame de cada livro da capa à contracapa, busca alcançar dois objetivos: em primeiro lugar, verificar quais são e como se distribuem nos livros seus vários segmentos, os capítulos e outros componentes, como Epígrafe, Introdução, Prefácio, Dedicatória, Agradecimentos etc. e, em segundo, fazer uma primeira identificação de recursos de construção das imagens de locutores e interlocutores nesses vários segmentos, buscando já então verificar quais as possíveis relações entre a textualização, e a composição em geral, e a discursivização e generificação. Em ambos os casos, concentra-se nas estratégias textuais de apresentação e desenvolvimento do tema (sempre no sentido bakhtiniano) de cada livro em sua posição relação como a unidade temática do gênero.

O *segundo procedimento*, o exame das relações específicas entre os segmentos, aprofunda a busca de realização dos dois objetivos aludidos, e leva em conta da argumentação na língua, naturalmente em termos discursivos, aos vários procedimentos de alusão, coesão, coerência, construção de *ethos*, relações intergenéricas sugeridas pela materialidade textual etc. É o levantamento da *proposta discursiva dos textos* a partir de sua *textualidade* e composição em geral, idealmente identificada no procedimento anterior. Observo que a textualidade é levantada em primeiro lugar em razão de ser o dado imediato, mas que ela é analisada *depois* da análise discursiva aqui feita, porque o modo de dizer, como se sabe, determina o dito, e estudar o dito sem conhecer o modo de dizer não é análise discursiva.

O *terceiro procedimento* aprofunda os dois anteriores do ponto de vista das semelhanças e diferenças discursivo-textuais entre os livros em termos da esfera a que remetem e na qual se acham inseridos. É a parte do estudo que se concentra no gênero propriamente dito, levando em conta a textualização e a discursivização antes examinadas *do ponto de vista de suas relações com o gênero*.

Em suma, a abordagem consiste em: dado um texto x, buscar identificar na materialidade de sua *textualização* elementos que, mobilizados por sua

discursivização, remetam ao possível *gênero* em que ele se insere; ou seja, diante do texto, tem-se de pensar antes de tudo na *esfera* de seu possível gênero. A análise tem assim de considerar ao mesmo tempo gênero, discurso e texto, ou melhor, examinar o texto e o discurso, e suas inter-relações, *do ponto de vista do gênero*. Porque se examinar o texto e o discurso sem considerar o gênero, ela vai tornar supérfluo o próprio conceito de gênero, e sem considerar o texto e o discurso não pode identificar os “indícios de gênero” nem, por conseguinte, o gênero. Examinar o texto e o discurso do ponto de vista do gênero pode contribuir para verificar em que uma análise de discurso a partir do gênero difere de uma análise a que o gênero não está presente, e se há algum ganho advindo da consideração do gênero.

1.3.3 Etapas

Passo agora às etapas de exame de cada objeto no âmbito de cada um dos procedimentos. Como os procedimentos descritos seguem uma seqüência de aumento de amplitude, a última *etapa* do último procedimento é o levantamento geral do exame realizado. Essas etapas são uma interpretação minha, à luz da seqüência de procedimentos de exame que desenvolvi, de uma proposta de Beth Brait, não publicada, sendo descritas aqui não só a partir de um texto de aula usado pela autora como também das aulas por ela ministradas no LAEL e a que assisti, das reuniões de pesquisa voltadas para o Glossário Bakhtin e de comunicações pessoais entre mim e ela. Assim, a responsabilidade pela apresentação aqui feita é toda minha.

A primeira etapa é a *descrição* do objeto, que vai do material que lhe serve de suporte físico à sua “aparência” geral, e inclui um levantamento sumário dos elementos essenciais de sua esfera, tal como manifestos no texto; a segunda é a *análise* discursiva do *corpus*, que apresenta seus vários procedimentos discursivos; e a terceira é a *interpretação* propriamente dita, que busca identificar, dadas a esfera, a materialidade e os recursos discursivos e textuais do *corpus*, que efeitos de sentido são nele criados.

Por outro lado, essa seqüência de etapas marca o momento em que o analista tem diante de si o objeto, e segui-las é um procedimento metodológico que

tem dado bons frutos. Não obstante, isso não quer dizer que a *apresentação* do exame do objeto vá seguir necessariamente essa seqüência ou tenha de mostrar necessariamente seus resultados. Claro que, quando descrevo os elementos de uma capa, abordo as inter-relações entre seus elementos e identifico efeitos de sentido nela produzidos, sempre em termos da intradiscursividade do objeto, que remete à interdiscursividade e constitui assim a porta de acesso a ela, estou seguindo implicitamente essas etapas, numa seqüência por assim dizer “natural”. Mas nem por isso vou quebrar o caráter totalizante do exame em função de demarcar, na apresentação, cada uma das etapas.

Logo, a ênfase é a interseção, necessária e positiva, entre essas etapas, dado que o olhar do analista não consegue fixar-se estritamente num dado “ponto” do *corpus*, e, mais do que isso, deve necessariamente, a fim de preservar a unidade do discurso, ter presente os vários aspectos que o constituem, à luz do universo de sua discursividade e genericidade. Nunca se deve perder de vista a consideração de outros exemplares do arquivo de discursos criado pelo analista.

Por exemplo, ao discorrer acerca da concepção de ato de Bakhtin (SOBRAL, 2003a e b), examinei os atentados de 11 de setembro nos EUA, isto é, dei como exemplo de análise esses atos. Para fazê-lo, porém, apliquei os princípios a vários outros atos, ou pensei vários outros atos à luz disso, com o fito de verificar em que o ato examinado se distinguia dos outros, bem como que semelhanças tinha com outros atos da mesma “espécie”, evitando assim ver nele apenas o que estava procurando. A primeira análise (2003a) explorou bem menos aspectos do que a segunda (2003b); esta, tendo sido precedida da primeira, “testada” numa apresentação de comunicação, tanto ao ser elaborada como ao ser apresentada, modificou-se profundamente, ensejando novas “descobertas” de que nem mesmo eu “suspeitava” (a presença constitutiva do outro).

Devo alertar que a primeira apresentação foi feita perante um público mais diversificado e, a segunda, diante de especialistas em Bakhtin, o que explica certas alterações específicas que revelaram a presença constitutiva do outro, na forma dos “ouvintes” (reais e presumidos) das apresentações, das expectativas etc., que eu tinha com relação a cada público e que julgava que cada público tivesse tanto quanto a meu desempenho como à concepção de ato de Bakhtin, ao exemplo escolhido, ao local de apresentação, aos co-participantes que também apresentaram

etc. Mas foi igualmente “visitada” pela presença constitutiva de um “segundo outro”, outros atos que analisei desse mesmo ponto de vista, bem como outras análises de outros objetos, o que me fez entender melhor meu próprio exemplo e a própria “técnica” desenvolvida a partir das semelhanças e diferenças entre os vários objetos examinados.

No primeiro exame das capas e contracapas dos livros, escolhidas para fins de apresentação da análise, como “microcosmos” do “macrocosmo” que é cada livro, segui essas etapas com um grau bem menor de sistematicidade. De modo geral, a situação do analista é: tendo diante de si um texto, uma materialidade textual, ele começa por ver o título, o autor a distribuição de segmentos, o ambiente geral do texto (jornal, livro, o Código Civil...) etc., e vai aos poucos formando uma idéia das posições enunciativas, de especificidades da esfera de atividade e dos recursos de produção de efeitos de sentido etc. do referido texto, o que forma uma primeira idéia de sua genericidade e de sua discursividade.

Claro que ele pode concentrar-se somente em verificar se há, digamos, uma Introdução, uma Apresentação etc., sem correlacionar o texto assim visto com os aspectos discursivos e genéricos. Nesse caso, ele não faz uma análise discursiva, mas uma análise textual estrita, que poderá servir a uma análise discursiva ou esgotar-se na forma textual. A análise que proponho busca assim ir além dos aspectos parciais, ainda que relevantes, abordando a textualidade que uma dada forma textual permite depreender em termos das marcas de sua discursividade e de sua genericidade.

Isso dá a impressão, como me foi dito, de que a análise final lembra uma análise literária. Devo reconhecer a verdade dessa observação e tento aqui explicá-la: ela tem a meu ver o sentido de que a análise final põe a forma textual estrita em segundo plano e acentua a discursividade e a genericidade, em sua manifestação na textualidade, e, portanto, privilegia o aspecto geral do objeto examinado, sem perder de vista as especificidades, mas sempre de uma perspectiva discursiva – e não textual: a materialidade do texto é o ponto de partida porque, sem ela, não há texto nem discurso, mas o “sentido” do texto é o ponto de chegada, porque, sem a discursividade e a genericidade, o texto não faz sentido, exceto como um conjunto

de frases num nível por assim dizer intralingüístico, o plano das formas (textuais) da língua!⁶

A etapa de *descrição* é o primeiro contato com o fenômeno estudado, que eu diria quase intuitivo, apesar da visão “treinada” que o analista deve ter. Um segundo olhar o faz, de certo modo, perceber tudo isso como um conjunto um tanto indistinto, e, se cedesse à tentação de transcrever essas suas primeiras “conclusões”, provavelmente não seria entendido por pessoa alguma. É por outro lado grande (como sempre o lembra Brait) a tentação de “queimar” etapas e, pura e simplesmente, “interpretar” o objeto, o que impede de perceber os marcos do percurso que deveria ter feito e não produz uma análise, mas puras impressões, que mais tarde, reformuladas, poderão até constituir o estudo de seu *corpus*, sendo contudo possível, e em geral provável, que a análise se veja prejudicada pela decorrente falta de sistematicidade. Há casos em que, para compensar essa falta de sistematicidade, o analista se vê levado a privilegiar seqüências textuais em termos estritos e pára numa análise textual que lembra as “explicações de textos” da antiga tradição filológica européia, o que, se não é ilegítimo nem desprovido de validade, nem por isso constitui uma análise discursiva.

Brait exemplifica as referidas etapas selecionando para estudo a primeira página de um jornal diário. Divide o “exercício” em duas partes, que chamo aqui, por minha conta e risco, de “levantamento” e de “verificação”. A parte de levantamento consiste em organizar um arquivo de “primeiras páginas”, base da definição de “primeira página”, tal como um levantamento de livros considerados de “auto-ajuda” constitui um arquivo de livros destinado a definir o objeto “livros de auto-ajuda”. A parte de verificação é que cobre as etapas propriamente ditas, e que aqui me interessa mais de perto, mas alerta que, sem a primeira fase de levantamento, a segunda, por definição, não existe.

⁶ A bem dizer, entendo o sistema lingüístico como um “sistema histórico” (WALLERSTEIN, 1991), isto é, um objeto que exhibe elementos *estáveis*, o que faz dele um sistema, mas ao mesmo tempo se *altera* no tempo, o que lhe dá cunho histórico (e “histórico” aqui abrange o social, dado que não há história fora das sociedades humanas). Não é de outra coisa que fala Bakhtin ao referir-se a “forças centrípetas” e “forças centrífugas” como elementos em constante conflito na língua: cristalização e oscilação, permanência e variabilidade, sistematicidade e historicidade.

A primeira etapa, a de *descrição*, baseia-se em “questões” a partir das quais examinar o *corpus*. Não se trata propriamente de perguntas, mas de interrogações: a primeira pergunta se refere à esfera de produção, circulação e recepção da enunciação/enunciado concreto: esfera “jornalística”, esfera “editorial”, esfera “psicológica” etc., e, logo, parte do gênero. No meu caso, tentei identificar características que me permitissem verificar porque os livros eram chamados de “livros de auto-ajuda”, e com vistas a isso arrolei dados que me permitiram definir a esfera de atividade de “auto-ajuda” de maneira geral, faltando definir nesse ponto suas especificidades.

Outra interrogação se refere à materialidade do objeto: impresso, em vídeo, em página da Internet etc. No meu caso, os livros são impressos, têm capas, têm um determinado tamanho, as capas têm “x” características etc. A “pergunta” seguinte busca examinar, ainda do ponto de vista desse aspecto, o que há no objeto de invariância (aquilo que, no meu caso, faz que eu veja todos os livros examinados *como livros* e *livros de auto-ajuda*: ter certo tipo de capa, ter uma dada seqüência de capítulos etc. e um dado tema etc.) e de variância (no meu caso, o que faz que eu identifique cada livro como um dado livro: que tipo específico de capa, que tipo específico de seqüência, que tipo específico de apresentação do tema etc.). Lembro mais uma vez que as relações entre a invariância e a variância é que faz que, por exemplo, dois textos sejam distintos mas façam parte da mesma discursividade e da mesma genericidade.

O desdobramento dessas interrogações é: em que consiste um livro de auto-ajuda enquanto gênero? Surge aqui a necessidade de fazer um “histórico” do objeto (que não precisa, no meu caso, começar na época vitoriana, para não perder de vista os aspectos específicos, mas que não pode se restringir em demasia, sob o risco de se limitar, pelo contrário, aos aspectos específicos;). Para isso, recorre-se ao “arquivo” previamente criado e a outros elementos pertinentes vinculados com o objeto, com sua esfera etc., entre os quais, no meu caso, tanto os gêneros ditos “parasitados” as principais “réplicas” (ou reações) suscitadas no ambiente sócio-histórico dos livros de auto-ajuda, algumas das quais indutoras de alterações neles.

Chega-se então ao exame da especificidade do *corpus* à luz do levantamento feito: títulos, subtítulos, manchetes, fotos, legendas etc. No meu caso, capa, contracapa, tipo de sumário, componentes específicos (epígrafes, apresentação,

prefácio etc.). Isso envolve ainda detalhar a forma de composição, o estilo e o tema (geral), de cada componente do objeto, base do estudo do gênero, mas que não o esgota, dado que temos de chegar, a partir de tudo isso, à sua forma arquitetônica e à atividade autoral que esta pressupõe.

Outra tarefa conexa é, nesse sentido, verificar a diagramação, a disposição gráfica, espacial, e a interrelação dos vários componentes. Brait propõe mesmo um “mapa” da página. No meu caso, verifico a seqüência de segmentos textuais, as diferenças na disposição dos segmentos etc. e mesmo as dimensões físicas dos livros, tanto dos que constituem o *corpus* como de outros livros de auto-ajuda e de outras modalidades.

Vem então a etapa de *análise*. Aqui, temos várias “perguntas” específicas, que desdobro e altero em termos das necessidades trazidas pelo meu *corpus*: Que tipo de relação temática existe entre as seqüências (verbais e outras) e/ou dos conjuntos de seqüências? Trata-se de examinar a “unidade arquitetônica” dos componentes do *corpus*, o que envolve identificar igualmente possíveis subtemas do tema global do *corpus*, a partir de questões como: que elementos textuais sustentam a resposta à pergunta anterior? Trata-se de fundamentar o levantamento dos procedimentos discursivos por meio das formas da língua (verbal, visual) que são mobilizadas. Pergunta-se: há um tema dominante? Há dois ou mais temas em complementaridade ou em confronto? Há subtemas dominantes? Eles estão em complementaridade ou em confronto? Há alguma espécie de constelação temática, ou seja, um conglomerado de temas conexos que remetem a um tema mais amplo?

Vem por fim a etapa de *interpretação*. Nela, a partir de todos os dados reunidos, e dos conceitos mobilizados, chega-se à definição da especificidade do objeto (o aspecto da variação), e de sua pertinência a um dado universo (o aspecto da estabilidade relativa) mostrando-se se o objeto segue ou não, e em quê, as “regras” de sua classe de objetos, suas similaridades com objetos conexos, suas invariâncias e variâncias com relação ao arquivo de objetos arrolado etc. Logo, examinam-se os efeitos de sentido gerados pela unidade advinda da junção *entre* a pertinência do texto a uma dada discursividade e a uma dada genericidade e a textualização/textualidade específica que ele exhibe.

Considero essa etapa, vinculada mais estritamente com o procedimento de junção entre o textual e o discursivo, a síntese do exame bakhtiniano do objeto

discurso e, mais do que isso, do gênero discursivo. É nela que fica demonstrada como a concepção da especificidade da abordagem bakhtiniana do gênero, do discurso e do texto, nos termos aqui propostos, a torna distinta de outras propostas de análise. Como é óbvio, a teoria bakhtiniana, apesar de certa precedência temporal, ainda que nem sempre em termos de influência, toma por objeto fenômenos abordados por conceitos presentes em várias outras teorias (outro, discurso do outro/de outrem, interlocutor, interação, diálogo entre discursos ou interdiscursividade, ideologia, gênero etc., para ficar nuns poucos exemplos), ainda que sem uma incompatibilidade necessária, ao menos em termos absolutos.

Enfatizo que não digo com isso que toda e qualquer abordagem seja compatível ou as abordagens compatíveis o sejam integralmente. No meu caso, recorri a alguns exteriores teóricos, a alguns elementos da semiótica greimasiana e da concepção de discurso de Maingueneau, conservando contudo (ou assim creio) a “inspiração” bakhtiniana, ou melhor, minha paixão teórica pelas propostas bakhtinianas (em seus vários aspectos: filosóficos, literários, lingüísticos, discursivos...). Assim, minha leitura dos elementos reunidos partiu de uma visão bakhtiniana e incorporou sob sua égide os elementos desses outros teóricos/teorias que são compatíveis com essa visão do ponto de vista de análise de discurso que busco defender aqui, principalmente em termos de concepção teórica. A falha que reconheço é que não apresento aqui naquilo que as diferencia, embora venha trabalhando precisamente numa comparação entre elas. Meu objetivo não foi mostrar as semelhanças e diferenças entre essas teorias, nem demonstrar longamente como agi para “herdar” conceitos, mas recorrer àquilo que meu objeto de estudo por assim dizer convocou – sempre de uma perspectiva bakhtiniana, que constitui confessadamente meu “verdadeiro” objeto de estudo.

No próximo capítulo, descrevo a perspectiva da leitura que fiz das bases teóricas que mobilizo, apresento essa leitura e busco extrair implicações, tanto teóricas como práticas, para a proposta de estudo dos gêneros discursivos aqui defendida.

Capítulo 2

Bases teóricas para um estudo do ponto de vista do gênero

Careço de um ponto de vista extrínseco sobre mim mesmo, não disponho de um enfoque com respeito à minha própria imagem extrínseca. A partir de meus olhos, vêem os olhos de outrem.

BAKHTIN

2.1 Considerações Iniciais

Apresento neste capítulo os elementos teórico-metodológicos que mobilizo a fim de explicitar, de modo coeso e coerente, as bases de minha proposta, explorada em termos práticos no capítulo 3, de “fase parasitária” do gênero de auto-ajuda, com ênfase nos textos de auto-ajuda classificados como “psico-espirituais”. Antes de examinar mais detidamente os aspectos relevantes das teorias mobilizadas, descrevo a perspectiva a partir da qual as mobilizei para meus fins específicos. A discussão aqui empreendida pode ter como subtítulo *notas para uma filosofia bakhtiniana da linguagem*. Pretendo assim tornar visíveis os parâmetros que me nortearam na leitura que fiz das bases teóricas, do objeto estudado e dos estudos sobre esse objeto, parâmetros que surgiram da união entre a capacidade teórica de ver o objeto e daquilo que este mostra, e que me levaram a, diante da idéia de “parasitarismo” a que remete o título do trabalho, ver ricas possibilidades de exploração, sem temer a crítica de ter criado “mais um” conceito! Não é “o trabalho do conceito” (AMORIM, 2003) uma etapa constitutiva da pesquisa? A designação nada representa em si, mas o percurso que a tornou postulável e operacionalizável traz consigo um “histórico” do referido trabalho do conceito. Assim, busco desvelar a posição teórica que fundamenta o que faço, busco dizer a partir de onde falo a tão difíceis interlocutores quanto o são os membros da comunidade acadêmica (cf. AMORIM, Id.), na qual não basta (e em algum contexto bastará?) mostrar de onde

se partiu e onde se chegou, mas enfatizar o *como* se chegou a esse destino (e a ele nunca se chega de fato) e mesmo como se veio a saber que esse destino existia.

2.2 Para uma análise de discurso: confrontos e propostas

Abordo aqui alguns elementos que constituem um “outro” exemplar da proposta de Análise do Discurso que pretendo desenvolver, e o faço por julgar necessário definir filiações e linhas de abordagem antes de apresentar mais detidamente a perspectiva proposta. Ainda que o discurso “fundador” de Pêcheux (cf., por exemplo, PÊCHEUX [e PÊCHEUX e FUCHS], 1969, 1975, 1982, 1996) tenha inegavelmente aberto caminhos produtivos para a AD, a ênfase a meu ver excessiva (embora contextualmente explicável) na articulação do discurso às condições de produção abriu o flanco à idéia de que os estudos do discurso propunham a subsunção do indivíduo ao ambiente social e, assim, reduzia sua presença à de fantoche das relações sociais, mero instrumento de realização de “intenções” sociais que ele não controla. Disso decorreu a ênfase compensatória excessiva nos aspectos estritamente textuais, e mesmo lingüísticos, que mais tarde marcou trabalhos de Pêcheux e principalmente de alguns de seus seguidores, e levou à redução da AD a uma teoria do texto. Essa ênfase teve como “tréplicas” propostas que, acentuando em demasia os aspectos extra-textuais, reduziram a AD, agora sim, a uma teoria do contexto – havendo em ambos os casos um empobrecimento da proposta do próprio Pêcheux.

Essas ênfases parciais não impediram que a AD se desenvolvesse: se em 1969 o número 13 de *Langages* falava de “Análise do Discurso”, o número 117, de 1995, organizado por D. Maingueneau, chamava a atenção para as “análises de discurso”; além disso, há hoje estudos discursivos enunciativos dos mais diversos tipos (cf., por exemplo, os enfeixados em BRAIT, 2001). Não obstante, como a idéia de assujeitamento era um tanto generalizada, as tentativas de recuperação da relação entre o discurso e suas condições de produção geraram propostas que viam *em separado* a “imagem” dos sujeitos envolvidos no discurso e os sentidos nele produzidos, dado que as célebres “imagens” de Pêcheux (cf. Pêcheux e Fuchs, 1969), ao se restringirem ao sujeito, pareciam “expulsar” as superfícies discursivas da AD, dando ensejo a variadas e por vezes contraditórias interpretações.

Parece haver nessa cisão vestígios de um conflito, no próprio interior da AD, que opunha praticantes de formação lingüística a praticantes advindos de outras áreas das ciências humanas. Aqueles buscavam concentrar-se na materialidade da linguagem — em detrimento da enunciação — e estes últimos acentuavam a identidade dos sujeitos, a seu ver definida socialmente em termos sociológicos estritos, por assim dizer, *hors langage*. O campo da lingüística aplicada ainda hoje padece dessa cisão, havendo em alguns trabalhos uma espécie de “comportamento esquizóide” que leva a uma ênfase na aplicação de categorias, ora estritamente lingüísticas, ora de outros campos de aplicação, como que para “justificar”, no caso das primeiras, uma filiação à lingüística e, no caso das segundas, a “abertura” interdisciplinar. Um importante elemento comprobatório desse conflito é o fato de boa parte das propostas de AD da época a que me refiro (e algumas análises de texto ainda hoje) permanecia (permanecem) presa à unidade “frase” (ou “texto”, entendido como unidade transfrástica, em vez de totalidade dotada de propriedades específicas).

Confirma a oscilação assim produzida, por exemplo, o texto de levantamento e discussão de autoria de Maingueneau (1976), que trata dos métodos da análise do discurso dessa época: vê-se ali que, quando se fala do transfrástico, ou seja, do nível que vai além da frase, ainda é da frase que se fala; é ela a unidade. Essa definição de discurso, apesar de ser mais ampla do que a dos estudos lingüísticos propriamente ditos, ainda não tinha incorporado *produtivamente* o elemento fundamental que são os “sujeitos *discursivos*”, nem, por conseguinte, a enunciação como instância pressuposta no próprio enunciado. Uma exceção, de outra perspectiva, foram certas idéias de Foucault, que já pensava em unidades mais amplas, e lhe serviu de importante fonte inspiradora, embora entendesse “discurso” apenas como um conjunto de discursos e de textos de uma dada época, de um dado campo do conhecimento teórico ou prático etc., o que conferia a seu conceito conotações que o afastavam do campo da análise de discurso propriamente dito e o restringiam de certo modo a estruturas de conteúdos discursivos (no sentido foucauldiano de discursivo).

Foucault (cf., entre outras obras, 1969, 1972, 1992) propunha por exemplo os conceitos de formação discursiva (conjunto de discursos social e historicamente fundados), formação social (a forma específica de organização da sociedade num

dado momento) e formações ideológicas (as representações do mundo geradas pela posição social dos falantes). Faltava contudo uma maior exploração dos conceitos de enunciado e de enunciação, que permitem melhor reconhecer o papel do sujeito na criação do sentido e, ultrapassado a perspectiva dos conteúdos ideológicos, chegar à idéia da ideologia como semiose (cf., para uma discussão mais ampla, SOBRAL, 1999). A crítica feita por Maingueneau a Foucault alega acertadamente que este não reconheceu que aquilo que parecia a irrupção do “outro” estava o tempo inteiro presente no “mesmo”; ou, em meus termos, o “outro” é constitutivo do “mesmo”, e este é o outro do outro (cf. MAINGUENEAU, 1984, cap. 1, que constitui um dos importantes momentos bakhtinianos do autor).¹

Hoje, as várias propostas de AD, apesar de suas diferenças, por vezes irreconciliáveis, e que produzem resultados muitas vezes opostos, têm em comum (a) o fato de acentuar o uso lingüístico, o processo de criação de sentidos, em vez das regras lingüísticas em si, sem contudo desprezar estas últimas no que têm de útil em seu nível específico e (b) o fato de entender esse uso do ponto de vista da enunciação, como ato lingüístico contextualizado, não fora do mundo concreto, e por conseguinte, ato realizado por um sujeito específico. Percebe-se no entanto que a abordagem conjunta dos aspectos textuais e discursivos, e da tensão entre os “sujeitos discursivos” e os “sujeitos empíricos” continua a constituir em alguns casos

¹ Noutra ordem de considerações, como sabemos – e esta retomada se justifica em razão da visão ambivalente que se costuma ter do autor em questão, Émile Benveniste (por exemplo, 1970) foi o principal motor da alteração do paradigma dos estudos lingüísticos, tendo sido um dos primeiros estudiosos do mundo a ver que, além da língua e da fala nos termos de Saussure, havia um outro nível, o do discurso, ligado ao enunciado e à enunciação, algo que envolvia um sujeito lingüístico, unidades lingüísticas (com ênfase nos pronomes pessoais) e um “aqui e agora” em que a enunciação produz enunciados (para a recepção do autor no Brasil, cf. BRAIT, 1995b, e para um levantamento parcial de elementos compatíveis com a concepção bakhtiniana, cf. SOBRAL, 1999). Há aqui uma importante distinção: a frase é formada pelos elementos estáveis da língua, ou ao menos que podem ser estabilizados, e o enunciado é formado pelos elementos variáveis, o contexto, em que são produzidos, incorporando esses elementos estáveis. Além disso, essa concepção de enunciado e de enunciação traz alguns elementos vitais que faltavam à Análise do Discurso, e a ela muito devem os estudos discursivos, inclusive bakhtinianos. Não obstante, o contexto de Benveniste não lhe permitiu recorrer a uma inserção do sujeito falante ou dos atos lingüísticos na sociedade ou na história, no tempo e no espaço, exceto em termos lingüísticos estritos.

um calcanhar de Aquiles de algumas delas, o que leva ora a ênfases sociologizantes, ora a ênfases textualizantes, algo que o Círculo de Bakhtin questionou já na década de 1930 (cf. VOLOSHINOV, 1926/1976).

Assim, se o problema do campo da AD como um todo são hoje textos, orais, escritos e outros, tomados em termos de sua produção, circulação e recepção, de sua enunciação, que os transforma em discursos, nem por isso deixa de haver tendências que acentuam um ou outro aspecto *em detrimento do outro*: de um lado, os aspectos textuais, aspectos considerados “internos” do discurso, e, do outro, as condições concretas em que esse discursos atendem a necessidades sociais dos falantes, aspectos considerados “externos” — sendo poucas as que se esforçam por integrar esses dois modos de ver as “mesmas” coisas.

Destaco que a obra de Maingueneau resolve essa questão ao propor que se busque o interdiscurso no intradiscurso e a semiótica de Greimas o faz ao considerar enunciado e enunciação instâncias que se pressupõem mutuamente.² A solução bakhtiniana tem claros pontos de contato com estas últimas, e as transcende na medida em que se funda num dialogismo generalizado, proposta necessariamente translingüística e transdisciplinar. A bem dizer, se o trabalho lingüístico-textual cabe tradicionalmente aos lingüistas da língua e do texto, e se o trabalho contextual cabe tradicionalmente aos praticantes de outras disciplinas, o trabalho do analista do discurso é unir esses papéis num único trabalho, porque o seu é um objeto híbrido e fugidio, lingüístico sim, mas não só.

Outro problema que costuma fazer-se presente são certos usos da distinção entre “heterogeneidade constitutiva” e “heterogeneidade mostrada” (cf. AUTHIER, 1982), tida por dicotomia, mas que insisto que não o é, por ser a “heterogeneidade mostrada”, na verdade, uma modalidade da “heterogeneidade constitutiva”. Assim,

² Destaco que propostas como as de Amossy (por exemplo, 1999) me parecem, quanto à tensão aqui aludida, deveras produtivas (tratarei amplamente disso no capítulo de “síntese teórica”). Por outro lado, a análise de discurso crítica (ou análise crítica do discurso) também traz relevantes contribuições no tocante a isso (cf., por exemplo, MAGALHÃES, 2005a; cf. ainda MEURER, 2004 e principalmente IKEDA, 2005), sempre que evita a análise esquemática, ou seja, o estabelecimento de correlações um tanto estritas entre elementos textuais e elementos contextuais. Para outra perspectiva produtiva fundada em Maingueneau, cf. FURLANETTO, 2005. Para uma perspectiva bakhtiniana, cf. ROJO, 2005).

não há uma oposição entre elas (assim como não há oposição entre dialogismo e diálogo), mas uma separação com fins didáticos (para a produtividade dos trabalhos dessa autora, cf. o percuciente levantamento feito por BRAIT, 2001), uma maneira de demonstrar a oposição marcado/não-marcado. No tocante a isso, Maingueneau (1984, *passim*) afirma que, embora seja prática comum trabalhar com a distinção, o seu é um empreendimento voltado para a heterogeneidade constitutiva, aquela que funda a interdiscursividade. De fato, esta, despida das nuances que se associaram à distinção, aproxima-se da concepção dialógica de Bakhtin, de acordo com a qual o eu e o outro, sejam eles sujeitos ou discursos, se constituem mutuamente, seja qual for a manifestação na superfície do texto. Em contrapartida, o aspecto que a heterogeneidade mostrada busca apreender nada tem de constitutivo, restringindo-se a formas de textualização que podem estar presentes nos mais variados discursos, sem alterar o que faz deles um dado discurso, tanto em termos discursivos como “genéricos”.³

Falar, enunciar, é portanto um ato que cria uma ligação entre o “sistema lingüístico” e o sistema concreto de relações entre os seres humanos, a sociedade, a realidade, que chegam à nossa consciência por meio dos enunciados, dos discursos. No enunciado, os sentidos só são compreensíveis se levarmos em conta a *negociação permanente* entre os homens em sociedade por meio de suas atuações, verbais e outras. Entendo por “negociação permanente” não uma perspectiva relativista que desconsidere as “conotações socialmente aceitas” (Greimas), mas os esforços dos seres humanos, em suas ações, lingüísticas e outras, de propor uns aos outros — e por vezes de impor — os sentidos que pretendem, em seu projeto enunciativo, dar àquilo que dizem, sentidos que podem ser aceitos quase inteiramente ou quase inteiramente rejeitados, passando por todas as variações intermediárias, etc. Os sentidos nascem também da atitude da pessoa a quem se fala, surgindo muitas vezes sentidos que não são exatamente aqueles que o locutor “pretendia” propor, nem aqueles que o próprio interlocutor propôs, mas sentidos criados e tornados comuns na e pela própria interação. Na situação em que o locutor se acha diante do interlocutor, isso acontece a partir da vivência comum dela, ainda que não se reduza a isso; no caso de textos escritos, quem escreve

³ Para uma abordagem semelhante da questão, de outra perspectiva, cf. AMORIM, 2001.

precisa por assim dizer reproduzir a situação na qual escreveu para dar a quem lê pistas que levem a entender os sentidos que propõe. Em todos os casos, ao “falar” leva-se em conta o que se acha que o outro pode dizer, o que ele de fato já disse, o que já se disse, o que outras pessoas disseram outrora, o que se antecipa que pode vir a ser dito etc. — claro que não exaustivamente. E a pessoa que ouve ou lê entende e avalia o que é dito levando em conta todas essas coisas, mas sempre nos termos da relação específica que tem com quem disse.

Assim, não aparto a produção de sentidos da imagem discursiva dos interlocutores, nem vejo estes últimos como equivalentes a sujeitos empíricos, dado que os sentidos só vêm a ser na interação, que depende da imagem dos sujeitos, mas estes são, do ponto de vista do discurso, “seres de linguagem”, o que mostra que apartar esses planos é seccionar componentes, intimamente integrados, de um mesmo todo, correspondentes a distintos momentos (no sentido filosófico) seus. A concepção integrada que defendo – que a meu ver é praticada pelos teóricos que são a base deste estudo, cada qual de um dado ponto de vista – evita a fragmentação do discurso, ou mesmo sua desfiguração, sem deixar de levar em conta importantes elementos que as tendências “parcializantes”, legítimas se se confessarem parciais, por vezes hipertrofiam.

Por conseguinte, a perspectiva teórica que sigo no tocante à natureza da enunciação e do caráter das marcas da enunciação presentes ao enunciado vê estas últimas como fiadoras da convocação do “extra”-discursivo quando da análise de fenômenos discursivos. Isso a meu ver permite concluir que a enunciação é o espaço por excelência da mobilização, quer se quer unitária e coerente, do repetível (seu produto) e do irrepetível (seu processo), ambos presentes no agir enunciativo do sujeito. Essa mobilização gera um dado, um certo conjunto de enunciados, que é a base dos estudos, quer por sua materialidade específica (e não me refiro apenas ao *mídium*, mas também às marcas gráficas que o texto deixa no papel e à própria natureza da inscrição do “ortográfico”, etc.; cf. HAVELOCK, 1996) quer por sua organicidade a serviço da criação de sentidos.

A meu ver, isso naturalmente não exclui como “não-textos” textos de que se possa dizer que não “realizam” um dado projeto enunciativo, visto que também estes sempre deixam marcas, mecânicas, mas mesmo assim inscritas, de uma intencionalidade enunciativa por assim dizer frustrada, embora fantasmaticamente

presente. Refiro-me por exemplo a redações escolares nas quais se identifica um dado projeto enunciativo, percebe-se a direção que pretende tomar, mas se vê o malogro de sua realização. Refiro-me ainda a textos mais bem estruturados que não obstante não “atingem seu alvo” por inteiro porque se perdem em meandros da produção que contrariam o “acabamento” do produto. Vale dizer que, correndo o risco do truísmo, não proponho uma avaliação de textos que os critique pelo que poderiam ter realizado e não realizaram, mas pelo que pretendiam realizar e não conseguiram.

Não há teorias que refutem em nossos dias a tese de que a enunciação deixa nos enunciados, nas formas relativamente estáveis destes – *formas*, ou *tipos*, de enunciados, *não* conteúdos de enunciados, insisto – certas marcas, que são tanto materiais como da ordem do sentido, que são tanto da ordem da língua como da ordem do discurso. As marcas da ordem da língua, da estabilidade, são um dos planos considerados para fins de análise, dado que todo estudo do discurso as leva necessariamente em conta, não se restringindo porém, sob pena de parcialidade, nem aos *tipos* relativamente estáveis de enunciados que constituem os gêneros de discurso^x, nem aos elementos “extra”-verbais de desestabilização da “textualidade” dos discursos em favor da criação de sentidos — e que se acham inscritos em sua própria estruturação *qua* discurso.

Por outro lado, ao convocar elementos do plano “extra-discursivo” (que se tentou enfeixar com o chamado *ethos pré-discursivo*, EPD; cf. por exemplo AMOSSY, 1999) na criação de um *ethos discursivo* — que, como se sabe, não vem diretamente de declarações do autor sobre sua própria imagem, mas se mostra no *modo* de dizer deste — o discurso busca legitimar-se recorrendo, entre outras coisas, à antecipação das possíveis objeções a esse EPD e à sua legitimidade, ao tempo em que procura instaurar e legitimar a partir disso a cena de sua própria legitimação, como se dela fosse o fiador; trata-se, como o aponta, por exemplo, Maingueneau, o paradoxo de todo discurso. Nesse sentido, a forma por excelência de legitimação do discurso é a legitimação da imagem do locutor por meio da

^x Que, se se configuram, em termos lingüísticos, em segmentos que poderiam ser tomados como frases ou outras unidades da língua, estritamente não o são, porque há sempre um “extra-lingüístico” contrabandeado, mesmo nas “frases” da gramática normativa.

resposta a objeções que a ele faria o interlocutor antes mesmo de ouvir ou ler a primeira palavra proferida/escrita. Assim, todo locutor invoca, apesar de si mesmo, a imagem que julga que dele têm os interlocutores; quando fala, é uma multiplicidade de imagens de si que fala, são múltiplas “posições-sujeito” (as “I-positions” de G. Mead).

O eu que fala, não obstante essa sua multiplicidade, tem necessariamente a ilusão, por vezes intensa, de ser um sujeito unificado, íntegro, a partir do que sente como a permanência de sua consciência de si (confundem-se aí a *mêmeté* e a *ipseité* de Ricouer - 1990) – e essa ilusão é compartilhada pelos interlocutores.⁴ Não se trata porém de uma contradição: constituído a partir das relações com o outro, tanto em termos abstratos como concretos, a partir da situação de enunciação, presumida ou representada, o eu também constitui esse outro, precisando por isso conceber a si mesmo como identidade unificada, continuidade de consciência, permanência, tanto na vida em geral como especificamente no momento da enunciação, dado que uma coletividade não fala senão pela mediação de um sujeito, não sendo este um item descartável, assujeitado, mas uma concretude definida e distinta de outras concretudes, concretude que é a base da transfiguração simbólica que cria sujeitos de discurso.

Além disso, o sujeito da enunciação não pode nunca ser apagado, anulado, embora só se faça presente na forma de uma imagem, mesmo quando está diante do outro em carne e osso. Não se trata de uma imagem essencial e inteiramente preexistente, mas de uma imagem construída (e nem por isso menos concreta, dado que chega mesmo a sugerir *um* corpo) tanto pelo EPD do sujeito como de sua concepção desse seu EPD atribuído, tanto pela situação concreta de enunciação, situação essa que ele só pode perceber e construir para si a partir de sua auto-imagem, e da imagem que o outro faz dele, bem como da imagem que julga que o outro faz dele (o que envolve, naturalmente, a imagem que ele faz do outro). Se é a constituição institucional que enuncia, é no entanto o sujeito o locutor, aquele que fala, e a ele cabe responsabilizar-se pelo que diz (a “assinatura” de Bakhtin). Lugar

⁴ E aqui penso a (inter-)subjetividade como determinada também sócio-historicamente, sem prejuízo dos aspectos inconscientes dos sujeitos humanos, recorrendo a Lacan e de Bakhtin, e de elementos da obra do filósofo canadense Charles Taylor (cf. SOBRAL, 2003a).

de ausência, a instituição se faz concretamente presente, e por assim dizer se empenha em fazer que o sujeito, aquele que fala, passe a enunciar, mas deixe de falar, e se torne assim um lugar de ausência, ainda que seja ele, e não a instituição-imagem, o elemento visível – eis o dilema que está na base das divergências sobre o status do sujeito nas teorias histórico-sociais da enunciação.

Ao sujeito cabe assim “saber” — não subjetiva, mas individualmente — o que dizer, como dizer e como negociar esse paradoxo de ser mais o portador da palavra de uma imagem de si mesmo do que ele mesmo empiricamente presente. Só lhe resta ser um “personagem de si mesmo”, pois só assim pode ele ser um sujeito de discurso e continuar a ser um sujeito concreto. Assim agindo, ele se insere numa rede de interlocução em que ocupa diferentes posições-sujeito em diferentes situações enunciativas. As marcas do concreto inscritas por esse processo de objetivação do sujeito empírico no corpo do discurso autorizam a convocação, quando se analisam discursos, do que de extra-discursivo nele se presentifica. Essa operação produz um sujeito discursivo mediante uma autoconstrução em linguagem que toma o sujeito empírico como material e matéria, e que une o EPD e o *ethos discursivo*, convocando pois a situação concreta, o extra-discursivo, para dentro do discursivo, constitutivamente: a constituição do sujeito discursivo, intersubjetiva que é, faz-se assim intrasubjetiva; extra-discursiva que começa, torna-se assim intradiscursiva.

Nessa descrição da condição social do sujeito discursivo, há elementos para que se superem, de um lado, as limitações de uma concepção do sujeito como ser isolado, em seu agir, dos outros sujeitos e da sociedade, sujeito de um sistema lingüístico autônomo e atomizado, com regras puramente formais de construção de segmentos lingüísticos (sujeito “criativo” de um sistema alheio ao todo social e, portanto, “idealista” e abstrato), e, do outro, as aporias da concepção de um sujeito ausente, substituído pelas determinações sociais (sócio-lingüísticas) ou pelo código, sujeito imerso num mar de significações que lhe são despoticamente impostas por um *Outro* indefinido. O sujeito tem portanto o estatuto de *agente mediador* entre “os sentidos socialmente possíveis e os discursos efetivamente produzidos em situações concretas, projetadas em sua superfície” (cf. SOBRAL, 1999, p. 9). Cabe ao sujeito mediar um processo que, enquanto lhe define a identidade em meio à sua interação com outros agentes, dele depende para sua própria constituição; quer dizer, sujeito

e discurso pressupõem-se mutuamente. Nessa perspectiva, profundamente bakhtiniana, se o sujeito deixa de ser o “centro” (cartesiano) do processo de produção do sentido, em contrapartida é ele resgatado do despotismo de um todo social onipotente que lhe retiraria toda possibilidade de ação individual, ação que é vital para a sua interação, e não só discursiva.

Faz-se necessário, desse modo, levar sempre em conta a relação entre a linguagem (e os processos lingüísticos) e os diferentes elementos da estrutura social, entre os quais tem grande relevância a ideologia. Sabe-se ainda que o ideológico só se manifesta *para* sujeitos e *por meio* de sujeitos, e, o que é mais importante, *entre* sujeitos - ou seja, a individualidade é condição *sine qua non* da interindividualidade que a constitui; e em segundo, como o mostram as teses do Círculo de Bakhtin, o caráter sócio-histórico-ideológico da consciência individual não a torna menos individual nem apaga os componentes pessoais da personalidade, embora nem por isso as leis da *psicologia individual* sejam o determinante do processo social de produção/transformação de sentidos. A própria percepção da realidade se dá em termos de uma construção simbólica, ancorando-se na linguagem, sendo portanto já ideológica, dada a íntima ligação linguagem-ideologia, sem que a linguagem se especialize em alguma esfera ideológica. O sujeito precisa necessariamente reconhecer-se a si mesmo e ele só se concebe e se reconhece como tal a partir do momento em que reconhece o fato de estar sempre em interação com outros sujeitos, na presença do outro: de um lado, a identidade individual tem como condição de possibilidade o processo de identificação social (que envolve as chamadas “ordens de reconhecimento” sobre que teoriza FERRY, 1986), e, do outro, essa identidade é condição vital para o existir, simbólico, imaginário, semiótico e real, do próprio social: os sujeitos constituem a sociedade e a sociedade constitui os sujeitos.

O sujeito não é em seu interior uma unidade indivisível, embora seja claramente uma individualidade (no sentido de “singularidade”, e em perspectiva não subjetivista) que não tem igual, que envolve uma “assinatura” (BAJTÍN, 1997, *passim*); dentro dele mesmo convivem, digamos, vários “eus”: algo sempre foge a seu controle, ele acaba dizendo o que não quer ou deixando de dizer o que quer etc., o que mostra que o não dito também é constitutivo do dito (cf. por exemplo a distinção entre “I” e “me”, de MEAD [e.g., 1934, 1938] e HERMANS e KEMPENS,

1993, que buscam estabelecer uma relação entre Mead e Bakhtin em sua proposta psicológica e psicoterapêutica do “eu dialógico”). O sujeito tem naturalmente vivências muito pessoais, mas ele precisa exprimir isso de maneira que o outro entenda, logo, por meio do que há de comum entre ele e o outro na sociedade e na história.

Quanto a isso, chamo a atenção para uma interessante expressão usada por Voloshinov (1976a) ao falar da relação entre o discurso na vida e o discurso na poesia (ou na arte): “socializar os sentimentos”. Aqui, unem-se a meu ver de maneira feliz o individual e o social, indicando que, para ser entendido pelo outro, o sujeito que sente algo e deseja exprimi-lo tem de fazê-lo de uma maneira que leve em conta esse outro; trata-se de algo tão presente ao sujeito que este, mesmo no solilóquio, “fala” de uma maneira que se assemelha a um diálogo com outra pessoa! (E as interferências de outros planos da mente dão até a impressão de que “há de fato mais alguém ali”). Por outro lado, exteriormente o sujeito também é dividido, também é “mais de um” – no mínimo aquele que ele julga ser e aquele que os outros julgam que ele é: ainda que se veja como uma “mesma” individualidade, o sujeito vê-se inescapavelmente no “espelho do outro”. O sujeito vê o outro como um ser completo, ser que veio a existir num dado momento que nunca mais se repete, ser que não tem igual, e, assim, mostra ao outro uma imagem do que esse outro “é” enquanto ser íntegro. Mas o sujeito depende do outro, de seu reconhecimento, para ser visto como íntegro, para ser reconhecido, constituído. Ele só tem uma idéia mais clara de si mesmo no contato com o outro, cujas reações lhe mostram coisas sobre si mesmo a que ele não tem acesso.⁵

Esses elementos mostram em meus próprios termos a opção radical que o Círculo de Bakhtin faz pela *interação* como o lugar em que nasce o sentido: nem o sujeito nem a linguagem constituem a essência da criação do sentido, assim como nem a psicologia individual nem um código social abstrato são o centro do sentido. É no ato de fala que nasce o sujeito e o sistema de signos, a individualidade e a

⁵ Cabe aqui esclarecer que o Círculo de Bakhtin não dispõe de uma teoria explícita do inconsciente, e que o que aqui reconstituo advém da leitura de várias alegações espalhadas nas obras do Círculo (para uma crítica da leitura “parcial” que Voloshinov faz de Freud em *Freudism* [1976a], cf. por exemplo EMERSON, 2002; cf. também SOBRAL, 2005b).

coletividade, ato que só existe para o outro e a partir do outro. Do mesmo modo, se o material que se faz presente no uso é o próprio sistema lingüístico, com suas significações, este depende do uso para se realizar, para criar sentido. Em resumo, a linguagem é a união entre as possibilidades do conjunto, também ele mutável, porém mais estabilizado, de signos e as realidades do sistema do uso. Posso estudar só um dos conjuntos, mas tenho de reconhecer que, agindo assim, estou abstraíndo, estou me afastando da realidade para meus próprios fins, o que é legítimo, desde que, insisto, não se pretenda ser isso um estudo da totalidade do fenômeno enfocado. No tocante à linguagem, portanto, forma, conteúdo, material etc. estão ligados de maneira inseparável na realidade; posso ignorar um ou o outro, mas não dizer que aquilo que estudo seja a realidade da linguagem.

2.3 Princípios para um estudo discursivo do ponto de vista do gênero

Passo agora à apresentação didática da perspectiva configurada até aqui. Essa perspectiva, que leva em conta os elementos metodológicos apresentados no capítulo 1, constitui a base de minha leitura das teorias mobilizadas e de minha proposta de estudo dos gêneros. Esses elementos estão fundados no contato com o fenômeno discurso a partir de um dado ponto de vista que, se faz dele um objeto, não deixa de ser interiormente constituído por ele – *et pour cause*. Descrevo a concepção geral do empreendimento, ou suas bases “filosóficas”; os elementos que servem de mediadores entre essa concepção e a abordagem da especificidade do objeto estudado; por fim, apresento o que denomino “marcos” da análise.

2.3.1 Concepção geral

- a) Por meio do texto, tem-se acesso imediato, embora não transparente, ao discurso, porém não à “cena enunciativa” de sua produção. Mas como para ele convergem as formas da língua e de textualização e as marcas do cenário de sua produção, pode-se “reconstituir” sua totalidade arquitetônica no contexto do agir humano de que ele é parte.

- b) Convergem para os efeitos de sentido que o discurso é criado para produzir todos os aspectos do cenário de sua produção, que é sempre irrepetível, e é por isso que cada discurso específico autoriza um dado conjunto de elementos analíticos a ser mobilizados em seu exame – sem prejuízo do que há de comum à categoria, ou universal concreto (Marx), *discurso*, que só existe por enfeixar vários exemplares distintos de uma mesma prática social.
- c) Só no discurso, que remete no contexto cambiante de sua produção, se pode verificar a gênese e o vir-a-ser do sentido, sendo o discurso, por esse motivo, um objeto semiótico *em fazer-se* tanto para o olhar do interlocutor como para o do analista. A estabilidade de sua materialidade, de seu existir concreto, garante sua inteligibilidade em geral no plano da significação, mas só seu caráter situado cria sentido.

2.3.2 Postulados

- a) O discurso se funda enquanto espaço de produção de sentidos na relação entre as instâncias de que vem e aquelas a que se dirige. Assim, seu sentido não vem só do lingüístico/textual nem só do contextual, nem pode ser tido como apenas subjetivo ou apenas objetivo; o sentido é uma função da intencionalidade conferida aos sujeitos, e de que eles se apropriam, no âmbito das práticas da cultura, da história, etc.; ela não advém de algum sujeito individual autônomo que unisse, de várias maneiras (parte essencial do objeto de estudo), as instâncias constitutivas. Com isso não se retira ao sujeito o caráter “autoral” de seu agir discursivo, mas põe-se em destaque o fato de que seu agir é constitutivamente relacional.
- b) O objeto a ser estudado é a forma do conteúdo do discurso, quer dizer, se se estudar num poema o nível fônico, deve-se fazê-lo do ponto de vista da contribuição que isso pode dar e dá ao sentido do discurso. Logo, não se descrevem os sentidos do discurso em termos de seu conteúdo puro e simples, mas considerando igualmente a forma como nele se dá a instauração do sentido e o material de que ele se serve: o dizer envolve por sua própria natureza o modo de dizer.

c) Nesse sentido, a “referencialidade” situa-se no discurso, sendo instaurada a partir da categorização do mundo dado *nos termos das especificidades da interação locutor/interlocutor*. Portanto, as expressões lingüísticas não são idênticas a coisas do mundo real, mas dispositivos de remissão a entidades de que falam os interlocutores *do ponto de vista* de sua interação. A referencialidade é uma função advinda da intencionalidade fundadora do discurso, que constitui, em última análise, o próprio elemento desencadeador de sua existência.

Teríamos nessa relação instauradora o “grande destinador”, o “grande sobredestinatário” ou o “grande fiador” (sem ecos dostoiévskianos ou orwellianos) do discurso, sua condição primeira de possibilidade; porque essa relação precede, ainda que leve necessariamente em conta, a “escolha” de um sobredestinatário. Logo, o discurso vem essencialmente a ser mediante o dispositivo de instauração dessa intencionalidade, que depende da instauração da relação locutor-interlocutor.

2.3.3 Marcos da análise

a. Respeitar a unidade do discurso: tudo se entende nele com base na conjugação específica que ele faz dos planos de sua estrutura lingüístico-textual e de sua articulação ao contexto. Isso implica examinar a relação de cada componente do discurso com todos os outros em termos de sua dominante enunciativa, naturalmente na medida do humanamente possível. Porque, por sua própria natureza, a produção de sentidos é inesgotável.

b. Não perder de vista que a relação entre o locutor e o interlocutor se acha instaurada no discurso e por meio dele é constitutiva de seu sentido; fora dessa relação, não há sentido discursivo.

c. Distinguir claramente, e de maneira exaustiva, entre a linguagem da descrição e a do objeto, porque, se é o objeto que deve determinar a descrição, esta não deve buscar enquadrá-lo, mas explicá-lo, toda descrição implica um dado recorte do fenômeno na criação do objeto.

d. Examinar o discurso, partindo da superfície material em que ele se configura como discurso, para chegar às condições, profundas, tanto da possibilidade do vir-a-ser do sentido como do vir-a-ser específico do discurso dado. Isso vai permitir a passagem à próxima etapa, e envolve verificar as relações essenciais (“internas” e “externas”) a partir das quais ocorre a instauração da relação locutor-interlocutor, que é a base da constituição do sentido. Isso significa examinar as “imagens” do locutor e do interlocutor tal como se mostram no discurso a fim de determinar de que maneira o discurso objeto de análise instaura sua intencionalidade e que intencionalidade é essa. Para fazê-lo, examinam-se (i) os mecanismos e estratégias discursivos dominantes no discurso dado; (ii) a seqüência na qual se distribuem esses mecanismos discursivos no discurso; (iii) as interrelações entre esses mecanismos.

e. Reconstruir com base em tudo isso o percurso contrário, o que vai das condições de possibilidade do sentido aos mecanismos de discursivização. Em outras palavras, tendo descrito na etapa anterior a estrutura manifesta da superfície do discurso, do ponto de vista das relações de interlocução, descrever o percurso que levou a essa cobertura discursiva a partir da intencionalidade desencadeadora do vir-a-ser da unidade de produção de sentido estudada, “voltando” assim à superfície.

Isso completa o círculo, revelando que a análise considera o tempo inteiro a superfície e a base, o particular e o geral, as especificidades de funcionamento de discursos dados e a similitude das formas de conteúdo dos discursos em geral, com ênfase na inscrição destes nos gêneros e de sua constituição “genérica”.

Apresentadas as bases de meu modo de ver o estudo do gênero, passo a descrever o recorte que fiz, considerando meu objeto e meus objetivos, das propostas teóricas mobilizadas.

2.4 O dialogismo do Círculo de Bakhtin e o estatuto do sujeito

Somos todos grupúsculos.

GUATTARI

A concepção de linguagem e de discurso proposta pelo Círculo de Bakhtin é essencialmente ativa, e, portanto, centrada no agente: o ato verbal, o processo de intercâmbio lingüístico, no qual são produzidos os enunciados constitui o objeto de estudo e o centro de seu empreendimento, ao mesmo tempo em que são precisamente estes últimos o ponto de partida deste. Toda a obra do Círculo pode ser entendida a meu ver como a busca da superação de todas as propostas teóricas e metodológicas que tomam a parte pelo todo, que julgam o todo mera soma ou simples junção de partes, que não levam suas propostas às últimas conseqüências ou que sequer se dão conta dessas conseqüências.

No âmbito dessa concepção ativa, que se empenha em abarcar a natureza dos atos humanos sem essencialismos, merecem destaque, em primeiro lugar, o *dialogismo*, a idéia-mestra segundo a qual toda “voz” (todo ato) envolve a relação com várias vozes (atos), dado que nenhum sujeito falante é a fonte da linguagem/do discurso, ainda que seja o centro de suas enunciações, do mesmo modo como nenhum agente humano é a fonte de seus atos, ainda que seja o centro destes e por eles tenha de responsabilizar-se (cf. BAJTÍN, 1997; GUATTARI, 2005).

O conceito de dialogismo é a base da concepção dos atos humanos como essencialmente inacabados, ainda que plenamente realizados, atos em permanente tensão com outros atos, passados e futuros, ou seja, base da idéia de que só da diferença nasce o sentido, sem menosprezar a semelhança. Essa concepção vê essa diferença não como propriedade de um sistema (ou código) fechado, mas como advinda e constitutiva das relações concretas entre os homens na sociedade e na história, unindo tensamente repetibilidade e irrepitibilidade.

Acentuo que não se deve confundir dialogismo, que é da ordem do arquitetônico, com a forma “diálogo”, que é da ordem do composicional, quer se trate das réplicas de um diálogo face a face ou de sua representação discursiva; o diálogo é um fenômeno e um procedimento englobado pelo dialogismo, que o transcende e o tem apenas como um de seus níveis mais evidentes no nível da materialidade discursiva. Além disso, na feliz afirmação de Emerson (2000, p. 144), “*todo*

enunciado ... é um ato de discurso indireto, algo que lembra Greimas (1996) ao afirmar que dizer “eu digo” antes de dizer é já duplicar o dizer, dado que a enunciação pressupõe um sujeito “enunciante” (ou melhor, projeções do sujeito da enunciação) dizendo que diz!

O dialogismo é um fenômeno que se faz presente no Círculo de três maneiras distintas, que aqui apresento do geral para o particular: como princípio geral do agir e mesmo do ser: só se age/se é em relação de contraste com respeito a outros atos de outros sujeitos/a outros sujeitos. Logo, o vir-a-ser do indivíduo e do sentido está fundado na diferença, no confronto eu-tu; como princípio de produção dos enunciados/discursos (do sentido), que advêm de “diálogos” retrospectivos e prospectivos com outros enunciados/discursos; e como forma específica de composição de enunciados/discursos, opondo-se nesse caso à forma de composição monólogo, embora nenhum enunciado/discurso seja constitutivamente monológico nos dois outros sentidos: o simples fato de enunciar “a verdade” pressupõe a possibilidade de haver alguma outra “verdade”, assim como a negação pressupõe uma afirmação (cf. WITTGENSTEIN, 2005, *passim*).

É oportuno quanto a isso evocar aqui a distinção entre o prosaico e o poético (cf. a esse respeito, por exemplo, MORSON e EMERSON, 1989, 1990; HOLQUIST, 1990; CLARK & HOLQUIST, 1998; BRAIT, esp. 1994, 1996, 1997; BARROS & FIORIN, 1994; EMERSON, 2003; TEZZA, 2003; AMORIM, 2001), objeto de tantas polêmicas e equívocos, e que é tratada pelo Círculo, a meu ver, nos seguintes termos: tanto o discurso prosaico como o discurso poético advêm, pelo próprio fato de serem discursos, da interação entre sujeitos, e destes com o tema, o tópico, do discurso, vinculado com os presumidos, os *va sans dire* que tanto facilitam a compreensão como criam mal-entendidos.

É da natureza do prosaico “re-presentar”, ao objetivá-las (ou seja, transformar em “vozes” do discurso, e não objetificá-las, ou seja, fazer delas meros conteúdos), várias “vozes” em diálogo, mesmo quando não usa a forma composicional “diálogo”; do mesmo modo, é da natureza do poético, mesmo no caso de poemas épicos, que apresentam por assim dizer “personagens”, não as “re-presentar” e, mais do que isso, tender a só fazer ouvir a voz — objetivada — do poeta, mesmo se usar a forma composicional “diálogo”. Ressalto que, de outra perspectiva, um poema lírico pode dirigir-se dialogicamente a seu interlocutor típico (COBIÁN FIGEROUX, 2003).

Além disso, quando se leva em conta o “confronto” de vozes de que fala o Círculo, e que é fator constitutivo do intercâmbio verbal, percebe-se com clareza que todo discurso (e, mesmo toda palavra) é arena, lugar de confronto, de presença do outro, não se podendo pois conceber um discurso monológico no sentido de discurso que neutralize todas as vozes que não a daquele que enuncia, assim como não se pode julgar idealista a relação eu-tu aí envolvida: a concepção de outro do Círculo é complexa: o outro pode ser amigável, submisso, autoritário, inimigo etc., permanecendo em todos os casos constitutivo do eu, tal como este é, como se costuma dizer, “o outro do outro”. Pode-se, não obstante, perceber nos discursos o que proponho denominar “tendência ao monológico” e “tendência ao dialógico”, para dar conta dos graus de dialogismo “mostrado” a partir de seus dois extremos, naturalmente possíveis apenas em termos teóricos, mas não concretamente verificáveis — os discursos monológicos e dialógicos “puros”.

Assim, o dialogismo é constitutivo em termos arquitetônicos (cf. BAKHTIN, 1993), mas os discursos podem ser estruturados composicionalmente de modo a apresentar ou não as marcas desse dialogismo. Assim, o discurso tendencialmente monológico é aquele que se mostra, em termos composicionais e de projeto enunciativo, voltado assimilativa e/ou refutativamente para a “neutralização”, na superfície discursiva, das vozes que o constituem, e para a instauração de uma só voz como a voz dominante, de maneira explícita ou velada.

Em contrapartida, o discurso tendencialmente dialógico é aquele que se mostra, nesses mesmos termos, voltado para tornar presentes, assimilativa e/ou refutativamente, as vozes que o constituem; trata-se do discurso voltado para a instauração, mais ou menos explícita, de um concerto de vozes, que naturalmente podem ser dissonantes. Logo, poderia haver discursos que, em sua forma de composição, se mostram dialógicos e tendem ao monológico, bem como discursos composicionalmente monológicos que tendem ao dialógico, havendo aí vários graus, dado que, insisto, não há formas “puras”, exceto como artifício metodológico.

Logo, as vozes, os discursos “outros”, são constitutivas de todo discurso; a “mostração” e a “escamoteação” de marcas são recursos do plano de composição da obra, de sua, por assim dizer, textualização, não de sua constituição interdiscursiva e dialógica, de sua arquitetura. Além disso, embora haja um projeto enunciativo de que o locutor tem consciência, há inúmeros aspectos que fogem ao

seu controle: ele também responde a vozes que só se fazem ouvir, paradoxalmente, em suas réplicas — apesar dele mesmo! O sujeito que enuncia não tem nem pode ter total consciência de todas as vozes que atravessam seu discurso, o que remete à questão do inconsciente, a qual não foi abordada com muita profundidade ou felicidade nos escritos do Círculo, como terei oportunidade de expor.

Pode-se afirmar, em suma, que o dialogismo é um arcabouço constitutivo não apenas dos discursos como da própria linguagem e mesmo do agir humano. Isso implica que o locutor e o interlocutor (os sujeitos agentes) têm o mesmo estatuto: assim como é, retrospectivamente, uma resposta a enunciações precedentes de interlocutores e sobredestinatários “passados”, a enunciação do locutor responde prospectivamente a interlocutores, e sobredestinatários, “futuros”. Logo, a recepção é tão parte do vir-a-ser do sentido quanto o são a produção e a circulação dos discursos, o que não significa que a deriva do sentido seja infinita, ainda que seja ilimitada — algo que desautoriza algumas apropriações de Bakhtin por alguns teóricos do pós-modernismo.

O interlocutor é entendido por Bakhtin, em mais uma de suas geniais descobertas, como dotado de “responsividade ativa”: a resposta concreta deste é que permite que se materialize a compreensão daquilo que lhe é “proposto” pelo locutor, e este o propõe em termos de uma dada “entoação avaliativa”. Portanto, só faz sentido para os sujeitos aquilo que responde a alguma coisa e só as coisas às quais é dada uma resposta, o que leva à recusa de uma “linguagem exemplar” que não venha do intercâmbio verbal, caso se queira apresentá-la como da ordem da enunciação, do agir concreto dos sujeitos, e não da ordem “morta” da exemplificação, que em suas mais nefastas manifestações escamoteia contextos presumidos para atribuir sentidos fixos a enunciados que não os podem ter, confundindo-os assim com frases, marcadas por uma fixidez no nível da significação que é impossível no nível do tema.

Vale destacar que o retrospectivo e o prospectivo têm como ponto de referência o realizado, o texto efetivamente enunciado, que, insiste Bakhtin, é uma unidade, dado que, constituído por outros textos, é resultado de um ato que mobiliza esses textos constitutivos, que, sem ele, não teriam sobre que incidir, ao tempo em que remete direta ou indiretamente a textos futuros (ou busca antecipar possíveis

objeções etc.), criando assim um todo integrado que não é mera soma de seus elementos constituintes.

Toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, é parte de uma rede de interlocução em constante fazer-se, um festival de volta ao lar de pródigos significados temporariamente extraviados, rede que abarca os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação, e que acaba por afetar as próprias formas fixadas da língua de que parte para instaurar seus sentidos. Na língua, é essencial a oposição entre estabilidade e fixidez, ou forças centrípetas e forças centrífugas (cf. CROWLEY, 1986; SOBRAL, 2002b).

No processo contínuo de produção de sentidos, cada diálogo recria sentidos criados por outros diálogos, assim como antecipa diálogos ainda inexistentes, inserindo-os em novos modos de vida (Wittgenstein) associados com os jogos de linguagem (Wittgenstein) que a ressignificação instaura. Além disso, à luz desses elementos, o horizonte social que Bakhtin leva em conta de modo algum se esgota no interdiscurso ou no contexto imediato, material mesmo, da interação.

Acresce que, ao dar primazia ao tema com relação aos significados cristalizados, tanto na constituição como no próprio vir-a-ser dos sentidos, Bakhtin demonstra que o sentido depende por inteiro do contexto e que esse contexto de modo algum se esgota na situação imediata a que se restringem grande parte das teorias da interação verbal. Destaco ainda que isso não exclui de modo algum o sistema lingüístico enquanto tal, nem os processos cognitivos envolvidos, mas busca, integrando-os, ir além deles.

Tem relação com essa questão, igualmente, a concepção bakhtiniana de ideologia (cf. SOUZA, 2004; ver também SOBRAL, 1999, III.4.2¹ e SILVESTRI & BLANCK, 1993, esp. Cap. II), sobre que julgo oportuno fazer algumas breves observações. Voloshinov (1976) trata da questão dos vínculos entre ideologia e signo verbal e afirma que um produto ideológico não só constitui uma parte da

¹ Busco na seção citada, essencialmente, fundamentar o papel da ideologia, concebida como um conjunto de regras sociais de produção de sentido, no processo de constituição da sociedade e na determinação do modo de ser da linguagem. Essa concepção se opõe a propostas sobre a ideologia como (1) conteúdos subjacentes à linguagem; elemento identificado com o discurso; (2) produto de “isomorfismos” com relação à linguagem (“canhestros”, segundo GONÇALVES, 1981); (3) “falsa consciência” ou “visão de mundo”; (4) explicação racional da ordem existente.

realidade natural ou social (no que se assemelha a um corpo físico ou a um instrumento de produção) como reflete e refrata (o que constitui uma revisão da teoria marxista do reflexo) uma realidade que lhe é exterior; nessa perspectiva, um signo sempre se refere a uma realidade da qual faz parte.

Os signos estão sujeitos aos critérios de avaliação ideológica, coincidindo o seu domínio com o da ideologia e, por conseguinte, todo produto ideológico tem valor semiótico e, além de refletir e refratar a realidade, tem uma realidade concreta passível de estudo científico. Temos aqui a base de uma produtiva concepção de ideologia que julgo inigualável, posto que fundada no dinamismo do vir-a-ser das avaliações ideológicas que marcam toda palavra, texto, discurso ou ato humano (cf. SOBRAL, 1999).

Dado que a compreensão e a consciência só se produzem com base num material semiótico e dado que esse material se institui como realidade concreta, a própria consciência só se constitui na *concretude material dos signos* (VOLOSHINOV, 1976, p. 22; cf., quanto ao conceito de “signo”, também cap. I, n. 1), isto é, a consciência individual só se constitui no processo de interação social e a partir da semiose do ideológico. Na interação entre o individual e o social, “a psique anula a si mesma, ou é eliminada, no processo de converter-se à ideologia, e a ideologia anula a si mesma no processo de converter-se à psique” (Id.). Destaco que “anulação” funciona aí como metáfora, dado que o trecho indica a interconstituição ativa entre psique individual e ideologia.

Como vemos, a plenitude ideológica ocorre apenas, mesmo provisoriamente (dado que não há sentidos ideológicos fixados de uma vez por todas), quando se realiza em signo, e a realização em signo só ocorre por meio da plenitude ideológica, numa dialógica tensiva em permanente fazer-se. Como precisa realizar-se no signo ideológico como signo, o sentido depende de sua inscrição na psique (no “mundo interior” do sujeito); sem assumir um acento

O sentido articula-se em dois planos: no da significação para a qual aponta e da direção que indica. Significação remete à língua e à interdiscursividade; direção, ao intercâmbio verbal e ao confronto de vozes, ao *locus* da geração do sentido. Em vez do sujeito transcendental (kantiano, neo-kantiano, etc.), Bakhtin propõe o sujeito situado, o sujeito que, inserido em seus atos e por eles constituído em seu Ser-come-evento, deles só se afasta em termos exotópicos, em sua necessária posição

de fronteira, mas sempre cronotopicamente, isto é, num aqui e num agora (mesmo no plano da grande temporalidade!).

Em outras palavras, o discurso se constrói com base em dois planos: o do significado a ser expresso e o da valoração, pelo locutor e por seu(s) interlocutor(es), desse significado, o plano do sentido; é assim função do ato valorativo intrínseco ao discurso e, mais do que isso, à vida da língua: todo discurso se orienta numa dada direção. Aqui se vê completo o ciclo que vai da língua à vida e da vida à língua, em sua contínua interpenetração (tensão que pode, contudo, como vimos, ser contida, com nefastas conseqüências, ainda que também o reprimido acabe por ter seu “regresso ao lar”, por vezes festivo).

Social e pessoal são no Círculo elementos imbricados nos próprios discursos, e que só aí nos são acessíveis; não se tratando de uma proposta de análise dos sujeitos biológicos; a concretude da situação do sujeito é levada em conta em sua transfiguração discursiva, em sua construção. Logo, o Círculo não admite uma separação entre o contexto da interação e a interação propriamente dita, entre o texto e o contexto, entre a realidade discursiva e a realidade *per se*, o que uma análise bakhtiniana não admite.

Por outro lado, observe-se que a ênfase no sujeito se associa à inserção social e histórica dos sujeitos. O sujeito está necessariamente vinculado com a sociedade ao tempo em que a constitui: assim como o sujeito é um ser em fazer-se, que busca social e historicamente no outro a sua completude, a sociedade é que se articula para além dos propósitos individuais dos sujeitos, para além da soma desses propósitos, sendo antes marcada pela articulação entre eles no todo social, atravessado sempre pela história, tanto retrospectiva como prospectivamente.

Creio poder afirmar que as teses do Círculo, seu *modus operandi* e sua prática analítica dos fenômenos humanos funda-se no reconhecimento da provisoriedade da condição humana, provisoriedade do sentido, cuja base é uma permanente tensão dialógica em que estabilidade e variação se confrontam *ad aeternum*, em que eu e outro, pessoal e social, geral e particular, fixidez das formas e resignificação, se constituem e configuram mutuamente, em que a irrepetibilidade irreduzível do sensível – base do Ser - e a repetibilidade necessária do sensível se interdefinem. A teoria do discurso, do sentido, bakhtiniana, ao trabalhar com oposições sustentadas, consegue assim teorizar sobre aquilo que não se repete

sem se perder na especificidade do concreto e, ao mesmo tempo, sem engessar os atos concretos, uni-ocorrentes, num teoreticismo estéril tão buscado ainda hoje em nome da suposta necessidade de estabilidade.

O mundo tal como o entende o Círculo é um mundo de sentido em constante vir-a-ser, de estabilidade e instabilidade relativas, em que há regularidades suficientes para que se identifiquem atividades-tipo mas em que há margem para o reconhecimento de que nada se repete literalmente: a simples escolha daquilo que se repete é já uma transfiguração do repetido. Porque nada no mundo bakhtiniano se realiza por completo, o que é fonte de sofrimento para o ser humano, mas nem por isso deixa esse mundo de contar com suficiente concretude para alimentar a eterna busca do acabamento como ideal inalcançável mas nem por isso menos mobilizador que une o agir necessário do sujeito ao necessário agir social em que este pode ser sujeito!

A ênfase num sujeito ímpar que não definido apenas em termos subjetivos estritos, mas que é objetivado, e numa teorização que, como todas, generaliza, mas que, ao contrário de tantas outras, não objetiviza, ao lado do reconhecimento de que, entre o possível e o realizável há um agente que faz escolhas, que avalia, que se compromete, parece-me permitir afirmar que as teorias do Círculo revelam de modo inequívoco que só um tratamento abrangente, transdisciplinar, dos fenômenos é capaz de fazer justiça à complexidade do ser, do agir e do significar dos seres humanos. Se todos os pontos de vista parciais de estudo têm sua validade como momentos de uma perspectiva mais complexa, a pretensão de tomar as partes estudadas pelo todo produz no plano teórico aquilo que, no fenômeno, Bakhtin chama de “todo mecânico”, uma totalidade a que não comparece a unidade do sentido.

A concepção bakhtiniana de sujeito constitui assim base de uma alternativa a um tratamento do discurso apenas em termos de heterogeneidade mostrada/heterogeneidade constitutiva, ou de oposições entre aspectos individuais e aspectos sociais, agir pessoal/agir social codificado etc., ainda que sem desprezar a produtividade dessas abordagens (que, quando restritas aos campos para os quais são competentes, têm perfeita legitimidade), porém questionando alguns de seus aspectos e buscando ir além deles por meio da exploração da potencialidade da relação eu-outro (sujeitos, discursos, gêneros) como algo que vai além das

textualizações específicas assumidas pelos discursos, bem como de várias teorias de discurso sociologizantes.

2.5 Autor e estilo no Círculo de Bakhtin: breves considerações

A formulação do conceito de autor por Bakhtin envolve necessariamente sua concepção de interação, visto que todo locutor é sem dúvida um autor, dirigindo-se a um interlocutor numa dada situação e com um dado projeto enunciativo e dado que esta é a base de sua concepção dialógica da linguagem. Fica bem evidenciado nos vários escritos do Círculo que o conceito de *interação* de modo algum se esgota na situação imediata da interação, ao face-a-face entre sujeitos, mas, englobando-a, remete retrospectiva e prospectivamente a todas as enunciações anteriores e posteriores, possíveis e imagináveis. A meu ver, isso insere toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, numa rede de interlocução em constante fazer-se, um festival de volta ao lar de pródigos significados temporariamente extraviados, rede que abarca os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação.

Além disso, como a significação é entendida pelo Círculo como um constante vir-a-ser, dado que cada diálogo recria significados de outros diálogos, assim como antecipa diálogos ainda inexistentes, inserindo-os, que me seja dada a licença, num novo modo de vida associado com um novo jogo de linguagem (Wittgenstein) que a resignificação instaura, o horizonte social e histórico que Bakhtin leva em conta de modo algum se *esgota* no interdiscurso e no contexto imediato da interação. embora estes sejam seus fundamentos.

O locutor e o interlocutor têm na interação tal como a entendo o Círculo, o mesmo statuto: assim como é, retrospectivamente, uma resposta a enunciações precedentes, a enunciação do locutor responde prospectivamente ao interlocutor. O interlocutor é entendido por Bakhtin e seu círculo, em mais uma de suas geniais descobertas, como dotado de uma “responsividade ativa”: a resposta concreta do interlocutor é que permite que se materialize a compreensão. Não obstante, o locutor busca antecipar-se a essa responsividade e mesmo dirigir os rumos que toma, mediante a modulação contextual de sua entoação avaliativa.

Levando em conta esses elementos, pode-se dizer que, em sua concepção de *interação*, Bakhtin leva em conta quatro níveis necessariamente constitutivos da produção de sentidos, sendo eles dotados de diferentes e crescentes graus de amplitude, na razão inversa da inserção sócio-histórica, algo que cria grandes dificuldades metodológicas, aumentadas pelo fato de ele também levar em conta a consciência individual (que, como se sabe, não é entendida em termos cognitivos fisiológicos ou psicológicos estritos) como instância contextual, dado que o sujeito em interação, um eu-para-o-outro, continua a ser irredutivelmente um eu-para-si (e vice-versa):

- a) O nível da interação verbal concreta, do aqui e agora da presença dos interlocutores na enunciação (claro que em sua projeção no enunciado). Trata-se do nível mais imediato, e por isso sócio-historicamente mais "restrito". É constituído por todos os outros níveis, mais amplos e menos imediatos, sendo ao mesmo tempo o mais próximo dos protagonistas do discurso;
- b) O nível do contexto imediato em que se insere a interação (lugares sociais, formas atualizadas de interação social, etc.). Nesse nível, temos os elementos que a interação em seu sentido mais amplo "convoca" diretamente e que incidem sobre o nível anterior ao tempo em que remetem ao nível seguinte;
- c) O nível do contexto social propriamente dito, aquele que determina em termos conjunturais, culturais, e mesmo raciais, o modo de ser da interação; e, por fim,
- d) O nível do horizonte social e histórico mais amplo, que abrange a cultura em geral, os grandes períodos da história, o *Zeitgeist*, etc.

Cabe lembrar que a este último nível se referem as considerações de Bakhtin sobre a inexistência de um sentido primeiro e de um sentido derradeiro, vinculada com as 3 formas de leitura, ou de relação com a cultura alheia por ele discutidas: a

leitura em que se vê o sentido dos discursos apenas em termos da imersão na cultura ou no período histórico de que advêm e se perde com isso o enriquecimento trazido pelo afastamento; a leitura na qual se vê o sentido dos discursos abstraíndo-se da cultura ou do período histórico de que surgiram e se perde com isso as especificidades do contexto; e a leitura “exotópica”, em que se vê o sentido dos discursos levando em conta tanto a cultura ou o período histórico de que surgiram como a cultura ou o período histórico a partir dos quais se lê, unindo a riqueza da especificidade à riqueza da diferença.

O Círculo de Bakhtin muito se estendeu, por conhecidos motivos históricos, anãs considerações sobre o autor no texto literário, mas suas formulações abrangem, como se sabe, todos os discursos. Bakhtin (1997), partindo da idéia de que há necessidade de haver dois participantes “para ocasionar um acontecimento estético” (p. 42), afirma que o evento estético pressupõe, para realizar-se, “duas consciências que não coincidem”, mostrando que a coincidência (a ausência de distanciamento) entre o autor (enquanto figura discursiva e não como autor concreto) e o herói (entendido por Bakhtin como o objeto do enunciado) ou seu posicionamento um ao lado do outro, o compartilhamento por eles de um valor comum, ou mesmo sua oposição, redundam no próprio término do evento discursivo estético e na instauração de eventos discursivos de outra ordem. Temos então, em vez de obra literária, outras modalidades de discurso.

A ausência mesmo potencial do herói na obra estética, em que é entendido como personagem, produz um evento cognitivo, como um tratado; quando a consciência com que interage o autor é um deus onipotente, ocorrem eventos discursivos de cunho religioso e assim por diante. Esse critério se associa na obra do Círculo com a questão da arquitetura autoral, o que permite diferenciar entre os *todos mecânicos*, simulacros de obras literárias que se restringem a estabelecer relações de contigüidade entre formas de composição que “lembram” o literário, buscando transmitir uma “mensagem” em termos de conteúdos, sem dotar a forma e o conteúdo de unidade, e os *todos arquitetônicos*, obras literárias propriamente ditas, cuja unidade é da ordem do sentido, unindo conteúdo, forma e material na criação de recortes do mundo que recortam igualmente modalidades de ver o mundo literariamente.

A avaliação do herói feita pelo autor e o grau de proximidade entre eles ocorre naturalmente na presença do outro elemento determinante, o ouvinte, ou interlocutor. A relação entre o autor e o ouvinte, fundada igualmente nos graus de proximidade/distanciamento, tem vínculos estreitos com a questão conexa dos gêneros do discurso: o grau de proximidade/distanciamento entre autor e interlocutor é constitutivo do sentido, tanto no âmbito do discurso estético como no âmbito das outras modalidades de discurso, podendo-se igualmente verificar que, dada uma modalidade de discurso, ou gênero, o enunciador é levado a assumir esta ou aquela posição com relação ao outro, claro que com modulações de vária natureza que explicam o dinamismo dos gêneros.

As modalidades de discurso às quais não está presente o estético *per se* envolvem igualmente um trabalho autoral que, quando cria uma totalidade de sentido, uma “arquitetônica”, realiza o projeto enunciativo do autor. A mera contigüidade de formas da língua e de textualização cria no máximo “simulacros” de discurso, ou discursos “malogrados”, nos quais a identificação, sempre possível, de um dado projeto enunciativo, serve precisamente para demonstrar sua não-realização.

O uso de formas “típicas” não cria por si uma unidade de sentido porque lhe falta um labor arquitetônico de construção, algo que mobiliza formas da língua e formas de textualização na criação de uma unidade de sentido, integrando forma, conteúdo e material. Assim, na variedade de relações com o outro está a própria chave da constituição do tom e do fio dos discursos, em seus vários planos — estético, ético, cognitivo, religioso — levando-se em conta igualmente as esferas de atividade em que isso é possível e aceitável. Assim, ser autor é assumir, de modo permanentemente negociado, posições que implicam diferentes modalidades de organização dos textos, a partir da relação com o herói e com o ouvinte.

Para o Círculo de Bakhtin, a própria seleção de palavras envolve uma orientação na direção do ouvinte e do herói autor e a recepção a essa seleção advém do contexto da vida, que impregna as palavras de juízos de valor, impondo pois ao seu significado uma direção específica, podendo mesmo pensar na recepção como uma espécie de co-seleção lexical. Essa operação de seleção envolve a “simpatia”, a concordância com os ouvintes, ou a discordância com relação a eles, remetendo assim à avaliação que o autor faz do herói.

O elemento mais relevante nesse ponto é o fato de o autor selecionar juízos de valor “*do ponto de vista dos próprios portadores desses julgamentos de valor*” (*Idem*, grifos meus), claro que tal como ele os projeta. A posição do autor com respeito ao conteúdo é *ativa* (ainda que, ao contrário do que quer a tradição, o estilo seja não o homem, mas o autor e o ouvinte), atributo que lhe é conferido pela “*mediação da forma*” (*Idem*), mas que não o torna infenso a todas as influências que incidem sobre seu agir.

Ser autor da obra estética e de outras modalidades de discurso envolve *tudo dizer* em termos pragmático-referenciais, dado que faltam ao enunciado *per se* as circunstâncias concretas que permitem identificar o dito e o presumido de modo relativamente imediato como o seria na interação face-a-face. E com isso chegamos ao estilo, dado que o “*tudo dizer*” pode assumir várias formas; Bakhtin vê o estilo, diante disso, como algo interativo, advindo da relação entre o autor e o grupo social a que ele pertence, na forma de seu representante autorizado, o ouvinte “*típico*”, tal como projetado pelo autor. O estilo não tem que ver com “*desvios*” de normas nem com as “*especificidades da obra literária*” (Brait, 2002), sendo antes determinado pelas inter-relações entre a *escala avaliativa* do evento descrito e seu agente, o herói, cujo peso depende do “*contexto não-articulado de avaliações básicas da obra*” (1976a, p. 11), isto é, das possibilidades de avaliação, manifestas — e isso merece destaque, por seu vínculo intrínseco com a questão do gênero — “*na própria maneira como o material artístico é visto e disposto*” (*Idem*, p. 12), o que descarta de uma vez por todas a idéia de que só são avaliações os elementos apresentados como tais nos discursos, a por assim dizer “*avaliação mostrada*”, modalidade da “*avaliação constitutiva*” em que se concentra o Círculo de Bakhtin, sem prejuízo do reconhecimento da presença daquela.

Bakhtin destaca, falando da avaliação, da entoação avaliativa, que um dos princípios do estilo é o fato de ele se *alterar de acordo com o valor social do objeto do enunciado*, o que leva o autor a *socializar* suas vivências, a elaborar o evento correspondente a essas vivências em termos dos *sentidos sociais*, o que implica a impossibilidade de uma linguagem privada (algo a que se referem igualmente Wittgenstein e Merleau-Ponty). Isso remete à oportuna afirmação bakhtiniana de Brait (1999, p. 34) — que vem abordando sob diversas perspectivas a questão do estilo e do autor na obra do Círculo (cf. por exemplo BRAIT, 2005 b, c) — sobre o

autor: “o autor não pode ser confundido com o indivíduo. O autor é uma instância de produção, do ato, do texto, do discurso” — o autor bakhtiniano é um autor de linguagem e não um sujeito concreto em termos ontológicos, o que evidentemente não elimina os autores concretos, mas desautoriza a idéia de buscar na vida do autor um material simplesmente transposto para o discurso, dado que o trabalho autoral torna a própria autobiografia uma construção de linguagem e de discurso. Como historiador, Machado de Assis, apesar dos historiadores, pode deixar a desejar, mas poucos são os exemplos de historiadores a causar tamanho impacto com sua autoria!

O segundo *elemento constitutivo* do estilo é o grau de proximidade recíproca entre autor e herói. é vital não só em termos do estilo como também em termos do estatuto do lingüístico no discursivo, dado que postula, de um lado, que “a própria estrutura da língua reflete o evento da inter-relação entre os falantes” (Bakhtin, *Id., Ibid.*) e, do outro, que *muitos dos* fatores da forma da obra são determinados *em parte* pelo grau de proximidade entre autor e herói.

Bakhtin, retomando o que disse do autor em geral, afirma ainda que esses elementos não são suficientes, tomados em isolamento, para determinar a forma, ou melhor, a plasmação, artística. O ouvinte não é o sucedâneo do autor nem ocupa o seu lugar; trata-se antes de uma instância independente do evento da criação. Além disso, ele tem uma posição bilateral, visto que apresenta diferentes graus de proximidade com relação ao autor, de um lado, e com respeito ao herói, do outro. Bakhtin esclarece, refutando certas teses destinadas a defender quer o ponto de vista formal, quer o sociológico, que “... *autor, herói e ouvinte em parte alguma se fundem numa só massa indistinta — eles ocupam posições autônomas, são na verdade lados... de um evento artístico com estrutura social específica cujo ‘protocolo’ é a obra de arte.* (Id., p. 14)”.

Podemos perceber então, a partir das formulações bakhtinianas — e braitianas — que, na obra, tanto em termos de estilo, como de sua própria estruturação em geral, (1) o autor não se confunde com o indivíduo-autor, sendo antes aquilo que o constitui como tal na própria obra (cf. Brait, 1999); e ele o faz por meio da forma, do conteúdo e do material, na interação com o herói e com o ouvinte. Logo, se é facilmente identificável como “*imagem-objeto*”, o autor não é parte da intenção nem do projeto do locutor; esse autor concreto não é o criador da palavra

nem do discurso “enquanto autor de seu próprio enunciado” (Bakhtin, 1997, p. 336). Logo, a existência concreta do autor só é pertinente enquanto incorporada ao autor do discurso, ao ator que dá forma, que molda o material.

Nesse sentido, é função do autor, como o afirma Caryl Emerson (1996, p. 113),

“ver todos os aspectos da personagem criada, tanto os interiores como os exteriores, em toda posição potencial e em toda potencial oposição a essa posição. Porque criar não é ... meramente inventar”, mas antes desenvolver “uma consciência ficcional de tal maneira que esta seja suficientemente autônoma para ter vida própria, entrar em suas próprias relações sujeito-sujeito.

Por outro lado, o herói não se confunde com o autor, nem vem de um ato consciente e autônomo deste. Entidade autônoma, embora criada pelo labor autoral, tem ele seu papel próprio a desempenhar na dupla interação com, de um lado, o autor, e, do outro, o ouvinte; é ele o cerne das avaliações inerentes a todo enunciado, avaliações que entram na composição da própria corporalidade da obra, em sua *forma*, em vez de restringir-se a conteúdos que eventualmente se incorporem a ela ou formas cristalizadas de avaliação, ainda que estas também tenham sua relevância. Essas avaliações vêm, naturalmente, do universo social e histórico das interações entre os homens.

Voltando ao ouvinte, este, tal como o autor, não se confunde com o indivíduo, no caso específico, o indivíduo ouvinte, o público leitor concreto e, por assim dizer, identificável, sendo antes a imagem típica do interlocutor de cada autor específico, o que depende, como é óbvio, do caráter e da corporalidade de cada autor, do seu *ethos* (que, se incorpora elementos pré-discursivos, é criado pelo discurso e nele se manifesta), do contexto extra-verbal por assim dizer cristalizado no qual se acha inserido o autor.

Em suma, em termos gerais, autor, ouvinte e tópico estão presentes, ao ver de Bakhtin, como elementos constitutivos, em toda enunciação, sendo de sua interação, e como produto e resultado dela, que a enunciação vem a ser. Em termos específicos, é também dessa interação que o autor retira seu instrumental de trabalho com a forma e com o material da obra, sendo a maneira peculiar de realizar

esse trabalho, mesmo respeitando as coerções de gênero, que constitui o estilo, individual e de gênero.

2.6 O conceito de “contrato fiduciário” no âmbito da teoria greimasiana

Apresento aqui uma descrição até certo ponto exaustiva do conceito greimasiano de *contrato fiduciário* com as propostas bakhtinianas de entoação avaliativa e responsividade ativa, que justifico em função de meu objetivo de demonstrar porque entendo que há compatibilidade entre os três conceitos considerados.

No âmbito da Gramática Narrativa, Greimas entende o contrato fiduciário como uma *instância que, ao atribuir a modalidade do querer ao sujeito do desejo, institui esse mesmo sujeito como tal*. Diz ele ali que esse ato é uma “provável atualização de um ‘fazer querer’ do Destinador”, mas que se configura como “o querer do sujeito que o torna capaz de realizar a primeira performance, marcada pela atribuição do valor modal do saber ou do poder” (GREIMAS, 1970:179). Por conseguinte, o contrato é a bem dizer uma relação contratual entre Destinador e Destinatário, ou seja, ele constitui a relação entre os actantes na narrativa. Esta é a base sobre a qual Greimas assenta a sua proposição do contrato fiduciário, do qual tratamos a seguir.

Em termos simples, o contrato de veridicção (dizer verdadeiro), envolve um acordo fiduciário, de modo geral implícito, entre dois actantes da estrutura da comunicação, postulando, de um lado, dois componentes dotados de autonomia, as modalidades do saber e o crer, e dois níveis que se sobrepõem, o do fazer epistêmico, vinculado com a certeza, e o juízo alético, ligado à verdade (naturalmente, enquanto objeto de comunicação). Em “O contrato de veridicção” (103-113), Greimas se propõe a desenvolver uma teoria do discurso a partir da relação entre os protagonistas, ou atores, deste, partindo das propostas benvenisteanas acerca da enunciação, examinadas no âmbito do projeto semiótico. O ponto de partida dessa teoria, em termos da “realidade” que se faz presente no discurso (tanto por meio da actorialização, da temporalização e dacespacialização como através da tematização e da figurativização, que não são tratadas *per se* no artigo) é a distinção, feita desde a Antigüidade Clássica, entre o verossímil e o

verídico (isto é, o verdadeiro) – dois pontos pelos quais se busca “sair” do discurso, isto é, trazer ao enunciado a enunciação que o produziu.

Ao ver do autor, o verossímil é “uma referência avaliativa que o discurso projeta fora de si” e que usa “uma certa realidade, ou melhor, uma certa concepção da realidade” (103). Observa-se aqui um desdobramento da definição do verossímil: “referência avaliativa”, de um lado, e “uma certa concepção da realidade”, do outro, em ambos os casos tornando presente um dado “ponto de vista” do enunciador, em sua interação com o enunciatário. Trata-se aqui de tratar de duas ilusões por assim dizer constitutivas do discurso: a ilusão referencial (a ancoragem do discurso) e a ilusão enunciativa (a da presença da enunciação no enunciado). Esse desdobramento pode dar a impressão errônea de que Greimas faz uma distinção estrita entre “avaliar” e “usar uma determinada concepção da realidade” — ou ao menos de que ele não diz explicitamente tratar-se da mesma coisa. Ora, sabe-se que a concepção específica de realidade se faz presente na referência avaliativa: toda avaliação é feita de uma dada “posição”, logo, a partir de uma determinada concepção de realidade. Sendo o “lugar” do enunciador definido essencialmente por sua atividade organizadora do discurso em termos do seu “ponto de vista”, é natural que a sua presença estruturante se manifeste no discurso como uma avaliação advinda de uma dada concepção de realidade.

Outro ponto que poderia sem tomado como problemático configura-se na afirmação de que o discurso projeta essa “referência avaliativa” fora de si. Estaríamos aqui em presença da noção — tradicional e peirceana — de signo, contrabandeada pela porta dos fundos da mesma casa de onde foi expulsa pela porta da frente pelo “processo de produção de sentidos”? Haveria afinal salvação *hors du texte*? Ou Greimas na verdade está dizendo que o discurso, ao produzir o verossímil, cria esse “fora” em sua estrutura, ou seja, o verossímil é um efeito de sentido produzido no discurso, vinculado com a eficácia discursiva? Esta segunda hipótese parece a mais provável, se levarmos em consideração, por exemplo, as duas ilusões, referencial e enunciativa, que vimos ser constitutivas do discurso. Seja como for, a ênfase está na avaliação fundada numa concepção específica da realidade: o verossímil sempre resulta da interação entre três fazeres: o fazer veridictório, o fazer epistêmico e o fazer fiduciário – que vou retomar adiante.

Greimas destaca na relação discursiva, de um lado, o contrato social, — embora não defina o que é ao seu ver “social” (trata-se ao que parece da relação entre sujeitos) — e, do outro, o relativismo cultural (que imporá restrições a uma suposta universalidade do discurso da perspectiva da “matéria” da produção de sentidos e não em termos estruturais). Ele pergunta quem pode julgar verossímeis ou não os textos e, referindo-se ao social e ao relativismo cultural, diz que essa função cabe aos “adultos”, sem incorporar suas considerações nesse sentido à proposta que apresenta: quem são social e culturalmente os adultos de que ele fala? Isso se deve ao caráter programático do texto em questão, que constituiu por assim dizer uma “provocação” à elaboração das interrogações assinaladas por Greimas

Afirma Greimas, nisso aproximando-se da retórica clássica, que o problema do verossímil se acha integrado à interrogação sobre a veracidade do discurso: como agir para fazer o discurso parecer verdadeiro e que critérios e procedimentos servem ao julgamento do discurso do outro como verossímil? Em busca de uma resposta, ele lança mão da idéia de que o discurso contém ao mesmo tempo verdade e falsidade, mentira e segredo, sendo o estatuto destas determinado a partir de um acordo mais ou menos tácito entre enunciador e enunciatário. E é esse “acordo tácito” que recebe o nome de “contrato de veridicção”.

Para o autor, o texto não admite leituras ilimitadas; suas leituras possíveis são restritas porque o número possível de isotopias de leitura é limitado. Haveria coerções a dirigir tanto a estruturação como a recepção do texto, este, segundo Greimas, traz marcas de isotopias de leitura e marcas de veridicção que lhe limitam as possibilidades de leitura — e mesmo, como decorrência disso, de estruturação. Ora, isso faz ao meu ver que as isotopias e a veridicção decorram da interação enunciador-enunciatário, o que me parece implicar a influência tanto do “contrato social” como do “relativismo cultural” a que Greimas se refere.

Retomando Hjelmslev — que demonstra poder haver, ao lado dos signos mínimos (palavras), signos-enunciados e signos-discursos — Greimas afirma ser o discurso um signo complexo. Os critérios do contrato social e do relativismo cultural impõem ao autor, nesse ponto, a consideração das atitudes das culturas diante desses “signos”, atitudes que ele caracteriza, mais uma vez a partir de formulações hjelmslevianas, como “interpretações metassemióticas conotativas” (107) — interpretações cuja tipologia está, para ele, por fazer. Tratar-se-á de interpretações

que, partindo de um nível “metaposto” à semiose, lhe atribuiria determinadas possibilidades de sentido? Se assim for, enunciador e enunciatário seriam partícipes de uma “discursividade coletiva”, que se articularia com algum “sujeito coletivo”, a fim de se instaurarem como protagonistas do discurso. Essa perspectiva poderia aproximar as formulações greimasianas de certas propostas de análise do discurso que reformulam os principais postulados de M. Pêcheux e, de modo especial, daquelas a que se faz presente uma inflexão bakhtiniana (cf., no tocante à intertextualidade, por exemplo BARROS, 1988, *passim*).

Tratando dos “modos de existência de discursos verdadeiros”, isto é, dos recursos mediante os quais o discurso fixa seu “dizer verdadeiro” — que não equivale evidentemente à “verdade” —, Greimas se refere 1) à distorção rítmica presente à linguagem poética; trata-se de um recurso que assinala a presença de uma voz segunda que estaria além do falar cotidiano e que assume o discurso da verdade. O autor diz ser uma das modalidades da conotação veridictória presente à linguagem poética a “exploração da materialidade do significante para indicar a verdade do significado” (p. 108): a simples presença do “corpo” daquele seria garantia da verdade deste; questão complexa, 2) ao recurso inverso, o uso das possibilidades de manobra do significado de forma a gerar “um discurso que se interpõe às coisas” usado como se fosse ele mesmo uma “coisa”, como se tivesse materialidade própria, uma espécie de significado reificado; e 3) ao campo de manobra do nível dos signos em si e da interpretação meta-semiótica de sua natureza. Aflora aqui a questão das diferenças culturais (ao meu ver presentes porém transcendentais à interação enunciador-enunciatário, e com ela articuladas). Afirma Greimas que o discurso é entendido na Europa como uma manifestação superficial que deixa transparecer significações latentes e profundas e, nos Estados Unidos, como uma entidade que se aproxima das coisas e as exprime de maneira inocente.

Retomando suas considerações, Greimas afirma que o sujeito da enunciação “produz” um discurso que manifesta o efeito de sentido “verdade”. Faz-se presente aqui a manipulação do enunciatário pelo enunciador: sendo a verdade um efeito de sentido (um parecer verdadeiro), sua produção advém de uma ação de “fazer parecer verdadeiro”, isto é, do emprego pelo enunciador de recursos que levem o verossímil do discurso a ser aceito pelo enunciatário como verdadeiro, a partir do

acordo tácito, “em confiança”, que se instaura entre eles no discurso. Que me seja permitido lembrar aqui o que diz GREIMAS em *De L’Imperfection* (1983:9), mostrando a paradoxal situação do homem diante do sentido; condenado ao sentido, ele nunca o alcança em sua totalidade, isto é, a verdade só está ao seu alcance enquanto simulacro da verdade: *Todo parecer é imperfeito: ele oculta o ser; é a partir dele que se constroem um querer-ser e um dever-ser, o que já é um desvio do sentido. Somente enquanto poder ser — ou pode-ser — é o parecer apenas suportável.* (Para algumas considerações bakhtiniano/lacanianas, ver SOBRAL 2003).

Merece destaque, por outro lado, a importante distinção que Greimas estabelece entre a verossimilhança e o parecer. Ao ver do autor, enquanto aquela supõe uma adequação ao referente (o que me parece uma leitura superficial do verossímil, que se faz presente na maioria das vezes em discursos cuja meta é obter a adesão do auditório para a SUA verdade, apresentada como A VERDADE), este busca a adesão do enunciatário, que só ocorre se o os sentidos instaurados corresponderem à expectativa deste, tal como a representa para si mesmo o enunciador. Essa adesão é a base da sanção do contrato de veridicção. Logo, o simulacro (o “parecer verdadeiro”) da verdade se constrói principalmente a partir da representação que o enunciador faz do enunciatário (a que eu acrescento, para fins didáticos, a representação que o enunciador faz de si mesmo com relação a esse enunciatário, a representação que o enunciatário faz do enunciador e a representação que o enunciatário faz de si mesmo, tudo isso da perspectiva do enunciador, com a contribuição das tantas coerções sociais e culturais existentes).

O autor propõe a existência de dois tipos de manipulação. Apoiando-se claramente nas proposições benvenistianas (porém indo além delas ao pôr em dúvida a realidade do objetivo e do subjetivo como tais e ao propor serem eles efeitos de sentido). Teríamos de um lado a manipulação que produz uma “camuflagem subjetivante”, isto é, a que *destaca* (grifos meus) as marcas da enunciação (o que mais tarde seria chamado de nível enunciativo) e a que produz uma “camuflagem objetivante”, ou seja, a que oculta (grifos meus) as marcas da enunciação (o nível enuncivo). Na manipulação subjetivante, o sujeito seria a garantia da verdade-falsidade; tem-se aqui um sujeito explícito falso e um saber verdadeiro oculto. Na manipulação objetivante, em

contrapartida, o sujeito e o saber verdadeiro são discursivamente subsumidos por construções impessoais ou socializados por marcas como o “se” impessoal e o “nós”, apresentando-se um saber explícito falso e um sujeito oculto verdadeiro. Greimas esclarece que a noção de contrato advém do fato de que “a comunicação da verdade repousa na estrutura de troca que lhe é subjacente” (111), isto é, na interação entre os protagonistas do discurso. O fazer persuasivo (que busca a adesão) e o fazer interpretativo (que pode ou não levar à adesão), de cunho cognitivo — e cognitivo aqui se refere a conhecimento e não a processamento mental, à feição das teorias cognitivas —, são os dois níveis superpostos do contrato de veridicção. Trata-se de preliminares da troca, porque esta só ocorre na conclusão do contrato, que não é cognitivo. O enunciado-discurso envolve o SUJEITO₁, o OBJETO e o SUJEITO₂: o Sujeito₁ faz-ver, isto é, procura tornar visíveis suas próprias motivações estratégicas ao Sujeito₂; o Sujeito₂ vê, não como receptor porém, de modo mais ativo, como uma instância de captação de mensagens. O verdadeiro Objeto da comunicação é, em primeiro lugar, trate o discurso do que tratar, a imagem de si mesmo do Sujeito₁.

O discurso, como o mostra o simulacro da enunciação, ou enunciação enunciada, constrói um *espaço cognitivo* que constitui um campo de manobra governado pela tensão em que se opõe o FAZER-SABER/FAZER-CRER ao SABER-SER/CRER-SER. Examinando a questão da comunicação, em cuja base está, como eu disse, a confiança entre os homens — processo que transcende a transferência do saber e envolve sujeitos não-neutros, dotados de competência modal variável, em dois grandes campos de análise, o dos processos cognitivos e o dos sistemas cognitivos, Greimas faz o raciocínio a seguir, que se desdobra, no tocante aos processos cognitivos, em duas seções; “O saber precede o crer” e “O crer precede o saber”. Recusando as instâncias “neutras” do modelo da comunicação, Emissor e Receptor e, por conseguinte, a idéia de transmissão e recepção de mensagens, ele propõe, no plano do enunciador, o exercício do fazer persuasivo (fazer-crer), e, no plano do enunciatário, o fazer interpretativo (ato de crer [ou não] ou ato epistêmico.

São postulados, no nível elementar e abstrato da linguagem, um pequeno número de operações simples, e, no nível sêmio-narrativo, expansões sintagmáticas

que permitem homologar o *fazer persuasivo (ou manipulação)/ o fazer interpretativo (ou sanção)*. O ato epistêmico é a transformação de um estado de crença em outro, podendo ser convertido em fazer interpretativo e em processo discursivo. Afirma Greimas que a interpretação envolve tanto o *reconhecimento* como a *identificação*, sendo a verdade é reconhecida, nesses termos, mediante uma operação de comparação entre o que é “proposto” e aquilo em que o enunciatário já acreditava. Isso implica a identificação e a adequação tanto à realidade referencial como ao próprio universo cognitivo. Logo, o ato epistêmico é o controle da adequação do novo e desconhecido ao antigo e conhecido e essa adequação pode, naturalmente, ser reconhecida ou rejeitada. Tudo isso implica, com efeito, que o sujeito operador é um sujeito competente. Sua competência modal opera sobre a dimensão cognitiva do discurso, e é da ordem do fazer. É constituída por duas modalidades: uma, virtualizante, com base no querer-fazer; outra, atualizante, no poder-fazer. O sujeito é constituído por uma dessas modalidades no nível discursivo e, desta forma pode representar papéis patêmicos estereotipados: o crédulo, o fanático, o cético, etc.

Toda proposição formulada pelo enunciador repousa numa base epistêmica, que vai da afirmação à dúvida, da refutação à admissão. O ato epistêmico, prelúdio da comunicação, caracteriza-se então, não como uma simples afirmação de si, mas como *solicitação de consenso, de contrato, entre enunciador e enunciatário*. Além disso, ao espaço cognitivo da persuasão e da interpretação correspondem, na estrutura semio-narrativa, mecanismos de manipulação e de sanção. A manipulação pode ser levada a efeito de duas formas distintas, definíveis pela modalidade privilegiada: (a) segundo o *querer*, por tentação e sedução; e (b) segundo o *poder* (ameaça, provocação), procedimentos que explicam os efeitos de sentido do fazer-crer e do crer. Pode-se conceber ainda um outro tipo, a manipulação segundo o *saber*, em que a facticidade é apresentada na forma de argumentações lógicas, oferecendo-se ao sujeito epistêmico como uma proposição da razão; nesse caso, o enunciador convoca procedimentos de manipulação segundo o saber para convencer o enunciatário, apelando às "razões" do próprio enunciatário. Trata-se, então de con-vencê-lo: por uma série de operações no plano cognitivo, visa-se à aceitação partilhada pelo vencido, transformando-o em "convencido".

O parecer do mundo natural, tal como o parecer dos nossos discursos é, com frequência, de ordem figurativa. As figuras do mundo têm dupla função: enquanto

parecem a realidade, nos servem como referente, intra ou extra discursiva; enquanto figuras de linguagem, dizem algo mais além de si mesmas – sendo esta a dimensão que importa. O discurso figurativo desreferencializado torna-se disponível para outras significações, por exemplo, no desencadeamento do nível temático. A articulação sintagmática permanece causal, lógica ou fiduciária, pouco importa. O discurso figurativo é capaz de projetar uma dupla referência: em profundidade, criadora de uma isotopia temática mais abstrata; em lateralidade, promotora de uma nova isotopia figurativa paralela. Assim, a extrapolação é entendida como forma de racionalidade discursiva.

Em suma, o ato epistêmico ocupa o centro do ato discursivo, que se realiza mediante uma *transformação* — a passagem de um estado de crença a outro. No nível narrativo, o ato epistêmico equivale ao fazer interpretativo: ele envolve ao mesmo tempo um *reconhecimento*, traduzido como uma comparação entre o que é proposto e o que já é conhecido/objeto de crença, e, como corolário necessário, uma *identificação* naquilo que é proposto da totalidade ou de fragmentos de “verdade” de que o sujeito epistêmico já dispõe. Numa revolucionária revalorização do “tu” discursivo, Greimas mostra que o enunciatário tem papel vital no funcionamento do discurso, posto que decide sobre o ser e o não-ser no nível imanente do enunciado-discurso. Verifica-se assim que o crer-verdadeiro deve instalar-se em ambas as extremidades: sem o crer-verdadeiro do enunciatário, o crer-verdadeiro do enunciador não tem eficácia. Esses últimos elementos servem para definir o Contrato de Veridicção como o equilíbrio entre o crer-verdadeiro do enunciador e do enunciatário, o acordo tácito ou cumplicidade entre parceiros mais ou menos conscientes. Baseia-se ele num mínimo de confiança/confidência, que requer do enunciatário um agir que indique sua participação na *proposição* do Contrato. Claro que isso não exclui a possibilidade da mentira ou da manipulação em seu sentido não técnico, negativo, de infidelidade da parte do enunciador. Na verdade, o Contrato de Veridicção envolve três fazeres, *o fazer veridictório, o fazer epistêmico e o fazer fiduciário*:

- O *fazer veridictório* é a inscrição pelo enunciador de marcas que permitem que o enunciado se deixe ler como verdadeiro/falso, como mentiroso/secreto.

- O *fazer epistêmico* é a interpretação, pelo enunciatário, do teor veridictório do enunciado, partindo ele das atitudes epistêmicas coletivas, dos sistemas de conotações veridictórias, enfim, dos mecanismos de produção do efeito de sentido “verdade”.
- O *fazer fiduciário* é o agir que leva o enunciatário a confiar ou esperar mais do que o fazer epistêmico autoriza; envolve, por conseguinte, e aí está um dos mais encantadores (e trágicos) aspectos da vida do homem em sociedade, uma adesão efetiva/afetiva.

São duas as modalidades dos mecanismos de criação de *simulacros*, imagens que se destinam a *influenciar* a interpretação: a concernente à organização *tout court* do discurso, que está voltados para a criação da Ilusão Referencial e produzem simulacros de objetos do mundo referencial e a ligada à competência semiótica do enunciador e do enunciatário. Esses mecanismos, que envolvem a embreagem, produzem a Ilusão Enunciativa por meio da geração de simulacros do sujeito da enunciação (Enunciador e Enunciatário), de que resulta o efeito de sentido de *credibilidade* do discurso.

2.7 Bases epistemológicas das teorias de Maingueneau

Examino agora, do ponto de vista epistemológico, e tendo por horizonte as teorias bakhtinianas, as bases da proposta de “primazia (ou primado) do interdiscurso” de Dominique Maingueneau, explorando algumas de suas implicações, com vistas a apontar sumariamente as principais similaridades entre sua obra e a do Círculo de Bakhtin. Deve-se isto ao fato de que, embora a obra de Maingueneau pareça conhecida, dadas as tantas aplicações a que tem servido, poucas vezes se faz menção aos elementos constantes de sua *opus magna*, seu “discurso fundador”, *Genèses du discours* (1984), o que em alguns casos leva a uma visão parcial de suas propostas e, em outros, a uma redução da radicalidade discursiva destas no campo da pragmática. Por esse motivo, cito em alguns momentos da exposição trechos da obra em questão.

Busco primordialmente descrever o que constitui desse ponto de vista os fundamentos epistemológicos do empreendimento de Maingueneau, que, embora se tenha concentrado no que se poderia chamar, a partir de Bakhtin, de nível “composicional”, nem por isso deixa de apresentar relevantes observações “arquitetônicas”, ainda que ele recuse “arquitetônica”, “arquitetura” e derivados no sentido de Bakhtin, a que de resto não faz menção no tocante a isso.

Para Maingueneau: os discursos são objetos “ao mesmo tempo integralmente lingüísticos e integralmente históricos” (p. 6), esclarecendo o autor que pretende evitar o sacrifício de um desses aspectos em favor do outro. Vemos assim que ele considera a “textualização” e a “contextualização” membros discerníveis de um mesmo universo que as integra e lhes dá nova feição, o da produção do discurso como unidade textual-enunciativa. Sem negar a legitimidade de tantas abordagens parciais, pragmáticas e textuais, o autor afirma pretender seguir uma abordagem discursiva estrita – o que a meu ver insere sua obra no universo do empreendimento bakhtiniano, sem naturalmente haver aqui a sugestão de “influência”. Trata-se, pois, de uma perspectiva para quem a materialidade textual só faz sentido em sua *mise en discours*, ou seja, o extra-discursivo e o inter-discursivo são já intra-discursivos.

As sete hipóteses que Maingueneau apresenta no livro em questão, cada uma delas correspondente a um capítulo, buscam articular “instâncias entre as quais se tende muitas vezes a estabelecer discontinuidades que são facilmente justificadas pelas necessidades da pesquisa” – o que lembra as insistentes teorizações do Círculo de Bakhtin voltadas para cernir a totalidade dos fenômenos (no âmbito do humanamente possível). Embora reconheça essas “necessidades”, ele recusa a idéia de a análise se deter nas discontinuidades, uma vez que busca, como antecipei, “pensar um sistema de articulações sem anular a identidade de cada instância” (p. 14), quer dizer, respeitar a especificidade dos vários elementos que convergem para a construção do discurso, mas mostrar que eles formam uma estrutura, um sistema, identificável, em vez de uma sobreposição de componentes díspares, o que é uma maneira produtiva de abordar a presença de elementos repetíveis e irrepetíveis na produção do sentido, tal como o fez Bakhtin em sua filosofia do ato.

Mencionando Bakhtin, Maingueneau afirma que “essa [de Bakhtin] visão da atividade “de linguagem” converge em larga medida com nossas preocupações com a interdiscursividade” (p. 27). Mas estabelece uma diferença da ordem da delimitação, a seu ver fundamental, e que tem sustentado até hoje, por justificáveis razões contextuais e metodológicas. Cito o trecho com tradução minha:

Se num dado sentido nosso empreendimento se inscreve na mesma perspectiva da de Bakhtin, a de uma ‘heterogeneidade constitutiva’, operamos contudo num quadro restrito, fornecendo a essa orientação geral um quadro metodológico e um domínio de validade bem mais preciso (p. 27).

Essa afirmação, que a meu ver não faz justiça a Bakhtin, se explica pelo fato de o autor, por volta de 1984, ter acesso ao que se conhecia então da obra de Bakhtin, e que de fato deixava uma impressão de generalidade, para não mencionar o reforço dessa impressão advindo de alguns usos dados a conceitos bakhtinianos. Maingueneau propõe a substituição (ou especificação) do termo “interdiscurso” por uma tríade menos geral: *universo discursivo*, *campo(s) discursivo(s)*, e *espaço discursivo* — que vão do geral para o particular, e que a meu ver “respondem” também a certas concepções da época fundadas real ou supostamente em Foucault.

Maingueneau aborda a questão da relação entre o discurso “segundo”, ou seja, o discurso que se constitui a partir do outro, e o discurso “primeiro”, aquele a partir do qual o “segundo” se constitui. Vem então mais uma importante especificação que resgata a individualidade do discurso “constituído” [o discurso segundo] e mostra que sua constituição afeta a identidade do discurso “constitutivo” [o primeiro]: o “discurso primeiro não permite a constituição do discurso segundo sem ter ameaçados seus próprios fundamentos (...)” [p.34]. Por outro lado, o discurso primeiro tende a confundir o Outro de que derivou [seu próprio discurso primeiro] e o Outro que deriva dele [o discurso segundo], rejeitando tanto um como o outro. Deve-se porém ter em conta que não há “uma alternância perfeita: A permitindo a produção de B e B a produção de C, que coincidiria com A e assim por

diante”. Eis um dos grandes momentos bakhtinianos do autor, como podemos perceber em Voloshinov (1976) e outras obras do Círculo.

Não há essa alternância, em primeiro lugar, porque os espaços discursivos podem conter mais de dois termos, e em segundo, porque um “sistema primeiro” permite derivar “inúmeras famílias” de formações discursivas. Por outro lado, muitas vezes o discurso primeiro não desaparece de imediato da estrutura do segundo, e pode mesmo nunca vir a desaparecer. E, durante essa convivência, ocorrem conflitos “mais ou menos abertos” (p. 35). Tudo isso permite definir o *espaço discursivo* como tendo “um duplo estatuto”: o primeiro refere-se à dessimetria “que permite descrever a constituição de um discurso”; o segundo é “um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa todo ou parte de seu Outro (p. 35)”.

O que interessa ao autor é esse segundo modelo, marcado pela permanência de uma tensão entre discurso primeiro e discurso segundo, tensão na qual nenhum deles absorve o outro, ainda que possa haver diferentes graus de “neutralização”. Parece-me ser essa uma perspectiva deveras produtiva, que impede a perda da análise na especificidade de um dado discurso, mas reconhece a dessimetria necessária à sua constituição, ao tempo em que vê parâmetros de uma ordem da generalidade, sem perder-se nessa generalidade, reconhecendo assim que não há subsunção entre discurso primeiro e discurso segundo, mas antes uma tensão constitutiva, que ao ver de Maingueneau exhibe dois “momentos”: a fase de constituição e a fase de conservação. Aquela se define como os primeiros momentos de “interincompreensão” entre o discurso em formação e seus “outros”; nesta, ainda que o discurso primeiro tenha “desaparecido”, ou melhor, recuado nos termos do discurso segundo para os bastidores, as novas relações interdiscursivas do discurso segundo continuam determinadas “pela rede semântica por meio da qual se constituiu”, ou seja, o discurso segundo vive aí fantasmaticamente, mas nem por isso de forma menos ativa. Contudo, não é esse o fim da história, dado que, num dado momento, a “filiação” entre esses discursos acaba por se romper definitivamente, deixando o sujeito “órfão” em sua obstinação. O rompimento parece ser o momento em que nasce outro discurso fundador, que encerra o reinado daquele a partir do qual se constituiu, um discurso “por direito próprio”.

Temos aqui, a meu ver, o processo de ressignificação em ação! Os presumidos, ao ser objeto de contestação, já não se sustentam, ainda que o mito original se mantenha mesmo depois de desaparecidos os vestígios ostensivos de sua incidência: a arena de vozes, as batalhas entre as várias vozes sociais são o próprio vir-a-ser do sentido. Logo, o discurso primeiro continua “presente”, mas o discurso segundo já não é diretamente tributário dele, dado que assumiu sua própria identidade em seu contato com outros discursos. O presumido desaparece na conotação aqui dada ao termo, e o sentido do discurso segundo se transmuta, criando, naturalmente, algum outro presumido — marca clara do dinamismo da produção de sentidos.

Maingueneau aborda ainda, como foi dito de passagem, à *descontinuidade* como fator a ser considerado em sua hipótese de trabalho. Sua perspectiva se opõe tanto a Foucault como aos trabalhos de Michel Serres — que preconizam isomorfismos cuja gênese não pode ser explicada porque parecem surgir “de repente” e tornar semelhantes campos do saber estanques, até esse momento totalmente distanciados uns dos outros, mas mesmo assim levados, como se “a partir do nada”, a se assemelhar – um evidente contra-senso, diria Wittgenstein. Porque, se nasce da diferença, o sentido nunca pode ser totalmente fundado nesta; se o fosse, já não haveria contato entre diferentes que partilham traços comuns (a semelhança) e se estabeleceria uma continuidade ou uma descontinuidade absolutas e, portanto, inconcebíveis no mundo humano conhecido.

O empreendimento de Maingueneau, fundado na primazia do interdiscurso, inscrita na própria estrutura do discurso, não se restringe portanto à estrutura textual *tout court*. A identificação da presença dos discursos a partir dos quais os discursos em análise se constituíram é feita por meio de uma abordagem *discursiva*, dado que uma abordagem lingüística cobriria apenas a heterogeneidade *mostrada*, porém não a heterogeneidade *constitutiva*, que não se mostra em transparência nas superfícies discursivas, tendo em vez disso, por assim dizer, de ser “extraída” pelo analista. A sétima tese de Maingueneau supõe e postula a imbricação entre as práticas discursivas e o ambiente sócio-histórico em que vêm a ser, mostrando a articulação entre as várias séries, ao tempo em que sustenta a necessidade de reconhecer a especificidade de cada uma delas.

Outro ponto a destacar é que a identidade do discurso é entendida por Maingueneau como advinda da “relação com o Outro”: da interdiscursividade vêm as formações discursivas e suas relações. Um enunciado é lido de um modo no discurso a que pertence e de modo oposto, ou ao menos distinto, nos discursos de que o separa a “distância constitutiva”. Graças ao interdiscurso, os discursos não voltam às coisas mesmas, mas trabalham “sobre outros discursos”; logo, o sentido nasce “do intervalo entre as posições enunciativas”, e a incompreensão segue as regras definitórias das formações discursivas e se transforma em “interincompreensão”. Esta tem duas vertentes; numa, proíbe a circulação de um mesmo sentido entre sujeitos, e, na outra, permite que os sujeitos falem “da mesma coisa”. Destaco que a idéia de trabalhar sobre outros discursos não implica que as coisas mesmas deixem de existir, mas que o acesso a elas torna-se por assim dizer duplamente mediado nas circunstâncias em tela.

Outro destaque a fazer nesse âmbito é a importância da polêmica, entendida pelo autor como uma “dupla tradução”, quer dizer, as formações discursivas se definem mediante a recusa mútua; a relação entre o discurso e seu Outro ocorre, para que aquele mantenha a identidade, como o simulacro desse Outro que o próprio discurso constrói. Maingueneau destaca que o modo de construção, e não os elementos por ela mobilizados, é o aspecto relevante dessa polêmica constitutiva: as memórias polêmicas são instáveis, estão em permanente redefinição; o discurso é assim “mobilizado por duas tradições” (p. 125): a criada por ele aos poucos e a que serve para fundá-lo. Os discursos em polêmica falam do “mesmo”, que consideram deformado pelo adversário (desqualificação), recorrendo para se legitimar a um terceiro, algum “tribunal supremo”, que, no entanto, longe de instância neutra, é sempre objeto de apropriação, nos termos de seu “universo de sentido”, das várias formações discursivas concorrentes.

Por fim, para Maingueneau, e isso tem grande relevância para um estudo de gêneros, o sujeito é interpelado em lugares enunciativos que definem gêneros discursivos: há encaixamentos, bem como intersecções, de gêneros, e a ênfase do analista deve ser nas coerções dos gêneros. As condições que definem os gêneros são: (1) a transmissão, o meio e o circuito de difusão (em termos bakhtinianos, a esfera de atividade) e (2) o estatuto do enunciador e do co-enunciador (ou a relação entre autor e ouvinte): o discurso só é “autorizado”, e, portanto dotado de eficácia, se

reconhecido como tal — algo que também lembra a questão da entoação avaliativa e da responsividade ativa do Círculo de Bakhtin, bem como os presumidos que tornam possível a criação de sentidos e a comunicação.

Parece portanto legítimo destacar que o empreendimento de Maingueneau não postula uma correspondência mecânica entre “situação de produção” e discurso produzido (quer dizer, uma relação de causa e efeito entre uma dada situação e um dado discurso) ou entre funções textuais e funções contextuais, se se pode dizer assim, bem como de tentativas pragmáticas de trabalhar no nível das proposições — que enfatizam, pois, condições de verdade, em vez de criação de sentido no e pelo contexto — e abordagens que atribuem a eficácia do discurso apenas à prática social na qual se insere, sem levar em conta o “modo de dizer”, a textualização específica e o projeto enunciativo.

Maingueneau ocupa assim um lugar privilegiado no âmbito da análise do discurso, aproximando-se mais, como se sabe, de perspectiva discursivo-semióticas ou “sêmio-lingüísticas” como as de Charaudeau (1995, p. ex.) ou Flauhault (1978, p. ex.; para uma exploração das teses deste, cf. SOBRAL, 1999, cap. V), bem como das propostas do Círculo de Bakhtin. Há tantas semelhanças com estas últimas, guardadas as especificidades, e nem todas foram exploradas aqui, que parece legítimo perguntar: seria Maingueneau um “bakhtiniano relutante”? Creio que há uma compatibilidade com as teses do Círculo de Bakhtin que a insistência na especificação de instrumentos de análise não deve contribuir para ocultar.

2.8 Sujeito e Sentido no Círculo de Bakhtin, em Greimas e em Maingueneau

Faço agora algumas considerações sobre sujeito e sentido em Bakhtin, Greimas e Maingueneau, com o objetivo de defender a idéia de que a teoria discursiva do Círculo de Bakhtin, a Semiótica de A. J. Greimas e a Análise do Discurso de Maingueneau têm em comum uma concepção em que o sentido nasce da relação entre interlocutores, na situação de enunciação, o que deixa inscrições identificáveis no enunciado. Viso com isso provar que estas últimas podem ser produtivamente convocadas para subsidiar um estudo de inspiração bakhtiniana. Ao me concentrar na relação entre sujeito e sentido como ponto de convergência entre essas teorias, não desprezo outros elementos compatíveis. Além disso, não

aprofundo a apresentação dos vários tipos de dessemelhanças que há entre elas, mormente quanto ao *locus* da incidência do processo mediante o qual a diferença constitui o sentido e quanto à especificação (ou falta) de princípios metodológicos e à proposição (ou ausência) de métodos de análise ou de detalhamento e especificação desses métodos, por não ser isso o que me interessa. Levei em conta aqui as distintas condições de produção e os objetivos distintos das teorias em questão, assim como suas condições de recepção em sua época e nos últimos anos.

Creio que o exame dos principais aspectos dessa base comum e a indicação de algumas diferenças que julgo igualmente relevantes, passíveis, estas e aquela, de contribuir para uma melhor compreensão dos processos de produção de sentidos na perspectiva que tenho me empenhado por desenvolver, parodiando a ressignificação que disso faz Rojo (2001), como “um anão no ombro de gigantes”! A ênfase que dou aqui às teorias do Círculo e de Greimas decorre do fato de elas não costumarem ser reunidas da maneira como as reúno aqui e de a Maingueneau estar reservado outro diálogo, principalmente com o Círculo de Bakhtin, diálogo que ele mesmo iniciou.

Um primeiro aspecto a considerar é que as teorias do Círculo de Bakhtin são por vezes acusadas de demasiado vagas, porque, segundo se alega, não dispensaram a devida atenção aos aspectos metodológicos, restringindo-se aos aspectos epistemológicos, ao passo que a teoria greimasiana é acusada de demasiado formalista, no nível epistemológico e, pasme-se, também no metodológico. Não obstante, há semelhanças, ainda que não propriamente coincidências entre elas, tanto em termos de pertinência à corrente fenomenológica — que cada teoria definiu, naturalmente, à sua própria maneira — como no tocante ao fato de insistirem na materialidade do texto como algo que resulta da enunciação por um dado sujeito numa dada situação e dirigindo-se a algum outro sujeito. No tocante a esse aspecto, Maingueneau busca enfatizar a criação e aplicação de conceitos operacionais para a exploração desses aspectos, que estão presentes em suas teorias e de uma maneira deveras proveitosa. Em *Genèses du discours*, ele estabelece claramente sua posição quanto a Bakhtin: suas teorias partilham do empreendimento bakhtiniano, mas pretendem acentuar precisamente o aspecto metodológico, de especificação.

Nesse sentido, correndo em sã consciência o risco do reducionismo, chamo a atenção para duas afirmações, as quais me parecem sintetizar as posições bakhtiniana e greimasiana sobre o texto e o discurso. A primeira, que tem duas formulações, de Greimas (1974, p. 25/1987, p. 302, 311), diz: “fora do texto não há salvação. Todo o texto, nada senão o texto e nada fora do texto”/“Fora do texto não há salvação”. A segunda, de Bakhtin (2003, p. 307), diz, por sua vez: “O texto (escrito ou oral) enquanto dado primário [a realidade] de todas essas disciplinas [lingüística, filologia, crítica literária]”. A semelhança entre elas, embora “texto” em cada caso apresente sutilezas de definição típicas de cada teoria, aponta a meu ver, mais uma vez, não para correspondências, que seriam a morte das contribuições específicas e tornaria inútil seu (e meu pequeno) esforço, porém para equivalências que me ponho a identificar, bem como para “valências” distintas, entre elementos das duas teorias, principalmente em termos da concepção de sujeito e da produção do sentido via “textos”, mas não restritas a isso.

O principal aspecto a destacar é que, para além das diferenças metodológicas, terminológicas e outras, há uma continuidade epistemológica (que nada tem de “influência” nem de cronologia), de cunho filosófico, entre esses dois pensadores, pois ambos buscam descrever, por meio dos fenômenos de produção de sentidos a que se dedicaram, os modos como o sensível do mundo dado vem a produzir o inteligível do mundo humano por meio de ações simbólicas de “autoria” dos seres humanos. Porque tanto para Bakhtin como para Greimas, o mundo humano é mundo de sentido, não apenas um dado (*dan*), mas também um postulado (*zadan*) em que esse dado se faz presente como realidade “segunda” no plano da constituição simbólica, mas que é uma realidade primordial no sentido de que “o que está aí”, por transfigurado que seja, é uma inegável concretude, e essa concretude é, noutro sentido, um “texto” que se inscreve no mundo humano. E aqui vemos a presença em ambas as teorias de duas modalidades de recepção, distintas mas compatíveis entre si, das teorias de Husserl — no caso de Bakhtin, de modo mais direto, mas igualmente a partir de uma “releitura” de Kant e da relação estabelecida por Marx entre objetivação e apropriação do mundo natural pelos sujeitos humanos, e, no de Greimas, via Merleau-Ponty, e em ambos os casos por meio de uma tensa ressignificação que oscila entre a aceitação de certos princípios e a rejeição de outros, mas sempre, a meu ver, de modo coerente. Por outro lado, a

presença de teses bakhtinianas no trabalho de Maingueneau deixa entrever certa “fenomenologia” não declarada que marca por exemplo a discussão que ele faz das “heterogeneidades”, da desconstrução e da questão do “mesmo” e do “outro”.

Um dado relevante quanto a isso são, por exemplo, algumas considerações de Merleau-Ponty (1964) na seção “Interrogation et dialectique” de *Le visible et le invisible*. Ali, entre outras coisas, ao discutir a relação entre fé perceptiva e negatividade, o autor busca mostrar que as filosofias da negatividade levam ao impasse de encontrarmos o que procuramos e, portanto, ao fim da busca, ao fim da filosofia. E, sempre retornando às coisas mesmas, afirma, em contraposição a isso, que se volte ao ponto anterior à reflexão para ver, entre outras coisas, que

“Não nos é dado o Para Si em geral ao lado do Em Si a que ele serve de suporte, o Para o Outro em geral...”, essas entidades abstratas, mas que nos são dados “face a face, meu ser para mim, o próprio ser para mim oferecido em espetáculo a outrem; o olhar do outro como portador de um ser para si réplica do meu, porém capaz de ‘medusar’ [transfigurar] o meu; e, por fim, o próprio ser para si do outro, buscado e de alguma maneira alcançado, percebido, pelo olhar que lanço sobre ele”.

De meu ponto de vista, isso significa que o eu e o outro são categorias concretas, corporificadas, e relacionais: o olhar que lanço sobre o outro o constitui, tanto quanto o seu olhar me constitui, transfigura, porque me vê segundo os seus, e não os meus, olhos. Isso se faz presente tanto em Bakhtin como em Greimas e Maingueneau, o que não é incompatível com o fato de Greimas identificar, no plano do discurso, o momento (no sentido filosófico de instância) em que a relação entre sujeitos do discurso tem caráter de relação lógica, nem com o fato de Bakhtin parecer por vezes abstrair o sujeito empírico por ter de reconhecer que o sujeito do discurso é uma personagem do sujeito empírico, uma sua objetivação. Maingueneau, com o conceito de *ethos*, também aborda essa questão, com resultados semelhantes: o *ethos* precisa ser reconhecido e é criado tendo isso em vista.

Voltando ao plano propriamente discursivo, e pensando ainda na questão do estatuto do sujeito na produção do sentido, se em Greimas o enuncivo remete de imediato ao enunciativo, pois a enunciação é instância pressuposta, o enunciado

remete em Bakhtin a enunciações concretas. Para Bakhtin, enunciado e enunciação também se pressupõem mutuamente, dado que todo discurso tem um proferente (nem sempre com a solenidade que meu uso do termo pode conferir); mais do que isso, como o disse Souza (1997), o enunciado em Bakhtin é já um enunciado *concreto* (SOUZA, 1999). No tocante a isso, há em russo uma só palavra para designar os dois termos: *viskázivanie* (que significa literalmente – no nível da *significação* – “enunciado”, derivado do verbo de ação *viskázivat*, enunciar, proferir etc. — cf. BAKHTIN, 2003, p. 261, n.t.), o que indica que o termo tem um *sentido* ativo, ainda que Bakhtin empregue a forma da língua substantivo (cf. BRAIT E MELO, 2005).

Portanto, dada a unidade “enunciado-enunciação” em Bakhtin e em Greimas, creio poder dizer que a responsividade ativa de Bakhtin lembra a resposta que todo contrato fiduciário pede àquilo que o sujeito propõe, sendo mesmo possível ver o contrato como conceito capaz de servir à especificação da responsividade, bem como ver esta como a base da proposição de um contrato de sentido entre falantes, uma petição de confirmação de sentido dos enunciados proferidos (o presumido). De igual forma, a entoação avaliativa bakhtiniana encontra eco na axiologia que Greimas vê presente na proposição do contrato, fundada que é esta nas “conotações socialmente aceitas”. Assim, a responsabilidade que envolve as relações de sentido entre sujeitos, em termos de entoação avaliativa e de responsividade ativa, aproxima-se da idéia de proposição/aceitação (ou não) do contrato fiduciário, em confiança/confidência (sem laivos idealistas, assim como não os há em Bakhtin, que, se considera a ausência de resposta o inferno, nem por isso crê que toda resposta seja divina). E a questão da adesão à comunidade dos que “crêem” no discurso, proposta por Maingueneau como elemento fundamental da “cena enunciativa”, também se refere a essa relação “contratual-avaliativa-responsiva”.

Especifico que a noção de contrato fiduciário não é, ao contrário do que o termo “contrato” poderia sugerir a partir da imagem que recebe na jurisprudência ocidental, formal como o são os contratos, comerciais e outros, tendo antes um sentido de fluidez, dado que a fidúcia, a confiança, envolve igualmente confiança (sem que com isso, insisto, a semiótica greimasiana seja ingênua a ponto de não reconhecer astúcias capazes de induzir o interlocutor a confiar em quem não merece

confiança). A expectativa bakhtiniana da responsividade ativa também não faz que essa seja a espera de uma resposta necessariamente positiva, “boa”, mas pura e simplesmente uma resposta: o sujeito tem a responsabilidade de ser responsivo, mas a falsidade não está afastada (e por vezes a resposta pode ser pior do que o silêncio, assim como este também é uma resposta). Assim como o interlocutor em Greimas pode recusar os termos do contrato que lhe é proposto, o sujeito da responsabilidade pode recusar os presumidos, pode não os reconhecer como tal etc. E quando os presumidos de uma dada coletividade começam a ser objeto de contestação, de dúvida, essa coletividade está claramente em vias de transformar-se, para o bem ou para o mal. Na verdade, a unidade coletiva está sempre ameaçada, recortada, e não por acaso há no Círculo de Bakhtin as idéias em tensão do “concerto de vozes” e da “arena de vozes”, bem como de forças centrípetas e centrífugas, o que pressupõe tanto unidade como dissonância.

Essas relações remetem a meu ver à comunidade discursiva de que fala Maingueneau, que constitui a base da relação discursiva entre interlocutores. Para ele, os três níveis de representação do *ethos* levam em última análise à adesão dos interlocutores a uma dada comunidade discursiva. Não é isso um dos elementos que busca cernir a idéia de responsividade ativa e de aceitação do contrato? Ademais, a idéia da constituição das formações discursivas em oposição a outras formações discursivas chama a atenção, em Maingueneau, para a tensão que envolve todo empreendimento discursivo. Não por acaso, Maingueneau, em *Genèses* (1984), examina em seus termos dois discursos em interconstituição, procedimento bakhtiniano por excelência e que Greimas ilustra à sua maneira, e de modo magistral, em *De L’Imperfection*.

Se a “verdade” é para Greimas objeto de comunicação, para Bakhtin a significação, definida como o nível das formas cristalizadas da língua, só assume concretude no nível do tema, entendido como o nível propriamente do sentido, sentido cujo espaço de ocorrência ou manifestação é a relação entre interlocutores, espaço em que o sentido é avaliado, em vez de reproduzido, do mesmo modo como a verdade é objeto de comunicação, ou seja, sempre decorrente de um dado “contrato” — e comunicação é entendida aqui, nem é preciso dizer, não em termos de sinais e canais! E o acesso à enunciação, insisto, ocorre, tanto no caso de Bakhtin como de Greimas e Maingueneau, a partir do enunciado/discurso produzido,

não em termos de alguma ocorrência exemplar que sirva (apenas?) aos fins da análise.

Não se veja aqui algum relativismo, desconstrucionista ou outro, mas a constatação de que, na situação de enunciação, o verdadeiro nasce da interação, é o verdadeiro de uma dada interação, mas sempre no âmbito das “conotações socialmente aceitas”, ou, em termos de Bakhtin, dos presumidos, das concepções consideradas típicas, comuns aos alocutários, ou daquilo que é parte das formações discursivas. O que me interessa destacar aqui é que isso ocorre sempre no âmbito de uma negociação na “arena” sócio-histórica. Observe-se que nenhum dos teóricos a que me refiro alega ser possível o acesso à enunciação propriamente dita (empreendimento que Greimas [1974] compara a procurar quimeras!), mas apenas às “marcas” deixadas no enunciado/discurso, no “texto”. Maingueneau chega mesmo a distinguir seu empreendimento daquele a que se dedicam os historiadores – e a história social recente parece comprová-lo!

Isso a meu ver demonstra, apesar das diferenças de perspectiva, que esses estudiosos não caem no abismo da concepção de um enunciado independente da enunciação que lhe deu origem, nem no da hipótese do enunciado como reflexo, representação “objetiva”, da realidade, presentificação da enunciação *tout court*. O sentido dos discursos é sempre um *efeito de sentido*, um simulacro (no sentido greimasiano e por vezes de Baudrillard) da verdade, um parecer, ou uma objetivação (oposto à morte que é a “objetificação” das teorias não-enunciativas) das relações e proferições concretas, não um clone seu, ainda que não possa existir sem ela, nos termos de Bakhtin. Ou seja, é ilegítimo pensar a concretude da enunciação e a concretude do enunciado como instâncias passíveis de ser interpretadas independentemente uma da outra, ao menos em termos discursivos; pode-se praticar sociologia, assim como se podem estudar frases, mas nesse caso sai-se do plano do discurso, porque o discurso objetiva a realidade dada, mas não se restringe a ela nem a um conjunto de frases, assim como não se sobrepõe à realidade, como se esta inexistisse, nem a cria (mesmo no caso da criação literária), ao contrário do que dizem certos teóricos do pós-modernismo ainda em voga.

Greimas definiu a semiótica como um “projeto científico”, e escolheu, a meu ver com acerto, a coerência como critério de suas diferentes propostas, que, se foram incorporando novas “respostas” ao avanço do conhecimento, teórico e prático,

mostram grande continuidade, de *Semântica Estrutural* (1966) a *De L'Imperfection* (1987). Ele se opõe ao uso da "terminologia conceitual" como forma de "congelar todo dinamismo da intenção" (o que lembra o dito bakhtiniano de que o sentido não se dissolve no conceito; cf. BAKHTIN, 2003, p. 399). Nem por isso Greimas deixou de criar e propor conceitos (e alguns diriam que os criou demasiado rigorosos!), mas estes a seu ver deveriam servir de balizas, nunca de camisa-de-força. Marca essa continuidade o postulado, que ao ser proposto foi revolucionário, de que é possível dizer algo acerca do sentido por meio de uma linguagem de descrição, dotada inevitavelmente de sentido, e a obra greimasiana é um esforço de construção de uma tal linguagem, ainda que não se possa fazer dela a busca de uma tipologia "definitiva" dos discursos.

Também Bakhtin e seu Círculo revelam uma grande continuidade entre seus primeiros escritos (de cunho filosófico, ainda sem a preocupação estrita com o discursivo, mas já recorrendo à análise de textos e à teorização sobre autor, ouvinte e herói etc.) da juventude e as anotações e considerações que faz em seus últimos escritos, mostrando que o mundo humano é o domínio do sentido, sempre fluido, e que, por conseguinte, todo empreendimento voltado para examiná-lo é necessariamente provisório, não se devendo encerrar o objeto no teoreticismo, que apaga a singularidade de cada evento, discursivo ou não, nem dissolver a generalidade e ver cada evento como irredutivelmente único. Nem por isso deixou ele de criar e propor conceitos, talvez mesmo em profusão (e, diriam alguns, com pouco rigor!) mas fundado sempre no princípio de que o sentido nasce da diferença, e de que esta nunca se "resolve", a não ser na morte. E essa concepção o que está na base de seu conceito-valise, mas não obstante bem definido: o dialogismo.

Bakhtin critica várias correntes que vêem isomorfismos texto-situação ou que só vêem o formal, mas deixam escapar a forma – e forma para Bakhtin é um todo hierárquico conteúdo-forma que se realiza por meio do material (cf. MORSON e EMERSON, 1990, *passim*; cf. BAKHTIN, 1993, 1997), ou que só vêem o eu, ou só o outro, etc. Ele as julga teoricamente incoerentes, dado que ora tomam a parte pelo todo ora tomam o todo pela parte e, no dizer dele, nunca assumem até o fim as conseqüências de sua própria teorização — algo que não foi definitivamente seu caso! Une-se nisso, a meu ver, à afirmação irônica e profunda de Greimas de que a coerência continua a ser um critério válido de avaliação da produtividade de uma

teoria. Há aí uma discordância com respeito a certas pragmáticas formalistas (o texto reduzido a valores de verdade) e a certas análises sociológicas (algumas das derivadas de Bourdieu, por exemplo), que tomam o sujeito apenas como ser do mundo e não do discurso, bem como de tendências semióticas que propõem o contexto como outro "texto" que nada tem que ver com o texto de que é contexto — criando um grande artificialismo ao separar o contexto da interação e a interação propriamente dita, o texto e o contexto, a realidade discursiva e a realidade *per se*.

Greimas propõe, claro que por razões históricas definidas, uma análise em três níveis, na qual se pode privilegiar um deles, a depender das necessidades que o objeto crie para o analista, ou a partir das preocupações específicas deste, mas em nenhum momento propõe que a ênfase num dado nível apreenda a totalidade do processo de produção de sentidos. Do mesmo modo, Bakhtin, ainda que não proponha senão dois níveis, manifestos de várias maneiras, seja como repetível e irrepetível, significação e tema, forma composicional e forma arquitetônica, objeto estético e objeto exterior, “forma” e “conteúdo”, admite um terceiro nível, o do material (o suporte da articulação entre forma e conteúdo), alçando suas propostas a uma semiótica (opondo-se de certo modo a algumas propostas semióticas russas de sua época) e insistindo numa análise em que os vários aspectos do fenômeno são reunidos arquitetonicamente para dar-lhe a unidade que faz dele um todo de sentido.

Quanto a Greimas, aquilo que chama de *percurso* envolve todos os níveis-etapas que propõe: o nível elementar exhibe a oposição de base, da qual vai nascer o sentido; o narrativo, início do percurso, dá vida a essa oposição na forma de narrativa, entendida como marcha rumo à discursivização, não como algo da ordem do simples relatar; por fim, o da discursivização aproxima-se da materialidade do texto, que lhe confere concretude, e se materializa neste. Em todos, está presente o sujeito, em suas várias personificações, um sujeito epistêmico mas não teórico, um sujeito que não se sobrepõe ao mundo que está aí, mas o traduz em sua forma propriamente humana, a do sentido, em suas relações de comunicação da “verdade”.

A produção, recepção e circulação dos discursos, de que fala Bakhtin, e que constituem a esfera de atividade, encontram em Greimas uma classificação equivalente de discursos em termos de destinadores, destinatários etc. Os gêneros de discurso em Bakhtin estão igualmente presentes na distinção greimasiana entre

texto e discurso, que por outro lado lembra outra distinção bakhtiniana relevante para a questão do gênero, que é a que distingue forma de composição, ou seja, recursos usados na produção (objeto exterior ou texto) e forma arquitetônica, isto é, a concepção do todo do discurso, a potência de que o discurso produzido é ato. As teorias de Maingueneau, se não fazem referências explícitas a alguns desses temas, tratam amplamente das tipologias de discurso, tendo o autor (MAINGUENEAU, 2002) se aproximado sobremaneira de Bakhtin em suas novas propostas, tendo afirmado que os tipos em si não são tão importantes quanto os *critérios* de sua definição, recorrendo a dois “níveis” que lembram as formas de composição e as formas arquitetônicas de Bakhtin. Nas três teorias consideradas, há por assim dizer um “eu” que avalia aquilo que diz e o propõe ao outro, de quem espera uma resposta — em confiança, confidência — e esse outro a que se faz uma proposição de interpretação que já envolve levar em conta suas possíveis respostas presumíveis em situação.

Julgo poder afirmar, a luz disso, e correndo o risco do truísmo, que há entre Bakhtin (e seu Círculo), Greimas e Maingueneau, do ponto de vista de meu foco na questão da relação entre sujeitos como o nascedouro do sentido, as seguintes semelhanças:

- a) a materialidade do texto é o fenômeno que constitui a base do empreendimento de análise enunciativa do sentido;
- b) fazem-se presentes à produção do sentido o sistema da língua/de linguagens e o sistema do discurso;
- c) o inteligível e o sensível se vinculam por meio da ação humana de significar, ou seja, de quebrar a continuidade sensível do mundo na forma de um sentido que se quer inteligibilidade do mundo;
- d) todo enunciado pressupõe uma enunciação e um enunciador, bem como um enunciatário;
- e) o sentido vem-a-ser, é produto de um processo, nascendo na/da relação entre alocutários e criando uma realidade segunda, uma realidade de discurso;
- f) o sujeito da enunciação cria, ao enunciar, uma verdade na forma de um parecer, uma objetivação, não um reflexo, do mundo dado;

- g) o sujeito age epistemicamente, ou seja, avalia o dito e molda o dizer, propõe um contrato, recorre a um presumido, sempre situadamente, o que envolve a oposição a outros sistemas epistêmicos;
- h) o sujeito da enunciação é entendido como sujeito concreto, mas não em termos ontológicos, dado que é objetivado no plano do discurso e, por assim dizer, sempre constitui no discurso um personagem de si mesmo! Contudo, o discurso remete inevitavelmente ao nível ontológico, que de certo modo é irrecuperável *in totum* no enunciado, mas deixa neste marcas que remetem à concretude da enunciação, fazendo-se, pois, presente – porque, sem o mundo dado, não pode haver mundo postulado, mas não se tem acesso direto ao mundo dado exceto na forma de mundo postulado.
- i) O sentido é, nesses termos, função de um contrato por assim dizer fantasmático, “firmado” entre “personagens” dos enunciadores em relação, situação em que, sem alibi na existência, o sujeito é responsável pela verdade de seu discurso. Nem por isso deixa o discurso de ser pura incidência, inscrição, no concreto.

À Guisa de Conclusão

As teses do Círculo, seu *modus operandi* e sua prática analítica dos fenômenos humanos funda-se no reconhecimento da provisoriedade da condição humana, provisoriedade do sentido, cuja base é uma permanente tensão dialógica em que estabilidade e variação se confrontam *ad aeternum*, em que eu e outro, pessoal e social, geral e particular, fixidez das formas e ressignificação, se constituem e configuram mutuamente, em que a irrepetibilidade irreduzível do sensível – base do Ser - e a repetibilidade necessária do sensível se interdefinem. A teoria do discurso, do sentido, bakhtiniana, ao trabalhar com oposições sustentadas, consegue assim teorizar sobre aquilo que não se repete sem se perder na especificidade do concreto e, ao mesmo tempo, sem engessar os atos concretos, uni-ocorrentes, num teoreticismo estéril tão buscado ainda hoje em nome da suposta necessidade de estabilidade.

O mundo tal como o entende o Círculo é um mundo de sentido em constante vir-a-ser, de estabilidade e instabilidade relativas, em que há regularidades suficientes para que se identifiquem atividades-tipo mas em que há margem para o reconhecimento de que nada se repete literalmente: a simples escolha daquilo que se repete é já uma transfiguração do repetido. Porque nada no mundo bakhtiniano se realiza por completo, o que é fonte de sofrimento para o ser humano, mas nem por isso deixa esse mundo de contar com suficiente concretude para alimentar a eterna busca do acabamento como ideal inalcançável mas não menos mobilizador.

No próximo capítulo, busco mostrar de que maneira as teorias do Círculo de Bakhtin unem no conceito de gênero os aspectos textuais e discursivos.

Capítulo 3

Gênero – Discurso – Texto

De que maneira, no seio da unidade da construção artística, a presença material direta da obra, seu aqui e agora, se combina com as infinitas possibilidades de seu sentido ideológico?... Que elemento une de fato a presença material da obra e seu sentido?... Esse elemento é a nosso ver a avaliação social.

MEDVEDEV

Neste capítulo, apresento (1) a concepção de gênero *discursivo* que proponho, a partir da junção de vários elementos dispersos em vários trabalhos do Círculo de Bakhtin que tratam da questão do gênero, (2) a concepção de *discurso* que essa perspectiva de estudo do gênero discursivo implica, (3) a concepção de *texto* que esse modo de entender o gênero discursivo e o discurso envolve e (4) a noção de “fase parasitária” de gênero, baseada na concepção de gênero desenvolvida. Para tratar da questão do gênero discursivo, lanço mão da idéia de genericidade, ou seja, das características que definem um gênero como tal, distinto de outros mas relacionado dialogicamente com outros numa dada esfera ou no espaço entre esferas, e, portanto, considero o gênero a partir da intergenericidade, isto é, da relação constitutiva entre gêneros. A par disso, trato do que denominei generificação, que defino como as estratégias empregadas no trabalho arquitetônico-autoral para inserir um discurso, ou uma discursividade, no âmbito de um dado gênero.

A fim de tentar evitar um ponto cego em meu empreendimento, o de intentar uma análise de gênero “pura” que poderia levar a uma fragmentação entre uma etapa de gênero, uma de discurso e uma de texto, o do gênero, o do discurso e o do texto, a fim de verificar e demonstrar a produtividade relativa desses pontos de vista. O ponto cego advém da artificialidade que isso pode impor, dado que uma análise de gênero já inclui necessariamente texto e discurso, ainda que de uma perspectiva

que eu diria metalinguisticamente radical. Foi esse o espinhoso caminho escolhido para tentar teorizar didaticamente (ou, como me disse Simone Padilha, ser “teoricamente didático”) – em vez de cair no teoreticismo ou no aplicacionismo.

Naturalmente, não penso que se possa abarcar uma dada realidade *por inteiro*, ainda que deva ser essa a pretensão da ciência, mas se ao menos for possível evitar a *parcialidade*, teremos dado a meu ver um grande passo no sentido de abranger os aspectos essenciais dos objetos de estudo. Por pensar assim, julguei necessário arrolar os elementos essenciais do conceito de gênero segundo o Círculo, que a meu ver ainda não se viram articulados em conjunto de modo coerente e tentar desenvolver um método ou técnica de análise *do ponto de vista do gênero*, algo que a meu ver não existe como tal – sem desdenhar as grandes contribuições dadas nesse sentido por inúmeros pesquisadores de todo o mundo. Esses objetivos me pareceram relevantes o bastante para eu correr o risco de fazer uma proposta malograda no esforço por chegar a uma forma de abordagem prática viável do conceito de gênero discursivo. Num dado momento, percebi com clareza que esse conceito de nada servirá se as análises textuais e discursivas mantiverem suas práticas anteriores ao momento em que o conceito de gênero discursivo foi introduzido no campo do estudo da linguagem; se assim for, o recomendável será não usá-lo. Como isso me parece hoje algo impossível, parece-me necessário tentar resgatá-lo de sua redução ao textual, ao frasal e mesmo ao gramatical, e devolver-lhe o caráter de conceito voltado para uma análise translingüística que toma o discurso como totalidade.

Nesses anos de rápida adoção oficial do conceito de gênero como objeto de estudo desvelou-se na minha opinião um enorme problema: como o processo de ensino ainda é tido por muitos no Brasil – apesar de tantas menções a Vigotski e estudos sobre Vigotski, ou talvez por isso mesmo, porque parece haver tantos “Bakhtins” e “Vigotskis” quanto perspectivas de gênero e de educação – como marcado pela “transmissão” de conteúdos, ou pela transformação de todo objeto em conteúdo estabilizado, não há uma mentalidade que facilite trabalhar com o gênero discursivo, conceito que requer a idéia de fronteiras imprecisas, de permanência no fluxo, de instabilidade articulada a uma estabilidade relativa. Isso ensejou um enorme esforço de “domesticação” do conceito que, aliado à compreensão, ou ao estudo, insuficiente da teoria do Círculo de Bakhtin, fê-lo objeto de alterações a meu

ver indébitas, que resumo aqui numa gradação do melhor para o pior caso. O conceito de gênero

- recebe um tratamento discursivo sobremodo preso à validação das análises no *aspecto organizacional estrito dos textos*, o que não aproveita seu potencial e, ao se restringir ao “fio” do discurso, não leva em conta a generificação deste e, assim, torna desnecessário e mesmo “incômodo” o conceito;
- permanece no plano textual estrito, o das “seqüências” de segmentos, situação na qual se costumam correlacionar categorias ditas textuais com categorias ditas contextuais, como o contexto estivesse fora do texto (cf., por exemplo, ROJO, 2005). É o que ocorre por exemplo quando se analisam “capas” como um gênero em si – não como cenografias, textualizações, etc., –, o que despreza o fato óbvio de que uma capa só faz sentido quando vista em sua unidade com aquilo de que é capa, para que contribui e de onde adquire seu sentido. Claro que se pode entendê-la estritamente como forma textual verbo-visual, mas, nesse caso, há duas situações possíveis: ou não há necessidade do conceito de gênero discursivo e recorrer a ele é prejudicial por induzir a confusões conceituais, ou se faz uma análise discursiva parcial, se tal entidade existe;
- em muitos casos, torna-se um simples meio para fins tradicionais pré-gênero ou mesmo pré-discurso (cf. por exemplo PADILHA, 2005; BARROS MENDES, 2005); e em outros casos piores chega a aproximar-se da “gramaticalização” (cf. p. ex. BALTAR, 2004).

Isso revela uma ênfase na “normalização” de conceitos que buscam precisamente abarcar o irrepetível, ainda que estável o bastante para ser identificado, no âmbito do repetível, ou melhor, mostrar que o lingüístico não é estritamente lingüístico, sequer na lingüística tradicional ou na gramática normativa (em que contextos presumidos costumam ser .contrabandeados para as palavras, frases etc. pretensamente “neutras” – Bakhtin). Essa ênfase advém da junção de duas concepções errôneas disseminadas, a primeira, a que já me referi, é a idéia do

ensino como transmissão de conteúdos fixados, idéia positivista que reduz os seres humanos a máquinas de transmissão e registro de dados e desdenha o processo de objetivação e apropriação do mundo natural como mundo humano, mundo social e histórica, sendo a segunda a idéia da ciência como instancia criadora de generalizações a todo custo, idéia teoreticista que não vê o concreto, o aqui e agora, a singularidade, perdendo-se na criação de objetos que, de tão gerais, chegam a ser inidentificáveis. Nos dois casos, o resultado é o enrijecimento de conceitos e as sobreposições conceituais.

A variedade de objetos e de perspectivas que marca a obra do Círculo de Bakhtin pode ser considerada uma das causas da dificuldade de trabalho com o conceito de gênero, o mesmo ocorrendo com o fato de o Círculo não estar voltado para a apresentação de uma metodologia de análise do gênero, pois o estudo do gênero constituía um dos elementos do desenvolvimento da concepção dialógica de linguagem e não o seu centro, e, em verdade, não se pode entender o conceito de gênero sem conhecer as bases dessa concepção.

Essa situação tem como complicador a própria diferença entre, de um lado, *frase e enunciado (concreto)* – aquela parte das formas da língua e este a base da própria concepção de discurso, e, do outro, entre *texto e discurso* – aquele o aspecto material do discurso, e este uma articulação entre texto e situação de enunciação. A rigor, enunciado e discurso em Bakhtin diferem em termos de grau, dado que o discurso também é entendido como enunciado, de acordo com os mesmos critérios, o que não admite a distinção entre discurso e texto, por vezes encontrada em escritos que se dizem baseados nas obras do Círculo, mas, em total contradição com os escritos deste, entendem o discurso como unidade do nível do texto e o enunciado como unidade do nível da frase.

O Círculo insiste que a concepção dialógica de linguagem vê frase e texto como unidades do nível das formas da língua e de sua materialidade, e vê enunciado e discurso como unidades translingüísticas, de um nível que vai além da língua, o nível dos atos de linguagem sociais concretos – o que torna os próprios métodos de análise lingüístico-textuais um procedimento auxiliar de uma análise enunciativa: a frase e o texto como materialidade não têm “autor”, ao passo que o enunciado e o discurso *pressupõem necessariamente* um “autor”, que sempre está

em relação dialógica com algum interlocutor – com todas as conhecidas decorrências dessa perspectiva. É da defesa desta que ocupo aqui.

Para sustentar a montagem de meu mosaico teórico, descrevo os principais elementos relativos ao gênero discursivo no Círculo de Bakhtin, preferindo esta estratégia em vez de arrolar cada texto e sua contribuição ou resenhar os vários textos, embora julgue ser essa uma tarefa necessária. Falar de gênero na obra do Círculo de Bakhtin torna necessário acentuar que vários são os trabalhos deste que tratam da questão, ainda que de modo fragmentado, de diversas perspectivas, com diferentes objetos, de diferentes pontos de vista, com distintas terminologias etc., o que reflete entre outras coisas o fato de terem sido escritos em meio aos debates filosóficos dos anos 1920 – que eclodiram tanto em função do clima de época do final do século XX na Rússia como da irrupção da Revolução de 1917 – e ao longo da época stalinista da então União Soviética (cf. por exemplo ZAPATA, 1988), bem como a amplitude dos interesses do Círculo, as diferenças de pontos de vista de seus vários membros em meio a uma unidade identificável e o fato de não ter sido objetivo do Círculo sistematizar cada conceito, mas desenvolver uma ampla perspectiva de estudos culturais numa época de efervescência intelectual do país marcada, no que nos interessa, pela “crise da lingüística histórico-comparativa”, o que levou à valorização da língua oral cotidiana, e pelas grandes mudanças pelas quais passou a literatura russa, incluindo o “surgimento de uma vanguarda”, o que levou ao desenvolvimento de estudos sobre a *poética* (cf. IVANOVA, 2003).

Somam-se a isso o caráter fragmentário e assistemático da recepção dessas obras no mundo e o problema da qualidade díspar das várias traduções que essas obras foram recebendo, refletindo muitas vezes antes uma interpretação da obra de acordo com a formação do tradutor, ou do estudioso que as traduziu, do que propriamente uma tradução, para não mencionar as várias traduções “indiretas”, ou seja, de línguas que não o russo para as quais foram traduzidos textos russos. Nesse sentido, um levantamento feito por SOUZA (2003) com relação às edições francesa, inglesa, brasileira e a uma das edições em espanhol de *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL) mostra bem isso: as traduções vão do uso de “gênero” e termos equivalentes (a edição em espanhol considerada por Souza, de autoria de Tatiana Bubnova) ao completo apagamento de várias noções e conceitos, justamente na obra que na verdade apresenta um dos mais completos tratamentos

da concepção dialógica de linguagem, indo do aspecto filosófico ao *sintático* e ao vocabular! ¹

Além de MFL, que constitui a base de numerosos outros escritos, e não só sobre gênero, e de “Os gêneros do discurso”, o conceito de gênero discursivo está em *O método formal nos estudos literários*, na edição revisada da obra sobre Dostoievski, em vários ensaios das *Questões de estética* (p. ex. “O Discurso no Romance”, “O conteúdo, o material e a forma na criação literária”), nas duas versões de “O autor e o herói” – nestes últimos também em conexão com a questão das formas arquitetônicas –, devendo-se também mencionar o estudo sobre Rabelais, que faz um longo “histórico de gênero”, *Para uma filosofia do ato*, e “Arte e responsabilidade” (em que o conceito de “gênero” está, por assim dizer, “interiormente presente”) e vários outros estudos e anotações que abordam a atividade autoral e/ou a concepção de enunciado concreto e interação do Círculo, o dialogismo etc. – porque para o conceito de gênero converge precisamente a base da teoria do Círculo: a concepção ampliada de interação até o momento pouco compreendida.

A iniciativa bakhtiniana de propor uma “suma”, configurada em suas anotações conhecidas como “Os gêneros do discurso”, e que ele não chegou a concluir, tem ensejado uma série de equívocos que, para ser corrigidos, precisam de um levantamento sistemático desses elementos. O que faço aqui é ensaiar a junção desses vários elementos, mas não da forma sistemática que eu mesmo julgo necessária quanto ao levantamento das fontes, embora, a meu ver, de uma maneira capaz de desvelar a radicalidade do conceito. Alerto que “arquitetônica”, um termo tão usado aqui, não tem o sentido de rigidez estrutural – algo que Maingueneau recusa com razão –, mas de *projeto* de criação de totalidades de sentido com vistas à realização de um dado projeto enunciativo, que pode seguir assim os mais diversos caminhos, naturalmente nos termos das cristalizações socialmente concretas e conjunturalmente possíveis, *mas sempre a partir de uma dada valoração*, de cunho social e histórico: o universo do sentido é o universo do valor,

¹ Diga-se de passagem que Voloshinov foi colega de Lev Jakubinski, formalista membro da OPOJAZ (Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética) que publicou um importante artigo sobre a “palavra dialógica”, anterior aos de Voloshinov e parcialmente retomado e ampliado neste (Cf. por exemplo, IVANOVA, op. cit., e MATIEYKA, 1976).

da avaliação, da atividade autoral, necessariamente dialógico – e portanto de fronteiras instáveis.

3.1 Um conceito e suas vicissitudes

O uso sempre mais freqüente da expressão “gênero textual” tem levado à equiparação entre texto e gênero, bem como entre “gênero textual” e “gênero discursivo”, quando não à idéia de que a um dado gênero corresponderia necessariamente uma dada forma textual, algo que se revela no fato de, hoje, ter-se tornado praticamente apenas uma questão de “preferência” usar “gênero textual” ou “gênero discursivo” (ou “gênero de discurso”), o que lhes impõe uma espúria sinonímia. Pretendo demonstrar que os chamados “gêneros textuais” são antes “tipos de textualização”, o plano do “local”, ainda que vital, achando-se subsumidos aos “gêneros discursivos”, que têm amplitude global, incorporando tanto os textos como os discursos, no âmbito das esferas de atividade, componente essencial do conceito de gênero, e que isso torna coerente a proposta de diferenciar “gêneros de discurso” como formas de inserção do discurso em “lugares” sócio-históricos e “gêneros textuais” como formas específicas de materialização dessa inserção, sem que haja uma correlação *necessária* entre um dado tipo de textualização e um dado gênero.

Dizer isso não implica negar as cristalizações existentes, que, de tão “naturalizadas”, dão a impressão de que a escolha de um gênero é um ato intuitivo que já implica uma dada forma textual. Não estou me opondo ao uso deste ou daquele termo, mas argumentando em favor de uma definição mais precisa, porque a meu ver a expressão “gênero textual” tem levado a uma compreensão errônea da expressão “gênero discursivo”, pois embora de modo algum seja equivalente, tem sido confundida com ela, prejudicando a riqueza e virulência que aquele conceito apresenta, e, no processo, deixando de lado o valor da forma textual, da textualização, da textualidade.

Os “tipos de enunciado relativamente estáveis” transformaram-se em muitos casos em “estruturas fixas de enunciados” e mesmo em “enunciados-tipo”; o “tema”, com toda a sua riqueza sugestiva, foi rebaixado a “assunto”; a forma de composição foi apartada da forma arquitetônica e do projeto enunciativo do locutor e tornou-se

um artefato, quase à maneira dos Formalistas Russos; quanto ao estilo, poucos são os que se dão ao trabalho de lembrar que faz parte da definição de gênero e que tanto ele como a forma de composição “tendem” ao gênero, ou seja, fazem sentido no âmbito do gênero, sendo expressão pessoal, mas não subjetiva. Além disso, a idéia bakhtiniana de que os gêneros são potencialmente infinitos levou a abordagens nas quais componentes de um dado gênero são tomados como gêneros autônomos e estudados como tais, em vez de considerados como formas de textualização de um dado gênero, ou partes do gênero textualizadas de uma maneira relativamente cristalizada, mas nem por isso imutável, e que, se são finalizadas *per se*, ou não seriam identificáveis como unidade passível de análise, nem por isso são acabadas no sentido de todos em si.

3. 2 Do confronto nasce a resignificação

Começo a apresentação, mais uma vez com o objetivo de demarcar filiações, e, de modo específico, começar a devolver o conceito de gênero discursivo à sua origem bakhtiniana – uma produtiva reinterpretação dos gêneros literários que levou à generalização da idéia de gênero para toda espécie de texto – por um comentário acerca de uma proposta de estudo dos gêneros textuais e de seu vínculo com os tipos de texto e a interação, configurada no livro *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação* (São Paulo: Cortez, 2005), que constitui a meu ver um momento importante para os estudos de gênero no Brasil. A par disso, recorro a algumas produtivas considerações, também feitas em 2005, por L. A. Marchuschi.

Escolhi essas propostas por julgá-las representativas de duas importantes tendências atuais de estudo dos gêneros. Submeto a crítica aspectos que a meu ver podem induzir a uma visão parcial – o que não significa que a proposta bakhtiniana a tudo abarque –, retomo elementos dessas propostas que julgo produtivos, e faço uma nova proposta. Esse procedimento é bakhtiniano por excelência, tendo aqui uma variante: em vez de partir da teoria a ser discutida, a de Bazerman, para então discuti-la, parte da visão que esta oferece das teses a partir das quais vai ser discutida! Claro que minha leitura dessas propostas já é feita com base na proposta que vou apresentar – eis um proceder explicitamente interdiscursivo por excelência (que alguns dirão *en abîme*)!

3.2.1 Bakhtin segundo Bazerman e alguns pontos altos da proposta de Bazerman

Antes de iniciar a discussão, não posso (não quero?) me furtar a reproduzir aqui, assumindo tanto o “risco” inerente a relatar um trecho de um discurso como o das interpretações a que o submeto ao torná-lo “fiador” do que digo, sendo ele de certo modo fiador de outros textos meus, parte da *Introdução* de Brait (2005a) ao livro *Bakhtin: Conceitos-Chave*. Faço-o para demonstrar a necessidade de promover um esclarecimento sobre as teses do Círculo que tente conter a deriva (“pós-moderna”?) que tantas leituras parciais lhes têm imposto:

Mesmo diante de tantos trabalhos, de tantas publicações especializadas, ou justamente pela existência delas, pareceu necessário, a partir de um determinado momento, organizar uma publicação que, tendo um caráter pontual e indicativo, pudesse responder a insistentes e constantes questões que dizem respeito à maneira como conceitos, categorias e noções foram ganhando especificidade no conjunto dos trabalhos do Círculo e, ao mesmo tempo, em que esse conjunto se aproxima ou se distancia de outras importantes abordagens da linguagem.

A própria metodologia de Charles Bazerman já recomenda seu trabalho, dado que ele vê o que chama de “tipos de texto” e o que chama de “gênero” como conceitos distintos (naturalmente, como não podia deixar de ser, interrelacionados), o que favorece o tratamento teórico do tema, bem como sua abordagem didática, uma vez que, levando em conta elementos da obra de Vigotski (tal como Yves Clot, que segue uma perspectiva sobremodo distinta), dá algumas contribuições tanto para libertar o conceito de gênero de sua moderna conversão em forma textual como para conter de algum modo a multiplicação de sentidos que confunde gênero textual com tipo de texto e com gênero de discurso.

Suas idéias estão a meu ver “em transição”, pois entendem gênero primordialmente como forma tipificada, mas, ao remeter à inserção do gênero em práticas sociais, indicam novos rumos a ser desenvolvidos. Os conceitos de Bazerman a que dei destaque para os fins desta discussão aproximam essas idéias

de aspectos do conceito bakhtiniano de gênero discursivo, mas têm um viés textualizante, que, se superado, vai permitir ao autor unir os aspectos formais e os aspectos não formais da questão de modo mais produtivo. Quando penso aqui nessas propostas, tento demonstrar que há nelas elementos relevantes a ser considerados, tal como ocorre com as propostas de Marcuschi a que dei destaque.

Destaca-se na proposta de Bazerman a apresentação das noções de “relações epistemológicas”, modalidade semiótica mediante a qual o gênero textual “recorta” o mundo humano de um dado ponto de vista, e de “expectativa de gênero”, que dá conta daquilo que o interlocutor tende a esperar diante de um “texto”, ambas com claros vínculos com propostas bakhtinianas, ao menos em “espírito”, já que não, como pretendo demonstrar, em influência. A primeira noção, curiosa para um autor que dá de Bakhtin uma idéia bastante parcial, se não distorcida – como comento adiante - e apesar de parecer remeter ao processo teórico de conhecimento e não a um dado objeto, o gênero, vincula-se, claro que não declaradamente, com a idéia bakhtiniana do gênero como “ideologia criadora de forma” e com a questão das relações “orgânicas” entre os gêneros (cf. por exemplo MORSON e EMERSON, 1990) – idéias que remetem ao entendimento bakhtiniano da ideologia como sistema semiótico íntima e constitutivamente ligado à linguagem. A segunda noção considerada tem relações com a descrição bakhtiniana do fato de que enunciamos por meio de gêneros e percebemos o gênero já quando são proferidos os primeiros enunciados, o que pressupõe que o gênero exhibe certos elementos estáveis que o tornam identificável, sem no entanto dar-lhe feições de forma fixa nem restringi-lo a formas textuais fixas.

Porém – e alguém dirá que “sempre há um porém” –, unindo-se a tantos teóricos que dão de Bakhtin uma idéia parcial, no artigo intitulado “Formas sociais como habitats para a ação”, cuja versão original, apresentada à Modern Language Association em 1994, chama-se “Genre as Habitat for Social Action”, ou “O Gênero como Nicho da Ação Social” (o que implica uma sutil mudança de perspectiva de lá para cá) faz em extensa nota de rodapé (BAZERMAN, 2005, p. 49-50, n. 4), algumas questionáveis afirmações acerca da obra do Círculo de Bakhtin. Bazerman reflete aí, a meu ver, um dos principais equívocos de que essa obra tem sido objeto, e a discussão aqui o toma como caso exemplar, evitando uma discussão de outras

ocorrências de entendimento a meu ver não-contextual das propostas do Círculo, umas mais “graves”, outras menos.

Reproduzo aqui a referida nota, pois sem isso é-me impossível desenvolver meu raciocínio com chances de ser entendido:

4. Bakhtin, como teórico do gênero, embora frequentemente servindo como a inspiração para o recente revigoramento do gênero, parece ser um Bakhtin diferente para seus leitores literários e não-literários. Estudiosos não-literários nas Ciências Sociais são mais propensos a se valerem do ensaio "Os gêneros do discurso", enquanto os estudiosos e teóricos literários são mais propensos a se valerem dos ensaios sobre a história do romance, tais como aqueles publicados em A imaginação dialógica (1986). Os cientistas sociais, ao lerem o ensaio "Os gêneros do discurso", separado do resto da obra de Bakhtin, apressam-se em atribuir à teoria de gênero de Bakhtin, uma forte orientação à ação social, baseada em especulações preliminares naquele ensaio. A substância de sua teoria se origina nas suas contemplações sobre os gêneros literários. Nos estudos de gêneros literários, Bakhtin se acha mais interessado nos gêneros literários como formas de consciência, expressando a atitude do autor para com indivíduos e coletividades e, desta forma, expressando sua aceitação ou distanciamento da consciência dos outros. Ele vê a história dos gêneros como a história de consciência, com certos gêneros, como o romance dostoiveskiano ou o Bildungsroman, sendo mais altamente valorizados como representativos de estados de consciência mais avançados e socialmente cômicos. Uma vez que sua visão de gênero foi desenvolvida principalmente através de sua contemplação de romances, ele também vê os gêneros não-literários em termos novelescos, como favorecendo o reconhecimento dos enunciados do outro, a compreensão mútua e a harmonia. Esses gêneros primários cotidianos de comunicação pessoal são transformados no que ele chama de gêneros secundários (tais como romances) que se agregam aos gêneros primários e neles se encaixam, criando uma consciência heteroglôssica mais elevada. Ele é apenas minimamente consciente das ações sociais além da comunicação da percepção, dos sentimentos ou da condição de alguém. Motivado por uma estética moral, Bakhtin desenvolve uma teoria rica que nos diz muito acerca da consciência, da intersubjetividade, das relações entre as representações cotidianas do Eu e as representações mais elaboradas da consciência social. Mas a compreensão de gênero de Bakhtin fornece apenas pistas mínimas para descrever o alcance, a história e os mecanismos da interação social.

Destaco para em primeiro lugar, o trecho “*Bakhtin, como teórico do gênero, embora frequentemente servindo como a inspiração para o recente revigoramento do gênero, parece ser um Bakhtin diferente para seus leitores literários e não-literários*”, que enuncia uma grande verdade. Destaco ainda a bem fundada crítica

que Bazerman faz aos leitores “parciais”, no trecho que vai de “Estudiosos” a “ensaio”. No meio desse trecho vêm os segmentos “*apressam-se em atribuir à teoria de gênero de Bakhtin uma forte orientação à ação social, baseada em especulações preliminares naquele ensaio* [isto é, “Os gêneros do discurso”]” e, em seguida, o golpe mortal, “*A substância de sua [de Bakhtin] teoria se origina nas suas contemplações sobre os gêneros literários.*” O primeiro segmento nega erroneamente a “forte orientação à ação social” da obra de Bakhtin (que escreveu já nas primeiras décadas do século XX seu ensaio, que nos chegou incompleto, sobre a Filosofia do Ato), ainda que afirmando, corretamente, que o texto em que os estudiosos criticados se baseiam de fato não permite essa conclusão: “*em especulações preliminares*”. De fato, o ensaio, que na verdade são anotações não revisadas que não se destinavam a publicação, não constitui uma teoria do gênero e, considerado isoladamente, tem necessariamente de dar da teoria bakhtiniana dos gêneros uma visão parcial.

O segundo segmento, que exhibe traços de um *coup de grâce*, a meu ver malogrado, atribui a Bakhtin o caráter de um limitado teórico da literatura (e meu foco aqui é “limitado”, não “teórico” nem “literatura”), em vez do grande pensador da cultura que ele é (e seu Círculo o acompanha nisso, de diversas perspectivas). Bazerman acaba por cair na própria armadilha que identificou nos leitores de Bakhtin que critica: ignorando a tradição filosófica alemã, não se dá conta de que o romance é um caso exemplar para o desenvolvimento de teses “translingüísticas” e “transliterárias”, em vez de a “substância” da obra, ainda mais quando atribui as propostas de trabalho com o literário a líricas “contemplações”!

Bakhtin tem suas teorias “psicologizadas” mediante a atribuição a si de uma teoria subjetiva da intenção, não de uma intencionalidade que reúne forma, conteúdo, material, avaliação, autoria, arquitetônica: ele se interessaria pela “consciência” e pela “atitude” do locutor subjetivamente entendidas, por “estados de consciência” etc. O dialogismo bakhtiniano torna-se fruto de uma “contemplação” (palavra que Bazerman usa com insistência) e se reduz à aceitação ou rejeição da “consciência” dos outros por um sujeito psicológico todo poderoso (e ao mesmo tempo subsumido pelo social (se tal “entidade” pode existir teoricamente): compare-se “*nos gêneros literários como formas de consciência, expressando a atitude do autor para com indivíduos e coletividades*” com “*relações entre as representações*

cotidianas do Eu e as representações mais elaboradas da consciência social". Trata-se de um Bakhtin bucólico, idealista e otimista como Poliana, que postula uma teoria do romance como algo que favorece "o reconhecimento dos enunciados do outro, a compreensão mútua e a harmonia", e estende esse paraíso aos gêneros não-literários. O aspecto trágico das teorias do Círculo de Bakhtin é um "romance" por ser escrito!

Essa leitura advém a meu ver, entre outras coisas, de uma leitura parcial das teses do Círculo, envolvendo a não consideração como instâncias que se pressupõe mutuamente do gênero e da "esfera de atividades", conceito que, como demonstrei, capta o aspecto "institucional" das práticas sociais de que são parte os gêneros, unindo de maneira profunda e sobremodo elaborada o individual e o social, os aspectos formais e os aspectos fugidios da produção genérico-discursiva do sentido em sua condição de elementos interconstituintes. A introdução das idéias não definidas de "formas de consciência", "estados de consciência" e de "representações" revela a pequena amplitude da concepção de interação que Bazerman atribui a Bakhtin, bem como o fato de Bazerman fazer uma leitura que não leva na devida conta os sentidos que o discurso do Círculo de Bakhtin autoriza. E Bazerman o faz com toda a convicção, provando que não é parte do "representante típico" de interlocutor a que o Círculo se dirige. Aplica-se a Bazerman a crítica feita pelo próprio Bazerman aos que lêem o texto de "Os gêneros do discurso" "*separado do resto da obra de Bakhtin*". Causa espécie que o mesmo autor tenha essa visão de Bakhtin e proponha conceitos tão próximos das teses deste! Tratar-se-ia de uma ocorrência de polêmica oculta? Creio que o ponto fulcral desse problema reside no fato de Bazerman restringir-se teoricamente a uma visão textual do gênero, mas, ao tratar do objeto gênero, ser levado pela complexidade deste a ampliar o escopo de sua própria teoria!

De todo modo, tendo essa compreensão errônea como base, Bazerman incorre em mais problemas de entendimento dos conceitos bakhtinianos: "*Esses gêneros primários cotidianos de comunicação pessoal são transformados no que ele chama de gêneros secundários (tais como romances) que se agregam aos gêneros primários e neles se encaixam, criando uma consciência heteroglóssica mais elevada.*" Os gêneros primários ou gêneros cotidianos não são restritos à comunicação pessoal, seja lá o que isso signifique, mas um dispositivo social que

“recorta” situações cotidianas concretas que são a base da vida dos seres humanos; eles não se transformam nos gêneros secundários, nem estes se “agregam” ou “se encaixam” nos gêneros primários. E *“uma consciência heteroglóssica mais elevada”* é um trecho completamente estranho a qualquer escrito bakhtiniano, mas talvez designe a compreensão que Bazerman tem do fato de o romance, por exemplo, representar distintas “vozes”. Escapa aí a Bazerman a idéia de gênero discursivo como algo que abrange das falas mais íntimas aos mais elaborados tratados científicos, devido à sua abordagem restrita teoricamente ao aspecto textual, e porque sua idéia de prática social é puramente formal e tipificante, deixando ainda de lado o fato de ser Bakhtin e seu Círculo teóricos da forma que revolucionaram o próprio conceito de forma!

Para provar o que digo sobre Bazerman, vem a seguir o trecho, um caso exemplar de *non sequitur*, *“Ele é apenas minimamente consciente das ações sociais além da comunicação da percepção, dos sentimentos ou da condição de alguém.”* Os eruditos materialistas dialéticos do Círculo de Bakhtin, que revolucionaram alguns dos principais conceitos de Marx, de Kant e de Husserl, são aqui reduzidos à versão mais subjetivista e limitada de uma teoria da comunicação. E o autor insiste em subjetivar ainda mais Bakhtin, que é sim um teórico da individualidade, mas não em termos psicológicos: *“Motivado por uma estética moral, Bakhtin desenvolve uma teoria rica que nos diz muito acerca da consciência, da intersubjetividade, das relações entre as representações cotidianas do Eu e as representações mais elaboradas da consciência social.”* Aqui, Bazerman mostra desconhecer a complexa teoria estética bakhtiniana e a ética anti-moralista de Bakhtin, revela atribuir pouco peso ao agir (*agency* no original) de cada sujeito no obra do Círculo, afirma que a coletividade tem uma consciência “mais elaborada” do que os sujeitos que a compõem, o que implica que estes últimos não poderiam agir socialmente, dado que incapazes, em sua subjetividade, de ir além de “representações cotidianas”. E de que modo indivíduos de “consciência” tão limitada poderiam dar origem a uma “consciência social mais elaborada”? Eis uma leitura que impõe mais uma vez a Bakhtin o ponto de vista impreciso do leitor!

Por fim, vão de roldão a rica concepção bakhtiniana da interação (que, como tenho afirmado, exhibe ao menos 4 níveis e de modo algum se restringe a, por exemplo, lugar de expressão de uma indefinida “*condição de alguém*”), bem como

suas tão elaboradas teorização e análise histórico-social-discursiva, configuradas por exemplo no estudo sobre Rabelais e Dostoiévski, para não mencionar seu estudo das duas linhas do romance europeu! Ao contrário do que afirma Bazerman, os estudos do Círculo mostram precisamente “o alcance, a história e os mecanismos da interação social”, em vez de apenas fornecer “pistas mínimas” a seu respeito! As obras do Círculo são a bem dizer um aprofundado estudo, com base em diversos objetos, da interação social, de seus mecanismos, de sua história e de seu alcance, a partir de alguns dos mais importantes teóricos da história da humanidade – ressignificados de uma maneira ainda por avaliar plenamente.

Aplicando bakhtinicamente Bakhtin à leitura de Bakhtin feita por Bazerman, compreendo de que ponto de vista é feita essa leitura, e, se não a posso justificar, julgo-a explicável: a preocupação didática e o pragmatismo norte-americano em sua versão cotidiana nos EUA induzem Bazerman a fazer de Bakhtin uma leitura em que pesa o tempo inteiro a acusação de não ter sido um “metodólogo” – o que é precisamente o mérito maior das teorias bakhtinianas, configuradas como um conjunto teórico transdisciplinar *avant la lettre*. Bakhtin e seu Círculo foram pensadores da cultura em seu sentido mais amplo, e o grande problema que suas teorias enfrentam hoje é precisamente o sucesso que acabaram por alcançar!

3.2.2 Texto e Gênero segundo Marcuschi (2005) e indícios de um momento de transição

L. A. Marcuschi (2005) apresentou em recente palestra no III SIGET uma interessante proposta voltada para desvincular “forma textual” de “gênero”, proposta que, também em função do legítimo interesse didático que se pode perceber nas propostas de Bazerman, ainda permanece no texto como a noção de base, em vez de reconhecer plenamente que esse papel cabe ao gênero, estando igualmente “em transição”, mas que a meu ver dá um passo além no sentido de integrar texto e gênero de maneira produtiva. Marcuschi afirma que “não há relação de biunivocidade entre texto e gênero”, alegação interessante a que faço adiante alguns reparos, mas que constitui a meu ver uma importante contribuição para distinguir “gênero textual” de “gênero discursivo”.

Ao falar de “propósitos do gênero”, Marcuschi aproxima-se do discursivo, mesmo ao especificar a filiação bathianiana (Bathia, 1993) do sentido dado a essa expressão, pois o discurso relatado é modificado ao entrar em novo contexto, além de ser modalizado explicitamente por Marcuschi quando este aborda adiante a questão da mudança dos gêneros e dos propósitos de gênero. Não obstante, ao falar de “trato textual do gênero”, o autor retorna à forma textual como a base, desconsiderando a idéia do “trato genérico” como a “base” do “trato textual”, como aquilo que confere sentido à forma textual e que *determina* sua escolha numa dada circunstância. Não digo com isso, como se pode perceber, que não haja ou não deva haver um “trato textual”, mas que este deve estar inserido no “trato genérico”. Marcuschi sustenta, modalizando com “aproximadamente”, que, “ao escolher um gênero, já se escolhe aproximadamente uma forma textual, mas a recíproca não é verdadeira”, isto é, ao escolher um texto não se escolheria necessariamente um gênero – e isso é a meu ver o aspecto a merecer reparo da perspectiva de gênero que busco construir aqui.

Assim, reconhecendo que a forma textual não identifica nem leva compulsoriamente a um gênero, Marcuschi sustenta porém que um gênero levaria “aproximadamente” a uma forma textual. É certo que, no decorrer da palestra, isso se altera; com sua forte capacidade didática, o autor recorre ao exemplo do relatório oficial do Graciliano Ramos prefeito, relatório que acaba por ser “apropriado” pela esfera literária – logicamente porque o prefeito era também autor literário. Paradoxalmente, e por isso falei em “transição”, Marcuschi restringe “propósitos de gênero” a propósitos de texto, mas se refere à imprecisão das fronteiras entre gêneros, bem como a imbricações intergenéricas e interpropósitos sistemáticas, o que me parece ter caráter mais discursivo do que estritamente textual, porque as fronteiras textuais são bem mais facilmente identificáveis do que as de gênero.

Tal como a linguagem, os gêneros são “sistemas históricos” e dessa perspectiva destaco a junção que Marcuschi faz entre “imprecisão” e “sistematicidade” ao abordar o gênero do ponto de vista dos problemas de sua didatização. Nos meus termos, o gênero é de fato um dispositivo (mas não um artefato) sistemático, sem o que cairíamos na total instabilidade, mas ao mesmo tempo exhibe fronteiras imprecisas, ao ser dotado de uma instabilidade relativa sem a qual cairíamos na total estabilidade e, portanto, na morte do sentido. *Mutatis*

mutandis, os propósitos genéricos e intergenéricos se combinam e mudam, se assimilam e entram em conflito etc., algo que, se se percebe nos textos como materialidade, não se restringe a eles. Passo agora a uma proposta de definição do conceito de gênero discursivo levando em conta os diferentes elementos até agora considerados.

3.3 A teoria do gênero discursivo do Círculo de Bakhtin

Defendo aqui a idéia de que a intertextualidade, a interdiscursividade e a intergenericidade são instâncias constitutivas dos textos, não se podendo ver estes últimos apenas em termos de uma delas. A primeira designa a presença de tipos de enunciados, ou menos de enunciados, de outros textos, num dado texto. A segunda remete a situações enunciativas que se apresentam no interior de outras situações enunciativas. E a terceira se refere a cristalizações relativamente estáveis de situações enunciativas no âmbito das esferas de atividade, ou seja, à organização das discursividades segundo recortes sócio-históricos específicos do mundo humano – precisamente aquilo que faz um gênero “escolher” um texto, mas não vice-versa.

E há entre elas uma hierarquia dialética, se assim se pode dizer, advinda do estatuto dos termos que sucedem “inter” e são por ele modificados: a genericidade é um recorte ideológico do mundo que recorre a certos tipos de enunciados/discursos relativamente estáveis, não necessariamente a certos enunciados/discursos, mas a certos tipos de enunciados/discursos. E estes recorrem a certos tipos estáveis de textualização, mas não necessariamente a certas textualizações estáveis. Ao longo do tempo, há certa cristalização dos gêneros em termos de certas formas de textualização, mas sem fixidez, porque os gêneros se acham em constante atividade de mudança.

Como os textos não estão diretamente ligados a esferas de atividade, ao contrário dos gêneros, e dos discursos que realizam os gêneros, e como só há na verdade 4 tipos de texto (mas não de textualização ou de discurso), do ponto de vista das dominantes formais – e insisto em dominantes -, a saber, texto descritivo, texto narrativo, texto dissertativo e texto, digamos, institutivo (o dos manuais, receitas etc., que instituem saberes e formas de agir), que se combinam de diversas

maneiras, mesmo em casos próximos de formas “puras”, podemos ver os textos como o plano material de realização dos discursos e gêneros. Pois o que confere sentido ao texto é sua convocação em discurso/pelo discurso no âmbito de algum gênero, o que implica uma dada esfera de atividades e uma dada maneira social-histórica-ideológica de recortar o mundo, ou melhor, a parcela concebível do mundo no âmbito de cada esfera. O que mobiliza esses tipos de texto são as estratégias discursivas, os funcionamentos discursivos, que lhes impõem inflexões e formas de realização/estruturação a partir de um dado projeto enunciativo, de uma dada arquitetônica, que constitui o arcabouço no qual o tema, o estilo e a forma de composição unem o histórico do gênero à expressão individual de cada locutor, realizando atos simbólicos (no sentido filosófico amplo de simbólico) que são a um só tempo estáveis e instáveis, objetivos e subjetivos, cognitivos e práticos, textuais e discursivos/genéricos. Assim, tema, estilo e forma de composição só fazem sentido no âmbito de uma arquitetônica, sempre autoral, e o texto é o plano do material; o conteúdo é o mundo humano; e a forma é o gênero, como explicito a seguir.

Não se vê o mundo para então escolher um gênero, um discurso, um texto – vê-se o mundo, permite dizer Medvedev, o membro “esquecido” do Círculo de Bakhtin, com os olhos do gênero, e portanto dos discursos a ele ligados, não do texto, embora este seja a realidade imediata que o analista encontra em seu trabalho e dele deva partir, e apesar de o locutor ter como realidade imediata as coerções do texto, antes mesmo de enunciar. Se não há gênero ou discurso que se realize sem texto, não há texto que exista sem discurso e sem gênero, exceto como meros sinais em alguma superfície, um “não-texto”, pois, ao menos em termos verbais. Os sentidos de frases e textos, tomados como neles contidos, e portanto, aparentemente descontextualizados, são na verdade resultado da teoria que propõe a existência desses sentidos, e que na verdade os vê porque contrabandeia contextos não declarados para dentro daquilo que não os pode ter: palavras, frases e textos são potenciais de sentido que o discurso e o gênero realizam na e pela enunciação. Nem por isso se podem negar as cristalizações das significações nesses elementos, cristalizações que são a base comum, repetível, do sentido, do tema, irrepetível. Quanto a isso, diga-se de passagem, uma fábula tem um dado significado como texto, um dado tópico, portanto, mas é mobilizada para distintos temas, a depender da posição relativa dos interlocutores.

Por outro lado, não podemos confundir a descontextualização intrínseca a toda generalização científica com a realidade dos fenômenos descritos, que é sempre situada; não podemos confundir o fenômeno com o objeto, nem o sujeito empírico com o sujeito do discurso, esse sujeito tão concreto mas que não passa para dentro do texto sem ser transfigurado, ou cairíamos nos isomorfismos discurso-situação, ou texto-contexto. Não podemos confundir, repito, textualização com gênero, porque tanto uma mesma textualização pode estar presente em diferentes gêneros como diferentes textualizações num mesmo gênero.

Para destacar o valor da definição de gênero discursivo do Círculo, comento o que julgo serem os principais pontos da teorização de Medvedev, reconhecendo o valor do estudo dos aspectos da literatura em que se concentram os formalistas, destaca seu caráter parcial e restrito e busca demonstrar que não basta considerar o sentido de cada componente da obra para chegar ao sentido da totalidade formada a partir deles, ou seja, critica os formalistas porque a seu ver o conceito de forma deles é demasiado restrito! Ele aponta o fato de os formalistas, ao separarem a série literária das demais séries da construção ideológica da realidade social e histórica, e distinguirem a linguagem poética da linguagem cotidiana e, assim, perdem de vista o aspecto fundamental do literário, que é sua construção específica enquanto discurso, visto ser nisso que ela difere de outros discursos. Ressalto que “construção” aqui não se refere a artefato – nem sugere rigidez –, mas a uma atividade dinâmica de elaboração da totalidade da obra literária – ou de qualquer outro discurso, porque o literário é uma forma de discurso que tem suas especificidades, mas que partilha com outros discursos dos elementos que fazem dele um discurso.

Para dar conta do caráter de totalidade que é a obra, ele acentua que esta é marcada por uma “unidade temática” que não advém das palavras ou frases nem de suas combinações por si só, embora as tenha como um de seus elementos, configurando-se como o tema do discurso poético *como um todo*. A atividade autoral, a ação do locutor, é um ato sócio-histórico concreto que cria uma totalidade de sentido maior do que a soma dos componentes que convergem para essa construção. Na obra se unem os elementos lingüístico-textuais e a situação em que o discurso é produzido, as circunstâncias histórico-sociais de tempo e de espaço, nos termos de uma dada orientação de produção de sentido configurada na relação

específica entre os interlocutores nela envolvidos, e destes com o “herói”, ou seja, é o resultado dinâmico de uma atividade autoral a que se fazem presentes os aspectos formais e os aspectos não-formais, ou, se se preferir, o conteúdo, o material e a forma, o que envolve o composicional e o arquitetônico, o formal e o enunciativo.

A obra literária é tomada nas propostas do Círculo como exemplo de discurso, não como a base das teorias. Ainda que o Círculo se interesse também pela obra literária em si como objeto de estudo, sua tematização serve também para fazer uma demonstração por contraste, se a obra literária, com sua transfiguração específica do mundo, resulta da criação de uma totalidade de sentido fincada na relação entre os interlocutores, nos termos aqui aludidos, em vez de representação da subjetividade de um autor dirigida à contemplação de um leitor (um e outro entendidos psicologicamente), reflexo mecânico do ambiente sócio-histórico, resultado da combinação de “artifícios” literários ou da soma de elementos lingüístico-textuais-narrativos etc., os outros discursos, mais próximos dos aspectos por assim dizer “práticos” da vida dos seres humanos, o são ainda mais! As séries ideológicas são parte de um mesmo universo ideológico, e a linguagem sempre tem caráter sócio-histórico, o que não anula as especificidades de cada série nem os aspectos formais, repetíveis, mais estabilizados, da linguagem. O trabalho autoral é a base da construção da obra literária, bem como de todos os discursos, e esse trabalho depende da relação entre autor, “ouvinte” e “herói” – e disso falo a seguir.

O grau de proximidade/distanciamento do autor com relação ao outro, tanto no âmbito do estético como nos outros âmbitos, é constitutivo das modalidades de discurso, podendo-se igualmente pensar que, dada uma modalidade do discurso, ou gênero, o enunciador é levado a assumir esta ou aquela posição com relação ao outro. Claro que, como alerta Brait, as coisas não são tão simples: não se fala de gênero sem “pensar na esfera de atividades específicas em que eles se constituem e atuam, aí implicadas as condições de produção, de circulação e de recepção” (BRAIT, 2002, p. 147). Isso também confirma minha proposição de que, na variedade de relações com o outro está a própria chave da constituição do tom e do fio dos discursos, em seus vários planos — estético, ético, cognitivo, religioso —, em sua articulação às esferas de atividade em que isso é possível e aceitável (ao

menos temporariamente) e com as variações pelas quais passam as posições relativas dos interlocutores envolvidos.

O caráter constitutivo das formas de interlocução revela que o centro da formação e do uso de gêneros é a realidade em que surgem os enunciados concretos, o intercâmbio social, seja de modo direto, nos gêneros primários, ou indireto, nos gêneros secundários. A textualização, nesse sentido, é um dos componentes a ser considerado no estudo de discursos, ao lado da discursivização e da inserção, formação e mobilização de gêneros, que constituem a base da arquitetônica dos discursos, unindo na constituição da totalidade “discurso” as significações fixadas da língua, os tipos relativamente estáveis de enunciados (tipos e não conteúdos dos enunciados), as interações específicas que se formam entre textos, discursos, gêneros e sujeitos, entre formações discursivas, entre os distintos recortes que as ações discursivas impõem ao mundo a partir de pontos de vista determinados.

O gênero como ideologia criadora de forma é assim aquilo que está no princípio. De sua arquitetônica, que advém de uma dada esfera de atividade, e não pode ser pensada sem ela, decorrem os demais processos que criam discursos, incluindo a própria escolha lexical. O gênero não é uma forma fixa, mas algo sujeito a alterações as mais diversas, havendo, naturalmente, graus maiores e menores de “liberdade” do sujeito, entendido como mediador entre o socialmente possível e o efetivamente realizado e cujo papel varia conjunturalmente, isto é, nos termos de suas circunstâncias específicas. A forma para o círculo de Bakhtin é o resultado da ação arquitetônica autoral, intrinsecamente vinculada com o conteúdo e com o material, de que lança mão, não se restringindo portanto ao aspecto material, que faria dela mero artefato.

Por todos esses motivos, em vez de haver um conjunto de signos de sentidos determinados de uma vez por todas, imutáveis, há antes um conjunto de possibilidades de produção de sentidos, a par de significações (no sentido bakhtiniano). E essas possibilidades, sempre indefinidas até que alguém fale, só se tornam realidade na interação e de acordo com suas necessidades. Por isso, quando se escolhe uma palavra já se está entendendo e avaliando o que se vai dizer de acordo com as relações, sociais e históricas, que se têm com outras pessoas. Essas relações ocorrem numa dada situação, que é mais próxima de mim

e dos outros, assim como mais restrita, porém igualmente num contexto, que é mais distante de nós e mais amplo, e que pode chegar a incluir o próprio pensamento de uma época. Por exemplo, quem tem hoje coragem de defender alguma forma de escravidão? Mas houve época em que não só se defendia como se justificava isso recorrendo a Deus, o eterno destinador e outro imediato do mundo humano! Paradoxalmente, se não se pode mais defender a escravidão, nem por isso ela deixou de existir.

Nesses termos, a idéia básica deste trabalho consiste em definir as “macro-marcas” de gênero, ou seja, o dispositivo arquitetônico-autoral que dota de sentido a forma composicional e o “tema” comum, ou típico, dos textos examinados no âmbito do gênero, cobrindo ainda o estilo do gênero e o estilo autoral específico de exemplares concretos de cada gênero. Isso se deve ao fato de a proposição da noção de “fase parasitária” ter advindo de uma abordagem que, partindo da idéia da centralidade constitutiva da imagem discursiva do locutor na produção de sentidos, vinculado com o trabalho arquitetônico-autoral, reúne esses elementos para atender à necessidade imperiosa de estudar os gêneros de uma maneira que combine coerentemente *discursivização*, ou os textos vistos em situação, e *textualização*, ou os discursos do ponto de vista de sua estruturação textual, etc., sem cair em correspondências espúrias texto-situação nem hipertrofiar quer a textualização ou a discursivização.

Porque o gênero discursivo envolve tanto o texto como o discurso que dá sentido ao texto, e os gêneros textuais se definem como graus maiores ou menores de estabilização de tipos de enunciados que, embora possam ocorrer regularmente num dado gênero, não são necessariamente intrínsecas a eles: assim como um dado gênero convoca outros gêneros, por vezes com suas respectivas textualizações, uma dada textualização pode estar presente em mais de um gênero. Isso se funda primordialmente na idéia bakhtiniana de que o mesmo enunciado, ao ser repetido, já não é o mesmo enunciado – assim como o rio que corre nunca é o mesmo rio.

Os pontos de vista a que faço alusão são legítimos, mas necessariamente parciais quanto ao todo “enunciado-enunciação”, mormente em se tratando de gêneros (lembro quanto a isso BALTAR, 2004, que alertou, no âmbito do interacionismo sócio-discursivo, para os riscos da atual “gramaticalização” da noção

de gênero). Nesse sentido, enfatizo a necessidade de distinguir entre estratégias e formas genéricas de textualização e estratégias e formas genéricas de discursivização, tentando demonstrar com isso que, se certas unidades “formulaicas” de textualização podem ser transpostas e transmitidas, as formas genéricas não o podem, que mais não seja por sua natureza mais dinâmica, mais sujeita a alterações, e não só estilísticas. Mas estas podem ser “ensinadas” (Y. Clot), isto é, podem-se identificar as marcas que nos permitem reconhecê-las como relativamente estáveis, e que podem ser objeto de diferentes textualizações. Assim, nos 4 livros de auto-ajuda em que me concentro mais especificamente, há distintas textualizações para uma “mesma” discursivização, e uma mesma modalidade de “generificação” (para perspectivas semelhantes sobre gênero, cf., por exemplo, BRAIT, 2005, 2005a; BRAIT E MELO, 2005; MACHADO, 2005).

Se cada pequena alteração, por vezes inteiramente conjuntural - e “conjuntural” é um conceito fundamental em toda teoria do discurso -, de aspectos quer da produção, da circulação ou da recepção, der origem a novos gêneros discursivos, cairemos no imponderável, na irrepetibilidade total e absoluta, e mesmo abissal. Se, pelo contrário, as alterações por que passam os gêneros ou sua(s) esfera(s) forem desprezadas, em nome da dominância da “memória” do gênero, sério é o risco de transformarmos todos os gêneros em fórmulas fixas, em vez de “relativamente” estáveis, para não falar da confusão que por vezes se faz entre “formas” de enunciados e “conteúdo” do enunciado, o que equivale a transformá-los em frases! Entre a camisa-de-força e a liberdade absoluta, há por certo níveis nos quais, seguindo a dialógica bakhtiniana, unem-se o estável e o instável, o enunciado e a enunciação, o cognitivo e o sócio-histórico (cf. quanto a isso MARKOVÀ & FOPPA, 1990, Introdução e *passim*).

No caso de um trabalho sobre Monteiro Lobato (SOBRAL, 2004a), já mencionado, julguei surpreender um raro momento de surgimento de um gênero: a publicidade de livros em revistas de cultura. Não veio essa idéia do simples fato de num dado momento ter passado a haver esse tipo de publicidade, mas da relação deste com o surgimento do livro *como produto*: esfera e gênero nascem pois em estreita união, e se pressupõem mutuamente, sendo preciso distinguir entre alterações na esfera e alterações no gênero. No caso da esfera, tem-se de verificar se o que muda quer na produção, na circulação ou na recepção é de molde a alterar

substancialmente a relação entre os sujeitos que são parte dessa esfera e destes com a materialidade dessa esfera ou se constituem nuances que não alteram substancialmente essa relação; no caso do gênero *per se*, cumpre atentar se as mudanças ocorrem na textualização ou na discursivização ou se incidem sobre a generificação, isto é, se são nuances da estabilidade relativa do gênero que o mantêm como tal (apesar da variabilidade intrínseca a tudo o que é da ordem do sentido) ou a irrupção de uma redefinição da esfera que o altera por inteiro ou mesmo o faz “morrer” como tal. Trata-se pois de uma abordagem arquitetônica que vê o gênero como uma forma ideológica (que não existe sem conteúdo e sem material) de recorte do mundo no âmbito de uma dada relação entre sujeitos social e historicamente articulados e configurada num dado texto, membro de uma dada discursividade.

Para dar um breve exemplo: as bulas de remédio passaram a incluir, a partir da existência de um Código do Consumidor, um trecho pretensamente em linguagem não-técnica, que daria ao consumidor dados para uma avaliação sua acerca do remédio – um contra-senso se pensarmos que o médico é quem “dispensa”, “administra” remédios e que o doente não contesta a autoridade da instituição médica. (Observo que o surgimento do Código coincide historicamente, de certo modo, com a “tecnicização” da medicina no Brasil, porque em outras partes do mundo vem de longa data, criando uma atitude que leva o médico a não explicar nada ao paciente, a dar atenção apenas à doença ou ao que julga ser doença e simplesmente prescrever substâncias – mesmo quando o paciente precisa mais (ou só) de atenção do que de remédio; cf. DRANE, 2004; FUREDI, 2003; ROUDINESCO, 2004).

Um exame das bulas pós-Código revela que seu “tom avaliativo” e a “posição” do enunciador continuam iguais aos dos trechos “técnicos”, e a linguagem usada não se tornou acessível a todo e qualquer consumidor de remédios: um enunciador em posição de autoridade diz lá certas coisas “novas”, com ligeiras alterações no uso de designações médicas (químicas, físicas etc.) que estão presentes nos segmentos “tradicionais”, e a relação permanece a mesma. Tanto assim que as *Informações ao Paciente* terminam com a inscrição, em maiúsculas, “NÃO TOME REMÉDIO SEM O CONHECIMENTO DE SEU MÉDICO. PODE SER PERIGOSO PARA SUA SAÚDE”, a fim de “lembrar” ao paciente que ele não tem condições de

decidir, cabendo ainda mencionar que “médico/seu médico” se repete quase a casa frase. E isso ocorre num país que é campeão da automedicação!

Assim, mudou a textualização, mas não a “discursivização”, dado que as relações assimétricas entre o médico/laboratório (cientistas) e o paciente (leigo) – e deixo de lado a assimetria entre médico e laboratório – que marcam a esfera não foram alteradas pelas autoridades do governo. Se a alteração no texto não envolveu a mudança da relação discursiva entre o paciente, que continua a ser paciente, ou cliente, e a instituição médica, em sua associação com o laboratório e se o enunciador “laboratório” continua a formar uma coletividade com o enunciador “médico”, mas não com o paciente, que se vê submetido a ambos, não se poderia falar de um novo gênero discursivo ou da mudança do gênero discursivo “bula”, mas de mera introdução de uma nova fórmula textual nesse gênero. Claro que isso indica o momento em que se propõe uma alteração, promulgada pelo governo, da relação indireta que há entre o laboratório e o consumidor, mas não uma alteração da base, que é a relação assimétrica entre laboratório/médico e paciente e o fato de o laboratório nunca se dirigir a este, *mesmo nas Informações ao Paciente*, mas sempre ao médico, ao menos ao remeter a ele ao dirigir-se ao paciente. Isso revela que, não havendo alteração da esfera, não há alteração do gênero.

O projeto enunciativo, projeto arquitetônico, de criação de totalidades, ou melhor, unidades de sentido, fundado nas possibilidades das interações entre sujeitos específicos, que advêm das especificidades das esferas de atividade, são assim a base da formação, desenvolvimento e consolidação dos gêneros. Estes se realizam em discursividades/discursos e estas têm por material os textos, entendidos como textualidades ou formas de textualização. Diante do texto, cabe perguntar: que projeto enunciativo este texto realiza? Em que discursividade? Em que plano genérico? O que isto quer dizer nesses termos e o que se quer dizer com isso? O *modo* de dizer, e isso designa naturalmente bem mais do que a mobilização de recursos textuais estritos, altera o dito, posto que este não existe *in abstracto*. E o modo de dizer é parte do repertório, e em alguns casos arsenal, de modos de dizer social, histórica e ideologicamente possíveis, sendo o sujeito o mediador entre estas e aquilo que ele pode realizar e realiza. Uma análise em termos de gênero pressupõe o texto, mas não se restringe a seus segmentos, pois estes só se organizam *em discurso*.

Em conclusão, reafirmo que gênero, claro que discursivo, envolve texto e discurso, e gêneros textuais não são assim senão estabilizações textuais relativas que, embora possam ocorrer regularmente num dado gênero, não são intrínsecas a eles. Por exemplo, um resumo de artigo pode exibir mais de um tipo de textualização, mas mantém-se no âmbito da intencionalidade enunciativa da esfera em que um resumo faz sentido, e por isso acaba por se cristalizarem nele certos segmentos e certas formas de organização desses segmentos. Assim, “resumo de artigo” não é propriamente um dado texto, mas uma dada forma de relação entre interlocutores.

Lembro por fim que um dado gênero pode convocar outros gêneros, por vezes com suas respectivas textualizações e nem por isso deixa de ser o gênero que é, ainda que não mais seja o “mesmo” gênero. Ademais, o texto muda de gênero mas permanece o texto que é, materialmente falando, e nem por isso o gênero muda em função da presença de um dado texto. Como permite dizer Medvedev, o gênero é um recorte do mundo plasmador de forma e, como disse Bakhtin, um mesmo enunciado (ou uma mesma forma de textualização), ao ser repetido, até pelo próprio sujeito que o disse antes, já não é o mesmo enunciado – da mesma maneira como o rio que corre nunca é o mesmo rio.

3.4 Uma concepção ativa de discurso

É fato conhecido que um relato sustentável dos fenômenos discursivos e de suas implicações tem de levar em conta, de um lado, as estruturas lingüísticas e, do outro, as marcas que, advindas da situação na qual são produzidos os discursos — situação interativa para a qual estes apontam —, neles se fazem presentes. O sentido manifesto no discurso advém da relação, constitutiva de suas superfícies, entre os diversos elementos, verbais e outros, que presidem à produção discursiva, as várias mediações (ou coerções) incidentes entre o real concreto e o vir-a-ser do sentido. Mantêm-se os olhos sempre postos enfaticamente no *modus operandi* dos mecanismos de constituição do sujeito e do seu vínculo com a produção de sentidos, levando em consideração *tanto* as estruturas por assim dizer “internas”, mediante as quais se articula o discurso, *como* o contexto da enunciação, em suas várias modulações, com ênfase na ação verbal, pretendendo com isso preservar a

unidade do discurso e evitar nele introduzir um sujeito ontológico, ainda que, como se sabe, só existem no mundo humano sujeitos concretos. Importa aqui destacar que a realidade a que remete o discurso é a realidade do discurso: a própria enunciação é já instauração daquilo mesmo que a torna possível, como mostram os princípios de Bakhtin, compatíveis com as propostas de Greimas e Maingueneau a que me referi.

Uma abordagem da linguagem e discurso que tenha por parâmetros esses elementos confere evidentemente um lugar privilegiado ao contexto imediato e mediato em que são produzidos os discursos – o que inclui tanto a caracterização dos falantes como as inter-relações explícitas ou implícitas entre eles, tal como manifestas em suas produções verbais. Estamos no domínio do caráter sócio-ativo da semiose humana. Essa maneira de conceber a linguagem propicia tentativas de sistematização do estudo de estruturas e estratégias *discursivas* (que não se confundem com os estudos das propostas das gramáticas textuais ou sistêmico-funcionais, ainda que se possam fazer aproximações dele com estas, como o tentei fazer [SOBRAL, 1999] e como o fez com grande sucesso, por exemplo, VIAN JR., 2001, entre outros) e permite a libertação do estudioso da linguagem da significação definida exclusivamente pelo código e da verdade enquanto parâmetro de exame como os únicos planos nos quais examinar e descrever os fatos lingüísticos, algo ainda vivo e penetrante no tecido da história e dos estudos lingüísticos.

No tocante a isso, Fiorin, tratando do objeto da Lingüística Moderna, do ponto da vista do surgimento da “lingüística do discurso” (FIORIN, 1996, p. 556, n. 2), afirma ter aquela estabelecido pelo menos cinco objetos: a *langue*, a competência, a mudança lingüística, a variação lingüística e o uso lingüístico. A complexidade dos fenômenos lingüísticos exige assim, de uma perspectiva de estudo da linguagem que a toma em sua dinâmica incessante, uma abordagem capaz de levar em consideração, de maneira integrada, os vários aspectos relevantes do discurso, visando com isso descrever o relacionamento entre os aspectos da ordem da enunciação e os da ordem do enunciado, presentes à produção do sentido.

Sendo as determinações sociais constitutivas dos discursos e, em conseqüência, dos sentidos neles produzidos, o discurso pode ser caracterizado como um processo social e histórico de instauração e inscrição de eventos significativos que revela o processo de constituição do sujeito na interação “de

linguagem”. Dessa perspectiva, o modo de ser e de agir da linguagem nos espaços sociais e históricos concretos de manifestação dos sentidos é o plano próprio da verificação do estatuto da constituição dos indivíduos falantes em sujeitos discursivos, visto que todo discurso pressupõe, por sua própria natureza, protagonistas/enunciadores. Designam-se “indivíduos” os membros da sociedade tomados em sua generalidade; quando se fala de sujeito, faz-se referência não aos indivíduos enquanto agentes sociais em geral, mas em sua qualidade de agentes, ou melhor, atores, lingüístico-discursivos.

As teses do Círculo de Bakhtin representam um sólido e valioso fundamento para a explicitação do processo de produção de sentidos (BAJTÍN, 1997; BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 1976, *passim* etc.), mostrando que individual e social não se opõem; existe oposição, na realidade, entre *social* (criado pelos homens em suas relações) e *natural* (existente no mundo independentemente da existência ou das ações do homem, embora acessível apenas por meio da percepção humana). Como se pode ver, isso não nega o fato de o próprio plano natural apreendido pelos indivíduos ser mediado pelo todo social, ao mesmo tempo em que destaca a diferença entre as criações humanas e os elementos já dados na natureza (das coisas e do próprio homem), ainda mais porque toda apreensão é já uma mediação.

Além disso, mostra que, enquanto natural e social se opõem, apesar de o social não negar “o que está aí”, individual e social se articulam e se estruturam mutuamente. A linguagem é considerada, por conseguinte, uma instância de instauração e manifestação de sentidos social, histórica e ideologicamente fundados, instância cuja compreensão é necessária ao adequado entendimento do modo como a formação social se constitui simbolicamente, ao tempo em que se articula precisamente como a base dessa determinação. Importa destacar que, quando se leva em conta o vínculo intrínseco entre a linguagem e as formações sociais que a constituem e que dela retiram bases para a sua construção imaginária (de cunho ideológico), pensa-se necessariamente na existência e nas condições de existência dos falantes, em seu lugar na sociedade, na função e importância da linguagem no estabelecimento concreto de relações simbólicas interindividuais e em outros fatores definitórios desse tipo, como o caráter uni-ocorrente dos atos humanos e o caráter repetível da estrutura do ato *per se*.

Segundo BRAIT (1997, p. 99), a obra de VOLOSHINOV (1976), cuja edição em português leva o nome de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, constitui

um momento de formalização da possibilidade de estudar o discurso, isto é, não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos. Sob essa perspectiva, a natureza do fenômeno lingüístico passa a ser enfrentada em sua dimensão histórica, a partir de questões específicas de interação, da compreensão e da significação, trabalhadas discursivamente.

A linguagem é um processo sócio-histórico contínuo de produção de sentidos. Como fundamento dessa continuidade, ele aponta o fato de ser ela o espaço privilegiado de manifestação e confronto das diversas “vozes” que constituem a sociedade: ou seja, o caráter interativo do intercâmbio social está intrinsecamente integrado à própria estrutura da linguagem e é o seu elemento definidor. Em consequência, o sentido lingüístico e a própria linguagem têm como condição essencial de existência os sujeitos, e é no plano da intersubjetividade que se define a própria subjetividade: torno-me eu entre outros eus, ou seja, é na relação intersubjetiva que me reconheço como individualidade, como sujeito, portanto. O Círculo de Bakhtin apresenta em suas formulações vários elementos voltados para demonstrar a natureza social (e dialógica) da linguagem, seu modo de articulação com o meio histórico em que se insere e a cujas necessidades (despedaçadas nos numerosos interesses em confronto dos grupos particulares que povoam o todo social) atende. Logo a linguagem tem como espaço de configuração o intercâmbio social concreto ao qual está presente e não a psicologia do falante ou a tirania das formas, seja do código ou do gênero.

Segundo os textos do círculo de Bakhtin, os signos só surgem no território interindividual, na interação entre duas consciências. Como é inteiramente absorvida por sua função de signo, a linguagem é o fenômeno ideológico por excelência. Por outro lado, a linguagem é um material semiótico que não se especializa em nenhum campo específico da criatividade (entendida como faculdade de criação de sentidos) ideológica, prestando-se por isso a funções ideológicas de qualquer tipo. Além disso, o signo lingüístico participa do comportamento comunicativo humano, área

ideológica que não se restringe a nenhuma esfera específica, ao mesmo tempo em que pode ser “palavra interna”, visto ser gerado pelos meios próprios do organismo; do mesmo modo, ele se faz presente, de modo concomitante, a todo ato consciente e, em suas relações com a “realidade”, constitui o índice mais sensível das trocas sociais. O produto ideológico é a um só tempo parte de uma realidade, natural ou social, e reflexo e refração de outra realidade que lhe é exterior (para mais elementos, cf. “Signo Ideológico”, texto inédito de SOUZA, e MIOTELLO, 2005; VOLOSHINOV, Op. cit.).

Assim, todo produto ideológico tem significado, ou *valor*, semiótico: aponta para algo que se acha fora dele, ou seja, é um signo. A ideologia não está na consciência, porque, como a compreensão só ocorre tendo por objeto um material semiótico e como a direção do signo sempre o faz atingir outro signo, a própria consciência só pode surgir e constituir um fato possível na concretude material dos signos; do mesmo modo, não é ela um mero agregado de reações psicofisiológicas casuais que redundaria fortuitamente na criatividade ideológica. O processo de criatividade e de compreensão ideológicas é ininterrupto, e a consciência só vem a ser consciência quando imerge no conteúdo ideológico, isto é, no processo social da interação. Em suma, para o círculo de Bakhtin a realidade da linguagem é o fato social da interação verbal, e não um “sistema abstrato de formas idênticas”, nem a fala monológica isolada ou o ato psicofisiológico de realização da fala (VOLOSHINOV, 1976).

A interação, como tenho afirmado exaustivamente, de modo algum se esgota na situação imediata da troca verbal, mas remete, retrospectiva e prospectivamente, a todas as enunciações anteriores e ulteriores, possíveis e imagináveis, o que a meu ver insere toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, numa rede de interlocução em constante fazer-se, um festival de volta ao lar de pródigos significados temporariamente extraviados, rede que abarca os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação. Além disso, à luz desses elementos, o horizonte social que Bakhtin leva em conta de modo algum se esgota no interdiscurso e no contexto imediato, material mesmo, da interação. Há assim uma primazia absoluta do *tema* com relação ao significado cristalizado, tanto na constituição do sentido como no próprio vir-a-ser do significado mais tarde cristalizado.

Ao falar de interação, como vimos, Bakhtin se refere a quatro níveis, dotados de diferentes graus de amplitude, todos eles necessariamente constitutivos, que aqui retomo com vistas a tratar da questão da gênese – ou formação –, dos discursos: o nível da interação verbal concreta, o nível do contexto imediato, o nível do contexto social propriamente dito, aquele que determina em termos conjunturais, culturais, e mesmo raciais, o modo de ser da interação e o nível do horizonte social e histórico mais amplo, que chega mesmo à relação entre *Zeitgeisten*. Trata-se de algo que confere ao conceito de interação do Círculo de Bakhtin uma amplitude que permite examinar de maneira mais aprofundada o caráter do discurso como irrupção do sentido, e que a meu ver permite dizer que, se pode haver discurso fundador, aqui entendido como a irrupção de um novo modo de recortar o mundo dado, nem por isso haveria sentido fundador, aqui entendido como um recorte estabilizado do mundo que precedesse o discurso, visto que a gênese dos discursos é o *locus* da gênese dos sentidos e não vice-versa – ou o próprio conceito de em enunciação perderia o sentido.

Pretendo dizer com isso que a idéia de “gênese” poderia dar a impressão de que haveria superfícies discursivas imediatamente acessíveis à análise e profundezas discursivas a que só se chegaria mediante um percurso que vai desta àquela, refazendo ao contrário o processo de produção de sentidos, e por ser isso tematizado, a meu ver polemicamente, nas atuais discussões sobre tendências de estudo da linguagem, notadamente no tocante à questão do gênero. Porque este, no âmbito da teoria bakhtiniana, também surge e se cristaliza, se transmuta etc. em relações interativas que vão desse nível imediato, considerado por praticamente todas as teorias da interação como a *interação*, a esse mediato, que abrange as temporalidades longas, residindo aqui um importante elemento de diferenciação entre as formulações do Círculo de Bakhtin e outras teorias da linguagem e do discurso.

Com as considerações aqui feitas, busco alcançar um duplo objetivo: discutir um aspecto de extrema relevância no âmbito de uma teoria enunciativa, e subsidiariamente destacar mais um ponto de convergência entre propostas das teorias que mobilizei. Por conseguinte, as considerações aqui feitas se fundam numa leitura bakhtiniana de formulações de Greimas acerca do percurso de geração do sentido e de Maingueneau, especificamente sobre “a gênese do discurso”, bem

como de discussões menos explícitas presentes à fragmentária obra do Círculo de Bakhtin, em particular as que se voltam para as relações entre universalidade (ou regularidade) e singularidade (ou novidade).

Maingueneau dá a meu ver, embora esse não seja seu “tema”, uma importante contribuição a essa questão, que por vezes se faz presente também em réplicas greimasianas a questionamentos sobre a pertinência de 3 níveis de análise na semiótica, bem como em várias discussões e problemas práticos vinculados com a textualização (a superfície) e a discursivização (a profundidade) na produção do sentido, que me parecem marcar empreendimentos de análise discursiva os mais diversos (e não importa aqui mencionar casos específicos, dado que me refiro a “tendências”).

O temor da superfície tem levado a teorias lingüísticas que buscam tanto o profundo que perdem de vista o concreto; e a exaltação da superfície tem gerado teorias lingüísticas que procuram tanto o concreto que perdem de vista o caráter simbólico da linguagem, suas configurações, e se propõem teorias sociológicas a que o lingüístico não se faz presente. O temor do evento que não se repete e cujo estudo, portanto, não seria “científico”, tem levado a teorias lingüísticas que só vêem as regularidades e perdem de vista as especificidades, impondo a metodologia ao objeto; o temor das estruturas que se repetem tem dado origem a teorias lingüísticas que só vêem as especificidades, renunciando ao dever de criar uma metodologia e parecendo supor que os objetos de estudo são coisas do mundo e não das teorias. O remédio para o temor da superfície é ver de frente o concreto, o próximo, sem renunciar à busca do profundo, do geral; nenhum método de estudo precisa ser uma camisa-de-força que despreza dimensões incômodas (ou mesmo “ridículas”) dos objetos.

Por outro lado, a exaltação da superfície é corrigida quando se considera que só se tem acesso a uma realidade segunda, aquela que criamos simbolicamente por meio da linguagem, e que essa criação não ocorre somente naquilo que vemos imediatamente. Combatemos o temor do evento que não se repete vendo o que há em comum entre todos os eventos que não se repetem e renunciando a uma visão de ciência que põe tudo num liquidificador do qual se espera que saia uma análise “perfeita”; o temor das estruturas que se repetem é vencido quando se aceita o desafio de constituir um objeto e criar um método que respeite as especificidades

sem deixar de perceber a existência de regularidades, dado que o mundo não é uma eterna novidade nem é o rigor metodológico algum mal em si.

Todos esses temores são legítimos e sobremodo relevantes, sendo porém incompreensível julgar que eles levam a propostas incompatíveis. Mas isso tem explicação: esses temores têm levado a propostas parciais que se apresentam como propostas totais, e que desprezam a complexidade tanto dos fenômenos como das teorias. Para um mundo complexo, teorias complexas — o que não deve ser confundido com a tentativa de criar uma teoria total, uma teoria de tudo, que a tudo explique e que tudo inclua. Brincar de Deus, como tem mostrado com muitos exemplos a história, é muito perigoso. Nem por isso se deve renunciar a certa unificação de vários exteriores teóricos naquilo que têm de complementares.

A necessidade de dar conta deste que julgo um dos problemas vitais dos estudos discursivos foi o que me levou a recorrer neste trabalho a conceitos de Maingueneau, de A. J. Greimas para subsidiar as teorias do Círculo de Bakhtin, lendo-os do ponto de vista de sua contribuição para uma teoria dos discursos e dos gêneros, naturalmente nos termos de minhas reflexões, de minha “posição enunciativa”. Feito o percurso dessa junção, há elementos para afirmar que o ponto de vista, teórico e prático, do empreendimento deve ser abrangente, mas a pretensão pouca. Ainda mais no terreno lingüístico, em que não se explicam, mas se descrevem coisas – e com base numa posição sempre parcial, que deve, longe de negada, escamoteada, ser não apenas reconhecida como também clara e livremente admitida: parto de x, com x métodos e x objetivos e construo o objeto x, que analiso de x maneira. Tanto posso dizer que o sujeito da enunciação se projeta em enunciador e enunciatário no enunciado como dizer que o locutor sempre fala a partir de sua relação com um interlocutor ou que ele busca criar um *ethos* e propor a adesão do interlocutor a uma dada comunidade discursiva, pois o que importa é reconhecer nos três casos que no discurso um e outro estão constitutivamente presentes. As diferenças metodológicas, o grau de especificação e o *locus* específico da produção de sentido são elementos que não impedem a convocação conjunta das teorias consideradas, dado que importa o que une, epistemologicamente, esses modos de cernir um dado objeto, bem como a coerência na construção e na análise do objeto da perspectiva de uma teoria enunciativa do discurso.

3.5 Gêneros Textuais ou Tipos de Textualização?

Falar de textualização, ou de textualidade, no sentido que pretendo dar ao termo, é remeter a um objeto, o texto, naturalmente, que pode ser abordado de 4 pontos de vista complementares, ainda que várias sejam as propostas que ficam a meio caminho entre esses níveis, que não apenas teóricos, mas da ordem do próprio objeto “texto”. Esses pontos de vista são

- (1) sua materialidade de seqüência organizada de sinais convencionais;
- (2) seu estatuto de espaço de articulação de elementos estritamente lingüísticos (que vão até o nível da frase e da junção de frases);
- (3) sua natureza de unidade estruturada de segmentos lingüístico-semióticos ligados à produção de um sentido que vai além da estruturação sintática das frases, sentido vinculado com os mecanismos de textura: a coesão, a coerência etc.;
- (4) seu estatuto de unidade potencial de sentido produzida - a partir das restrições do uso de sinais, da combinação de elementos lingüísticos e dos mecanismos de criação de textura etc. - por sujeitos concretos, objetivados, isto é, transformados em sujeitos de discurso, numa dada situação histórico-social que sempre vai além da interação imediata, visto que aí se faz presente a soma total das relações e vivências sociais dos envolvidos, incluindo sua consciência individual (que também é histórico-social, mas não menos individual), relações entre grupos, classes, culturas e mesmo épocas, o que envolve as várias mediações institucionais, informais, ou do cotidiano, e do âmbito formal, estatal e de outros tipos.

No primeiro caso, os sinais – também eles! - se organizam de maneiras social e historicamente condicionadas e, portanto, mutáveis, ainda que conservem ao longo do tempo certo núcleo básico necessário à compreensão e que reflete, refratando, o elemento mais constante da sociedade e da história, bem como dos sistemas humanos de simbolização. No segundo, a lingüística não textual, porém mesmo algumas vertentes textuais, identifica padrões de seleção e de combinação de morfemas, palavras e frases, e as combinações de frases são entendidas em

termos frasais ou no máximo transfrásticos, o que implica a manutenção da frase como unidade. .

No terceiro caso, há o que recebe o nome de “textura” - e estamos no plano de mecanismos como a coesão e a coerência textuais, etc., cuja consideração supera certas limitações da abordagem frasal, mas ainda não alcança a unidade de sentido do texto, mesmo quando têm cunho discursivo – e aqui critico várias teorias que, se incorporam algo chamado contexto, tomam-no como demasiado textual – ou demasiado sociológico – para dar conta da complexidade do fenômeno.

Da perspectiva de uma translingüística, todos os elementos considerados pelas outras três são considerados pertinentes e relevantes. Não obstante, essa perspectiva mostra que faltam a todos esses modos de ver a textualidade, o texto, dois elementos cruciais para o entendimento do processo de produção textual de sentido: em primeiro lugar, a situação de produção do texto, da textualidade, da superfície textual, no âmbito do enunciado, do discurso, e, em segundo, como consequência lógica, os interlocutores aí envolvidos em termos de suas interrelações sócio-historicamente possíveis.

Um texto é um objeto material que, ao ser tomado como o texto produzido por um sujeito, torna-se um enunciado, algo proferido em contexto. Logo, os sujeitos e os contextos se acham, nessas perspectivas aqui criticadas, subsumidos pelo texto, que se vê tomado praticamente como unidade autárquica transferível *in toto* de um conhecedor a um desconhecedor, um texto em que já há sentidos, não um texto como materialidade em que são criados sentidos a partir da discursivização, esta sim a instância plasmadora da transformação de frases em enunciados e da criação de grandes enunciados chamados textos, sempre no âmbito dos gêneros e de suas esferas.

Faço essas considerações para apontar que hoje, depois de tantos estudos de gênero, há casos de recuo histórico que levam algumas perspectivas para um momento anterior à postulação dos conceitos associados de “tipos de discurso” e “funcionamentos discursivos”, que têm em Maingueneau um importante desenvolvedor. A textualidade e a discursividade no âmbito de uma teoria bakhtiniana do gênero, de uma translingüística, são vistas em sua complexidade, sem se negar que o texto-objeto é a matéria de que são feitos os sonhos dos analistas.

Essa proximidade entre analista e objeto analisado – ou entre os interlocutores e o texto – faz por vezes que a textualidade, com todos os aspectos estudados pelas outras perspectivas, seja elevada ao estatuto de discurso e, mais do que isso, de gênero. E discurso e gênero se tornaram em alguns casos “tipos de texto”, perdendo-se com isso a flexibilidade dos chamados “funcionamentos discursivos”, conceito que procura (como já aponte: Sobral, 1982, 1999), dar conta das estratégias particulares que se manifestam nos discursos numa dada situação caracterizada pela natureza particular de um dado conjunto de práticas.

Não se postulam com a distinção “tipo de discurso”/“funcionamentos discursivos” estratégias-tipo nem isomorfismos estratégias-situações, ou texto-contexto, funções textuais-funções contextuais, termos e expressões que, embora explicáveis pelo *contexto* em que nascem as teorias que as propõem, acarretam o mais das vezes dificuldades metodológicas graves que acabam por diluir quase completamente a idéia de gênero. Pelo visto, o que está próximo (o texto) acaba por tornar-se tão invisível quanto o que parece distante (o gênero) quando se vêem esses dois planos como estando dissociados ou como se se identificassem.

A noção de “funcionamento discursivo”, fruto de uma etapa anterior ao conceito de gênero do Círculo (quer dizer, anterior porque este ainda não era conhecido), se refere à modulação da inserção do discurso em uma dada prática, inserção que lhe caracteriza o tipo. Isso implica afirmar que as particularidades dessa inserção determinam a estrutura argumentativa, as estratégias etc., do discurso, o que dá conta da dinâmica social, visto que a estrutura do discurso daí advinda varia segundo o modo particular de relacionamento dos vários condicionantes das práticas sociais, ideológicas e discursivas. Os “tipos de discurso” são entendidos como as formas de inserção (que não são apreendidas transparentemente) dos textos em determinadas práticas sociais ligadas a diferentes “regiões” ideológicas e, por conseguinte, aos aparelhos ideológicos (que nem sempre são “de Estado”, dado que nem toda instituição é parte do aparelho jurídico-político).

Essa inserção dá conta das condições de produção “em geral” dos discursos, visto que os aparelhos ideológicos atendem a demandas sociais especializadas, manifestas como contradições, de que decorrem as determinações “particulares” das práticas de produção/reprodução de sentido das formações ideológicas que participam da constituição das formações discursivas. Logo, a noção de tipo está

vinculada com a pertinência das formações discursivas às práticas sociais, sendo definida a partir da natureza particular dessas práticas. Não se trata evidentemente de uma proposta taxionômica – que sempre corre o risco do apagamento da especificidade – mas de uma definição voltada para a natureza e ação dos elementos relativos ao modo como os discursos podem inserir-se nas práticas sociais, o que implica considerar essa inserção não como algo dado de uma vez por todas, porém sujeita a variações na sociedade e na história.

Da perspectiva de uma proposta *translingüística* de estudo do gênero, todos os elementos considerados são pertinentes e relevantes. Não obstante, faltam a todos esses outros modos de ver a textualidade, o texto, dois elementos cruciais para o entendimento do processo de produção textual de sentido: em primeiro lugar, a situação de produção do texto, da textualidade, e, em segundo, os interlocutores aí envolvidos. Como os elementos considerados nas abordagens descritas não são capazes de explicar (nem é essa sua intenção, ou ao menos não deveria ser) por que um texto que parece dizer “o mesmo” pode produzir sentidos distintos daqueles que “seria de esperar”, caso o texto tivesse por si só coisas estabelecidas a dizer, o estudo do texto, da textualidade, da textualização, pelos mais diversos campos e com as mais sofisticadas metodologias, que o considerar apenas até o ponto do terceiro caso acima descrito, mesmo no âmbito de algumas lingüísticas textuais um tanto mais avançadas, explica o objeto aqui chamado de texto apenas de modo parcial, ainda que essa explicação parcial seja tanto legítima quanto fundamental para os estudos lingüísticos em seu sentido amplo e constituam um material auxiliar de estudos voltados para entender a complexidade do objeto chamado texto.

3.6 A fase parasitária do gênero de auto-ajuda: as estratégias de apropriação de gêneros por um gênero em formação

O levantamento dos vários elementos relevantes da esfera de produção, circulação e recepção (cf. capítulo 1 e 2 e, especialmente, 6 e 7) levou-me a arrolar dados que caracterizavam os textos de auto-ajuda em geral como gênero, o que tornava necessária uma análise que demonstrasse suas características genéricas e

seus principais discursos típicos. A base da teorização em que se insere a análise é a leitura atenta da distinção bakhtiniana entre forma de composição e forma arquitetônica em suas relações com a questão do gênero. Num primeiro momento de análise, percebendo que esses livros de auto-ajuda, que mais tarde classifiquei como “psico-espirituais”, remetiam a vários outros gêneros, científicos e religiosos/místicos, veio-me de súbito a idéia de que fossem exemplos de “parasitismo”: extrair vida da vida alheia! Mas dei-me conta de que não se tratava de mero parasitismo, mas de um processo dinâmico de apropriação, e passei a considerá-los um “gênero parasitÁRIO”, usando um termo que envolve atividade e duração. Vi-me mais tarde levado a falar desses livros como exemplares de uma “fase parasitária” do gênero de auto-ajuda (marcada por uma ênfase psico-espiritual), o que me parece descrever melhor a questão, dado que essa fase envolve, mais do que simplesmente um “estar vivendo por meio de”, um dinamismo que parece querer alterar o próprio “hospedeiro”, intra-genericamente, e com alterações no tempo (donde “fase”).

Com efeito, essa fase parece constituir uma maneira por assim dizer antropofágica, extremamente ativa, de ocupar o espaço discursivo dos gêneros parasitados, ou criar um espaço discursivo paralelo, alternativo, que envolve esforços de alteração ou de redefinição da esfera de produção, recepção e circulação, ou então de criação de uma esfera paralela/agregada, em todos os casos num esforço de afirmação que lembra um pouco as primeiras estratégias de consolidação, na modernidade, do discurso médico, por exemplo — que em seus primeiros momentos tinha algo de despersonalizador, mas ainda não chegara ao ponto de quase anulação da relação médico-paciente apontado por várias obras de Foucault e por Clavreul (1983) — em oposição ao que via como curandeirismo etc., e que era então a corrente principal da cura, um outro absoluto irreduzível a ser vencido absoluta e irreduzivelmente em nome da ciência. Mas o discurso médico tinha a seu favor, no processo de formação e consolidação, a instituição médica, fundada num ideal, que começava a ser socialmente aceito, de cientificidade, apoiado pelos governos, ao passo que eu não identificava os aliados do gênero de auto-ajuda no plano institucional principal, se é que os havia.

Esses elementos me levaram a pensar que talvez todo gênero, em seu processo de formação, ao buscar antecipar-se a dificuldades que mais tarde vai

enfrentar para sua consolidação, passa por uma fase “parasitária”, na qual, incorporando certos gêneros a partir dos quais se forma, e recusando outros gêneros que também lhe servem de base, parece hesitante e frágil precisamente porque, ao criar para si uma estrutura de superfície fechada, um arcabouço de afirmações indiscutíveis que revela o medo da recusa e a falta de condições de enfrentá-la caso ocorra, tem uma existência indefinida, ambivalente, sem definição “genérica”, precisando por isso manter uma permanente tensão interior, de modo implícito ou explícito, em maior ou menor grau. Nessa fase parasitária, os discursos/gêneros não refutariam diretamente os gêneros a que se opõem, nem se comprometeriam diretamente com aqueles que buscam incorporar para seus fins específicos.

A refutação de outras posições enunciativas seria indireta, por denegação (cf. AMORIM, 2003, para o uso do conceito de denegação no âmbito do discurso) isto é, uma negação implícita e não-assumida marcada pela afirmação do contrário ou do contraditório daqueles, sem com eles polemizar diretamente e sem mencioná-los diretamente, mas ressignificando-os mediante uma dialogização interior, ao mesmo tempo em que evitariam assumir compromissos claros com os discursos/gêneros que são por eles assimilados e reinterpretados em termos não opositivos. Ora, esse procedimento tornava esses discursos assimilados/contestados ainda mais presentes no gênero parasitário identificado, o que provava uma tese de Bakhtin acerca da polêmica oculta, e ao mesmo tempo fazia dos livros um excelente material de estudo sobre a formação de gêneros, que a meu ver ocorre no tempo longo: a irrupção, consolidação, morte etc. de gêneros é o ponto culminante de um processo, não o próprio processo.

Insisto na questão de “formação” porque, do ponto de vista bakhtiniano de estudo do gênero discursivo, a existência de uma multiplicidade de livros ditos de auto-ajuda não estabelece por si só a existência de um gênero de auto-ajuda: as autodesignações não podem ser o critério de um estudo. A pesquisa mostrou haver vários sentidos de “auto-ajuda”, bem como tanto livros genericamente de auto-ajuda que não são considerados de auto-ajuda como livros não considerados mas que na verdade o são. Há indícios de que tudo o que pareça aproximar-se de um recorte misterioso, místico, cósmico etc. da realidade, ou que problematize em alguma

medida a realidade em termos que tidos por idealistas, ilusórios, psicologizantes, individualistas, é considerado auto-ajuda.

Empenho-me assim em demonstrar neste trabalho que a vertente de auto-ajuda estudada não apenas retoma duas “tradições genéricas” norte-americanas globais de auto-ajuda como denega os gêneros a que se opõe e evita assumir compromissos claros com os gêneros assimilados, constituindo assim um exemplo de fase parasitária de gênero,. Os gêneros objeto de oposição são configurados como livros de aconselhamento da área médico-psiquiátrica e psicológica, livros de popularização de conhecimentos sobre a saúde e de manutenção da saúde, livros de aconselhamento religioso, de doutrina religiosa e de preceitos morais religiosos. Os principais gêneros objeto de assimilação estão configurados em obras advindas do pragmatismo norte-americano em sua versão popular e dos preceitos religiosos puritanos (ou com eles vinculadas de várias maneiras).

O que define a noção de “fase parasitária” é o fato de as próprias formas composicionais, de validação das relações interlocutivas, e em alguns casos, de textualização etc. e o tipo de recepção e circulação que o gênero em formação procura assegurar exibirem *tal* esforço de escamoteamento da presença tensa dos gêneros apropriados, por assimilação ou rejeição, *que* tornam patente a ambivalência de suas propostas de libertação dos sujeitos das profissões de ajuda, da “hetero-ajuda”, esfera ampla dos gêneros parasitados.

Trata-se, de um lado, de formas de interlocução que no fundo evitam assumir a autonomia e a responsabilidade na sociedade e na história, mas propõem que o leitor mude de interlocutores e continue a ouvir os “mesmos” enunciados, a estar presentes às “mesmas” enunciações, bem como a seguir os “mesmos” preceitos. Paradoxalmente, como tudo isso vem na forma de uma sobreposição de elementos fundada na denegação desses enunciados, dessas enunciações, desses preceitos e que, portanto, postula indireta ou veladamente alternativas às discursividades e genericidades parasitadas, torna-se presente uma proposta de formação de uma macro “comunidade discursiva” (Maingueneau), paradoxalmente pragmática e extra-social e extra-histórica, cosmicamente autônoma, que recusa uma ampla gama de presumidos sociais, bem como de formas de dizer neles fundadas e aceita outros tantos.

Assim, se de um lado os membros-leitores se acham submetidos aos membros-autores, como ocorre nos vários gêneros denegados, o fato de os livros da fase parasitária se proporem a transmitir, não conhecimentos especializados a leigos, mas a competência para que o leitor possa tornar-se tão competente quanto eles parece propor outro tipo de esfera de atividade no âmbito da(s) esfera(s) de atividade dos gêneros parasitados. Logo, os gêneros em formação em fase parasitária assimilam procedimentos composicionais etc. dos gêneros parasitados ao mesmo tempo em que negam a validade dos regimes enunciativos destes, ou, melhor dizendo, buscam ocupar parte das esferas denegadas a fim de propor uma nova esfera, uma esfera segunda – que a meu ver ainda não se definiu. Não há sentido em falar de “gênero parasitário”, dado que, num certo sentido, todo gênero em formação o seria, mas numa fase parasitária de um gênero em formação.

Em suma, a fase parasitária exhibe a presença de uma relação do gênero em formação com os gêneros que parasita marcada pela polêmica, mais do que velada, denegativa, e pela apropriação ambivalente, fundada na simulação (no sentido de Baudrillard) – e mesmo dissimulação – da “genericidade” dos gêneros parasitados. As características específicas que esse parasitarismo simulacral, e mesmo fantasmático, institui/admite na vertente estudada são a tentativa de legitimar a programação dos “pensamentos, palavras e atos” dos interlocutores para promover sua autonomia com relação a gêneros que são criticados por fazê-lo; a proposição de um *ethos* autoral de portadores de uma palavra de autoridade que é dissimulada pela proposição acompanhante de que o interlocutor pode apropriar-se desse saber e dessa competência. Além disso, a autopromoção do gênero como alternativa aos gêneros parasitados funda-se estranhamente na apropriação desses gêneros no que eles têm precisamente de programadores, ou seja, a crítica que lhes é feita encobre o uso das mesmas estratégias criticadas pelo gênero em fase parasitária, o que é explicável pela não consolidação como gênero, dado que um gênero formado o é mediante sua diferenciação de outros gêneros a partir dos quais tenha surgido, ou que tenha assimilado em sua formação, ainda que continue a exibir marcas daqueles.

Esse tipo de procedimento levanta a possibilidade de que todo gênero em formação, em seu confronto constitutivo da busca de ocupação do espaço discursivo dos gêneros a que se opõe e a que assimila, exhiba sempre uma fase parasitária

como um dos momentos de sua “batalha” contra os gêneros adversários, fase em que ainda não se distinguiram muito bem do “discurso primeiro” (Maingueneau) a que pretendem se sobrepor ou mesmo substituir, e que, assim sendo, haveria um momento em que o gênero em formação ainda não seria um gênero “segundo” com relação a gêneros “primeiros”, mas uma espécie de “buraco negro” que vai absorvendo vários gêneros que dele se aproxima ou de que ele se aproxima, mas sem por isso criar algo específico que deles se diferencie.

O gênero em fase parasitária é marcado, em conseqüência, por uma ambivalente e ambígua dialogização interna em que a negação de que nega, a modulação do confronto ao ponto do (aparente) desaparecimento de sua própria genericidade, a indefinição, portanto, entre negação e aceitação, criam uma permanente indefinição da identidade genérica, ainda que, paradoxalmente, ele seja definido o bastante para ser identificado como gênero em fase parasitária de formação! O fato de esse gênero em formação não provocar uma ruptura (assim como a institucionalização da medicina não substituiu a esfera do “curandeirismo”, nem, sequer em sua atual fase tecnicizante, a autocura e a automedicação, tão praticada no Brasil) dos gêneros a que se opõe e que assimila é mais um indicio de que, no universo do gênero, não ocorrem rupturas.

Do mesmo modo como as antigas antologias desapareceram como tais mas são hoje parte dos livros didáticos, que as absorveram à sua própria maneira, um gênero cuja unidade temática se voltava para a construção do caráter se torna parte de um gênero cuja unidade temática se volta para a formação da identidade em décadas recentes. Logo, o outro estava o tempo inteiro presente no mesmo (Maingueneau), e ainda que, trabalhando a partir de dentro, numa espécie de polêmica oculta, pareça romper o pacto enunciativo anterior, na verdade o reabsorve e lhe dá as feições tidas por adequadas ao novo recorte do mundo que a esfera em formação admite. A novidade absoluta no âmbito do gênero parece assim aproximar-se das utopias: para ser crível, o gênero novo tem de exhibir, tal como estas, um recorte concebível do mundo, e esse recorte não pode portanto trazer senão o conhecido, naturalmente sob nova roupagem, mas ainda assim conhecido, no sentido de concebível.

Esses elementos evocam a idéia de “socialização dos sentimentos” como única possibilidade de entendimento da obra poética (e as vanguardas mostram isso

ao ser rapidamente assimiladas) e da insistência de Bakhtin na idéia de que nada no mundo se realizou por completo. Só algo que se realizasse por completo poderia ser objeto de uma ruptura, a que se soma o fato de que o absolutamente individual não seria compreendido sequer por quem o sentisse, dado que, atravessado pelo outro, o sujeito não pode sentir aquilo que não tem como exprimir diante do outro de modo compreensível. Uma análise mais detida do surgimento de novas discursividades/genericidades, e mesmo de paradigmas, mostra que o que parece um momento de ruptura é tão somente o momento em que a mudança que já vinha ocorrendo se definiu a ponto de tornar-se visível, ou seja, é o ponto culminante de um processo que, de tão gradual, não era percebido até criar feição própria. Claro que o gênero em fase parasitária um dia terá sua própria arquitetônica, ou melhor, suas possibilidades arquitetônicas, mas em nenhum momento haverá a destruição da tradição genérica de que surgiu, por assimilação e/ou por confronto, mas sempre uma modificação desta que o acomoda nela. A continuidade está sempre presente na mudança, e esta não pode existir sem aquela, do mesmo modo como a diferença pressupõe alguma semelhança, porque, sem esta, haveria apenas incompatibilidade e, portanto, não haveria sentido.

Capítulo 4

Uma proposta de exame do discurso com os olhos do gênero

O gênero possui sua lógica orgânica, que em certo sentido pode ser entendida e criativamente dominada a partir de poucos protótipos ou até fragmentos de gênero. Mas a lógica do gênero não é uma lógica abstrata. Cada variedade nova, cada nova obra de um gênero sempre a generaliza de algum modo, contribui para o aperfeiçoamento da linguagem do gênero. Por isso é importante conhecer as possíveis fontes do gênero de um determinado autor, o clima do gênero literário em que se desenvolveu a sua criação. Quanto mais pleno e concreto for o nosso conhecimento das relações de gênero em um artista, tanto mais a fundo poderemos penetrar nas particularidades de sua forma do gênero e compreender mais corretamente a relação de reciprocidade entre a tradição e a novidade nessa forma.

BAKHTIN

4.1 Considerações Iniciais

Na análise aqui proposta, não há propriamente uma divisão em segmentos, dado que sugiro um modo de examinar aquilo que os textos indicam do gênero discursivo a que pertencem em termos de uma análise que busca apreender a totalidade do discurso dado. O estudo de livros em termos de gênero, como toda análise discursiva em termos bakhtinianos, requer uma análise comparativa de vários textos considerados de um dado gênero, porque o fato de um livro ser tido como livro de um dado gênero não diz por si de que gênero se trata. A comparação aqui feita envolve uma análise textual e uma análise discursiva, à luz da esfera de atividades em que se inserem os livros e da ação autoral arquitetônica, com ênfase na(s) relação(ões) enunciativa(s) dominante(s).

Como não há uma metodologia consolidada de análise do gênero, e menos ainda uma proposta que enfatize, como pretendi fazer, o aspecto arquitetônico de construção do discurso, fiz aqui uma aventura metodológica destinada precisamente

a propor uma metodologia de estudo do gênero que não o reduza ao texto nem ao discurso, mas os englobe do ponto de vista do gênero em vez de considerar que o gênero é simplesmente pressuposto. O texto exibe indícios de gênero de modo imediato, mas não de maneira transparente, e a discursividade é uma mediação constitutiva entre gênero e texto, texto e gênero.

No caso de meu objeto, eu dispunha de 4 livros designados por uma coletividade de leitores, editores, meios de comunicação etc. como “livros de auto-ajuda”, mas essa designação nada me diz do gênero desses livros, indicando no máximo que esses livros propõem, ou se enquadram em, algo chamado por essa coletividade de “auto-ajuda”. Verificando que há uma variedade de livros assim designados, busquei determinar o que há de comum entre eles, em vez de considerar todos os textos assim designados membros de um gênero chamado “auto-ajuda”. Uma pergunta que me ocorreu foi, por conseguinte, “o que se designa por auto-ajuda”? A pesquisa me mostrou que havia vários sentidos de “auto-ajuda”, não simplesmente nos livros assim designados, mas na esfera de atividades desses livros.

Para verificar de que gênero se trata, caso haja um gênero, tenho de considerar o tema, as formas de composição e o estilo (de gênero e de autor) de cada livro, como de costume, mas o faço nos termos do(s) projeto(s) arquitetônico(s) nele identificáveis, advindos do trabalho autoral (e os editores e redatores de casas publicadoras são parte desse trabalho autoral) bem como de sua unidade temática de gênero e de sua discursividade no âmbito de sua esfera. Proponho uma análise em 3 etapas, e por meio de 3 procedimentos. Essas etapas e procedimentos são seguidos no levantamento das macro-marcas de gênero na ordem em que são apresentadas, mas a análise resultante não os apresenta passo a passo, dado que isso provocaria a fragmentação do discurso. A análise aqui apresentada busca verificar como “textualizações” distintas realizam um mesmo gênero, ou seja, de que maneira, no âmbito de uma dada arquitetônica, formas de composição distintas podem estar a serviço de uma mesma generificação, com ênfase na questão da unidade temática e da entoação avaliativa, base do trabalho autoral arquitetônico.

Apresento aqui apenas uma amostra da análise dos 4 livros, tendo por objeto específico as capas e contracapas. Essa amostra é parte de uma análise que leva em conta os vários elementos da esfera de atividades que levantei e o estudo de

cada livro *como um todo*, bem como a *comparação entre os 4 livros como um todo*. Considero as capas e contracapas em sua natureza verbo-visual, detendo-me mais em seu aspecto verbal por questões práticas. Aplico à análise dos dois aspectos os princípios da análise de discurso bakhtiniana, e recorro ainda, embora sem aplicar diretamente, aos princípios da semiótica visual greimasiana, que sintetizo adiante. O objetivo da análise não é apresentar uma radiografia dos quatro livros, mas apreender um momento privilegiado da formação de um gênero (que ocorre no tempo longo) mediante uma metodologia de análise que integre os vários elementos envolvidos.

Um motivo adicional, mas não menos importante, vem de uma inquietação minha com o fato de capas de livros, de revistas etc. virem sendo estudadas como se fossem gêneros discursivos isolados daquilo *de que* são capas. Um levantamento de “cenografias” de capas que as tome como capas *de alguma coisa* é um legítimo procedimento auxiliar de uma análise de gênero discursivo, mas um estudo que as tome isoladamente, como “gênero textual” desvinculada do todo de que são parte contribui a meu ver para criar dificuldades conceituais e procedimentais.

A análise das capas e contracapas constitui uma demonstração de uma dada metodologia de comparação de “espécies” de discurso consideradas de um mesmo “gênero”. Sua escolha se deve tanto à importância específica que têm as capas e contracapas dos livros de auto-ajuda (algo que SIMONDS, 1992 a meu ver demonstrou) e dos livros em geral, como à necessidade de aplicar a metodologia proposta a uma parcela manejável do *corpus*, ainda que levando-o em conta como um todo. Por outro lado, isso evita a ênfase numa análise quantitativa que, se tem seus méritos, e que foi feita de modo não sistemático, dado que examinei inúmeros livros ditos de auto-ajuda, não é parte de meus objetivos.

Apresento a seguir, antes da análise, por uma questão de coerência, uma síntese dos princípios da semiótica visual de Greimas. Não a incluí ao falar de outros aspectos da proposta desse autor por julgar mais oportuno fazê-la preceder a análise. Alerto que levo esses princípios em conta em termos da unidade que analiso, sem no entanto fazer deles uma aplicação estrita.

4.2 Princípios de Semiótica Visual

Dado o caráter sincrético das capas dos livros, ou seja, sua natureza verbo-visual, é oportuno recorrer a elementos de análises de discursos visuais, algo que não há nas obras do Círculo, ainda que existam princípios de estudo da produção de sentido que sustentam uma extensão das propostas a discursos visuais. Não se trata de enxertar um dado modo de ver o discurso visual num trabalho bakhtiniano, mas de recorrer a elementos de uma teoria que, como julgo ter demonstrado, é compatível em vários aspectos relevantes com as do Círculo, para abordar meu material com maior segurança. Em suma, embora faça uma análise bakhtiniana das capas, inspirando-me em, e recorrendo a, diversos trabalhos de Brait que tomam discursos verbo-visuais como objeto, também levo em conta a rica contribuição específica da semiótica greimasiana ao estudo de discursos visuais.

O texto fundador da semiótica visual de Greimas é "Semiótica Plástica e Semiótica Figurativa" (1984), de que dou aqui breve notícia. Greimas apresenta ali uma concepção dinâmica do "crivo de leitura" que a semiótica institui para lidar com o texto visual, e o trânsito, tenso e complexo, entre significados e significantes e, sua superfície, movimento que chama a atenção ao mesmo tempo tanto para o significante como para o significado, que, *em sua junção*, são entendidos como traços maleáveis da superfície visual a serviço dos planos do plástico e do figurativo, de cuja interação nasce o sentido do texto visual.

Com seu suporte de natureza planar, esse tipo de texto traz para o centro da análise semiótica não só a identificação dos regimes de visão, ou de visibilidade, como o eterno problema da representação. A representação no texto plástico produz uma acentuada redução: para que "traços do mundo" sejam no máximo "identificáveis como figuras, mas não reconhecíveis como objetos do mundo", o texto plástico reduz o universo dos sentidos ao estritamente visual – e portanto "imitável, ao mesmo tempo em que, dada "sua profundidade inteiramente plena de volumes", reduz a extensão a suas propriedades planares (GREIMAS, Op. cit., p. 23).

O olhar do observador, seu "ponto de vista", gera um "crivo de leitura" que dá a figuras abstratas o estatuto de objetos e institui uma "leitura humana do mundo", não o acesso ao mundo *per se*. De cunho semântico, esse crivo de leitura transforma as figuras visuais em "signos-objetos", isto é, dando a "formantes

figurativos" o caráter de "feixes de traços visuais", o que os dota de significado (26). Abordando a *leitura figurativa* dos objetos visuais, a questão da iconização e da abstração, partes de um gradiente de figuratividade, Greimas parte da idéia de que "o olhar nunca é ingênuo nem a intuição jamais pura" a fim de propor que

- o objeto planar produz efeitos de sentido por ser ele mesmo um objeto significante;
- a superfície material do texto plástico manifesta um significante, articulando-se internamente, portanto, como "possibilidade de significar";
- o objeto só vem a existir por meio de sua análise (eis o "postulado da operatividade"(Id., p. 30-31).

Greimas propõe três categorias de análise (p. 32 ss): as *topológicas*, que dão conta do ato de circunscrever, de delimitar, o objeto, de distingui-lo daquilo que ele não é; as *cromáticas*, que se referem às cores presentes ao objeto; e as *eidéticas*, relativas ao *eidos*, à forma identificável que nele podemos encontrar. A distinção entre estas últimas não está, alerta o autor, na materialidade do significante, mas "em sua *apreensão relacional*". E os termos, ao ser tomados como unidade, supõem uma dupla apreensão: como unidade discreta, por se distinguir do seu entorno, e como unidade integral, porque individuada.

4.3 A especificidade das capas e contracapas dos livros de auto-ajuda

A questão das capas dos livros de auto-ajuda norte-americanos foi objeto de parte da análise feita por SIMONDS (1992), da perspectiva da teoria feminista norte-americana e dos estudos culturais críticos, do ponto de vista da relação entre as mulheres e o que ela denomina "cultura da auto-ajuda". Simonds afirma, pura e simplesmente (p. 136), que "as capas destinam-se a vender livros", dado que "as pessoas julgam *efetivamente* os livros por suas capas". (Observe-se que, ao falar de capa, ela se refere a capa e contracapa.) Para SIMONDS,

Talvez mais do que todo outro gênero literário, os livros de auto-ajuda apresentam capas que pretendem atrair, pretendem vender. Os títulos vêm em letras grandes e destacadas. Incluem em geral amplos anúncios acerca do conteúdo, que prometem ao leitor potencial várias melhorias de vida. Se os autores são bem-conhecidos, seu nome é apresentado em destaque, e, em todos os casos, se o autor for titular de algum grau acadêmico avançado, esse dado é incluído” (Ibid.)

Meu exame revela, como se vai ver, a presença desses elementos nos livros em estudo, havendo indicações de que se pretende de fato, por meio de seu uso, apresentar a proposta do livro e o autor a fim de vendê-los a partir das expectativas criadas com as “soluções” apresentadas, mas mostra que há mais do que isso em jogo. Outro elemento que considero é a enorme concorrência que há nesse segmento livreiro, o que a meu ver induz ao uso das mais diversas estratégias de venda.

As capas e contracapas das edições em português que examino são criadas pelas editoras brasileiras que as publicam, não se tratando de cópias do aspecto gráfico das originais com a tradução dos textos para o português, ainda que possa haver, digamos, alusões a alguns de seus aspectos. Isso tem evidentemente explicação cultural: o público norte-americano, ou inglês, etc., não é o mesmo que o brasileiro, e o que é argumento de vendas deve evidentemente variar. Isso me parece uma interessante contradição dos livros de auto-ajuda, que propõem a total igualdade cósmica entre as pessoas do mundo, mas requerem distintas estratégias de *marketing* para vender a diferentes públicos de distintos países. Além disso, há o que se pode chamar de “estilo” de capas de cada editora, e mesmo de coleções distintas numa mesma editora, o que se reflete em sua maneira de criar esses componentes dos livros; a observação dos 4 livros examinados à luz de outros tantos da mesma editora e de outras editoras que publicam o mesmo tipo de livros revela que, além de uma possível regra relativa ao livros de auto-ajuda, há ainda os padrões seguidos pelas editoras. Apresento aqui (Anexo I) as capas originais e as brasileiras para sugerir os distintos públicos a que se destinam, ainda que não seja parte de minha análise uma comparação mais aprofundada.

Parto do particular (o dado) para o geral (o postulado a ser descoberto) e a contextualização é feita de maneira integrada, isto é, leva em conta os 4 livros objeto de análise, remete ao intertexto/interdiscurso/intergênero ou a informações empíricas de acordo com os “movimentos” de cada texto examinado e de todos os textos examinados. O exame das capas e contracapas de cada livro é retomado no exame dos outros, o que a apresentação feita aqui reflete apenas parcialmente, por ser antes o resultado do que o processo. Começo pelo livro cuja capa e contracapa apresentam a meu ver mais estratégias de validação do autor e da proposta do livro (YOUNG-SOWERS), passo a dois outros mais parecidos entre si, o primeiro britânico (COOPER) e, o segundo, norte-americano (BRO e BRO), e termino com outro que se distingue dos demais por trazer na contracapa descrições “indiretas” do livro e a qualificação deste e da autora na forma de comentários de outros autores, à feição dos livros acadêmicos modernos (BORYSENKO).

Abordo a função da capa e da contracapa como o “cartão de visitas” ou “espelho temático” dos livros. Nesse sentido, não se pode perder a oportunidade de chamar a atenção para as possíveis variações de sentido advindas da diferença entre a relação com o comprador potencial do livro, que a capa e a contracapa visam a atrair, e com aquele que já o comprou. As estratégias de organização da capa e da contracapa como um todo e dos textos verbais que as compõem em particular têm assim, a meu ver, caráter avaliativo no sentido de Bakhtin, buscando despertar o interesse do possível comprador por meio de uma tentativa de refutar suas possíveis objeções à abordagem específica do livro (o que mostra que essas objeções estão integradas ao livro) a fim de levá-lo a comprar, mas também reforça a “adesão inicial” do leitor “já interessado”. Pode-se perceber, examinando-se o “miolo” dos livros, que as possíveis resistências ulteriores do interlocutor são por assim dizer combatidas, entre outros recursos, por meio de uma dada organização dos capítulos e das seções dos capítulos, e de uma dada organização das partes introdutórias, marcadas em alguns casos por propor ações concretas em vez apresentar uma descrição das propostas. Um exame desse tipo me parece levar a uma visão integradora dos textos, requerida pelo conceito de gênero, que não perde de vista os detalhes relevantes, e as dominantes interlocutivas que são sua base. O exame das capas apresenta uma amostra da análise a que submeti os livros como um todo.

A capa e a contracapa são consideradas aqui, obviamente, uma totalidade em que o visual e o verbal se constituem mutuamente, como componentes de um mesmo todo, a “face” exterior do livro, dado que a capa é a primeira parte a ser vista pelo candidato a leitor, a contracapa é quase sempre vista de modo detido, logo depois de se olhar a capa, e folhear o livro e passar os olhos pelo sumário são em geral ações realizadas com maior rapidez do que no caso da capa e da contracapa, que existem para se fazer visíveis e, assim, tornar visível o livro de que são capa-contracapa, ou seja, tomo a capa e a contracapa como membros de um componente inalienável do livro dotado de uma dada cenografia (o que não se confunde com gênero) sujeita a certas variações, não como todos em si, exceto no sentido de que formam de fato um todo, mas sempre como subunidade do livro de que são capa e contracapa. Logo, a capa e a contracapa são “finalizadas”, no sentido de que são uma capa e uma contracapa que mantêm suas características, mas não “acabadas”, no sentido de autônomas com relação ao livro de que fazem parte: capa e contracapa são sempre “de” alguma coisa, não sendo portanto gêneros.

Minha hipótese de leitura é a de que, no âmbito de uma dada cenografia, no caso, de capas e contracapas, sujeita a variações que em geral não lhe alteram a essência (ou teríamos outra cenografia), é proposto ao interlocutor um contrato específico de interpretação, de avaliação, que o convida a tornar-se membro de uma dada comunidade discursiva ao aceitar como sua a avaliação que o locutor faz de um dado objeto. Claro que um possível leitor que já seja adepto dessa interpretação, ou dessa comunidade, vai aceitar mais prontamente a proposta específica de um dado livro. Alerto que o primeiro livro a ser examinado vai merecer, dada sua especificidade, um tratamento mais exaustivo, e que alguns dos elementos arrolados a seu respeito vão ser mais tarde comparados, sem ser necessariamente retomados, com os dos outros 3.

Destaco que, dos quatro livros estudados, apenas *Crise Espiritual* apresenta na contracapa um currículo do autor com grande detalhamento; *A Força da Paz Interior* mistura o currículo com a apresentação do livro, o mesmo ocorrendo com *O Crescimento Através da Crise Pessoal* (que traz um interessante trecho “*ético*”, de autoria do prefaciador: “os autores... são excepcionalmente bem qualificados”); *Na Plenitude da Alma*, cuja autora é Ph.D. (lembremos SIMONDS, 1992), segue uma das cenografias costumeiras de contracapas de livros acadêmicos, as avaliações

dos pares, mas seu livro, naturalmente, *não é acadêmico*, ainda que, além disso, ela se proponha a usar conceitos e procedimentos científicos, chegando mesmo a encetar uma rápida discussão “teórica”.

Antes de tudo, descrevo de modo sumário os “percursos” que os livros examinados propõem, retomando termos e expressões contidos nos próprios livros, a fim de dar indicações sobre a unidade temática de cada livro e mostrar o que nela há de semelhante de livro para livro. A opção pela descrição dos percursos pode evocar a estratégia pós-moderna e desconstrucionista de indiferenciação entre o discurso analisado e o discurso de análise, de que posso ser acusado porque incorporo trechos de títulos dos capítulos ou partes dos livros analisados. Meu objetivo foi precisamente tentar mostrar que é possível usar esse recurso sem cair nisso que é a meu ver uma confusão entre a linguagem do objeto e a linguagem da teoria, dado que há razões precisamente para evitar essa mescla indistinta – existente inclusive em abordagens pretensamente histórico-sociais de obras literárias, que o mais das vezes são análises de conteúdos ideológicos que não dão conta da especificidade da forma do conteúdo do discurso de que dizem ocupar-se. O propósito dessas descrições do “percurso temático” é tornar compreensíveis algumas das observações feitas acerca das capas sem precisar pôr em anexo os 4 livros ou remeter a cada parte sua a cada momento. Porque a análise das capas não foi feita isoladamente, mas levando em conta os livros como um todo, e o tratamento que lhes dou aqui é uma amostra do exame genérico dos livros como um todo. Essa técnica, cansativa e exaustiva, atende ao objetivo de provar que distintas textualizações podem estar a serviço de uma mesma discursivização e uma mesma generificação.

Eis as descrições:

Crise Espiritual: do “Confiar na Mudança” à “Construção do Futuro”

A partir da proposta de que, nas atuais condições gerais de *crise* espiritual, há uma *mudança* a ser feita, e de que é preciso confiar nessa mudança, aceitando-a - o que envolve uma ação do leitor de cunho mais propriamente “passivo” do que “ativo” - o livro apresenta ao leitor uma seqüência de ações ao final da qual o leitor vai ser capaz de construir ativamente seu próprio futuro e o de outras pessoas.

A Força da Paz Interior: da “Esperança” à “Grande Ligação”

A partir da proposição de que há esperança de *mudança* de uma situação caracterizada como *negativa*, o livro exhibe uma seqüência que propõe ao final que o leitor aceite ativamente sua condição de parte de uma totalidade integrada que envolve todas as coisas e todos os seres, estando essas sugestões voltadas igualmente para uma espécie de construção do *futuro*.

O Crescimento Através da Crise Pessoal: da “Relação com a Crise” à “Relação Consigo Mesmo”

A partir da proposta de que há uma situação *negativa* que é preciso aceitar, o livro segue uma seqüência que propõe ao final que o leitor se relacione consigo mesmo de uma nova maneira a fim de *solucionar* a suposta *crise*, de um modo que mais uma vez aponta para a construção do *futuro*.

Na Plenitude da Alma: do “Amor” às “Luzes Noturnas”

A partir da proposta de que há uma situação *negativa* que pode ser *alterada* com base numa nova maneira de ver o amor, fundada em estudos ditos científicos, o livro segue uma seqüência que propõe ao final, em termos metafóricos, que o leitor se relacione consigo mesmo de uma nova maneira, depois de passar pelo “fogo da transformação”, o que envolve o reconhecimento de uma realidade “mais ampla”. A proposta é feita de um modo que também aponta para a construção do *futuro*.

Apresento a seguir o exame do conjunto capa-contracapa de cada livro, entendido aqui como o “espelho temático” deste. Início a análise por *Crise Espiritual* (YOUNG-SOWERS). Faço comparações entre as várias capas-contracapas e, no final, tento reunir os elementos que têm em comum e que saio distintos entre si. As diversas capas estão reproduzidas no Anexo 1.

4.3.1 Capa e contracapa de *Crise Espiritual*

O livro é de fácil manuseio, sendo pouco maior que um livro de bolso (ou de bolsa). São suas dimensões: 14 centímetros de largura por 21 de altura, um tamanho médio na esfera editorial, porém um pouco maior do que as capas dos 3 outros livros estudados. A capa dessa edição brasileira de que nos ocupamos tem um fundo de cor púrpura cardinalícia, o que a literatura mística associa com a religião (cardeais, sacerdotes), com o mistério (a indistinção do púrpura) – e temos aqui uma primeira interpelação enunciativa, um “contrato fiduciário” ao público a que se dirige o livro e, portanto, uma indicação da “esfera”: só “conhecedores” (porém analistas igualmente) podem identificar essa “alusão”, o que não a impede de ser produtora de sentido.

Há ao redor da parte em que se acham os trechos de texto, que estão centralizados, uma moldura fina de cor branca de parte superior aberta que traz um corte na parte inferior, no centro, onde se acha o nome da editora, “CULTRIX”. Essa moldura ocupa, assim, as partes inferior, esquerda e direita da capa, no interior do fundo púrpura, o que cria uma continuidade com a sugestão de “recipiente” vinda de um desenho reproduzido da capa. Este começa no alto da capa, ocupando-lhe quase todo o espaço, e chega a um ponto além da metade desta, em azul escuro quase roxo, outra nuance cromática que a literatura mística associa ao campo semântico do misterioso; lembra um recipiente com a boca voltada para cima, o que remete, de um lado, à tradição do Graal (ainda que o “cálice” no caso esteja sem base) e, do outro, à alquimia, em que os elementos químicos são misturados num cadinho (embora a superfície inferior do recipiente contido na capa não lhe permita ficar “de pé” como um cadinho). O conjunto desses elementos remete portanto à esfera do misticismo, se assim se pode dizer.

Observa-se que essa parte azul-roxa contém o nome da autora (caixa alta e baixa, em itálico, na cor branca), o título (grandes letras amarelas maiúsculas) e o subtítulo (caixa alta e baixa, centralizadas quase na base do “recipiente”, em três linhas, letras brancas menores), e que a parte inferior do “cálice” parece “apontar” para o segmento textual que vem logo antes do nome da editora, ocupando o final da capa entre as extremidades do fio, cortado para esse fim. A capa do *original em*

inglês tem fundo claro, traz o título em letras garrafais, seguido em ordem descendente do subtítulo e do nome da autora. Apresenta uma estilização da parte central de um famoso fragmento do painel do teto da Capela Sistina, “A Criação do Homem” (1511-12), de Michelangelo. Não traz nenhum trecho descritivo. Observe-se ainda que a alusão cromática a textos esotéricos, etc., da edição em português, associa-se igualmente ao fato de a casa editorial Pensamento (hoje, em alguns livros, Pensamento-Cultrix) publicar livros esotéricos há vários anos. A capa se dirige assim, obviamente, a um dado segmento do público brasileiro sensível a esse apelo, o que constitui mais uma macro-marca de gênero.

A capa brasileira traz, em seqüência descendente, o nome da autora, em itálico e na cor branca; o título, em letras cerca de cinco vezes maiores que as dos outros segmentos textuais, e na cor amarela — “crise” está sobre “espiritual”; o subtítulo, em letras brancas, em itálico, que se compõe de três linhas, a saber, “O verdadeiro significado”, “das perdas, das enfermidades” e “e dos sofrimentos da vida”, o que mantém a simetria entre as linhas. Alguns centímetros abaixo da parte azul-roxa, centralizado, em letras amarelas, temos o referido texto alusivo ao título e ao subtítulo e que remete à contracapa. São cinco linhas, quatro de comprimento simétrico e a quinta centralizada com relação àquelas. Essas linhas se acham relacionadas a seguir, na ordem em que aparecem na capa. Um pouco abaixo desse trecho vem o nome da editora, cuja disposição já foi descrita; as letras são amarelas e só a inicial do nome “CULTRIX” está em maiúsculas. Em termos da capa como um todo, os vários componentes textuais ocupam o centro da página e o foco da visão — o que é parte da cenografia cristalizada de capas de livros. Essa cenografia apresenta como elementos *fixos* o nome do autor, de modo geral na parte superior da capa; o título do livro vem em seguida, e o nome da editora vem na parte inferior. A centralização dos segmentos textuais é a disposição costumeira. O subtítulo e eventuais trechos descritivos do livro ou transcritos do próprio são, na prática brasileira, opcionais, mesmo quando o livro traz um subtítulo. O título, “*CRISE ESPIRITUAL*”, e o subtítulo, “*O verdadeiro significado / das perdas, das enfermidades / e dos sofrimentos da vida*”, formam por definição uma unidade, devendo portanto ser examinados em conjunto na etapa anterior à análise mais geral da capa. Há além disso, com eu disse, na parte inferior da capa, um trecho que constitui uma espécie de segmento-síntese do livro como um todo, formando esse

segmento, ao lado do título e do subtítulo, a unidade maior *capa* no que se refere à parte “explicativa” do texto verbal. Trata-se do trecho abaixo, reproduzido tal como se apresenta na capa, e que é igualmente, noutra disposição, como será analisado, parte da contracapa:

*Nossa habilidade para curar a nós mesmos
depende do nosso equilíbrio espiritual e
do modo como usamos o amor para vencer
nossos desafios. O amor é mais que uma
emoção: é a energia que cura.*

Esse trecho é apresentado aqui com uma inversão dos períodos que o compõem na contracapa, criando a meu ver outros efeitos de sentido: na contracapa, ao contrário da capa, esse trecho traz o período “O amor... cura” antes do outro período (“Nossa...desafios”). Verifica-se na capa uma estrutura textual que parece voltada para refutar por antecipação, de modo reforçado no segmento final, mas já no subtítulo, eventuais restrições feitas à proposta básica do livro quando do contato inicial do interlocutor, na condição de possível comprador do livro, com a capa. Num exame que se pretende minucioso, mas não exaustivo, faço as considerações a seguir.

O título apresenta um estado presumido como negativo — “crise” — modulado pelo atributo “espiritual”. Trata-se, pois, de uma crise específica e não de qualquer crise. À guisa de explicação do “diagnóstico” feito, vem o segmento formado pelo subtítulo, no qual se destaca a modulação do seu principal elemento, “significado”, pelo atributo “verdadeiro”, e que incide sobre outros elementos negativos mais definidos do que “crise”: perdas, enfermidades, sofrimentos da vida, o que une portanto o material com o espiritual. Observa-se que esses elementos são apresentados, por meio de “da vida”, como típicos, comuns, corriqueiros. Vemos no subtítulo o primeiro movimento de uma refutação de objeções: se eventualmente discorda do diagnóstico — a existência de uma “crise” de cunho “espiritual” e não de outra natureza —, o interlocutor o faz, pelo que o texto permite dizer, porque não conhece o “verdadeiro” significado dos “sintomas”, o que presume que, se eles tiverem mais de um significado, só o apresentado pelo locutor é verdadeiro. Temos

aí uma entoação avaliativa interincompreensiva das bases da proposição do contrato fiduciário.

Os “sintomas” da crise vêm a seguir. Os locutores (o enunciador é a editora, mas são locutores a editora e a autora) afirmam no título que há uma situação negativa de um dado tipo e explicam essa sua asserção por meio do subtítulo, que refuta eventuais objeções ao ser modulado numa dada direção, a da existência de um “significado verdadeiro” para certos presumidos, conhecidos pelo locutor, mas que o interlocutor pode não conhecer com o mesmo sentido que o locutor propõe, o que motiva a explicação da parte da “autoridade” que é o locutor. O uso de “verdadeiro” como recurso de contestação é bem comum em discursos que têm por objeto questões polêmicas ou que abordam assuntos de maneira polêmica, como é o caso deste, o que se é claramente comprovado no segmento adicional. Propor “amor” como “energia de cura”, tendo em vista a concepção típica do amor no mundo ocidental, propõe uma entoação avaliativa específica que requer explicação, defesa etc., não do ponto de vista do texto, mas do discurso e do gênero, o que está centrado no tipo de relação interlocutiva proposta: o locutor se diz alguém capaz de transmitir um saber e uma competência, a autocura, a partir de determinados elementos e procedimentos.

A unidade temática do gênero, que gira em torno do valor “autocura”, está vinculada com o *tópico* “o amor como energia de cura”, algo que se opõe a um dado presumido (relativo ao amor e à cura e, mais do que isso, à sua junção nos termos desse discurso), e requer o uso de uma expressão compatível, no caso, “Crise Espiritual”, para dar sentido a essa proposta. O “valor” desse título é explicado por um dado segmento textual, no caso, “*O verdadeiro significado das perdas, das enfermidades e dos sofrimentos da vida*”. “Verdadeiro significado” retoma obviamente “Crise Espiritual” e redefine a “causa” “das perdas, das enfermidades e dos sofrimentos da vida”, o que leva o discurso a se opor a outras valorações dos elementos mobilizados. Nesse sentido, o trecho adicional que vem na parte inferior da capa, um recurso presente a alguns livros, parte opcional da cenografia típica das capas de livro, vem em favor dessa oposição: ele apresenta os elementos básicos que sustentam a proposta temática, a autocura, nos termos específicos do tópico do livro cuja discursivização é mobilizada pelo gênero, o que determina a escolha de uma dada textualização.

No segmento complementar, há o pressuposto de que um “nós” inclusivo (com que o locutor já inclui o interlocutor no âmbito dos sujeitos dotados de uma dada comunidade de interpretação, dotada de uma dada competência) que pode curar a si mesmo, associado ao implícito /precisamos de cura (porque) estamos em crise espiritual/ e que retoma os referidos “sintomas”. Isso reforça a evocação denegada do discurso médico em geral (cura) e mesmo do discurso da religião (cura espiritual) e indica que o livro se pretende propositor de uma terapia, de um remédio, mas que não tem a mesma natureza dos remédios da medicina, dado ser de cunho espiritual, mas que também não é religioso. Num só movimento, busca-se redefinir os presumidos sobre o amor, sobre a doença, sobre a cura, sobre a espiritualidade e seus benefícios em sua vertente religiosa a fim de propor uma nova avaliação de tudo isso. Não há menção explícita à medicina nem à religião, mas, para ficar num indício, “verdadeiro”, modificando “significado” serve para sugerir que o diagnóstico e a prescrição médicos e religiosos são falsos!

Fica evidenciado aqui que essa competência, cuja obtenção é apresentada como meta do interlocutor, é concebida como algo que (apesar do “nós” inclusivo) só será transmitido integralmente ao sujeito que passar pelas “provas” apresentadas pelo locutor como necessárias. Observa-se que o locutor se propõe como doador dessa competência, algo que, como veremos, interfere na composição da contracapa, e que ele propõe ao interlocutor uma modificação de condição, a passagem de alguém potencialmente capaz de exercer essa habilidade a alguém que de fato a exerce. O convite fiduciário se reforça: “junte-se a nós”, e, portanto, “afaste-se deles”.

Associam-se aí alguns valores apresentados como positivos, o que dá uma inflexão específica ao “diagnóstico”: há uma dada situação negativa que tem determinados atributos, e cuja resolução depende do entendimento do “verdadeiro” significado de certos elementos e de ações determinadas (ter “equilíbrio espiritual” e “usar o amor”); o interlocutor pode se tornar capaz de superar essa situação, mas só se adquirir as competências x e y, que permitem realizar z, que é portanto a condição de possibilidade dessa superação. Isso prepara o interlocutor para a proposição de um novo valor, sobreposto àquele que é objeto de uma concessão, e que é vital para a proposição desse segundo sentido, para “amor”: o de “a energia de cura”, diferente de “emoção”, mas não oposto a esse sentido, dado que é “mais

do que uma emoção” (e aqui uno na análise genérica elementos do discurso e elementos do texto, numa sobreposição que alertei que vai necessariamente ocorrer).

O sentido atribuído pelo locutor inclui o que o interlocutor presumivelmente conhece, ao mesmo tempo em que, nos termos do locutor, o ultrapassa. Ou seja, não se nega o sentido do senso comum que tem “amor”, mas acrescenta-se a ele um novo atributo. Temos aqui o valor para o qual convergem todos os segmentos precedentes, e que vai nortear igualmente o desenrolar do livro. Logo, o modelo médico parece receber aqui uma sutil contestação: a “doença” é concebida em termos não corporais e não psíquicos. Essa contestação não é clara – e aqui entram elementos empíricos relativos à esfera de atividades – devido à dificuldade de contestar em nossos dias o caráter científico da medicina, além da necessidade de evitar a aplicação de leis como as que proíbem o abuso da fé e que têm levado alguns livros de auto-ajuda a fazer afirmações que deixem claro não estarem se propondo a substituir os tratamentos médicos “tradicionais” da medicina científica. Não obstante, ainda é a autocura que o livro propõe.

Observa-se que /amor/, tal como definido pelo locutor, se torna o valor no qual se funda toda essa primeira proposição do contrato fiduciário. O interlocutor vai mais tarde se constituir em agente, devendo antes passar por uma transformação da compreensão x das coisas para a compreensão y —, *desde que aceite o contrato proposto*, mediante um determinado agir: ele deverá aceitar as operações que levam do poder ser e do poder fazer ao saber fazer e ao poder fazer. Dessa aceitação inicial parece depender todo o resto — a leitura, a adesão, a transformação: se se qualificar e vencer a prova, o príncipe receberá a mão da princesa! E, a julgar pela disposição “propositória” dos textos de auto-ajuda estudados, não lhe faltam adjuvantes...

Vemos aqui, num caso específico, os momentos de preparação de um percurso a ser realizado pelo interlocutor, mas que já o é pelo discurso examinado, ao menos a julgar pelo que vimos até agora. Isso instaura uma estrutura composta essencialmente por, digamos, DIAGNÓSTICO, PRESCRIÇÃO e INSTRUÇÕES DE USO (para a auto-aplicação da prescrição). Não se trata de buscar apenas a *adesão* a determinadas teses, mas de levar o interlocutor a *agir* em termos de um dado percurso com vistas a alcançar um dado fim, desde logo positivo, oposto a uma

situação presente caracterizada como negativa. Esse tipo de discurso talvez pudesse por isso ser caracterizado como uma modalidade de discurso programador (cf. Greimas, 1983, p. 157-169): trata-se de descrever os passos que levam, por meio de um dado agir, da situação x à situação y, caracterizando-se esta última como melhor; a partir de ingredientes dados e de uma receita de combinação desses ingredientes, chega-se a um dado “prato”, desde sempre suculento, a ser devorado, desde que aceito o posicionamento do locutor. Além disso, como a pesquisa que fiz revelou, os métodos clássicos de autocura, como os da AAA [Alcoólicos Anônimos], baseiam-se em “passos” de um dado percurso. O discurso programador requer de modo geral o tipo de texto “instativo” (sumariamente descrito na Introdução) e é parte de um gênero em que x detém uma competência a ser transmitida. Esse gênero não pertence necessariamente a uma dada esfera, e só a ela, mas a todas as esferas nas quais seja concebível algum tipo de relação assimétrica de transmissão de saber e de competência que requeiram um agir que vai além do ato cognitivo de compreensão. Logo, é um indicio de que também os gêneros e as esferas não estão em correlação necessária, apesar da existência de cristalizações históricas. Cabe pois ao analista examinar que tipo(s) específico(s) de relação assimétrica desse tipo a esfera relevante admite, o que implica identificar essa esfera.

Passo agora à contracapa, a fim de concluir a análise da unidade que ela forma com a capa. A contracapa tem fundo branco com um estreito friso da cor da capa à sua direita, o que destaca o texto apresentado, que tem 17 linhas, afora o currículo da autora, que tem 7 (dados que mostram que a contracapa, como é de esperar, traz textos mais extensos, mesmo quando a capa é mais “cheia”, como é o caso aqui). O título está em maiúsculas, com letras maiores do que as seguintes, de cima para baixo, e o subtítulo tem apenas a inicial maiúscula, estando um e outro em vermelho, o que cria um efeito de destaque e evoca as cores da capa. O título ocupa uma única linha e o subtítulo, duas, centralizadas, tendo a segunda maior extensão. Vem em seguida o nome da autora, em azul e itálico, com maiúsculas e minúsculas. Vem abaixo do nome um texto de apresentação do livro, em três parágrafos divididos por mim em termos de sua relação com o tema do livro (não o tópico): o primeiro faz o “diagnóstico”, o segundo apresenta a “prescrição” e o terceiro a justificativa desta (a “fundamentação teórica), em destaque, dado que

separado por 3 asteriscos. No final da contracapa vem um interessante currículo da autora, num só parágrafo, importante elemento da composição do *ethos* do locutor. Em seguida, como é a praxe, vem, tal como na capa, a assinatura da editora do livro em português, também em vermelho; o nome da editora vem completo, “EDITORA CULTRIX”, e todo em maiúsculas, o que é comum em contracapas; assim como o é o uso do nome apenas com a inicial maiúscula na capa. Reproduzo aqui esse texto e o currículo da autora (a numeração é minha):

1 *A crise espiritual faz parte da nossa vida, mantendo-nos física e emocionalmente imobilizados. Temos um trabalho espiritual a fazer, embora talvez não nos tenhamos dado conta de que a natureza dos nossos problemas é espiritual. A crise espiritual é o catalisador que abre o nosso coração para o amor a nós mesmos, à nossa família, à nossa comunidade, ao nosso planeta e à Força Divina que precisamos redescobrir.*

2 *O amor é mais que uma emoção: é a energia que cura. Nossa habilidade para curar a nós mesmos depende do nosso equilíbrio espiritual e do modo como usamos o amor para vencer nossos desafios.*

3 *Podemos sentir dor; talvez até se trate de uma dor constante, mas podemos curar. Podemos sentir que nossa vida está profundamente fragmentada; no entanto, podemos curar. Curar significa estabelecer o equilíbrio entre a nossa vida e as forças da mudança e a energia do Amor inspirado pelas nossas ligações com o Divino. Estamos sintonizados com a energia do Universo e o nosso desafio é despertar esse poder extraordinário para curar a nossa vida e o nosso planeta.*

* * *

4 *Meredith L. Young-Sowers, autora de vários livros de sucesso, é uma agente de cura, uma líder nacionalmente conhecida pelos cursos de fins de semana que organiza e pelas conferências que faz no campo da cura espiritual e do crescimento pessoal. Seu trabalho se concentra no desenvolvimento de instrumentos para o espírito de autofortalecimento e de transformação pessoal. Meredith é co-fundadora, diretora do Stillpoint Institute for Life Healing e editora da Stillpoint Publishing.*

A primeira parte do trecho de apresentação (1) cria o que podemos chamar de “progressão argumentativa”: situa a “crise” em termos de sua “verdadeira” natureza e de suas conseqüências nefastas, introduzindo um “nós” inclusivo, tal como a capa. Esse recurso busca criar um efeito de proximidade entre o autor e o leitor, assim como inseri-lo em, ou convidá-lo a fazer parte de, uma coletividade. Minhas observações revelam, nesse sentido, que muitos desses livros se apóiam fortemente na oposição “separatividade” x “inclusividade”, o primeiro membro caracterizado como negativo e o segundo como positivo: a separatividade deixa o indivíduo sozinho e desvalido; a inclusividade, acompanhado e capaz. Parece prevalecer neles o nível místico, cósmico, a-social e a-histórico, da inclusividade, que mantém contudo a idéia do ego isolado como agente, nunca uma coletividade concreta, criando assim uma complexa proposição de contrato.

É extraída disso uma conclusão, protegida de objeções ao fazer uma concessão que serve a uma refutação por denegação. Observa-se que o movimento do texto é de antecipação a objeções que a proposta do locutor, apresentada como “inovadora”, tanto em termos de diagnóstico como de prescrição, poderia suscitar. Há um reforço da natureza da “crise” que a caracteriza, significativamente, em termos positivos, ao tempo em que aumenta a amplitude do “nós” inclusivo; observa-se o recurso, coerente com /amor como energia/ de um termo do discurso químico-biológico, o que contribui para reforçar o “prestígio” da proposta. O “nós” inclui o autor, os leitores e mesmo uma Força Divina, com iniciais maiúsculas que dão destaque, numa gradação sempre mais inclusiva, mais um elemento que parece comum a textos de auto-ajuda dessa vertente, embora com especificidades em cada caso.

Segue-se uma locução carregada de pressupostos não explicitados que “arremata” o movimento de contra-objeção, e dá um passo fundamental para tornar palatável o que vem a seguir, em (2), reproduzido, com a inversão assinalada, na capa. Talvez se possa agora dizer, à luz dos novos dados arrolados, que a inversão é de fato motivada pelo caráter polêmico da tese do amor como “mais que uma emoção” e como “energia de cura”. Este elemento final aqui considerado arremata a argumentação porque procura induzir a uma alteração: não se trata de uma proposição de coisas apenas do presente, mas de uma proposição presente de coisas arraigadas numa tradição, ou seja, não se trata de uma descoberta, mas de

uma redescoberta, não de um invenção *ex nihilo*, mas de um resgate de um conhecimento esquecido ou reprimido pelo saber não experiencial.

Ele remete a teses hoje implícitas da esfera dos, digamos, “misticismos”, explicitamente destacadas em discursos esotéricos, místicos, espirituais e que tais, teses fundadas numa numa *interpretação*, nos termos dessas doutrinas, de certas teses platônicas. Segundo essa concepção, e não faço aqui mera análise de conteúdo, mas resgato dados que o texto autoriza, o amadurecimento (!) físico e psíquico nos iria afastando de um conhecimento intuitivo prístino, de que estaríamos próximos na infância, e que caberia redescobrir na idade adulta. Essa tese tem, para ficar num exemplo, ressonâncias junto a poetas como o romântico inglês, William Wordsworth (1770–1850), que na estrofe 5 de seu poema *Intimations of Immortality* apresenta uma versão radical da tese, acentuando a origem divina do homem, como se pode ver a seguir (e aqui recorro à intertextualidade a fim de demarcar a interdiscursividade e a filiação genérica):

Our Birth is but a sleep and a forgetting: / The Soul that rises with us, our
life's Star, / Hath had elsewhere its setting, / And cometh from afar. /Not in
entire forgetfulness, / And not in utter nakedness, / But trailing clouds of
glory, do we come / From God, who is our home: / Heaven lies about us in
our infancy.

[Não é nosso Nascer mais que sonho e esquecimento:/A Alma que conosco
se eleva, Estrela de nosso viver,/Encontrou alhures seu elemento,/E vem de
lugar que não se vê:/Não por inteiro ocultada/Nem totalmente
revelada,/Mas, no rastro de nuvens de glória, vem o nosso emanar /De
Deus, que é o nosso lar: /Os céus estão à nossa volta na infância!
(Tradução indicativa minha.)]

Trata-se de um autor citado diretamente em alguns livros de auto-ajuda justo em função da possibilidade de interpretação desses versos em termos “metafísicos”. Um dos livros de auto-ajuda que traduzi traz uma versão dessa idéia na forma de um episódio no qual uma menina, de cerca de 5 anos, pede para ficar sozinha com o irmão recém-nascido e lhe pergunta como Deus tem passado (MILMAN, 1993). No caso do livro que analiso, o movimento de inserção dessa idéia completa a direção argumentativa do trecho estudado e prepara para a alegação seguinte, cujo caráter

polêmico procura atenuar (o que, como vimos, está presente em outras partes do livro), a do amor como energia de cura.

O trecho (3) apresenta quatro períodos. Os dois primeiros se compõem de um elemento negativo e de um positivo, que são opostos em favor do positivo. Há o recurso a uma definição, que lembra as de um manual científico ou afirmações religiosas dogmáticas, conferindo maior amplitude ao dito em função da indefinição do objeto da ação designada: quanto menos específicos os termos, tanto maior a amplitude daquilo que os recobre, e tanto mais fácil argumentar em favor de uma dada tese.

Vem então um importantíssimo segmento em que a repetição e a retomada de “cura” não se esgotam na coesão e na coerência a serviço da explicação e da definição, mas funcionam como reforço da argumentação, para a qual é importante a introdução desse segmento, que apresenta uma visão da cura que contesta veladamente a definição do modelo médico (cura do corpo) e mesmo psicoterapêutico (cura da psique) e introduz uma definição religiosa/mística/esotérica apresentada como não-institucional e tradicional, e, ao mesmo tempo, com uma nova roupagem, adaptada ao presente, remetendo a noções científicas populares. Quando o presumido é posto em dúvida, não está a comunidade que o sustenta ao menos em transformação? E não poderá o ato de pôr em dúvida o presumido ser uma forma de induzir a pensar que há uma transformação em andamento, ainda que não haja? Esse segmento traz a definição de “curar” e retoma o pressuposto da posse pelo autor de uma dada competência, vinculada com forças “superiores”, que remete indiretamente a criação deste por um ser divino, fechando o circuito “ego-universo”. E não traz a capa do original em inglês “A Criação do Homem”?

O currículo da autora apresenta, como é costumeiro nessa textualização suas qualificações. Apresentam-se ainda suas metas: criar instrumentos de “autofortalecimento” e de “transformação pessoal” cosmicamente unitivas. Há aqui vários níveis de qualificação: a condição de autora de vários livros, sua prática de cura de outras pessoas, sua liderança, sua atividade de ensino e suas atividades empresariais: co-fundadora, diretora e editora. Trata-se de um currículo cuja textualização lembra os currículos presentes em livros acadêmicos (observe, no final de vários capítulos do livro há referências bibliográficas, numa tentativa de validação da proposta diante do modelo médico estabelecido). Unem-se aqui o prático

“amoroso” e a prática “capitalista”, a liderança e o ensino: a autora co-fundou e dirige um instituto de “cura da vida” (veja-se a generalidade tão típica do termo) e uma editora, ambas chamadas Stillpoint, ponto imóvel ou fixo (porto seguro?).

Tal como no caso da “redescoberta” de um saber vital, para cuja elucidação recorri a um poema de Wordsworth, temos agora a referência ao termo da esfera “místico” ponto fixo. A designação dessas instituições (e não por acaso uma delas é “Instituto”, com tudo o que isso evoca, e que a meu ver mostra uma estratégia de validação no âmbito das demais instituições denegadas) induz à abstração da mudança e ao mesmo tempo sugere estabilidade, ao remeter a uma dada concepção mística do Divino como um ponto estável em meio às tantas variações do mundo. Recorro a um poema de T. S. Eliot (1888-1965), que fala do “still point of the turning world” – expressão composta por adjetivo e substantivo que é nominalizada no texto que aqui analisamos. Trata-se de um “ponto” que geograficamente se refere, segundo alguns, a Istambul, mas que contém um quê de místico, tanto que é citado por livros de auto-ajuda ou livros místicos, como o do jesuíta William Johnston, autor justamente de um livro intitulado *The Still Point* (JOHNSTON, s/d), em que apresenta uma combinação de elementos do misticismo zen e cristão. Uma busca que fiz no sítio do Stillpoint Institute na Internet não traz nenhum crédito a Eliot, nem a qualquer outro autor, o que pode sugerir estar o termo “stillpoint” (e variantes) e a expressão originária tomados como presumidos no âmbito em que se situa a autora. O trecho do poema de Eliot, *Burnt Norton*, que cito por sua extrema relação com as teses *dos livros estudados*, é:

At the still point of the turning world. Neither flesh nor fleshless; /Neither from
nor towards; at the still point, there the dance is, /But neither arrest nor
movement. And do not call it fixity,/ Where past and future are gathered.
Neither movement from nor towards, /Neither ascent nor decline. Except for
the point, the still point,/ There would be no dance, and there is only the
dance.

[No ponto fixo do mundo girante. Nem carne nem espectro; / Nem a partir
de nem rumo a; no ponto fixo, ali está a dança, / Mas sem arrear nem
movimento. E não o tome por fixidez, / Ali onde o passado e o futuro são
reunidos. Nem movimento a partir nem rumo a. / Nem ascensão nem

declínio. Não fosse o ponto, o ponto fixo,/Não haveria dança, porém só há dança.] (Tradução indicativa minha.)

Deve-se chamar a atenção para o fato de esse poema, tão cheio de oxímoros e paradoxos, trazer o tempo presente como um agora eterno que engloba os vários tempos. Vemos aqui um discurso (não texto!) citado tendo alterados seus sentidos originários e servindo aos fins específicos do discurso que cita, o que nada tem de novo, não fosse o fato de Eliot ter sido, como autor empírico, religioso, e de alguns de seus poemas serem considerados um misto do físico com o metafísico, para não mencionar que *still point* traz outras associações religiosas.

A capa destaca assim o aspecto visual, sem desprezar o textual, atraindo para a contracapa, que põe o visual em segundo plano, sem no entanto deixá-lo de lado, e privilegia o texto explicativo. É parte do texto explicativo o currículo da autora, que busca caracterizar empiricamente seu *ethos* como o de alguém autorizado a dizer o que diz. A capa e a contracapa têm como outro enunciador explicitamente indicado a assinatura da editora, que serve portanto de fiadora da autora. Não são costumeiras as “edições do autor”, provavelmente porque o nome de uma editora confere um caráter institucional, e, portanto, de maior peso, ao livro publicado. Do mesmo modo, a capa e a contracapa privilegiam o título do livro (letras maiores, etc.), o que lhes dá destaque, parecendo assim haver uma quase equivalência entre esses dois enunciadores do locutor do enunciado “livro”.

Por outro lado, como se sabe, há igualmente uma complexa “hierarquia” editorial na mesma “casa”: a editora Pensamento, a que mais tarde se somou a Cultrix, é famosa por publicar literatura esotérica, e a Cultrix foi por muito tempo editora de livros menos populares e mesmo acadêmicos, alguns famosos. Num dado momento, passou a haver uma sobreposição de funções, e, hoje, elas se tornaram Cultrix/Pensamento, e o nome de uma evoca o da outra. Isso produz 3 “discursividades”: a da Pensamento como editora “esotérica”, a da Cultrix como editora “científica” e a da união entre as duas como uma nova proposta editorial “moderna”, uma conciliação entre, digamos, “ciência” e “sabedoria milenar”.

O *ethos* que a capa ajuda a criar é definido como o de alguém que conhece diretamente, e de modo profundo, dados os empreendimentos de que se ocupa, aquilo de que fala (e “diretamente” tem aqui importância primordial, dado que se

pretende promover o próprio conhecimento direto do leitor por meio de uma “transmissão” não só de conteúdos como de uma prática), e que é qualificado para dizê-lo também institucionalmente, além de pessoalmente bem sucedido (co-fundador e diretor de um Instituto, editor, etc.). O livro propõe igualmente, por assim dizer, um *ethos* do leitor como alguém em busca de soluções socialmente “alternativas”, aplicáveis por ele mesmo, a si ou a outrem, para resolver tanto problemas concretos *da* vida como problemas *de* vida em geral. E a proposta é que ele faça um percurso que vai transformar sua potência como agente de cura em atualidade curativa em favor de si, dos outros, do planeta, do Universo.

A capa e a contracapa oferecem assim elementos para afirmar que o livro é uma espécie de “livro de receitas”, um discurso programador, marcado pelo “como fazer”, o que os outros segmentos examinados confirmam. Os elementos da capa e da contracapa buscam acentuar o caráter “científico” — ainda que o termo seja necessariamente redefinido — ou ao menos bem fundado, do texto a ser lido, sem no entanto, de modo coerente, desprezar o místico/cósmico que é sua base. O texto insiste na palavra “cura” e seus derivados, recorre a termos médicos, químicos, etc., mas em nenhum momento se refere diretamente ao modelo médico ou psicanalítico/psicológico da cura, sendo assim interiormente polêmico, ou denegativo. Propõe uma nova definição de cura, por exemplo, e sugere de modo deveras sutil que outras definições estão erradas. Assim, a “face” exterior do livro é uma síntese do próprio livro, um “microcosmo” do “macrocosmo” livro, e busca dirigir a leitura para um dado rumo compatível com a proposta feita.

Vemos pois uma cuidadosíssima “construção” do aspecto exterior do livro tanto em termos visuais como textuais, em termos de um dado *ethos* do autor, da editora enquanto fiador do autor e do leitor, bem como do tipo de percurso que o livro propõe. A própria organização dos elementos da capa e da contracapa têm assim um caráter persuasivo, revelando um trabalho de entoação avaliativa voltado para a indução de uma dada responsividade do interlocutor, bem como de uma sutil refutação antecipada de dúvidas e/ou objeções à abordagem proposta.

O livro é apresentado como livro teórico-prático “alternativamente” institucionalizado, livro que busca fornecer uma receita x a ser seguida para a obtenção de um resultado y. Há a proposição ao leitor de um contrato em termos de ser e de fazer ser, implicado no próprio atributo de “auto-ajuda” com que se costuma

caracterizar empiricamente esse tipo de livro, mesmo que não sejam os próprios livros que assim se definam praticamente. Propor ao leitor que ele ajude a si mesmo, ajude aos outros e ao planeta pressupõe um duplo modelo: de um lado, nega-se a “hetero-ajuda” propiciada por outras propostas e, do outro, busca-se qualificar o leitor para ser ele um agente de “hetero-ajuda”, de outras pessoas e mesmo do planeta, mas em termos “alternativos” – o que comprova a estratégia de denegação. Além disso, o valor /amor/, tão presente na ideologia cristã, como emoção e como atitude “divina”, é redefinido em termos “científicos” (energia) e “médicos” (de cura).

Logo, contesta-se indiretamente um dado modelo de “hetero-ajuda”, seja ela médica, psicológica/psicanalítica ou religiosa institucional, mas não se contesta a ação dela decorrente; desqualificam-se sutilmente os praticantes desses outros tipos de hetero-ajuda e procura-se dar à proposta do livro o fundamento advindo de uma tradição esquecida, mas ainda válida, e que ele busca lembrar, estando tudo marcado por um grau de generalidade que enfatiza a idéia de que o livro vai além das outras propostas, recorrendo-se para isso, desde o início, a itens lexicais (como “divino”, “força divina”, “universo”, etc.) sugestivos de amplitude, de “além-sujeito”, bem como base para a proposição de que as teses do livro são por isso “verdadeiras”. (E não busca a noção de contrato fiduciário explicar o “dizer verdadeiro”?) Essa generalidade acentua igualmente a coletividade cósmica como o lugar adequado da ação individual e coletiva, e um plano ultra-social e ultra-histórico como o real ambiente da vida na terra, o que implica a proposição de uma “essência” do homem, de um “ponto fixo”, que se acha situado além da sociedade e da história, dentro do ser humano ou além dele. O mundo mutante, materialista, é assim contestado por um ponto fixo que, a fim de evitar associações com a “imobilidade”, um valor disfórico, é acentuado positivamente como “estabilidade”, valor eufórico.

A capa e a contra-capas acentuam mais o interlocutor “possível comprador”, em suas duas “vertentes”: adepto e neófito, do que o interlocutor “leitor”, com respeito ao qual não tem tanta importância a distinção adepto x neófito, ao passo que os outros segmentos que examinei se aproximam mais de acentuar o interlocutor “leitor”, ao qual é inclusive feito um desafio, do que o interlocutor “possível comprador”. Creio que isso se deve ao fato de que, na capa-contracapa, o locutor se desdobra nos enunciadores “autora” e “editora”, (como fiador da autora):

esta “fala” com o título e o subtítulo, e aquela, com a apresentação da autora e do livro, usando para isso, nos outros segmentos, a autora como locutor e como enunciador. Além disso, o leitor é objeto de um direcionamento da leitura (entenda x como ...), ao passo que se busca atrair o possível leitor a interessar-se pelo livro.

Examinemos o próximo livro.

4.3.2. Capa e Contracapa de A Força da Paz Interior

A capa do livro apresenta as seguintes dimensões: 13 cm de largura por 19 de altura. A capa tem um fundo com gradações cromáticas que incluem o branco, o bege claro, o bege, etc., chegando ao marrom ou bege escuro. O nome da autora, centralizado, encima a superfície da capa, estando em letras de quase 1 cm de altura numa espécie de negrito, todas em maiúsculas. Vem logo depois o título, em três linhas: A FORÇA – DA PAZ – INTERIOR. As linhas, que têm aproximadamente o mesmo comprimento, estão centralizadas e variam em termos de altura. A FORÇA é pouco maior que INTERIOR, e DA PAZ é maior que A FORÇA, o que chama bastante a atenção ao criar uma espécie de “emanação” de um ponto da parte visual de onde parecem ser emitidos raios. Na parte inferior, vem o nome da editora, Pensamento, numa espécie de negrito menos intenso e com uma letra bem menor, em maiúsculas e minúsculas.

A parte visual, com suas gradações, dirige o olhar do leitor para um diminuto ponto mais claro, em sua parte inferior, pouco antes do nome da editora, que sugere movimento ou passagem da luz, ou então emissão de raios, estando esse ponto circundado por uma cor mais escura. Ele se projeta para o alto, perdendo aos poucos sua luminosidade — que tende para um bege claro com nuances sobrepostas que mais uma vez sugerem movimento — ao mesmo tempo em que se amplia, ocupando praticamente toda a parte superior do livro. Observa-se que, quanto mais longe desse centro, tanto menos claras as cores. O clarão se projeta igualmente para baixo, mas, dada a menor distância percorrida, essa projeção exibe menos nuances. A disposição do título, praticamente no centro da página também em termos verticais, cria a impressão de que “A FORÇA DA PAZ INTERIOR” é projetada a partir desse ponto diminuto, o que reforça o aspecto dinâmico impresso à capa e na capa. Há uma interessante tensão entre o “aflorar” do título, que atrai os

olhos, e o ponto que projeta luz, que também o faz. Vê-se que a disposição geral da capa sugere tanto movimento a partir desse ponto como interioridade, parecendo induzir a pensar que esta, embora distante, é acessível, dado que se projeta e se “concretiza” nas palavras do título. Logo, sugere-se que este é sua concretização.

Se a capa de *Crise Espiritual* se apresenta, como vimos, de um modo que privilegia o textual, *A Força da Paz Interior* privilegia, com sua composição *clean*, o aspecto visual. Minha hipótese é de que, aqui, diagnóstico (o pressuposto da falta e da busca de paz) e prescrição (busca da paz no interior do indivíduo) são tidos como enfeixados na expressão-título. Ou seja, “força da paz interior” é expressão mais inserida nos presumidos da esfera dessa vertente do que “amor como força de cura”. Em outras palavras, o “ponto fixo” é aqui sugerido mais diretamente em função dos próprios itens lexicais usados e de sua combinação. Temos mais uma vez a presença de “força” na capa de um livro de auto-ajuda da vertente estudada.

A contracapa, de fundo uniformemente branco ou bege bem claro, apresenta do lado direito um friso bege escuro/marrom. O título, que encima a capa, está centralizado, em itálico, na cor vermelha, com letras de 0.3 cm. Vem a seguir, em itálico e em letras escuras, pequenas, o nome da autora. Vem a seguir um texto de apresentação/descrição composto por 3 segmentos, quase centralizados. Vem depois, alinhando com a parte inferior, do lado esquerdo, o nome completo da editora, EDITORA PENSAMENTO, em maiúsculas, na cor vermelha. As letras têm mais ou menos o mesmo tamanho das do nome da autora.

O texto de apresentação/descrição apresenta três segmentos. O primeiro destaca a proposta do livro, e já apresenta qualificações da autora; traz ainda aspectos específicos do “diagnóstico” que o livro faz da vida das pessoas, centrado, como no livro anterior, no universo semântico de “crise”. O segundo traz o “diagnóstico” em termos mais gerais e explica a aplicação da prescrição que o livro propõe. O terceiro menciona qualificações adicionais da autora. Vemos aqui que a apresentação/descrição do livro e o currículo da autora se acham entremesclados, o que parece sugerir não ser necessário destacar o currículo, chamar a atenção para ele. Seria pelo fato de a primeira qualificação da autora ser “a grande escritora esotérica” de uma das pátrias ocidentais do esoterismo? Examinemos esses trechos do ponto de vista de suas relações enunciativas a fim de descobrir as “macro-marcas” de gênero:

1 *Em A Força da Paz Interior, a grande escritora esotérica Diana Cooper oferece inspiração a todos quantos estejam em busca de um maior sentido e de felicidade na vida. Apresentando sugestões práticas e usando relatos de casos reais, a autora nos ajuda a iniciar a jornada rumo ao ambiente de paz que há no íntimo de cada um de nós. Quando entramos em contato com esse centro interior de quietude, podemos enfrentar nossos medos, recuperar nossa confiança e encontrar as forças que precisamos para curar a nós mesmos.*

2 *Em épocas conturbadas e desgastantes como a que vivemos, A Força da Paz Interior possibilita a descoberta do nosso oásis interior de paz e de tranqüilidade.*

3 *Além de autora esotérica, terapeuta, conferencista e agente de cura muito conceituada, Diana Cooper dirige concorridos seminários na Inglaterra e em outros países e escreveu vários livros. Seu trabalho tem ajudado milhares de pessoas em todo o mundo.*

O trecho (1) qualifica a autora em termos laudatórios. A “prescrição” que ela apresenta é descrita com sobriedade (inglesa?). O interlocutor é definido também sobriamente num trecho que é ao mesmo tempo um “diagnóstico” em duas etapas: o “sentido na vida/da vida” precisa ser aprimorado, ao passo que a “felicidade” inexistente (a tão presente crise). Há uma descrição que destaca o aspecto prático do livro e sua validação por meio de “relatos de casos reais”. Essa prescrição é desdobrada e reforçada pelo período seguinte, que retoma diagnóstico e prescrição, repetindo a relação com o modelo “médico”: há uma doença e uma cura proposta. Não há aqui indicação de que tipo de cura, mas o título é bastante claro para haver dúvidas.

O trecho (2) generaliza a “crise”, sugerindo que a cura é bem mais ampla do que poderia parecer. A cura está, obviamente, em encontrar um “oásis” no deserto dessa árida vida. Trata-se de um “oásis” individual, dado que não há indicações de que se trate de um empreendimento coletivo: todos têm *seu próprio* oásis interior de “paz e de tranqüilidade”.

O trecho (3) apresenta qualificações adicionais da autora, Informa-se que ela atua na Inglaterra e em outros países (em contraste com o “nacionalmente” indefinido do livro anterior, que qualifica uma autora dos EUA) e que seu trabalho

ajuda “milhares” de pessoas “em todo o mundo”. Ao que parece, um livro inglês (ao contrário de um americano) de auto-ajuda requer qualificações que lhe ampliem o campo de atuação.

Se em *Crise...* não há referência direta a correntes espirituais, aqui a filiação é explicitada, o que é bem interessante, dado que a Inglaterra tem tido tradicionalmente vários autores e divulgadores do esoterismo, como Dione Fortune, para ficar num exemplo célebre. Ao mesmo tempo, se em *Crise...* não se fala do caráter prático da proposta, aqui este merece destaque, quem sabe para mostrar que o esoterismo “moderno” tem cunho mais prático do que o tradicional? Seria essa ênfase um recurso para recusar a objeção contra a possibilidade do esoterismo mais antigo adaptar-se ao mundo moderno da auto-ajuda prática? Haveria talvez a sugestão de que alguns leitores modernos, não conhecedores do esoterismo, poderiam tomá-lo como algo não-prático, um anátema nesses tempos conturbados e desgastantes? Ao mesmo tempo, “esoterismo” não parece requerer maiores explicações, exceto o fato de ser usado por uma “grande” autora, o que sugere o possível pressuposto de que o livro não altera presumidos, ao contrário da ressignificação de “amor” do outro livro. Neste livro, a antecipação de possíveis objeções parece concentrar-se apenas no destaque do “prático”.

Vemos assim um contraste entre os dois livros, que têm diferentes procedências geográficas: o primeiro defende a novidade “teórica” do que propõe ressignificando presumidos e propondo sutilmente sua filiação a uma dada tradição, o que na verdade atenua a novidade; este declara diretamente a filiação e defende-se da possível objeção de não ser prático justo porque membro dessa tradição. O que interessa aqui é que as duas propostas são “alternativas”, propondo um plano “interior” ultra-social e ultra-histórico como planos mais “concretos” do que o da sociedade e da história, dado que acessíveis a partir do íntimo de cada, e que para isso recorrem à denegação para defender-se de objeções. Logo, refutar objeções é uma “macro-marca” de gênero desses dois exemplares, sendo outra é a doação de competência e a proposição de um agir ao interlocutor.

Por outro lado, se *Crise...* acentua a polêmica velada a que recorre em sua denegação, enquanto *A Força...* a atenua, o *ethos* do locutor é nos dois casos o de quem detém um saber prático e deseja transmiti-lo, e o do interlocutor é o de alguém com problemas que atingem todo o espectro da vida e desejoso de resolver esses

problemas por meio de recursos que não os oferecidos pelos profissionais da ajuda e em ambos os casos alguém que pode vir a obter esses recursos sem depender de outrem. A autora de *A Força* é apresentada como “terapeuta”, mas o enfoque não é o mesmo dos livros de aconselhamento, marcados por uma relação interlocutiva de transmissão de saber mas não de transmissão da capacidade de reprodução das soluções propostas, dado que centrados na competência terapêutica; em *A Força...*, ao contrário do que ocorre em livros de aconselhamento, a menção a essas outras possíveis soluções é bem mais indireta, e com maior distanciamento, como vemos no próprio diagnóstico, semelhante ao livro que acaba de ser examinado, que também não é de aconselhamento. Um dado relevante nesse sentido é que, segundo Simonds (1992) e Starker (1989), alguns terapeutas dos Estados Unidos sugerem aos pacientes, como recurso auxiliar, a leitura de livros de auto-ajuda. Outra diferença entre os livros, é que a solução de *Crise...* envolve, numa etapa posterior, que o ajudado de hoje seja o “ajudador” de amanhã, ao passo que a perspectiva mais terapêutica de *A Força...*, por exemplo, não enfatiza isso, ainda que proponha o desenvolvimento de recursos extra-sensoriais como os seus, presumindo que estão ao alcance de todos. Além disso, o destaque dado a “relatos de casos reais” revela que *A Força...*, sendo de autoria de uma “terapeuta”, incorpora um recurso dos livros de aconselhamento (cf. MEURER, 1998).

De todo modo, com essas estratégias distintas, as capas e contracapas dos dois livros examinados estabelecem os termos do “contrato” em polêmicas denegativas centradas em diagnóstico, prescrição etc., e calcadas em qualificações das autoras e descrições dos livros que constituem ao mesmo tempo estratégias de autodefesa e “mapas de leitura”. A presença de descrições voltadas para a refutação de objeções, o que lhes confere um caráter argumentativo, reforça a idéia de estar esse gênero em formação, dado que interiormente afetado por outros discursos com os quais entra em relações de assimilação, declarada ou sugerida, e de rejeição denegativa.

Um aspecto sobretudo relevante do ponto de vista das relações interlocutivas vinculadas com o gênero é a caracterização das autoras como, no primeiro caso, “agente de cura” e, no segundo, “terapeuta”, designações vinculadas com a diferença de enfoque: no primeiro caso, além de adquirir a competência da autocura, o leitor adquirirá a de agente de cura, e no segundo, ele adquirirá a

competência da autocura mas não a de terapeuta. Mas em ambos os casos esse “detalhe” contribui para a caracterização das autoras como “institucionalmente” competentes, detentoras de alguma qualificação “institucional”, o que permite desvelar a assimetria da esfera: um sujeito competente que transmite algo a outro ainda não competente. Mas essa assimetria tem grau menor do que a da esfera institucional da cura promovida por um terceiro, dado que, nesta última, não há autocura. Esse tipo de construção da relação interlocutiva, que considero “macro-marca” de gênero, com os detalhes aqui identificados, mostra que as características da interação autor-leitor não é algo que uma análise de gênero possa simplesmente pressupor, dado ser ela fruto de uma cuidadosa e sutil construção autoral.

Examinemos o próximo livro.

4.3.3 Capa e Contracapa de O Crescimento Através da Crise Pessoal

Tal como a de *A Força da Paz Interior*, a capa de *O Crescimento Através da Crise Pessoal* apresenta as seguintes dimensões: 13 cm de largura por 19 de altura. O fundo da capa é azul claro e se compõe dos seguintes elementos: a indicação de que se trata de um livro incluído numa coleção, entre duas linhas horizontais, com o texto em maiúsculas e minúsculas em letras amarelas: “Coleção Edgar Cayce”. Segue-se o nome dos autores, em letras brancas, maiúsculas e minúsculas, na cor branca. O primeiro nome é do co-autor; o segundo, da co-autora. Logo abaixo, em letras menores, a indicação, em letras brancas, com as mesmas características, do autor do Prefácio, de sobrenome “Cayce”, o mesmo presente no título da coleção. Vem em seguida o título do livro, em letras amarelas de 1 cm de altura, em 3 linhas: O CRESCIMENTO – ATRAVÉS DA – CRISE PESSOAL. Abaixo, um losango circundado por linhas brancas, com fundo azul escuro no interior do qual se acha a representação das ondas geradas pelas figuras matemáticas chamadas “atratores estranhos” (o desenho lembra o famoso “atrator de Lorenz, que é tridimensional), curvas que apresentam um movimento de espiral dirigido para o interior. A designação “atrator” advém do fato de que “os matemáticos dizem, metaforicamente, que o ponto fixo no centro do sistema de coordenadas ‘atrai’ a trajetória” (CAPRA, 1997: 113). O desenho sugere movimento contínuo e caótico.

Um atrator tem que ver com “ponto fixo”. Vem por fim a assinatura da editora, Pensamento.

Essa capa situa textualmente o livro numa dada coleção: a Coleção Edgar Cayce. Isso remete, na esfera “mística”, à filiação teórica do livro: uma vertente norte-americana do espiritismo, que não parece muito conhecida no Brasil, dominado pelo kardecismo, que é de origem européia. Edgar Cayce foi um famoso médium dos EUA, conhecido por seu notável método de assimilação de livros: deitar-se e dormir sobre o exemplar. Os autores são um homem, Harmon Hartzell Bro, cujo nome vem primeiro, e uma mulher, June Avis Bro, de sobrenome comum, que verifiquei ser casados entre si. Indica-se que o Prefácio é de autoria de Charles Thomas Cayce, cujo sobrenome é o mesmo da pessoa que dá nome à coleção. (A capa não o revela, mas trata-se de um Prefácio da coleção como um todo; só o último período trata da obra em estudo, o que nada tem de excepcional em prefácios de séries). O título também situa o livro, ao recorrer a itens lexicais como “crescimento”, “desenvolvimento”, “evolução” no campo semântico dos primórdios puritanos da literatura de auto-ajuda, que defendia a retidão individual e a idéia religiosa de que o homem se acha neste mundo para evoluir espiritualmente. Os puritanos concebem a tarefa de evolução como individual, nunca coletiva, mesmo que vários indivíduos sejam atingidos, por exemplo, por um terremoto. A capa não indica de que tipo de “crise pessoal” se trata, nem acentua a solução para ela. A diferença com relação às anteriores talvez sugira que o espiritismo é mais consolidado no âmbito do mundo do que as filiações dos livros anteriores. O que traz a contracapa que possa ajudar a elucidar a questão?

O fundo da contracapa é, tal como o de *A Força*, claro, o que, também nesse caso, destaca o que está escrito, em letras azuis. O título, em letras maiores, maiúsculas, vem em 2 linhas: O CRESCIMENTO ATRAVÉS DA e CRISE PESSOAL. Segue-se o nome dos autores, em maiúsculas minúsculas, numa mesma linha, outra vez com o nome masculino precedendo o feminino. Vem agora o texto de apresentação do livro. O título do livro é citado, tal como em ocorre em *A Força...*, mas à diferença de *Crise...*. O texto de apresentação se compõe de 3 trechos: o primeiro situa o livro no âmbito da coleção, define suas intenções e bases e seu *modus operandi*, aquilo que o livro oferece. O segundo reforça aquilo que o livro pode fazer pelo leitor. O terceiro traz as qualificações dos autores. Vejamos:

1 *Este livro inspirador, que se baseia na filosofia, ensinamentos e visões de Edgar Cayce, é um guia que nos ajuda a transformar as épocas de crise, de conflito e de perturbação emocional em oportunidades de crescimento espiritual. Apresentando um programa prático para pessoas que desejam fazer das pedras de tropeço degraus de desenvolvimento, os autores oferecem a garantia de que cada uma das atribuições da vida pode vir a ser uma época de crescimento duradouro.*

2 *O Crescimento Através da Crise Pessoal nos mostra como viver excitantes aventuras a partir dos inevitáveis problemas que a vida nos traz. Com ele, os problemas humanos assumem uma nova dimensão, transformando-se em oportunidades divinas para que cresçamos e nos elevemos aos níveis de desenvolvimento material e espiritual que Deus espera de nós.*

3 *Para este livro, os autores, Harmon e June Bro, são excepcionalmente qualificados. Em primeiro lugar, ambos conheceram Edgar Cayce e trabalharam com ele nos últimos anos de sua vida, tendo alcançado, por conseguinte, uma profunda compreensão de sua abordagem e de sua filosofia. Sua longa carreira de ministros, de conselheiros e de conferencistas dedicados a temas relacionados com o desenvolvimento espiritual não se interrompeu desde então.*

Destaca-se a presença de “inspirador” no primeiro período do trecho (1), que vimos, na forma nominalizada, “inspiração”, em *A Força...* Vem a inclusão do livro no âmbito da “filosofia, ensinamentos e visões” de Edgar Cayce, o que sugere complexidade e uma contribuição específica de Cayce ao espiritismo, que, como se sabe, tem origem européia; “ensinamentos” evoca magistério da Igreja, mestre religioso, a Jesus, remete a uma contribuição mais prática do que uma filosofia, fazendo pensar na transmissão de um modo organizado de perceber as coisas em termos menos impessoais do que uma filosofia; “visões”, por fim, a par de ter relação com o ato físico de ver e com o sentido de “concepção”, o que não interessa tanto aqui, tem o sentido místico de ver coisas que outros não vêem, dado que se refere a um médium, um sensitivo (tal como a autora de *A Força*), mas em outro âmbito (não há o que se poderia chamar de tradição esotérica norte-americana nem, ao que consta, espírita). A construção da “solução” proposta é distinta da dos outros livros examinados até agora, fundando-se num tripé: o fiador, “Edgar Cayce”, os autores

do livro em si, e o prefaciador, parente do fiador. Mas, como nos outros casos, traz a caracterização do livro como portador de uma proposta inovadora de algo tradicional (o espiritismo), inserindo-se no âmbito da relação interlocutiva que tenho identificado como “típica” dessa vertente de auto-ajuda.

O livro é caracterizado como prático, oferecendo, tal como os outros, procedimentos para transformar elementos pessoais disfóricos em elementos eufóricos. A menção conjunta a “crescimento” e “crise” lembra o paradoxo do ideograma chinês para essa palavra, que é o mesmo que se usa para “oportunidade”; trata-se de algo comum nessa literatura nas últimas décadas, inclusive em livros de sugestões de atingimento do sucesso empresarial mediante a revolução da administração. Esse elemento recebe em *Na plenitude da alma*, como veremos, outra formulação. O segundo e último período do trecho (1) é um desdobramento desta última idéia por meio de outro indício de filiação: o uso da expressão bíblica “pedra de tropeço” ao lado de “degrau”, que, embora se refira aqui a “desenvolvimento”, também tem ressonâncias bíblicas (a escada de Jacó, que leva ao céu). Eis mais uma vez o recurso de evocação de uma tradição como garante de uma proposta inovadora. Há um reforço nesse sentido: a alegação de que as épocas de crise vão ceder lugar a *uma* época (o artigo definido parece sugerir continuidade, unificação) de satisfação, o que lembra o Apocalipse: depois de um longo período de tribulação, vem a bonança do Reino de Deus de mil anos.

Outro elemento curioso, que faz pensar num espiritismo “modernizado”, é a menção ao aspecto “material” do desenvolvimento, o que remete à lógica puritana, uma lógica protestante que não repugna o material. O espiritismo tradicional enfatiza o espiritual em detrimento do material, e o espiritismo norte-americano não deixou de sofrer (ou ao menos de dizer que sofreu) a influência da ideologia puritana clássica em que se situam os livros de auto-ajuda (cf. Starker, 1989), ideologia que no final do século XIX, em função da urbanização e modernização dos EUA, foi suplementada por uma maior ênfase no aspecto material. No caso do livro, também o desenvolvimento material vem de uma expectativa de Deus com relação a nós, o que fecha o círculo e “justifica” a renovação do espiritismo americano. Falei longamente disso para indicar a “macro-marca” de gênero configurada na inserção numa tradição e na denegação de certos aspectos digamos problemáticos, no

primeiro caso, trata-se de uma assimilação de gêneros e, no segundo, de uma oposição a gêneros.

Outra “macro-marca” já identificada se repete aqui: a qualificação dos autores centrada em sua experiência prática, o que neste caso envolve o fiador e mediante uma designação “institucional”: “conselheiro” é nos EUA usado para profissionais de ajuda que estão fora da *mainstream* das terapias, quaisquer que sejam suas filiações específicas.

No final da contracapa, vemos, entre duas linhas horizontais, títulos e autores de outros volumes da coleção Edgar Cayce: *SONHOS – Respostas Desta Noite para as Dúvidas de Amanhã*; *REENCARNAÇÃO – Reivindicando o seu Passado, Criando o seu Futuro*; *DESPERTANDO SEUS PODERES PSÍQUICOS*. O título *Sonhos...* sugere uma inversão do modelo psicanalítico: não resíduos do dia nem realização de desejos, mas premonição; o título *Reencarnação...* é óbvio, retratando a idéia espiritista de que vivemos no presente o que nós mesmos estabelecemos no passado, numa vida anterior, a que se associa a idéia “novaéfrica” de que podemos determinar o futuro que queremos ter (interessante combinação de determinismo cósmico com individualismo); *Despertando...* usa “psíquico”, que, no âmbito do espiritismo significa o antigo “mediúnico” (e que é designado na Nova Era por “extra-sensorial”).

Esses títulos contribuem para a compreensão da perspectiva em que se situa *O Crescimento...* Mediante estratégias um tanto distintas, a capa e contracapa deste livro o situam na mesma esfera dos anteriores, na mesma ordem de soluções propostas para a crise, o elemento constante que indica uma das principais bases do recorte ideológico do mundo que a vertente de gênero estudada propõe. Os tópicos variam, mas o tema permanece: há uma crise, as soluções existentes não são eficazes, mas há outra melhor que o livro apresenta. Eis uma curiosa situação: o diagnóstico é o mesmo e as soluções “ortodoxas” são recusadas por todos os livros, mas a prescrição se altera em cada caso, criando assim um conflito no âmbito do gênero, porque, como a solução de cada livro do gênero é a única “verdadeira”, ou há várias verdades admissíveis ou nenhuma verdade. Esse conflito não parece ter muita relevância fora da análise, dado que, no âmbito da esfera, como o mostrou Simonds (Op. cit.), e como o revelam os leitores brasileiros que compram os mais diversos tipos de livros da vertente estudada, a “busca” dos leitores os leva

paradoxalmente a, diante do fracasso de uma dada solução, insistir em buscar outra. Isso parece indicar que a esfera desses livros encontra forte ressonância para sua estratégia de recusar a esfera que tenho chamado de “hetero-ajuda”: se existem soluções para todos os gostos, há algo que não muda: a idéia de uma crise não solucionada pelas propostas dessa outra esfera. O gênero se constrói assim mediante a recusa das esferas da medicina (em suas varias modalidades) e da religião digamos, “anti-pragmática) e a assimilação das esferas do puritanismo religioso e do individualismo pragmático tipicamente norte-americanos. Isso confirma a meu ver a concepção de gênero como recorte específico da realidade.

Observa-se que a denegação polêmica é aqui bem menos pronunciada, e quase ausente. Este parece ser o exemplar mais próximo de um acabamento genérico, bem como do estatuto de discurso interiormente persuasivo. Não obstante, ao unir o espiritismo à Nova Era, incorpora o discurso desta e, assim, opõe-se igualmente aos discursos a que o da Nova Era se opõe. Vemos assim, até o momento, três estratégias distintas de inserção genérica que indicam três estágios distintos de formação de gênero: *Crise Espiritual* se acha num estágio inicial, e por esse motivo defende-se com vigor das tradições genéricas a que se opõe e aferra-se às tradições genéricas que busca assimilar; *A Força...* se acha num estágio intermediário e defende-se discretamente das tradições genéricas a que se opõe e declara-se filiada com modificações às tradições genéricas que busca assimilar; *O Crescimento...* defende-se bem pouco das tradições genéricas a que se opõe e propõe uma modificação das tradições genéricas que busca assimilar bem menos, digamos, polêmica. Cada um desse livros recorta genericamente o mundo de uma dada posição, mas têm em comum o âmbito de um mesmo recorte “esférico” mais amplo, fincado em determinadas assimilações e rejeições. Há em todos os casos a proposta de uma dada relação interlocutiva que, apesar de apresentar nuances vinculadas com essas posições distintas, está ancorada numa mesma caracterização do mundo, do locutor e do interlocutor. Nos livros, há igualmente diferentes jornadas, mas permanece o essencial do percurso. Mantém-se assim tanto a unidade temática de cada livro como a unidade temática de gênero.

4.3.4 Capa e Contracapa de Na Plenitude da Alma

A capa apresenta as seguintes dimensões: 13 cm de largura por 19 de altura. O fundo é bastante colorido, com predominância de um vermelho vivo em cuja parte interna está uma faixa preta que vai tendo sua largura reduzida à medida que se dirige para a parte inferior. O desenho como um todo lembra uma nebulosa no espaço exterior. A parte central escura parece sugerir o desconhecido, e há no todo algo de vulcão (o fogo alquímico da transformação, de que vai falar a autora). A parte visual como um todo sugere movimento, entremesclagem das partes escura e vermelho vivo, notadamente na extremidade inferior. O nome da autora vem no alto, centralizado, em maiúsculas e itálico, tendo a cor branca. Vem em seguida o título, em três linhas centralizadas. As dimensões das letras, todas amarelas, das duas primeiras linhas são iguais: NA PLENITUDE e DA. A terceira linha do título, que traz ALMA, é cerca de 3 vezes maior, sendo os dois As ainda maiores do que o L e o M. Segue-se o subtítulo: “Uma nova psicologia de otimismo espiritual”, sublinhado com uma faixa amarela de cerca de 0,5 cm. Vem em seguida, na parte inferior, o nome da editora, Cultrix, centralizado, em letras pequenas, entre duas linhas brancas que não alcançam as margens da capa. O contraste entre o vermelho vivo e o preto do fundo e as letras amarelas do título destaca este último. A posição do título e o início da faixa preta na parte superior esquerda dirigem o olhar para baixo, para o subtítulo.

Ao contrário dos outros, o título do livro não é uma tradução direta do original, *Fire in the Soul*, “centelha na alma”, mas uma adaptação, “na plenitude da alma”, que não se afasta propriamente do campo semântico do inglês, mas introduz um elemento que tende a identificar a “centelha” ou “chama” proposta com a plenitude, aproximando o título, para o leitor brasileiro, da tendência dos livros semelhantes, que consiste, como temos visto, em propor uma essência interior, algo mais completo a ser encontrado/desreprimido. “Chama na alma” e “centelha na alma” não teriam de fato muito sentido em português. E usar “fogo na alma” traria uma alusão ao sentido chulo de “fogo” no Brasil. O título em espanhol é *Fuego en el alma*, que não traz as conotações nem os problemas do português; e ao que parece não há uma edição em português de Portugal para fins de comparação. Consta do livro que a editora Cultrix comprou os direitos de tradução *para o Brasil*. Vemos pois mais um exemplo de adaptação às necessidades do mercado para o qual o livro é traduzido. Curiosamente, “fogo” está presente em várias partes do livro, de modo direto, como

na Introdução, em que é apresentado como negativo, mas passível de tornar-se positivo, ou indiretamente, inclusive por metonímia (“luzes”; “chamas”) ou por oposição: “noite *escura* da alma” (que também remete à literatura mística espanhola de São João da Cruz). Logo, tudo no livro gira em torno do fogo, destruidor ou, como na alquimia, por exemplo, transformador. “Fogo” além disso lembra ímpeto, força inexorável, etc. “Plenitude” perde assim, embora não “assuste os cavalos”, parte da força do “fogo” do título. Agruras de um país tropical de sensualidade onipresente!

O título do livro o situa entre as obras de auto-ajuda de cunho “psico-espirituais”. Os outros livros, ainda que centrados no sujeito, na individualidade, não têm referência direta a seu caráter psicológico, ainda que o deixem entrever no diagnóstico, que traz de modo geral situações de cunho psicológico ou que incidem sobre o psicológico. *Na Plenitude...* é assim mais psicológico que espiritual em sua proposta, apesar do destaque para “alma”, visto que o subtítulo é que enfatiza “psicologia”, associando com espiritual por meio de “otimismo”. Além disso, trata-se de uma “nova” psicologia de otimismo espiritual, inserindo-se assim no nicho psico-religioso. “Otimismo” explicita o que está implícito nos demais títulos, cuja “mensagem” é sempre otimista: você pode transformar a crise em uma excitante oportunidade. Não seria essa explicitação necessária devido ao caráter “acadêmico” do livro? Acadêmico? Sim, afinal, como nos diz a contracapa, a autora é Ph.D., e, embora a capa não o diga, sua área é a medicina e a psicologia, tendo-se doutorado nesta última e feito 3 pós-doutorados: em patologia experimental, medicina comportamental e psiconeuroimunologia. Além disso, foi professora de medicina até 1988, ela foi membro de um departamento de medicina psico-somática. Passemos agora aos depoimentos dos pares da autora, eles mesmo autores de várias áreas da auto-ajuda.

A contracapa tem fundo branco e os textos em letras coloridas, o título e o nome da editora, agora, como em todas as contracapas examinadas, completo, EDITORA CULTRIX, em vermelho, e os louvores ao livro em azul. O título encima, como nos outros casos, a contracapa, sendo todo em maiúsculas. Vem em seguida o nome da autora, seguido de “Ph.D.”, em itálico. Seguem-se 5 comentários sobre o livro, cada um deles seguido do nome de seu autor, de um título acadêmico algumas vezes, e, em quatro casos, de livro ou livros por ele escritos; num dos casos, cita-se a organização de que faz parte o comentador. Vem por fim a assinatura da editora.

Há, também nesse livro, uma faixa colorida à direita da contracapa, como extensão das cores da capa que alcançam a margem esquerda da capa, em linha de continuidade com o dorso do livro, no qual, como sempre, estão o nome do autor, o título e o símbolo da editora.

Os comentários trazem 4 autores de livros da área psico-religiosa da Nova Era, um deles médico, e os outros sem indicação de qualificações. O primeiro comentário, do médico Wayne Dyer, autor de *You'll See It When You Believe It* ("Você vai ver quando acreditar"); que retoma e inverte, como é óbvio, o conhecido ditado "ver para crer), louva a jornada que o livro propõe, e sua "força" como livro, além do estilo "impressionante". Tem tom pessoal: além de chamar a autora pelo primeiro nome, afirma ao final "Gostei demais." *You'll See It When You Believe It* é um livro classificado como de "crescimento pessoal" que defende basicamente a idéia de que "a fé remove montanhas": criamos por meio da fé a realidade, logo, tudo é uma questão de "crer para ver". O autor é copioso; há mais de uma dezena de livros, e outros produtos, seus. Trata-se de um relevante fiador da autora.

O segundo comentário é do médico Deepak Chopra, outro copioso autor da área, proprietário de um verdadeiro complexo de produção e venda de produtos desse tipo, entre outras atividades, uma das quais propõe um programa de "bem-estar total". Citam-se dele, na contracapa, *Unconditional Life* [Vida incondicional], *Quantum Healing* [A cura quântica] e *Perfect Healing* [Health]. Examinemo-los sumariamente para fins de exame do *ethos* desse fiador.

O primeiro livro citado, que "oferece" uma vida totalmente livre de condicionamentos, propõe-se a ir "além da cura física a fim de mostrar de que maneira podemos mudar a nossa realidade mediante a mudança de nossa mente". Dramático históricos de caso/historias de vida mostram como realizar desejos, reduzir o estresse, retardar o envelhecimento e aumentar a criatividade e a saúde; o segundo, que é cronologicamente anterior, pretende examinar "o vínculo da mente com recuperações aparentemente miraculosas do câncer e de outras doenças graves" mediante o recurso ao nível quântico; o terceiro, que promete a cura perfeita, "oferece um completo programa passo a passo de medicina mente-corpo adaptado a necessidades individuais. Um plano total, feito sob medida para cada indivíduo, destinado a restabelecer o equilíbrio essencial do corpo com a natureza; fortalecer o vínculo mente-corpo; e o usar o poder da cura quântica para transcender

as limitações comuns da doença e do envelhecimento — em suma, para conseguir a “Saúde Perfeita” Trata-se de um ponderável fiador da autora, inclusive por ter tido, como se pode ver em seu sítio na Internet, a obra louvada pelo ex-presidente Clinton! Ele afirma que *Na Plenitude* vai mudar o leitor e seu mundo para sempre, o que é uma afirmação geral e forma um comentário impessoal que chega mesmo a tender à condescendência, possível reflexo de sua posição na hierarquia das vendas. A presença desse fiador sugere um estágio genérico mais consolidado para o livro em questão, o que o todo do livro comprova, ao mesmo tempo em que o encaminha um pouco mais na direção da literatura de auto-ajuda mais, digamos, ilusória.

O terceiro comentário vem do falecido (1997) doutor (e Ph.D. em Engenharia Elétrica em Stanford) Willis Harman, que foi presidente do Instituto de Ciências Noéticas. Seu comentário é pessoal e tendente ao emocional, ainda que mencione “discussões substancias e informativas”. Ele faz uma recomendação direta, de cunho pessoal, do livro: “Recomendo-o de todo o coração.” A ausência de livros seus citados não indica falta de importância, nem dele nem dos livros de sua autoria (como o clássico da área *Uma Total Mudança de Mentalidade* [*Global Mind Change*]; que trata da revolução do pensamento propiciada pela Nova Era (publicado pela Cultrix/Pensamento) Pelo contrário, o Instituto de Ciências Noéticas, que é citado, constitui, para os conhecedores, uma excelente referência que vai bem além dos livros de autoria de Harman e, para os neófitos, por ser Instituto, bastante relevante pelo peso institucional em si. O Instituto foi fundado em 1973 pelo astronauta Edgar Mitchell, membro da missão da Apolo 14, a partir de uma experiência revelatória que este teve. (Diga-se de passagem que muitos autores de auto-ajuda também dizem – como COOPER, de meu corpus – ter tido algum tipo de experiência revelatória, mística ou não, e que todas elas alteraram para sempre, e para melhor, sua vida, o que parece ser uma das “regras” do gênero). A noésis é definida como a ciência da consciência, e o Instituto pretende explorar o potencial da mente para aplicá-la à saúde e ao bem-estar globais. Esta é outra excelente recomendação favorável à autora. Pelo que vemos, é grande seu ecletismo.

O quarto comentário é do médico Larry Dossey, dedicado declaradamente à medicina alternativa e integrativa (um dissidente da psico-somática *mainstream?*), autor de livros de auto-ajuda, sendo citado na contracapa *Reencontro com a Alma*,

publicado pela Cultrix. Sua abordagem pode ser resumida na afirmação da obra *Reinventing Medicine* [Reinventar a medicina], apresentada em destaque em seu sítio na Internet: "Eu costumava crer que temos de escolher entre, de um lado, a ciência e a razão, e, do outro, a espiritualidade, no que se refere à condução de nossa própria vida. Hoje considero essa uma falsa alternativa. Podemos recuperar o sentido do sagrado não somente na ciência, mas talvez em todas as áreas da vida". Ele enaltece as qualidades da autora como agente de cura (o prático) e sábia guia espiritual da atualidade (a base filosófica). Dá um tom emocional ao afirmar que o livro "*vem do coração e é para o coração*". Tal como os outros, não faz referência às qualificações profissionais da autora, mas à sua capacidade de ação terapêutica e de orientação espiritual. Eis mais uma excelente autoridade que dá seu aval à autora do livro. E, mais do que isso, à idéia de "psicologia espiritual" (ciência e espiritualidade). Isso parece indicar uma gradação por ordem de importância.

O quinto comentário é de uma autora. Seu tom é igualmente emocional. O comentário segue a mesma linha de exaltação da autora de *Na Plenitude...* e se encerra com a declaração "Amo este livro." Jacquelyn Small, a comentarista em questão, é autora de *Awakening in Time* e *Transformers*. Trata-se de obras da chamada , precisamente, "psicologia espiritual" ou "transpessoal" (o que remete a Stanislav GROF e outros aqui citados). O primeiro livro propõe-se a explorar a promoção do "alinhamento" da personalidade com a alma; o segundo apresenta um método de desenvolvimento do conhecimento, do poder e da sabedoria espirituais, bem como da iluminação. Suas propostas buscam sintetizar várias psicologias ocidentais e orientais, integrando-as nos termos dos Doze Passos do conhecido grupo norte-americano de auto-ajuda Alcoólicos Anônimos. (Diga-se de passagem que os livros de auto-ajuda em passos, doze ou não, constituem uma categoria em expansão.) Uma fiadora qualificada de *Na Plenitude...* e ainda mais próxima da proposta do livro.

Se nos outros livros havia a descrição da proposta dos autores, sua filiação e suas qualificações, este substituiu tudo isso pelos depoimentos analisados. Ao que parece, o público específico dos três primeiros livros difere do deste, apesar das grandes semelhanças em termos de proposta que marca os quatro livros. Os fiadores assumem o lugar da editora, que agora também fica por eles respaldada em sua decisão editorial. É deveras interessante a mistura de depoimentos pessoais e

impessoais, racionais e emocionais, nesta contracapa. Parece haver o esforço de cobrir os vários ângulos da questão. Não admira, já que se trata de vender uma “solução total” — e definitiva — para todos os aspectos da vida. Por outro lado, a autora é acadêmica em termos de formação, embora não de profissão, e não falta, como eu disse, o “Ph.D”, sigla em inglês, ao lado de seu nome. Os tipos de comentadores-fiadores cobrem todo o espectro que vai do individual ao cósmico, da razão ao espírito, à emoção etc. Há semelhanças com *Crise Espiritual...*, apesar dos contrastes, a meu ver devido à novidade e polêmica das duas propostas: nem o “amor” costuma ser pensado como energia de cura nem é comum uma psicologia (ciência) espiritual.

4.3.5 Alguns elementos evocados pela análise

Essa breve análise das capas e contracapas foi, como indiquei que seria, uma amostra da análise global da seqüência que vai da capa-contracapa ao final de cada um dos 4 livros, que foram estudados como um todo, o mesmo ocorrendo com o conjunto por eles formado. A par disso, levei em conta vários outros livros de várias vertentes de auto-ajuda, ou que dela se aproximam, bem como das várias outras categorias de livros estabelecidas, devendo-se igualmente mencionar os 3 níveis de réplicas dos gêneros parasitados: as réplicas propriamente ditas, a assimilação de recursos do gênero de auto-ajuda por gêneros parasitados e uma paródia declarada dele.

O objetivo da análise feita aqui foi o de mostrar as diferentes estratégias de generificação a que cada autor recorre em função da especificidade de sua arquitetura *no âmbito do recorte global que o gênero impõe à realidade*. Creio poder afirmar, à luz dos resultados obtidos, que a análise de gênero proposta dá conta da identificação dos elementos da esfera de produção, circulação e recepção a partir do levantamento de dados empíricos que os livros “autorizam” (nos capítulos 5 e 6, de modo sistemático, mas também nos capítulos 1 e 2 em termos da formulação de hipóteses e da formulação de um procedimento metodológico) e da investigação detida das estratégias de generificação neles mobilizadas, fornecendo elementos que mostram ser a análise do ponto de vista do gênero valiosa para uma

análise de discurso e uma análise textual mais ricas, fazendo assim que estas vão além no tocante a seus resultados.

4.4 Análise da seqüência de partes de um dos livros em termos de “percurso”

Apresento aqui uma breve amostra da aplicação de minha proposta de análise discursiva pura *do ponto de vista do gênero* àquilo que chamei de “percurso de transformação da identidade”, algo que, repito, identifiquei a partir de um detalhado exame dos livros do *corpus* e de alguns outros, em meu esforço de descoberta dos procedimentos de generificação. Se a análise das capas-contracapas dos quatro livros apresenta o princípio “macro” de trabalho com gêneros, esta enfoca o exame a que submeti cada um dos livros para os fins dessa comparação. Na análise das capas, recorri aos elementos que aqui apresento, e analisei cada capa-contracapa em comparação com as outras, e, aqui, recorro à análise das capas dos vários livros para analisar a seqüência de *um dos* livros. Se as capas não podem ser vistas dissociadas dos livros de que são capa, não se pode examinar o “miolo” dos livros sem levar em conta suas capas, que são sua “face exterior” ou “espelho temático”, assim como não posso analisar um dos livros sem levar em conta os outros. É esta dialética o motivo mais amplo de minha insistência numa análise discursiva “pura”, ou seja, que não se perde nas especificidades formais da *significação* ou da *forma de composição*, mas as vê da perspectiva de sua mobilização específica em discurso e, mais do que isso, em gênero. Trata-se de ver o discurso, como afirmei, no âmbito da relação interlocutiva específica que o locutor busca estabelecer com o interlocutor em termos de criação de um dado *ethos* e de construção do tema (Bakhtin) nos termos específicos desse *ethos* a fim de levá-lo a aceitar o “contrato” proposto e aderir a uma dada comunidade discursiva, para o que é necessário que a uma dada entoação avaliativa corresponda uma resposta ativa compatível – mesmo que em oposição a essa avaliação, possibilidade que, como vimos no caso das capas, leva o locutor antecipar-se a objeções.

Pretendo mostrar, mais uma vez, que o locutor acentua tanto mais os procedimentos de antecipação quanto mais polêmico for o “tema” do discurso específico, no âmbito da esfera, que determina os presumidos, e, portanto, do

gênero, formado ou em formação, que confere unidade temática a vários textos que nele são mobilizados. O “amor como energia de cura” é, como vimos, o tema específico, dentro da temática geral da “transformação da identidade”, de um dos livros estudados da vertente objeto do trabalho. Como também vimos, a subunidade capa-contracapa do livro, *Crise Espiritual*, revela em sua organização que, mesmo no âmbito de uma esfera que se quer alternativa, que já começa a assumir os contornos de uma esfera segunda, a proposta desse livro afeta alguns presumidos. O que quero mostrar aqui é que essa posição enunciativa determina a textualização e discursivização do livro, e que, assim, uma análise textual *per se* não poderia ver na organização do livro mais do que uma certa seqüenciação, sem atentar para o fato de esta atender às necessidades específicas da relação enunciativa, do mesmo modo como uma análise discursiva *per se*, ainda que percebesse essas especificidades, se *enriquece* ao ser feita “com os olhos do gênero”, devido ao fato de que, indo além de cada discurso específico, vê o conjunto de discursos de uma dada esfera em termos dos elementos comuns ao conjunto de discursos e, não se detendo na generalidade desses elementos, reconhece a especificidade de cada discurso.

A apresentação da seqüência do livro em termos de *percurso* se divide em duas etapas, tendo em vista a intenção de mostrar que uma *descrição* geral do “percurso” do livro é uma etapa de levantamento prévia a uma *análise*, e que estas se combinam numa *interpretação*. Isso requer que se examine o todo do discurso, algo que põe necessariamente em segundo plano os detalhes textuais, *no nível da apresentação de passos de análise*, dado que se interessa pela seqüência textual e na distribuição das partes do texto apenas na medida em que esta indica o tipo de discursivização e de generificação, que são, estas sim, o objeto da análise, dado que são elas que determinam a textualização específica do discurso – e não vice-versa. Passo agora ao levantamento, em que levo em conta as várias partes do livro e suas relações. Quando examino o Sumário, remeto sempre aos capítulos como um todo, em vez de me restringir ao texto dos capítulos e outras partes. Na segunda etapa, concentro-me nos capítulos propriamente ditos, que são o centro do percurso.

4.4.1 O levantamento

A primeira parte do “miolo” do livro é a *Dedicatória*, cujo texto está centralizado e não ocupa toda a extensão da mancha (o espaço da página ocupado por caracteres gráficos) da página em que está. Reproduzo-a aqui, tal como se apresenta:

*Aos meus pais, Jeane e Hubert Woods,
pelo seu amor constante e pelo apoio aos meus esforços
de exprimir em palavras a filosofia espiritual que compartilhamos,
bem como pela sua crença na força do espírito humano
de iniciar uma nova era de relacionamento
com a força de Deus.*

A Dedicatória traz como se vê uma dada distribuição das linhas de texto que põe em destaque certos elementos componentes deste. Nessa disposição, cada linha forma um todo, inclusive em termos de sinais de pontuação, criando determinados efeitos de sentido a partir da proposição de “pausas” na leitura que induzem o interlocutor a se deter em cada linha. A autora refere-se aí a vários tópicos constantes do livro, com destaque para o “amor”. Começa por apresentar os pais, aos quais dedica o livro e agradece, como *parceiros* de seu empreendimento, ampliando o escopo deste para abarcar, de um lado, “a *força* do espírito humano” e, do outro, “a *força* de Deus”, relacionando esses dois termos entre si e os dois à relação que ela tem com os pais. E tudo isso converge para qualificá-la no âmbito da redefinição de presumidos (“nova era de relacionamento”...) que é o objetivo do livro. Vemos aí um cuidadoso trabalho de seleção de palavras, de frases, de distribuição de frases nas linhas do texto e de construção de um “mini-percurso” em que o “amor” vai de “pais” a “Deus”, tendo a autora como agente de união de todas as instâncias mobilizadas. Trata-se de mais um passo pré-percurso de transformação da identidade.

O caráter “pessoal” da cenografia e das textualizações de uma Dedicatória, e seu objetivo enunciativo costumeiro, que é o de prestar um tributo a alguém por meio da “dádiva” de uma realização do autor, é uma “regra” seguida aqui, havendo porém outros elementos, digamos, “não necessários” a uma Dedicatória, e que são

justamente o meu foco. A Dedicatória que aqui examino revela uma ênfase no valor /amor/ em sua acepção mais conhecida, e no contexto da instituição familiar, seguido de sua expressão espiritual, agora mais definido, na forma de “força de Deus”, ao que parece o Deus cristão (em vez de, por exemplo, Força Divina ou Divino), muito embora essas expressões remetam igualmente a um deus que pode não ser o cristão, sendo porém de notar a convenção dos círculos cristãos, de grafar “Deus” com maiúsculas. Tal como na capa e da contracapa, os presumidos mantidos, no caso, /amor/ e /Deus/, são vinculados remetida tanto com o sentido geral de “nova era” como à “Nova Era”, o movimento e a era astrológica de Aquário (*the age of Aquarius*, diz-nos uma antiga canção de saudosa memória...). Para fins de comparação, necessária à identificação das especificidades desta Dedicatória, destaco que o livro de COOPER, por exemplo, usa uma só página para uma rápida Dedicatória e um rápido Agradecimento. Ainda que também centralizadas, as linhas não produzem os mesmos efeitos de sentido, e a textualidade nada tem de excepcional como textualidade de Dedicatória e de Agradecimentos.

Observa-se que o agente se torna mais indefinido, “a força do espírito humano”, em vez do “nós” inclusivo pressuposto que une a autora aos pais, modelos de amor para ela, num enunciado anterior. O locutor se qualifica como alguém capaz de... ser autor: “exprimir em palavras”. Assim, o valor /amor/ se faz presente aqui em diversos planos, e a Dedicatória une assim a capa e a contracapa ao “miolo” do livro, que vem depois do Sumário desse livro. (Diga-se de passagem que a coesão obtida pela anáfora que usa /amor/ na Dedicatória é exofórica, na perspectiva que aqui defendo, ao remeter a outras partes, anteriores e posteriores, do livro.) Passo à segunda parte do “miolo”, o Sumário.

O *Sumário* é detalhado (ocupa 4 páginas!), apresentando o título de cada capítulo *seguido de suas várias seções*, algo que não ocorre em dois outros livros do *corpus* (o outro é o de BORYSENKO, e não é tão detalhado), nem é tão comum nos livros modernos. O *Sumário* relaciona os Agradecimentos, o Prefácio e, seguindo nisso a cenografia habitual, não arrola a Dedicatória nem o que chamei de Epígrafe, uma espécie de nota ao leitor que vem isolada numa página, depois do Prefácio e antes do capítulo 1, passando aos capítulos.

O *Sumário* lembra o dos antigos tratados, e tem pretensões à exaustão. O *Sumário* é importante parte integrante dos livros em mais de um sentido, merecendo

destaque seu caráter de “mapa antecipatório” do que há por vir, servindo portanto, igualmente, de “indicador” dos rumos da leitura. Ao contrário do de BORYSENKO, este traz o número das páginas dos capítulos, mas não o das sessões.

Obras filosóficas, bem como didáticas, científicas e esotéricas, costumavam apresentar, seja um sumário detalhado, os títulos de todas as seções de cada capítulo no começo ou ao longo deste ou então frases-síntese à margem dos segmentos respectivos. Esse recurso marca uma dada intertextualidade, mas principalmente uma dada discursividade, o que é a meu ver deveras interessante, servindo para sugerir, de um lado, a seriedade do livro e, do outro, sua inserção numa dada tradição – e não por acaso é isso o que faz a *Dedicatória* que o precedeu. Delineiam-se assim, nesta breve análise, certas formas de construção do discurso.

A parte que sucede o *Sumário* são os *Agradecimentos*, divididos em itens, ocupando 2 páginas, outra característica digna de nota, ao apontar para uma “rede de relacionamentos” da autora. Depois de um trecho introdutório, vêm agradecimentos organizados em itens demarcados e assinalados por uma marca gráfica à esquerda (•). A segunda página está preenchida até perto da metade. O trecho que introduz a enumeração de agradecimentos destaca a palavra “Amor” em maiúsculas, e a une a “esforço” e “experiência”, mais um momento de construção da unidade temática. Os agradecimentos enumerados seguem o que parece ser uma ordem de importância que vai de uma “amiga e companheira de cura” ao setor editorial da editora original, sendo os membros citados nominalmente, passando pelos colaboradores da autora em seu instituto Stillpoint.

Essa ordem sugere uma hierarquia em termos de “Amor”, “esforço” e “experiência”. O que marca os Agradecimentos é a idéia do esforço de equipe. Assim, esse segmento do livro traz agradecimentos que eu diria peculiares, dado que destacam não apenas as pessoas a quem agradecer, mas todo um universo semântico vinculado com o livro: /amor/, /comunidade/, /cura/, /sabedoria/, /busca espiritual/, etc., valores apresentados evidentemente como positivos, em compatibilidade com o tema do livro, algo que reforça a idéia de empreendimento coletivo e *ao mesmo tempo* individual. Passo agora ao Prefácio, que vem logo depois dos Agradecimentos.

O Prefácio ocupa 3 páginas, e traz no final o nome da autora, o local (cidade e

estado) e o mês e ano de redação. Voltado declaradamente, e nos termos de sua cenografia e etimologia (*prefacere*) para a introdução das proposições do locutor-destinador ao longo do livro, uma epígrafe, em itálico, “*Seu Amor sempre se fará conhecido por meio de suas palavras*”, recurso que une a proposição básica do valor /Amor/ (“Seu”: da autora, do leitor ... do universo)/ à do valor /palavras (este livro)/, bem como ao qualificar o livro como transmissor de “suas” palavras [de Deus]. Tal como nos outros segmentos até agora analisados, vemos uma continuidade temática que vem já das escolhas lexicais, passa pela junção entre a epígrafe do *Prefácio* com os segmentos anteriores e com o texto dele e alcança o texto que chamei de *Epígrafe* do livro, que vem a seguir. Logo, todos os segmentos até agora mencionados caminham na direção do que Maingueneau chamaria de “base semântica” e que em termos de Greimas seria a oposição básica /crise/ x /cura/ e que entendo bakhtinianamente como “unidade temática”, a meu ver de caráter mais amplo.

A Epígrafe vem alinhada à esquerda, em itálico, e tem sete linhas de texto, ou seja, é curta como costumam ser as Epígrafes. Nela, a autora faz referência ao fato de o leitor estar prestes a iniciar “sua jornada de cura”, isto é, um percurso que leva à cura, configurado, como assinalo, nos capítulos do livro, que se iniciam na página seguinte. Essa Epígrafe funciona como marco (ou ritual) da passagem por um umbral de sabedoria arcana, a ser desvelada na jornada/percurso, uma espécie de enunciação instauradora de uma posição enunciativa do interlocutor.

O capítulo 1 tem por título “A cura começa quando confiamos no processo de mudança espiritual”, ou seja, uma frase declarativa completa e não uma descrição generalizante e sintética mais comum em títulos. Suas seções trazem vários títulos desse mesmo teor, no que se refere à estrutura, como o é “Abrace uma nova filosofia de vida”, e apresentam, digamos, as pré-condições para a cura, pressupondo pois ser ela necessária. Tal como ocorre em outros capítulos, há notas bibliográficas, com as respectivas indicações bibliográficas na última página do capítulo, incluindo, num caso de citação, a página em que se acha esta.

O capítulo 2, “As grandes perdas físicas e emocionais levam a descobertas espirituais”, é a segunda etapa do percurso. Nele, a autora apresenta sua teoria básica a respeito do que há a ser curado. No capítulo 3, “O amor e as seis influências sobre a energia espiritual”, a autora expõe, na forma de *instruções*, as

bases de sua proposta para as questões, que foram abordadas nos dois capítulos anteriores. O capítulo 4, “Prepare-se para a cura”, consiste em mais uma série de *instruções*, declaradamente preparatórias, para o percurso da aprendizagem da cura (auto e hetero, e tendo o leitor como agente).

O capítulo 5 tem por título “Crie um ambiente favorável à cura”, uma afirmação de cunho semelhante à do capítulo 4, trazendo mais uma vez precondições para a promoção da cura, e retomando o capítulo 1, que se concentra na atitude que o leitor “deve” ter para curar-se e curar. O capítulo 6, “A função do instrutor de cura”, descreve o que fazem pessoas que, *como a autora*, são agentes, ou instrutores, de cura. Esses dois capítulos formam uma subunidade temática referente à promoção da cura, de si e de outros, servindo de transição ao que vem no capítulo 7. Neste, de título “Energia: a força vital invisível”, a autora apresenta o “material” com que trabalha o “instrutor de cura”, retomando, pois, de modo direto, os dois capítulos precedentes e, por conseguinte, todos os outros, pois, como vimos, há uma série de interrelações entre eles, de cunho “temático”, em vez de apenas de seqüência, digamos, física.

O capítulo 8, “Acumule energia emocional positiva com base no sentido de valor pessoal”, propõe certas *tarefas* ao leitor em termos das proposições apresentadas no capítulo 7. O capítulo 9, intitulado, numa afirmação que retoma, “As emoções guardiãs não são suas amigas”, introduzem as atitudes a ser *abandonadas* pelo interlocutor, ressignificando “guardiãs”. Observe-se o cuidado arquitetônico de só apresentar essa tarefa negativa depois de vários passos de proposição de ações positivas. Destaco que precisamente o capítulo anterior traz no título a expressão “acumule energia positiva” – para as tarefas negativas que vêm neste. Merece destaque uma seção que explica o motivo da “crise espiritual” e outra que faz um exame, declaradamente aprofundado, dessas “emoções guardiãs”, expressão criada e explicada pela autora. Este capítulo retoma diretamente, assim, considerações dos dois precedentes, 7 e 8. Vemos que a cada etapa do percurso o livro vai consolidando uma dada posição enunciativa que busca envolver o interlocutor no processo. O livro é construído mais como um conjunto de instruções a ser gradativamente seguidas do que como um texto a ser simplesmente lido, algo perfeitamente compatível com a genericidade da vertente.

Os capítulos 10 e 11 formam mais uma subunidade temática e remetem às

outras unidades temáticas de capítulos anteriores, forjando a “grande” unidade temática do livro, nos termos da temática genérica. O capítulo 10 tem por título a instrução “Construa um relacionamento pessoal com a força divina” (que está, na forma de “força de Deus”, na Dedicatória!), sendo marcado, mais claramente do que os outros, por *instruções* destinadas a promover outras mudanças no interlocutor. Vincula-se assim com o capítulo anterior, 9, ou melhor, com a unidade formada por ele e, de modo mediato, com os capítulos 7 e 8 que o precedem, reforçando o profundo encadeamento de capítulos que pudemos verificar e que é precisamente o que constitui um “percurso”. O capítulo 11, “Trabalhe com a energia na cura do corpo físico”, que é igualmente uma instrução, segue a mesma linha e, partindo da proposição de tornar o interlocutor “agente de cura” de outras pessoas, tal como a autora, promove a idéia da *partilha de energia* com os outros, agora envolvendo o corpo físico. Há portanto, aqui, uma junção entre “força divina” e “corpo físico”, fundada na junção entre “amor” e “força de cura”, o que mostra igualmente a construção, já desde a escolha de itens lexicais, de uma versão desse livro para a genericidade de que é ou “pretende” ser parte

Os capítulos 12 e 13 formam mais uma subunidade. De cunho “teórico-prático”, o capítulo 12, “A síntese das energias do corpo, da mente e do espírito”, apresenta um *resumo* das “lições espirituais” antes desenvolvidas e propõe o agir em termos da identificação dos desequilíbrios do próprio interlocutor de acordo com as referidas “lições”. Destaco que “corpo, mente e espírito” são os três componentes de concepções “clássicas” dos seres humanos, o que dá a “síntese” um tom avaliativo que o torna bem mais amplo do que seria uma retomada de idéias desenvolvidas num livro em um capítulo do final deste: sintetiza uma “visão de mundo”, um recorte ideológico do mundo, nos termos específicos do discurso que mobiliza este livro e no âmbito de sua genericidade.

O capítulo 13 tem cunho mais prático e, retomando as lições resumidas e desenvolvidas no capítulo 12, reúne-as em pares e propõe ações que visam a promover o equilíbrio no âmbito dos pares. São retomadas aqui as “seis influências” do capítulo 3, na mesma ordem de enumeração que foram nele apresentadas.

O capítulo 14, fim (?) do percurso, está voltado para o futuro – *et pour cause*. Intitulado “Em busca de *sua* visão do futuro” (grifos meus), propõe a integração do sujeito-leitor com outras pessoas da perspectiva da cura, na seção de título “Crie

uma comunidade de cura”. E um “novo” caminho, na seção “Percorra a senda sagrada”. Essas duas seções trazem proposições de ações no âmbito de um título *sintético*, em vez de *descritivo* como os anteriores, que é o do capítulo que os enfeixa. Ainda que a contracapa venha fisicamente “depois” do capítulo 14, já me referi a ela como sendo parte da unidade capa-contracapa, razão pela qual não a descrevo aqui. Assim, o que se poderia chamar de “percurso” proposto pelo livro encerra-se no capítulo 14 e, mais especificamente, na proposição “Percorra a senda sagrada”.

A forma de organização foi examinada aqui, tal como o foram a das outras, do ponto de vista de seu caráter avaliativo, com o que designo o recurso a diferentes estratégias de indução de uma dada leitura, que reflete a avaliação do autor, voltada para manipular, no sentido greimasiano, o leitor. A análise incide assim sobre as *especificidades da forma do dizer* e não somente sobre o dizer, e leva em conta tanto os micro-níveis, a começar pelas escolhas lexicais, como o macro-nível da interação no âmbito da esfera, da sociedade, da história. Passo agora à retomada analítica do que foi levantado e concluo com a interpretação.

4.4.2 Retomada analítica e interpretação

Repetirei aqui os títulos dos capítulos, e outros elementos, por ser isso relevante para a análise proposta. O leitor encontra, antes da primeira página do capítulo 1, a *Epígrafe*, já incluída na jornada e sendo mesmo seu portal de entrada. Destaca-se aqui a junção entre a *unitividade* do universo e a capacidade *individual* de entender e agir para resolver a “crise” presumida e redefinida. Divino e Força Divina são agora Deus, e a energia é superlativizada (“prodigiosa”). Trata-se de um reforço, quem sabe destinado a suavizar o “atrevimento” da proposta (*Se você acredita que isso [que “Essa jornada é essencialmente espiritual] é verdade, ou se está disposto a proceder como se o fosse, vire a página e iniciemos uma jornada fora do comum, capaz de curar a sua vida.”*) do livro, que é o último trecho do Prefácio.

A Epígrafe traz dois parágrafos em itálico, situados mais para o fim da página e tendendo à direita, ligados espacialmente por “—”. Destaco nela a relação entre “No momento...cura” e “já”, que indicam o percurso *pelo livro* e o percurso *pela*

senda da cura, bem como para a repetição de parte do trecho final do Prefácio, “curar a sua vida”, o que mostra que um estudo da seqüência *per se* poderia no máximo concluir que o livro começa de uma dada maneira, desenvolve-se e chega a uma dada conclusão, o que me parece redutor, dado que não explica a especificidade da vertente de gênero estudada, que é precisamente propor percursos e não apenas leituras:

*No momento que você inicia a sua jornada de cura,
a primeira e a mais importante coisa a lembrar
é que já não está sozinho —
Você está ligado, por meio do Amor, à força de Deus;
e quando recorre a essa prodigiosa energia,
você se torna capaz de curar a sua dor
e de curar a sua vida*

Passo agora ao exame dos capítulos do livro com base no levantamento feito e na concentração em outros aspectos complementares, a fim de demonstrar a unidade da análise.

O título do capítulo 1, “A cura começa quando confiamos no processo de mudança espiritual”, detalha a proposta de contrato ao interlocutor no tocante ao tema do livro: a cura não-médica. Chama a atenção o uso nele do “nós”: /confiamos/, dado que as outras seções do capítulo dirigem-se ao “você” que é o leitor: o título, como veremos, estabelece a base a partir da qual a autora vai dar instruções.

Tem destaque em seções desse capítulo o uso de verbos de fazer no imperativo: “abraçe”, “saia”, “honre”; a elas se associam as seções de cunho explicativo (em construções semelhantes à do título), que apresentam as condições da cura e especificam que ação o leitor há de empreender. São exemplos de seções que estabelecem ações, a primeira, “abraçe uma nova filosofia de vida”; “Saia da crise e siga na direção da sabedoria espiritual”; “Honre a sua passagem pela trilha espiritual”. Essas seções estão entremeadas por uma análise dos aspectos negativos da cultura “Por que a nossa cultura está em colapso”, e pelo tópico “A crise espiritual contemporânea”, vinculada com “A crise espiritual tradicional”, que a precede.

As seções 2 e 3, “O sopro da vida: a energia da força vital” e “A energia espiritual e uma nova compreensão do Amor”, desdobram a proposta básica da 1, vindo em seguida a seção “Seu corpo e sua vida destinam-se a estar em equilíbrio”, que une “corpo” e “vida”, criando o interessante efeito de dissociá-los e, assim, dar a “vida” um sentido ultracorporal. Outro componente da proposta geral da autora é aqui desdobrado: “O significado da perda e da enfermidade”. A seção seguinte, “Saia da crise e siga na direção da sabedoria espiritual”, serve de ponto de apoio à distinção que as duas seguintes estabelecem entre a “crise” tradicional e a moderna, “A crise espiritual tradicional” e “A crise espiritual contemporânea”. A penúltima seção, “Andar no fio da navalha: a busca do equilíbrio”, opõe os termos separados/unidos pelos “:”. Ou seja, com o equilíbrio, deixa-se de “andar no fio da navalha”. Reproduzo aqui o item correspondente do *Sumário*, que mostra de que modo este detalha as seções do capítulo.

1. A cura começa quando confiamos no processo de mudança espiritual..... 19

Abrace uma nova filosofia de vida • O sopro da vida: a energia da força vital • A energia espiritual e uma nova compreensão do Amor • Seu corpo e sua vida destinam-se a estar em equilíbrio • Por que a nossa cultura está em colapso • O significado da perda e da enfermidade • Saia da crise e siga na direção da sabedoria espiritual • A crise espiritual tradicional • A crise espiritual contemporânea • Andar no fio da navalha: a busca do equilíbrio • Honre a sua passagem pela trilha espiritual (YOUNG-SOWERS, p. 7).

O capítulo 2, “As grandes perdas físicas e emocionais levam a descobertas espirituais”, é a segunda etapa do percurso. Nela, o alocutário-destinatário, tendo teoricamente passado a “confiar” no processo de mudança espiritual (no saber-fazer do locutor-destinador), chega ao detalhamento das bases da caracterização desse processo, num movimento que retoma os passos de preparação (capa, etc.). Se no capítulo anterior prevalece a incitação a agir e a apresentação de elementos teóricos, melhor dizendo, abstratos, neste vêm os elementos práticos/experienciais, configurados na repetição de “observações”, estando ausente a incitação a agir. Ao que parece, ele funciona como “explicação”, fundada em elementos empíricos, dos elementos teórico-práticos do capítulo anterior.

No capítulo 3, “O amor e as seis influências sobre a energia espiritual”, vem o valor /amor/, agora fundamentado filosófica e empiricamente, associado às energias espirituais e às influências que estas sofrem e caracterizado como “o elemento essencial da cura”. Trata-se de uma axiologia dessas influências, apresentadas cada qual numa linha de uma enumeração de 1 a 6. Esse é um capítulo fundamental na estrutura do /fazer/ que o discurso propõe; as influências serão retomadas, sob diferentes perspectivas, nos capítulos 12 e 13, que antecedem o último, e conclusivo, capítulo do livro. Aqui se introduz mais explicitamente o tópico do amor como energia de cura; isso ocorre na última seção: “Amor: o elemento essencial da cura”.

O capítulo 4, “Prepare-se para a cura”, consiste em mais uma série de instruções, declaradamente preparatórias para o percurso da aprendizagem da cura (auto e hetero). Volta a haver uma significativa presença de verbos de fazer no imperativo: “avaliar”, “encarregue-se”, etc. Por exemplo, “Empenhe sua força de vontade na cura”. Como no caso do capítulo 1, as seções que contêm verbos de fazer se acham espalhadas pelo capítulo, embora neste as três primeiras venham juntas.

O capítulo 5 tem por título “Crie um ambiente favorável à cura”. O uso de um verbo de fazer no imperativo do título é secundado pela presença deste em quatro das seis seções do capítulo. Aqui se inicia o núcleo do percurso, no que pode ser considerado o segundo estágio preparatório. Como se vê, a proposição de um ser e de um fazer nesse discurso é complexa, talvez em função da “novidade” de sua proposta: uma redefinição do valor “amor” e, mais do que isso, em termos de “energia de cura”, não apenas do corpo como da própria vida de cada um.

O capítulo 6, “A função do instrutor de cura”, propõe, o que é deveras significativo, a “hetero-ajuda”. Explico: esse capítulo se acha unido ao anterior (aos anteriores) num movimento discursivo que pode parecer contraditório; se os capítulos anteriores seguem a tônica da auto-cura, este introduz outros agentes da ação de cura: equipe de agentes de cura, instrutores de cura, etc. voltados para curar outras pessoas. E acentua isso ao incluir uma seção intitulada “Não podemos nos curar sozinhos” (Reflexo das “comunidades terapêuticas?") Esse é o momento em que se introduz no livro a oposição “separatividade” (individualidade) x “inclusividade” (coletividade) e em que esta é promovida a valor. Neste capítulo e no

anterior predomina a marca do discurso programador: “aponte”, “avalie”, “aprenda”, etc., também presente à exaustão nos capítulos 1-5.

No capítulo 7, retorna a tônica da auto-cura, que, vê-se agora, para a autora em nada se opõe à “heterocura” entre iguais. O título, “Energia: a força vital invisível”, é desdobrado em seções que, a partir da primeira, que traz instruções, explica certos elementos da proposição do locutor-destinador e estabelece uma relação mais profunda entre /Amor/ (em maiúsculas) e /espiritual/, no caso modificando “energia” em vez de “amor”. A “energia” aqui é apresentada como algo mais potente do que “amor” como força, naturalmente para fundamentar esta última proposição.

O capítulo 8, “Acumule energia emocional positiva com base no sentido de valor pessoal”, reforça a programação, dá continuidade a “autocura” e recorre à ilustração, por meio de um relato de caso, o que está presente nos outros livros do corpus. Sua meta é apresentar uma nova competência: a de usar emoções “reavaliadoras” do valor pessoal. Trata-se de mais uma etapa a vencer na “façanha” de destruição do “dragão” da crise espiritual, suma de todas as crises.

O capítulo 9, intitulado “As emoções guardiãs não são suas amigas”, introduz as atitudes a ser abandonadas pelo alocutário-destinatário. Há uma seção que explica o motivo da “crise espiritual” e outra que faz um exame, declaradamente aprofundado, dessas “emoções guardiãs”. A temática da “mudança” é explicitada e exemplificada. Termina o capítulo com a seção-proposição “Desafie os seus velhos padrões”, reforçada pelas considerações dos capítulos 7 e 8, unindo assim, na mudança, a energia em geral e a “energia emocional positiva”.

Os capítulos 10 e 11 são especificamente programadores, já pela presença de verbos de fazer nos próprios títulos. O primeiro, “Construa um relacionamento pessoal com a força divina”, é repleto de instruções destinadas a promover outras mudanças no alocutário-destinatário. O segundo, “Trabalhe com a energia na cura do corpo físico”, segue a mesma linha e, partindo da proposição de tornar o interlocutor “agente de cura” de outras pessoas, promove a idéia da partilha de energia com os outros. Isso mostra de modo mais flagrante o que podemos chamar de “ambivalência” desse discurso, que parece oscilar entre o ensimesmamento da autocura e a idéia de que a conjunção com outras pessoas é um valor positivo a ser buscado.

Os capítulos 12 e 13 formam outra sub unidade. De cunho “teórico-prático”, o capítulo 12, “A síntese das energias do corpo, da mente e do espírito”, apresenta um resumo das “lições espirituais” e propõe o agir em termos da identificação dos desequilíbrios do próprio interlocutor em termos dessas “lições”. O capítulo 13 é mais prático e, retomando as lições (1. Reflexão; 2. Parceria; 3. Integração; 4. Alinhamento; 5. Rejuvenescimento; 6. Alimentação) reúne-as em pares e propõe ações que visam a promover o equilíbrio intrapares.

Retomam-se aqui as “seis influências” do capítulo 3, na mesma ordem de enumeração. Esses dois capítulos formam com o capítulo 3, “O amor e as seis influências sobre a energia espiritual”, um segmento. Eles retomam as “influências” deste na forma de “lições espirituais”. No capítulo 3 tem-se a teoria, que, trabalhada pelos capítulos 4-11, é agora posta em prática. Esse arranjo dos capítulos lembra um tratado, uma dissertação e que tais.

O capítulo 14 retoma o “auto” e o “hetero” da proposta; trata-se da “diplomação” do alocutário como agente de cura. Essa “visão do futuro” é o ponto culminante da transformação proposta ao alocutário-destinatário. Surge aqui um novo destinador, inclusive do locutor-destinador, e é retomada a questão do divino, Deus, força divina, universo: “Estamos sendo guiados”. Combinam-se aqui a auto e a hetero-cura, reunindo as duas tendências que marcaram todo o percurso, todas as “provas”.

Propõe-se a integração com outras pessoas: “Crie uma comunidade de cura”. E o final retoma mais uma vez o “auto” dos livros de autocura, e o “espiritual” da tendência específica: “Percorra a senda sagrada”. E é marcado por uma ampliação: tendo feito o percurso, o “herói” se qualificou, matou o dragão, salvou a princesa e agora ficará com o reino: a senda sagrada que trilhará.

O final do livro é um trecho-síntese que vale transcrever. O capítulo destaca “sua” [do leitor] visão do futuro, mas se encerra de modo coletivizante (e não só por referir-se a “comunidade”), o que poderia indicar que a ambivalência entre pessoal e transpessoal nunca é resolvida, mas que é dirigido avaliativamente para escamotear a possível contradição e destacar a conciliação. Ampliando “curar” (que lembra o discurso médico, embora seu sentido médico tenha sido “desconstruído” pelo livro) em “sanar” (que indica uma visão além da médica, menos imediatista, e que alguns setores da “medicina mais humana” recentemente passaram a usar), retoma a

questão da gravidade da “crise planetária”, o diagnóstico feito e a prescrição, dando a impressão de que o livro privilegia antes o caráter da enunciação como promotor da coesão social do que o sentido *per se* do enunciado que ela produz. Isso reforça a interpretação que fiz da correlação entre a seqüência dos segmentos do livro e o percurso proposto ao leitor. Trata-se de um livro para “fazer”, e não apenas para “ler”. Portanto, une-se aqui uma seqüência que é antes da ordem do sentido do que da sucessão, mesmo lógica, de segmentos.

Veja-se que o Amor (com maiúsculas, que é tanto destaque como remissão a alguma Tradição) é palavra repetida à exaustão no trecho final :

Não estamos sozinhos em nossas lutas; somos parte de uma infinita corrente de energia vital que veio antes de nós e que continuará a existir muito depois que tivermos partido. Mesmo assim, prosseguiremos. Nossa crise planetária é espantosamente grave, mas pode ser sanada. Nosso coração, mesmo quebrado, nossa vida, mesmo deixada à exaustão e à dor, podem ser reconstruídos. Somos dotados da capacidade de amar, de dar Amor, de usar o Amor, de renovar o Amor. Com o Amor, somos capazes de curar a nós mesmos, de curar os nossos entes queridos e de curar a nossa Terra, já que, ao aceitar a crise espiritual como o desafio, também reconhecemos que o Amor é a resposta.

Vemos aqui o arremate da proposta de junção entre o individual e o coletivo, num plano não-social e não histórico e a partir da crítica da cultura moderna, da crise espiritual moderna, da “hetero-ajuda” moderna com base no “Amor como energia de cura”, lema do livro que une o antigo “Amor” e o novo, “energia”, bem como o constante, “cura”, ou seja, a idéia de que a cura da alma é mais relevante que a do corpo, mas que não se deve desprezar este. Logo, do princípio ao fim do livro, a organização textual e o próprio universo lexical giram em torno do “foco” do livro no âmbito do gênero, isto é, das relações enunciativas e interlocutivas que marcam sua esfera, ou esboço de esfera segunda, o que indica a presença de um trabalho autoral de compatibilização do projeto enunciativo que marca o livro dado e das “regras” do gênero em formação.

/

4.5 Elementos voltados para uma conclusão

Os vários elementos arrolados indicam um esforço autoral específico de qualificação ou fixação de um dado *ethos* competente do locutor, a partir de diferentes fiadores: o conhecimento, a experiência, a comunidade de iguais etc., algo que se inicia já na capa e na contracapa, de que falo adiante. A cenografia de uma Dedicatória, por exemplo, não costuma estar voltada para legitimar ou engrandecer o autor, e os Agradecimentos trazem por vezes uma sutil avaliação da tarefa realizada pelo autor. Mas, no caso deste livro, o “tom avaliativo” do discurso confere à Dedicatória inflexões outras, o que é um exemplo de “apropriação” de certas formas composicionais para um dado fim que não o dito original dessas formas. Observo que cada livro constrói esse *ethos* nos termos de seu projeto enunciativo específico, mas em termos da unidade temática que faz desses vários livros membros de um dado gênero em formação.

Falar dos pais e de seu relacionamento com eles constitui aqui um recurso de transformação desses elementos num fiador da autora, o que estabelece a “qualificação do *ethos*” como característica da Dedicatória. O valor positivo que é a gratidão está aqui a serviço da criação de uma dada imagem, nos termos do projeto específico do livro. Destaco que se trata de uma qualificação indireta, o que se impõe em função da própria expectativa cenográfica de uma Dedicatória, mas que é bem mais perceptível do que as alusões sutis que aparecem nos Agradecimentos, alterando portanto a discursividade desse segmento, ainda que pareça manter sua textualidade.

Os Agradecimentos são marcados igualmente pelo esforço de qualificação do *ethos* do locutor: a maioria deles se volta não apenas para a gratidão, o que a cenografia dessa parte dos livros requer, como também para destacar /amor/, /comunidade/, /cura/, /sabedoria/, /busca espiritual/, etc., valores apresentados insistentemente como eufóricos ao longo de todo o livro. Assim, os Agradecimentos são igualmente persuasivos quanto ao valor da capacidade da autora de propor o que propõe, o que se funda igualmente na união com parceiros qualificados de várias maneiras (companheira de cura, marido etc.), que nele são destacados, ao lado das textualizações de manifestação de gratidão que costumam povoar essa forma discursiva.

O Sumário, ao retomar a estrutura dos antigos tratados, busca, ainda mais do que mostrar uma linha de continuidade do saber do locutor com uma dada tradição, manipular o interlocutor a aceitar os novos valores em que o discurso se funda e aos quais promove e, portanto, chamá-lo a fazer parte dessa comunidade nas condições de hoje. Não por acaso, há um capítulo em que chega a haver a distinção entre uma crise espiritual “antiga” e uma “moderna”.

O Sumário detalha o percurso do livro à maneira dos tratados, servindo claramente como “receita de leitura”, como maneira de dirigir o foco da leitura antes de ele se iniciar. Não importa tanto o *ethos* dos protagonistas da interação quanto o “herói” do dizer e o modo de dizer. O Sumário é assim menos persuasivo do que programador, buscando acentuar a seqüência em que o livro se organiza. Constitui um recurso auxiliar da argumentação pró-assunto e pró-abordagem do livro. “Argumenta” ao mostrar a cuidadosa organização do livro, que apresenta teses, categorias de abordagem (enumeração), aplicações do conjunto “tese-categorias de desenvolvimento do tópico”, etc. Ao mesmo tempo, serve de recurso indireto de qualificação da autora, de reforço do *ethos* que se pretende promover.

O Prefácio, a par de apresentar o livro e sua proposta, serve igualmente de recurso de qualificação do locutor-destinador, arrematando, por assim dizer, a imagem de si que ele deseja transmitir com vistas a levar o leitor a aceitar o contrato fiduciário proposto e, portanto, uma dada resposta ativa à entoação avaliativa que marca o livro como um todo. Também a Epígrafe é claramente qualificatória, dado que pressupõe a aceitação pelo leitor de algo que o autor já aceitou antes dele: o fato de, na jornada de cura espiritual, o agente já não estar sozinho, tal como o autor, ao fazer a sua, se deu conta. E o “companheiro” é aqui Deus. Ou seja: se Deus é o companheiro de jornada do leitor na leitura do livro, também Deus foi o companheiro do autor ao escrevê-lo. Logo, a Palavra do livro é divinamente “inspirada”, e o leitor é chamado a fazer parte de uma comunidade que se une em Deus.

Em conclusão, a Dedicatória, que precede a leitura do corpo do livro, inicia a criação do “cenário” de leitura-ação “dirigida” do livro, mostrando-se assim nitidamente persuasiva; não se trata tanto de acentuar o dedicar o livro quanto de acentuar seu foco, o amor — e amor materno e paterno: “quem sou eu para lhe falar do amor”? Alguém que teve amor em termos pessoais, espirituais e filosóficos, que

conheceu verdades e pôde pô-las em palavras. Não há, contudo, elementos textuais que o possam indicar; somente a leitura discursiva pode fazê-lo: o dito não diz, indica, ao passo que o não dito, não indicado, é que diz. Por outro lado, ao mesmo tempo em que é fiel a seu projeto enunciativo, a autora é fiel ao projeto global do gênero.

Os Agradecimentos usam a cenografia típica de forma nitidamente tendenciosa, destacando, tal como a dedicatória, mas de modo bem mais “aberto”, o amor recebido pela autora e por ela dado, além de enfatizar seu amplo ciclo de relações (seu amplo “coração energético”?) e sua generosidade. Há destaque para o “Amor” e para a dedicação das pessoas, da equipe que fez o livro vir a existir, mas, como eu disse, em termos hierárquicos: uma gradação por ordem de importância: da amiga e companheira mais importante aos funcionários da editora. Claro que a linearidade do *mídiun* obriga à seqüência, mas porque começar com uma amiga e companheira de cura e terminar com alguns funcionários? Essa hierarquia se evidencia precisamente num recurso que pretende negá-la: o de pôr alguns amigos no meio de agradecimentos a outros funcionários e de agradecer numericamente mais a funcionários do que a amigos. E se “denuncia” ao fazer preceder os agradecimentos a funcionários qualificados pelo cargo ao de funcionários cuja função e participação não são definidas, e que vêm no fim.

O Prefácio é o momento privilegiado de proposição do contrato fiduciário. Traz uma epígrafe que destaca o tópico e reforça o *ethos* a ser promovido. Começa sugerindo possibilidades de uso do livro, dirigindo de maneira mais enérgica a leitura; faz isso num curto trecho e passa em seguida a falar da cura e da autocura. Refere-se a “passos” da cura, traz o Amor à baila, redefinindo-o (tanto no sentido de defini-lo também como energia como no de defini-lo mais uma vez se considerarmos os segmentos que precedem o prefácio). Destaca a questão da energia, enfatiza o aspecto relacional do processo de cura e em seguida apresenta a “receita” que o livro vai dar, ampliando o círculo de possíveis seguidores ao afirmar que, para curar de acordo com o livro, não se requer “experiência prévia de cura”.

O Prefácio traz em seguida segmentos voltados para a valorização do outro e destaca a experiência da autora, valorizando-a. Esse “discurso” é ambivalente, dado que tanto acentua a experiência da autora enquanto valor positivo como destaca sua “pequenez” a fim de valorizar o tópico, a abordagem e a “receita”. Amplia o universo

de “treinandos” (você e as pessoas ...). E por fim faz um desafio ao leitor, o que demonstra a (agora) grande confiança da autora na ausência de objeções, na impossibilidade de que as condições que ela estabelece por meio de “se você...” não sejam cumpridas. Esse desafio propõe um *ethos* da autora ao leitor, e um *ethos* do próprio leitor, e este, se prosseguir na leitura, se virar a tal página, estará assumindo esse *ethos*, que lhe confere uma competência inicial a ser transformada ao longo do percurso de leitura-transformação da identidade.

Contudo, demonstrando o caráter ambivalente da vertente, essa confiança parece negada pelo fato de vir em seguida, antes do texto propriamente dito, a Epígrafe, isolada numa página. Trata-se, como vimos, de um texto claramente argumentativo, que associa a leitura do livro com uma “jornada espiritual” (fora do comum, força de Deus) feita na companhia de muitos (o leitor, ao iniciá-la, “já não está sozinho”: já ocorreu uma transformação). Vem aqui mais uma proposta para o *ethos* do leitor, o de alguém que tem dor, retomando de modo mais direto o pressuposto básico do livro: a existência de uma dolorosa crise. A ligação com as outras pessoas é a tônica, mas modulada pela ênfase na individualidade e na ação individual.

Realizou-se o reconhecimento e doação inicial de competência: a primeira prova foi vencida. Significativamente, o primeiro capítulo retoma tanto o desafio do Prefácio como a Epígrafe, com seu título “A cura começa quando confiamos no processo de mudança espiritual”, vindo logo abaixo do título uma epígrafe em itálico que é mais um esforço de vencer objeções:

Você dispõe de um futuro destinado [reconhecimento de uma competência atribuída] a ser preenchido pelo Amor e pela comunidade, mesmo que você não o veja ou nem sequer possa imaginá-lo [mas que o autor pode!].
(YOUNG-SOWERS, p. 19).

Antes de passar a algumas considerações mais gerais acerca dos 4 livros, destaco que, na análise acima, que é uma amostra da análise a que submeti os vários livros do *corpus* não segui a seqüência dos segmentos do livro, ao contrário do que fiz na descrição, ou levantamento, que constitui um momento inicial, necessário, mas não suficiente. Logo, não o fiz para demonstrar que uma análise discursiva em termos de gênero leva esse elemento em conta, mas prescinde de

seguir-lo estritamente, dado que não é esse o aspecto mais relevante da análise. Ver o discurso com os olhos do gênero destaca a mobilização discursivo-genérica que cria certa unidade de sentido, unidade temática arquitetonicamente definida, e que portanto vai além da forma textual, da seqüência etc.

A estruturação dos livros os inserem no âmbito de uma dada genericidade cujo confronto de constituição induz a certas estratégias discursivas que envolvem a repetição de termos, a denegação de sentidos de termos, a escolha de certos recursos que remetem a várias esferas, a épocas distintas etc. No caso específico de meu *corpus*, ela está voltada para induzir o leitor a adquirir uma dada competência (um saber-fazer) e praticar um dado conjunto de atos a partir dela (um fazer) *de uma dada maneira*, ou seja, o locutor procura tanto levar o interlocutor a adquirir uma dada competência como levá-lo a usar a “receita” dada por ele, que se diz competente, para agir empiricamente, o que pressupõe, naturalmente, a construção pelo locutor de uma dada imagem da identidade presente do interlocutor, julgada insuficiente para enfrentar a crise postulada, e a conseqüente necessidade de tentar alterar essa imagem por meio do percurso proposto, que o vai tornar mais capacitado a enfrentar a crise.

Pode-se perceber ao longo dos livros que as possíveis resistências ulteriores do interlocutor são por assim dizer combatidas, entre outros recursos, por meio da organização dos capítulos e das seções dos capítulos, muitas delas marcadas por propor ações concretas em vez de compreensão das propostas, tratando-se de um processo que tem início já na capa e na contracapa, como ficou demonstrado na análise destas.

É essa *dada maneira de fazer* que marca a especificidade do livro, enquanto o *que fazer* (um percurso de transformação da identidade) é algo advindo do gênero; o fato de haver no *corpus* 4 *maneiras* distintas de fazer o mesmo percurso, algo que se reflete em 4 maneiras distintas de propor o “percurso”, 4 textualizações diferentes

Destaco que a análise aqui apresentada reuniu intencionalmente forma e conteúdo, argumentação e tópico e vários outros elementos em termos de projeto enunciativo, de arquitetura autoral, de relação interlocutiva, remetendo mais uma vez ao que chamo de análise discursiva “pura”, aquela que vê o texto com os olhos do gênero e não o gênero com os olhos do texto, embora partindo inevitavelmente deste. Observa-se que a textualidade está a serviço da discursividade e da

genericidade, ou seja, as formas da língua e as formas textuais são mobilizadas com vistas ao projeto enunciativo do discurso de cada livro nos termos da genericidade e, portanto, da esfera de atividades de que advém a generificação. Na conclusão, descrevo a estrutura geral dos livros em termos dos vários elementos envolvidos no conceito de gênero e de sua unidade temática, que, como se verá, leva em conta o conteúdo, mas nele não se detém, e propõe uma interpretação que descreve e analisa o “não dito” genérico que é a construção geral dos livros estudados.

Capítulo 5

Elementos sobre a genericidade dos livros de auto-ajuda

Na poesia, como na vida, o discurso verbal é o “cenário” de um evento. ... Um entendimento viável da significação global do discurso deve reproduzir esse evento... deve, por assim dizer, “representá-lo” de novo, com a pessoa que quer compreender assumindo o papel do ouvinte.

VOLOSHINOV

5.1 Considerações Iniciais

Apresento neste capítulo (a) elementos sobre os sentidos de “auto-ajuda”, (b) estudos sobre a discursividade da esfera de auto-ajuda; e (c) um levantamento de tipos de livros de auto-ajuda. Tomei conhecimento de boa parte dos estudos sobre livros de auto-ajuda aqui arrolados apenas depois de elaborar o projeto de pesquisa, e alguns só li quando a pesquisa ia já avançada. Advirto que não entrarei em polêmica com os pressupostos teóricos e práticos desses outros estudos, exceto no que de fato interessa a meus objetivos específicos, e nos pontos em que julgar que, enfocando aspectos parciais, queiram eles dar de si a impressão de ter abordado a totalidade do fenômeno, ou seja, não lhes pedirei que cumpram mais do que as promessas que fazem, mas desejo vê-las cumpridas. Minha leitura, por conseguinte, não é propriamente uma busca de subsídios, exceto em termos de tendências de estudo, ou do tipo de *corpus* estudado, mas principalmente um diálogo entre seus enunciados e os meus sobre o “mesmo” tema.

Há hoje alguns estudos sobre livros ditos de auto-ajuda, nos EUA e no Brasil. Vou dar aqui uma visão desses estudos, iniciando com aqueles que têm natureza sociológica, psicológica, terapêutica, do campo dos estudos culturais e feministas

etc. e chegando por fim a um estudo que se propõe a vê-los como gêneros — com base na junção de algumas propostas de análise do discurso — passando por estudos fundados na questão da narrativa e na questão dos papéis sociais, na perspectiva lingüística sistêmico-funcional, centrada no caso no uso de pronomes, levando ainda em conta uma bem elaborada tese de doutorado baseada na Análise de Discurso de Maingueneau.

A vertente mais estudada na bibliografia que levantei é a de livros promotores do “sucesso”, voltados principalmente para os homens, e de cunho conformista com relação ao mundo moderno, bem como defensor da competição individualista em busca da vitória. Estes últimos são a meu ver manuais de “como fazer” que recebem uma roupagem de fórmulas mágicas, e constituem de fato uma tendência deletéria, vassala da “maquinização” dos seres humanos. Há igualmente livros destinados a um público empresarial de nível executivo, como o é, entre tantos outros, *O Tao da motivação – Como inspirar a si mesmo e aos outros* (LANDSBERG, 2003), que busca “dourar a pílula” da concorrência predatória com fórmulas piedosas e históricos de caso edificantes – outra estratégia de “maquinização”.

Essa vertente empresarial tem seus bem-sucedidos autores no Brasil, alguns deles traduzidos para outras línguas. Por exemplo, de acordo com o Jornal VALOR ECONÔMICO (2005):

Nunca os livros de auto-ajuda no Brasil estiveram tão em alta quanto nos últimos anos. Segundo dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL), em 2004 foram produzidos 3,5 milhões de títulos do gênero no país”; hoje cada vez mais ganham espaço livros voltados para carreira e negócios. “Os executivos descobriram que não dá mais para pensar no emprego eterno. As empresas estão inseridas em um cenário dinâmico e mutável, exigindo mais de seus executivos e gerando maior competitividade”, analisa Marcos Hashimoto, professor da Business School São Paulo e especialista em empreendedorismo. “Por esta razão, os livros de desenvolvimento profissional passaram a ser tão procurados.

Vejo nisso uma filtragem do mercado editorial brasileiro, que “aposta” nos livros já mais divulgados no exterior, ou em seus “clones” nacionais, a maioria deles

voltados apenas para o sucesso ao alcance de todos... os executivos num mundo competitivo. EUA os livros que examinei também não estão nas listas de *best-sellers*, mas têm imensas vendas. A razão disso é que as listas de mais vendidos, lá e aqui, pelo menos, não refletem propriamente o volume de vendas, mas a concentração da publicidade, das atividades de promoção, em certos títulos, que naturalmente vendem muito, deixando de lado outros que podem ter um grande volume de vendas, mas que não foram objeto de promoção pelos editores; aqui, têm grandes vendas, mas nada que se compare, mesmo em termos proporcionais, ao que ocorre lá, o que é explicado pelo volume de leitores, que leva a preços mais baixos, nos EUA, pela compra de grandes volumes de praticamente todos os tipos de livros pelas bibliotecas norte-americanas, para não mencionar índices de alfabetização “real” e a própria diferença em termos de hábitos de leitura. É muito fácil distorcer os resultados concentrando as pesquisas de vendas em certas redes de livrarias, certos pontos de venda etc.

Pretendo demonstrar, já a partir do exame desses diferentes estudos, de que maneira construí um quadro teórico-metodológico que a meu ver tem maior amplitude na compreensão do fenômeno em questão e, portanto, permite uma construção mais produtiva do objeto e, mais do que isso, do estudo dos gêneros do ponto de vista de sua formação e de sua estruturação discursiva — e não apenas lingüística. Apresento um histórico, sumário e reconhecidamente incompleto, desse gênero, de seus primeiros “discursos primeiros”, na época vitoriana, até sua fase atual, iniciada há mais ou menos 20 anos, mas influenciada por certos eventos das décadas de 1960 e de uma mudança global iniciada por volta de 1973, fase que vem avançando, em busca de consolidação, a partir de mais ou menos a metade da década de 1990 (em pleno *fin de siècle!*).

É digno de nota que os títulos das tendências que não constituem meu objeto são os que mais recebem divulgação, ao passo que os da vertente que busco descrever costumam ser recebidos com silêncio no tocante à divulgação, o que não os impede de vender muito bem e ocupar um bom status no universo de que fazem parte.

5.2 Os sentidos de “auto-ajuda”: um levantamento

Só você pode fazer, mas você não pode fazer só

Lema das
Comunidades Terapêuticas

Auto-ajuda, ou melhor, *self-help*, é conceito complexo no contexto originário norte-americano. Porque sua origem se acha ligada a iniciativas que tomam os sujeitos como agentes que, independentes dos órgãos governamentais, agem em favor de seus interesses específicos, o que constitui um direito seu. Essas iniciativas têm por base a própria idéia fundadora dos Estados Unidos: a igualdade entre todos e a liberdade de iniciativa, no âmbito de uma ética protestante do trabalho, de base puritana, oposta ao anglicanismo britânico, cuja religiosidade era mais liberal, para os anglicanos, ou mitigada, para os puritanos. Os que chegaram no *Mayflower* eram dissidentes em termos religiosos e em termos de regime político, tanto assim que fundaram uma república federativa de estados independentes sem um poder central de tipo monárquico a dominá-los: um regime formado por um judiciário independente, um legislativo responsável perante os eleitores e um executivo obrigado a prestar contas do que fazia – o que, se não impediu as atuais distorções, ao menos criou bases para mantê-las sob controle. Na base desta estrutura estava o direito dos cidadãos individuais de, entre outras coisas, buscar a felicidade, como reza a própria constituição norte-americana.

Essa rede de defesa da independência do cidadão individual, se não podia deixar de marcar o, digamos impropriamente, *caráter nacional*, nem por isso implicava a oposição à comunidade. Porque os estados independentes eram parte de uma federação voltada para interesses comuns, e também eles tinham contas a prestar. A ética protestante não se opunha ao lucro, mas impunha certas obrigações inalienáveis ao fiel, e fundava-se portanto numa dada concepção de caráter, base da responsabilidade perante os semelhantes. Chegando a um território, e nele instaurando um país, os membros dos “Estados Unidos da América” puderam de certo modo fundar um novo modo de existência coletiva (e Tocqueville maravilhou-se com isso, tendo escrito *Democracia na América* para narrar o que vira).

Não causa pois surpresa que esse fosse o terreno propício ao desenvolvimento de uma ideologia da livre iniciativa individual, nem que, em 1859, Samuel Smiles escrevesse *Self-Help* (Ed. bras. *Ajuda-te*, RJ/Paris, Garnier, s.d.), livro advindo de uma série de palestras que fizera ao propor a trabalhadores que se instruissem *mutuamente* (a base da *auto-ajuda mútua!*), em Leeds, Inglaterra. Fundava-se na proposição de formar um “bom caráter”, que considera um dos mais nobres objetivos da vida. Ele defende a idéia do cumprimento do *dever* e ao mesmo tempo a defesa dos seres humanos com respeito a tudo o que lhes ameace a individualidade. (O primeiro capítulo do livro chama-se *Self-Help - National and Individual*. E traz como epígrafes "The worth of a State, in the long run, is the worth of the individuals composing it." - J. S. Mill; "We put too much faith in systems, and look too little to men." - B. Disraeli).

Esse escocês-americano não estava sozinho no empreendimento. O poeta Walt Whitman escreveu *Song of Myself* (ou *Leaves of Grass*), em 1855; o médico William Channing, fundador do Unitarismo, desenvolveu suas idéias sobre auto-ajuda num sermão que em 1821 chegava à 2ª edição (CHANNING, 1821); e Ralph Waldo Emerson, o famoso ensaísta, escreveu *The Conduct of Life* em 1860, para não mencionar Thomas Paine, que escreveu em 1791 uma defesa dos *Rights of Man!* Para Smiles, o sujeito individual encontra definição na sociedade e na história, mas nem por isso deixa de ser agente e beneficiário do progresso. Por conseguinte, o autor defendia a posse de recursos financeiros como recompensa pelos serviços prestados à comunidade, unindo o pessoal e o coletivo.

Vemos assim que a noção de “auto-ajuda” em seu sentido originário não tem equivalentes em outras línguas do ponto de vista do “tema” bakhtiniano, ainda que o tenha no nível da significação, ou, na maioria dos casos, do significante. No caso do português, foi pura e simples tradução de *self-help*, o que revela uma das armadilhas da tradução, notadamente da que julga haver e busca encontrar equivalências “perfeitas” entre as línguas, dado que, como veremos, *self-help* tem nos EUA ao menos 4 sentidos distintos reconhecidos, embora relacionados, que “auto-ajuda” em português de modo algum abarcava/abarca, ainda que as comunidades terapêuticas já comecem a surgir aqui, para não falar do avanço das entidades do chamado “terceiro setor”.

Um desses sentidos é o que constitui o objeto deste estudo. Os outros três são: a do “bem viver”, que concilia o individualismo pragmático e os princípios da religião puritana em termos de *caráter* dos seres humanos, não da individualidade, e destaca a ética protestante em toda a sua compatibilidade com o capitalismo, mas mantendo certa “piedade cristã”; a do “como fazer”, que é bem geral, como veremos, abarcando desde como comprar uma camisa a técnicas sexuais, passando pela criação de filhos etc., havendo certa divisão entre o segmento masculino e o feminino que é hoje menos acentuada; e a de como tomar iniciativas independentemente do governo (o domínio do que mais tarde veio a ser chamado de ONG) ou de outras instâncias que fogem ao controle dos sujeitos, como é o caso de escritos proto-feministas de, por exemplo, Charlotte Brontë. Todas essas vertentes precedem a que abordo e são por ela incorporadas/subvertidas/apropriadas, o que é outra relação intergenérica, como procurarei demonstrar.

O primeiro sentido, ou sentido originário, de auto-ajuda é o de formação de um caráter individual que tem no entanto cunho comunitário, mas não se submissão ao Leviatã do Estado. Está igualmente ligado a Smiles um segundo sentido, o de auto-educação para o desempenho dos mais diversos ofícios, origem dos manuais de jardinagem, de criação de filhos, de aprimoramento profissional, de etiqueta (destinado à ascensão social) etc., bem como dos cursos por correspondência, de modo geral profissionalizantes, que constituem outra forma de se auto-ajudar. Não se trata dos textos de treinamento de executivos etc. fundados em misticismos e exotismos que pululam nas livrarias e que criaram um milionário mercado para alguns “gurus” (cf. VALOR ECONÔMICO, 2005).

Outro sentido de auto-ajuda é o de reflexão acerca da própria condição do sujeito. Ou seja, ao refletir sobre sua vida, o indivíduo busca entendê-la e, assim, obter subsídios para transformá-la para melhor ou fazer seu próprio “acerto de contas”. Um exemplo é, segundo Peninno (1990), escritos de Charlotte Brontë. Um interessante exemplo brasileiro são textos de Lya Luft (p. ex., 2000, 2003, 2004).

A participação em grupos de auto-ajuda, nos quais se trocam experiências, reduz-se o isolamento, age-se para resolver os problemas por que se passa e se busca adquirir um sentido de controle sobre a própria vida é outra instância de auto-ajuda, muito comum nos Estados Unidos (cf. p. ex., RIESSMAN, 1979, 1984, 1995) Os livros de Riessman não constam da lista de *best-sellers*, mas seu autor foi durante 35 anos um dos líderes do movimento de auto-ajuda dos EUA, que conta hoje com cerca de 20 milhões de membros. Trata-se de grupos que se auto-dirigem, em vez de contar com profissionais de ajuda, baseados na “sabedoria da experiência”.

De acordo com Riessman (2004),¹

“...o movimento mudou muito ... ele passa aos poucos de pequenas preocupações individuais para problemas sociais mais amplos, mas apenas, julgo eu, quando o indivíduo percebe que pode haver uma disfunção social a que se deve atribuir em parte seus problemas individuais. Essa consciência requer tempo. Mas a auto-ajuda ruma de fato para a defesa coletiva de interesses ... Muitíssimos membros do movimento de auto-ajuda estão voltados para a mudança institucional, [a reivindicação de], cuidados de saúde e mudanças na legislação.”

Logo, auto-ajuda nesse sentido parece ser uma importante forma de resistência à “cultura da terapia” (cf. FUREDI, 2003, *passim*), em cujos termos é preciso contar, em todos os momentos da vida, com a ajuda de terapeutas. Para

¹ “the movement has changed a lot, I would say. It does move slowly from small individual concerns to greater social problems, but only I think when the individual realizes that there may be a societal dysfunction partly to blame for their individual problems. That consciousness takes time. But self-help does move to advocacy ... Many many elements of the self-help movement are geared towards institutional change, health care, and changes in the law.”

Furedi, a terapia, fundada na promoção exacerbada da auto-estima, está exacerbando a desconfiança, levando a vida privada e os relacionamentos a ser encarados com suspeita pessoas do ponto de vista da suspeita, elevando o distanciamento entre elas à condição de virtude. Furedi se opõe à medicalização da vida, julga que é preciso lutar para viver de maneira menos regulamentada e não atribuir às profissões de ajuda o estatuto indevido de guias da conduta em geral. Há hoje nos Estados Unidos (SELF-HELP RESOURCE ASSOCIATION OF BC, 2004), inclusive, iniciativas em que se unem conhecimentos profissionais e experiências pessoais em grupos de auto-ajuda. Nesse âmbito, fazem-se distinções entre grupos de auto-ajuda/de auxílio mútuo, grupos de apoio e terapia, recomendando-se aos profissionais o respeito ao conhecimento experiencial dos sujeitos.

Nesse sentido, ainda que os editores por vezes incluam entre os livros de auto-ajuda livros que trazem conselhos e sugestões de diversos tipos dados por profissionais da ajuda ou pela categoria tipicamente norte-americana dos conselheiros, que podem ou não ser pessoas vinculadas com alguma religião ou com formas alternativas de crença, não parece haver semelhanças entre uma relação em que uma autoridade especializada dá sugestões e uma relação em que se partilham experiências vivenciais; no primeiro caso, transmitem-se informações advindas de uma prática profissional, ao passo que, no segundo, tenta-se transmitir vivências, competências etc. vindas da "sabedoria da experiência".

Assim, é preciso não confundir sugestões de especialistas com propostas de reconstituição da "cena enunciativa" de uma conversa pessoal, de uma relação concreta entre iguais, ou ao menos semelhantes, nem é claro, com reflexões como as de Luft, de caráter autoquestionador, ou com escritos como os de Paulo Coelho, que são um todo mecânico composto por fórmulas exóticas e temas populares em linguagem linear. Noutro plano, embora apresente sua qualificação de Ph.D., a proposta de "psicologia espiritual" de Borisenko (1996) não se funda em sua especialidade profissional, mas em suas vivências pessoais, enquanto a proposta de, por exemplo, Hauck (1974), estudado por MEURER (1998), se baseia em sua experiência com grande número de pacientes (como ele mesmo destaca).

Os textos estudados por Rimke (2000) revelam de fato ser recursos de promoção do “autogoverno”, no sentido das micro-formas de controle dos indivíduos pelos próprios indivíduos sem intervenção *direta* dos governos (a partir de estudos desenvolvidos principalmente por M. Foucault), e constituem uma forma híbrida que traz conselhos especializados com roupagem de promoção da ação individual, mas que dirigem a ação individual para uma “auto-responsabilização” do indivíduo isolado, em vez de dar espaço à identificação com outros indivíduos por meio da constatação de causas coletivas para problemas pessoais.

As comunidades terapêuticas introduziram o termo “auto-ajuda mútua” (cf. DE LEON, 2003), que me parece um resgate das propostas de Smiles (Op. cit.) aos trabalhadores de Leeds. Nessas comunidades, que podem ou não ter cunho religioso, os sujeitos, de modo geral dependentes químicos, são levados a agir em conjunto com outros com vistas a superar juntos as dificuldades comuns. O caráter dialógico dessa proposta está configurado no lema “Só você pode fazer, mas você não pode fazer só.” Vemos aí não a promoção do individualismo, mas da ação e da responsabilidade individuais, nem do coletivismo, mas da cooperação. Essas comunidades têm naturalmente regras, mas não as exacerbam, sendo a única regra fundamental a abstinência de substâncias químicas, e, pelo contrário, buscam fazer que o dependente se discipline de modo não repressivo com vistas a libertar-se da dependência química. Esse sentido de auto-ajuda me parece mais próximo do corpus estudado, visto que também ali há tanto uma ação individual como uma busca coletiva, um comunitarismo não coletivista, ainda que se possa julgar que soluções psico-cósmicas para problemas individuais e sociais seja algo ilusório (como o pensa SIMONDS, 1992; ver a próxima seção).

Auto-ajuda, em termos de tipos de texto, pode ser assim entendido de várias maneiras: como um conjunto de reflexões e sugestões para o “bem viver”, que concilia o individualismo pragmático e os princípios da religião puritana em termos de *caráter* dos seres humanos, não da individualidade, e destaca a ética protestante em toda a sua compatibilidade com o capitalismo, mas mantendo certa “piedade cristã”; como um conjunto de reflexões em que essa mesma linha destaca a individualidade, mas como base de certas ações coletivas; em termos de “como fazer” (*how to books*), que é bem geral, abarcando desde como comprar uma camisa a técnicas sexuais, passando pela criação de filhos etc. (e há aqui certa

divisão entre o segmento masculino e o feminino que é hoje menos acentuada, exceto no caso do “aconselhamento empresarial”, dirigido mais particularmente a homens, ainda que de modo não declarado, e que acaba por constituir uma categoria híbrida); como forma de tomar iniciativas independentemente do governo (o domínio do que mais tarde veio a ser chamado de ONG, mas também dos grupos de interesse específicos) ou de outras instâncias que fogem ao controle dos sujeitos, como é o caso dos escritos proto-feministas de Charlotte Brontë; como conselhos dos mais diversos especialistas de “hetero-ajuda” que, a partir de sua experiência profissional, oferecem soluções a ser postas em prática pelo “auto-ajudado” a fim de resolver problemas de sua vida, ou, em casos extremos (cf. CHOPRA, Op. cit.), de “criar” sua própria realidade; como designação, a meu ver imprópria, de livros do campo da chamada Programação Neuro-Lingüística – PNL (cf. p. ex., RIBEIRO, 1992, 1994); como designação genérica, tanto da parte de editores e livreiros como do público e da imprensa, de todo e qualquer livro que traga alguma espécie de reflexão pessoal, sugestão profissional, conselho - religioso ou não -, o que acaba por incluir obras como as de Paulo Coelho, as de Lya Luft, exemplares de literatura empresarial com temas pretensamente humanizadores ou místicos, holísticos etc., bem como os mais diversos tipos de reflexões e propostas advindas de áreas como cromoterapia, aromaterapia, vários esoterismos e exoterismos, espiritismo, curas milagrosas por meio de cristais, obras psicografadas etc., ou seja, praticamente todo e qualquer livro não classificável em categorias tradicionais de designação de livros: didáticos, técnicos, literários, de treinamento, práticos etc.

Considerando o sentido original de auto-ajuda, designo por *auto-ajuda* aqui apenas obras que, unindo o pragmatismo individualista e o sentido comunitário puritano, proponham uma solução que é a um só tempo individual e coletiva, ainda que o plano do coletivo não seja a sociedade e a história, mas algum indefinido plano íntimo-cósmico em que todos os que aderem a esse discurso são iguais e formam uma dada comunidade discursiva, mesmo que isso não venha senão na forma de uma reflexão pessoal sobre a própria condição do autor/autora, de modo geral membro de “minorias” ou marcado por uma condição específica. Excluo assim os numerosos simulacros e contrafações (BAUDRILLARD, 1996) que povoam as livrarias, a imprensa, etc. Não quer isso dizer que eu negue a realidade da percepção social como livro de auto-ajuda dos mais diversos tipos de livros que

exibam elementos aqui mencionados como sendo de algum modo comuns a essas manifestações, mas que o tipo de resposta a uma percepção aparentemente generalizada de que há crises, problemas etc., que me interessa é aquele que resgata o sentido original de auto-ajuda, sendo essa distinção a base de meu estudo.

Apresento a seguir alguns dados sobre estudos de auto-ajuda a que tive acesso.

5.3 Estudos sobre livros de auto-ajuda: uma multiplicidade de perspectivas

A tese de Pennino (1990) aborda discursos de auto-ajuda de mulheres americanas do século XIX, no âmbito dos chamados “estudos [culturais] americanos”. O destaque é demonstrar uma manifestação de um dos sentidos de auto-ajuda nos EUA: o questionamento da própria condição pelo sujeito-autor, de modo geral membro do que hoje recebe o contraditório nome de “minoría”. A autora procura destacar o aspecto sociológico e militante da questão dos livros de auto-ajuda, entendidos na época estudada, no caso por ela enfocados, como textos voltados para a melhoria da condição das mulheres na sociedade a partir de sua própria mobilização discursiva. As manifestações modernas dessa vertente são a meu ver aquelas que recebem o nome de “inter-gênero”: a ficcionalização da própria vida ou a reflexão sobre a vida em termos ficcionais (cf. RAJAN & WRIGHT, 1998). Foi a partir desse estudo que obtive os primeiros indícios de que *self-help* não é propriamente *auto-ajuda* como se entende no cotidiano brasileiro.

O artigo de Fornari e De Souza (2001) aborda os discursos de auto-ajuda em termos narrativos e de estratégias de textualização a partir da centralidade do individualismo como característica, por eles alegada, dos textos considerados. Ainda que identifique a proposta dos livros estudados de propor ao leitor que este faça um percurso, e de apresentar na estrutura do livro esse percurso, o artigo insiste tanto numa análise centrada na narrativa que deixa de lado outros aspectos que por assim dizer ressaltam do material examinado. De inclinação sociológica, mas fundado em preocupações da área de Pedagogia, segue um conceito de subjetividade calcado em Foucault, realizando antes uma análise de conteúdo.

A tese de Oliveira e Silva (2000) tem como objetivo específico estudar o manejo da interação escritor-leitor através de escolhas pronominais, no âmbito da teoria sistêmico-funcional. O trabalho traz dados de interesse na parte não-analítica, mas seu alcance se restringe ao levantamento de pronomes em vários livros do campo da espiritualidade, especificamente o uso dos pronomes da 1ª e da 2ª pessoa do discurso com vistas a, segundo a autora, melhor entender o significado interpessoal contido nesses textos. O sentido de auto-ajuda não é discutido, havendo como única referência a esse respeito o estudo de Meurer (1998).

Dois outros textos sobre o assunto, sob outras perspectivas, são o de Chagas (1999), de cunho psicológico/psicoterapêutico, e marcadamente contrário ao gênero, que vê os livros como danosos “mercadores de ilusões” e os ataca do ponto de vista da defesa intransigente do valor das terapias, a seu ver únicas capazes de promover o bem-estar dos indivíduos (para outra perspectiva, ver PSI – JORNAL DE PSICOLOGIA, 2001); e o de Rüdiger (1996), *Literatura de Auto-Ajuda e Individualismo*, obra de cunho sociológico/antropológico centrada na questão do individualismo como marca postulada do gênero. Trata-se de livro pioneiro no Brasil e faz um excelente levantamento histórico de títulos. Contudo, organiza-os em ordem não cronológica e do ponto de vista do conteúdo, destacando trechos em que se patenteia o individualismo, e por isso deixa de lado outros aspectos importantes, inclusive as transformações históricas da literatura estudada, ou mesmo aspectos não-individualistas em trechos analisados como individualistas, ou que os subsume ao individualismo que constitui sua hipótese.

Há ainda dois trabalhos, que julgo interessantes em termos de demonstrar como certos livros que não “se dizem” de auto-ajuda são “construídos” como sendo, o que terá implicações para o que apresento adiante: a monografia de TCC de Ruggiero (1999), no âmbito da psicologia, que traz um estudo de caso *de um leitor* de obras tidas como de auto-ajuda do ponto de vista do psiquismo e dos problemas psíquicos, e a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Neiva (2000), que examina livros ditos de auto-ajuda e seus leitores do ponto de vista de “uma antropologia da solidão”. A destacar que esses estudos identificam um importante

aspecto que na realidade nega ser o individualismo a base dos livros de auto-ajuda em geral: no caso de Neiva, a solidão imposta pelo mundo moderno, que implica a busca do outro, ou ao menos de algum consolo; no caso de Ruggiero, o que chama de “resposta ao desamparo do homem contemporâneo”. Neiva estuda inúmeros livros de Paulo Coelho e de Lair Ribeiro; Ruggiero estuda aspectos vinculados com o psiquismo de um leitor-informante, não abordando obras de auto-ajuda *per se*.

Starker (1989), cuja perspectiva é a da psicologia clínica e que examina a possível utilidade terapêutica dos livros ou seu uso como recurso auxiliar na psicoterapia. Seu levantamento da origem e de algumas características definitórias dos livros de auto-ajuda oferece relevantes elementos para minha análise. Esse levantamento traz obras de acordo com a tendência dominante e a época de produção. A obra busca avaliar a eficácia dos livros de auto-ajuda como recurso terapêutico, concentrando-se na utilidade percebida dos livros.

Há ainda a obra de SIMONDS (1992), que parte da teoria feminista e dos estudos culturais críticos e busca entender porque as mulheres são as principais leitoras de livros de auto-ajuda. Simonds faz uma análise sociológica de uma série de livros de auto-ajuda publicados em inglês nos EUA, voltando-se principalmente para as relações de gênero na cultura americana contemporânea. Sua análise busca ir além da “utilidade percebida” de Starker e considerar o uso específico dos livros de auto-ajuda, contendo para esse fim análises de entrevistas feitas pela autora. Ambos os livros se baseiam em pesquisas empíricas com leitores e outros envolvidos no segmento de publicação de livros. A obra de Simonds traz relevantes elementos para minha análise do ponto de vista da definição da esfera de atividade dos livros de auto-ajuda.

Há igualmente o estudo monográfico de Meurer (1998), em inglês, que estuda, de uma perspectiva sistêmico-funcional, os aspectos de linguagem de uma obra de auto-ajuda também em inglês. A perspectiva adotada vê “gênero” como “evento significativo dirigido a metas”, e o analisa do ponto de vista da textualização, de sua “estrutura esquemática, ou genérica” (MEURER, 1998, p. 118). O livro estudado é o que denominei livro de “aconselhamento” (e o estudo de Meurer fala de “*self-help counseling*”), que não constitui meu objeto. A perspectiva de gênero adotada permanece, de minha perspectiva, no nível da tipologia de estruturas textuais, não vendo pois gênero em termos de uma “ideologia criadora de formas”,

dotado de flexibilidade em função de ter uma estabilidade relativa. Ou seja, trata-se de um estudo centrado antes no texto do que no discurso, nos termos em que, como se verá, entendo gênero. No nível da micro-análise textual, que também farei ilustrativamente, o estudo de Meurer traz interessantes contribuições em termos de estratégias textual-discursivas, ainda que em termos de gêneros a obra permaneça, a meu ver, indefinida. Explora alguns aportes periféricos de teorias de Giddens (1991) e reconhece, a partir de teses de Fairclough (citado no livro), que uma boa complementação ao estudo seria uma maior exploração de uma teoria da ação, algo que o autor acabaria por realizar, com outros objetos, por exemplo, na palestra proferida em 2004 (MEURER, 2004) por ocasião do II SIGET.

Rimke (2000) destaca a temática do poder, concentrando-se em livros que buscam promover o conformismo sob a capa da busca do sucesso pessoal, mediante o “autodiagnóstico” e mesmo a extrapolação de recursos de recuperação de viciados para o público em geral, para não mencionar a exploração comercial obscena do conceito de “co-dependência”, que diagnostica todos como “co-dependentes”, tornando-os, pois, potenciais consumidores desses livros. Trata-se de livros de cunho marcadamente psicológico subjetivista em que a responsabilização dos indivíduos por sua própria condição beira o mais estrito prescritivismo religioso fundamentalista e o total apagamento das relações, e dos problemas, sociais, típico de governos modernos.

Brunelli (2004) escreveu uma tese de doutorado defendida no IEL da UNICAMP baseando-se nas propostas de Maingueneau, faz uma coerente e produtiva análise dos enunciados de base de livros de auto-ajuda. Trata-se principalmente de uma forma de caracterizá-lo como um discurso particular, procurando investigar as condições de produção deste discurso, explorando a relação do discurso da auto-ajuda com o seu interdiscurso e verificando quais os discursos que ele chama para a sua constituição e os efeitos que isto acarreta. Esse trabalho, que tem pontos de contato com a minha proposta quanto à questão da caracterização dos textos de auto-ajuda como tipo de discurso, incide especificamente sobre outros aspectos dos discursos em questão do ponto de vista da textualização, da construção de enunciados típicos e, principalmente, da questão da construção do *ethos* (e do tipo de *ethos*) e das formas de interlocução criadas nos livros classificados pela autora como de auto-ajuda. Trata-se de uma feliz

conjunção de uma perspectiva discursiva com a análise de modalidades e da captação de provérbios nos enunciados que oferecem “conselhos”.

A maioria dos livros estudados são de vertentes que não se situam no âmbito daquela de que me ocupo, o que parece demonstrar a grande popularidade de alguns livros “construídos” como de auto-ajuda a partir das representações sociais sobre auto-ajuda. Uma observação adicional a fazer é que a maioria dos livros de “auto-ajuda” estudados por esses outros pesquisadores é escrita por homens, e todos os “meus” autores são autoras. E auto-ajuda parece ser escrito mais para mulheres (SIMONDS, Op. cit.; VEJA, 2002). Os exemplos de outros livros que dou são em sua maioria escritos por mulheres, num dos casos em conjunto com um homem. Não se trata de uma escolha intencional, porque a seleção levou em conta tendências no interior do universo de livros ditos de auto-ajuda, não o gênero dos autores. Por outro lado, como quase todos os outros estudos partem da idéia de que o individualismo é a marca desses livros, e eu da idéia de que tudo o que é dito responde a uma dada pergunta, e que é preciso ver que pergunta é essa para saber que resposta é dada, haverá um efeito de cegueira nas seleções que fazemos “cuidadosamente” para provar uma dada tese?

Não analisei detidamente todos os livros de todos os autores estudados, mas examinei vários livros dos tipos estudados pelos outros e, de fato, dada a natureza dos livros-objeto, os pesquisadores têm razão em grande parte de suas análises, ainda que, quando misturam todas as tendências, acabem por dar uma visão a meu ver um tanto parcial, tomando a maioria pela totalidade.

5.4 Notas para um “histórico” do gênero

Apresento aqui um levantamento de “tipos” de livros de auto-ajuda com base em pesquisas minhas e no estudo de Starker (1989), cuja definição de auto-ajuda envolve toda e qualquer obra que busque dotar o leitor de algum saber, prático ou não, seja da perspectiva do especialista ou de alguém que alega ter passado pelas experiências cujo “enfrentamento” eficaz pretende transmitir. Rüdiger (1996) traz igualmente dados relevantes em termos históricos que também são aqui levados em conta, ainda que sua apresentação em termos da categoria da “subjetividade”

prejudique a meu ver a compreensão do percurso histórico; mas esta não parece ter sido objeto de seu interesse.

Starker faz uma apresentação mista em termos cronológicos e em termos de assuntos, equiparando esses termos. Isso lhe serve apenas de indicação de tendências e, a mim, primordialmente de marcos do dinamismo do gênero. Designo por dinamismo do gênero a enorme capacidade do gênero mais amplo, e não só da vertente que a meu ver resgata o sentido original de auto-ajuda, de apropriar-se de temas em voga, e de formas de dizer esses temas, em vários momentos cronológicos de sua existência.

O levantamento, ao considerar o que diz Starker, tem início no século XVII, com livros fundados na ética protestante; são casos paradigmáticos os livros *The Practice of Piety*, escrito pelo Bispo Baylys em 1611, e *Guide to Heaven* (1673), de Samuel Hardy, elementos mais tarde retomados em, por exemplo, *Bonifacius: Essays to do Good* (1710), de Cotton Mather, já no início do século XVIII. Neste último, inicia-se a secularização da *self-help*, com escritos de Benjamin Franklin, por exemplo, *The Way to Wealth* (1757) e o clássico da literatura da ascensão social *Poor Richard's Almanach* (1732-1757), ainda que houvesse certa dose de ética protestante. Pode-se dizer ser esse o primeiro momento em que o interlocutor dessas obras levou a uma alteração de sua forma de interlocução, dado que não se alterou apenas a temática.

Esses livros seculares sofriam a concorrência de escritos moralizantes como *Letters to his son*, de Lord Chesterfield (1774), *God's Revenge Against Gambling* (1810) e *The Bad Wife's Looking Glass* (1823), estes últimos do começo do século XIX. Neste século, orientação moral e guia prático vão se combinar de maneira mais clara. Em 1828 e 1832, um homem do povo, Andrew Jackson, exemplo claro de *self-made man*, elegeu-se presidente dos EUA, e governava no momento em que a industrialização do país se acelerou.

A sensação de declínio moral causada, de acordo com os puritanos, pela industrialização e urbanização aceleradas, levou ao surgimento de livros que propunham equilibrar *Worth and Wealth* (HUNT, 1856), e foi igualmente então que surgiu o que Starker denomina “evangelho do sucesso” (Op. cit., p. 13). Ou seja,

escritos religiosos éticos, escritos materialistas sobre o sucesso na vida e combinações dessas duas tendências estabeleceram-se então, tendo permanecido com certa estabilidade até o final do século XIX e começo do XX, quando se processou outra grande transição: o surgimento do *New Thought*. No âmbito deste, surgiram obras que opunham um idealismo de cunho espiritualista ao materialismo da sociedade industrial e urbana, em larga medida baseados no “transcendentalismo” de Ralph Waldo Emerson, e estas começaram a fazer um enorme sucesso. Sua idéia básica era de que os seres humanos têm um valor maior que o de meros “peões” da política, da indústria e do urbanismo, o que implica a idéia de mobilização pessoal para defender-se dos avanços dos dominantes.

Essa modalidade de *self-help* recebeu apoio inclusive nos círculos acadêmicos, com destaque para William James, autor de *The Varieties of Religious Experiences* (1902), o primeiro a provar experimentalmente que o contato do ser humano com Deus não apenas era variado como prescindia de mediações institucionais. Houve mais uma vez um confronto entre obras mais propriamente religiosas e obras seculares, mas a intensidade desse confronto já foi menor, dado que houve mais uma apropriação “sem” alterações das teses do *New Thought* e sua adaptação secular do que um confronto *per se*. Um dos livros emblemáticos disso é *Power of Will*, escrito em 1907 por Frank Haddock. Surgiu então o livro mais claramente inserido no evangelho, agora secular, do sucesso: *Think and Grow Rich* (1937), de Napoleon Hill, e o primeiro caso em que se propunha criar a realidade material mediante a força do pensamento. Esse livro teve mais de uma edição por ano durante 21 anos (!), tendo sido publicado em brochura em 1960 e 1961.

Tudo isso marca o início do que Starker chama de “mental healing”, a cura através da mente, e, portanto, o aprofundamento da idéia de que havia algo a curar. A partir do começo do século XX, portanto, inicia-se a diversificação em massa de tudo o que veio a receber o nome de *self-help* e acentua-se sua abrangência, que vai de como aparar as unhas à própria salvação do Universo! É de observar que ao longo do processo a industrialização e urbanização se intensificaram até fazer dos EUA a grande potência industrial-militar que conhecemos. De acordo com Starker,

que revela uma profunda compreensão histórica do processo, ainda que partindo de uma abordagem de profissional de ajuda, por pior que seja a avaliação dos livros de auto-ajuda em geral, 'é inegável seu "impacto concreto sobre o público, o clero e a profissão médica" nos EUA (p. 39). E assim tem início a transformação dos livros de auto-ajuda em geral em literatura de massa.

À depressão do pós-Primeira Guerra Mundial seguiu-se uma depressão econômica, logo depois superada por uma expansão econômica explosiva que só se iria interromper quando da crise de 1929. Foi nesse período de crescimento que a psicologia e a psiquiatria criaram nos EUA o fascínio pela "vida interior". Freud e o behaviorista Watson iriam se entrecostar durante algum tempo, sem que com isso os livros inspirados pelo *New Thought* tivessem desaparecido. A Grande Depressão iniciada em 1929 pôs por terra essa influência de teorias da psique, levando consigo o otimismo anterior e a crença na capacidade da ciência de resolver os problemas. Foi então que surgiu a categoria do "conselheiro", epitomizada pelo pastor da Primeira Igreja da Ciência Divina (!), e que trouxe de volta o religioso como força de mobilização, naturalmente com uma roupagem mais pragmática, voltada para a ação, dado que se tratava então de reconstruir não só a economia, como também a própria noção dos EUA como país das oportunidades. Um dos livros de Fox é *Power through Constructive Thinking* (1932), que teve como concorrente, por exemplo, *The Return to Religion* (1936), do psicólogo Henry Link, de cunho conservador, cujas grandes vendas revelam a insatisfação da população com os valores liberais da década precedente e sua desconfiança com a proposta de refundação do Estado que foi o New Deal de Roosevelt.

Em 1937, surgiu o primeiro clássico da literatura de aconselhamento empresarial: *How to Win Friends and Influence People*, de Dale Carnegie, publicado a convite da editora Simon and Schuster. O final da II Guerra testemunhou, com a volta das tropas, o aumento do número de nascimentos, e o conseqüente surgimento da literatura sobre a criação de filhos, capitaneada pelo doutor Benjamin Spock, autor de *The Common Sense Book of Baby and Child Care* e *The Pocket Book of Baby and Child Care*, ambos de 1946. Também na década de 1940

surgiram os primeiros manuais de aconselhamento sexual, naturalmente no âmbito do casamento, e, mais tarde, o próprio auto-erotismo, tão condenado pela religião, passou a ser objeto de conselhos e de aceitação, desde que “NOT CARRIED TO EXCESS” (LONG, p. 148). Nessa época teve início a propalada “indústria do eu”, a fase narcisista dos livros de auto-ajuda, cujo apogeu nos EUA foi de 1960 ao final da década de 1970.

O começo da década de 1980, início da nova fase de acumulação do capital (HARVEY, 2004a, 2004b), testemunhou, por paradoxal que pareça, o ocaso da literatura exclusivamente sobre o eu interior, e o surgimento tanto do eu físico (a neurose das dietas) como, o que é sobremodo relevante, do eu econômico (a neurose do consumo como fator de identidade. Afinal, é então que tem início a desmontagem do Estado-provedor e o início da promoção do consumismo como forma de sustentação da hegemonia dos EUA, no plano externo, e da coesão social, no plano doméstico, uma forma de contenção.

Observo que o início dessa nova fase tem suas raízes no embargo do petróleo pelos países árabes em 1973, que lançou os EUA numa nova fase de depressão, levando milhões a buscar na auto-ajuda uma saída. A saúde perfeita, a riqueza e a sabedoria, a ser alcançadas em termos psico-cósmicos, são os temas que marcam essa época, nesta ordem. E esses temas permanecem até hoje, sempre com a oposição de tendências outras que, atuando no nível deste último tema, alegam que tentam resgatar mais uma vez o caráter de valorização do indivíduo e da comunidade.

Capítulo 6

Fase parasitária e réplicas de gêneros parasitados

Não há nem primeira palavra nem derradeira palavra. Os contextos do diálogo não têm limite. Estendem-se ao mais remoto passado e ao mais distante futuro... Pois nada é absolutamente morto: todo significado terá algum dia o seu festival de regresso ao lar.

BAKHTIN

6.1 Considerações Iniciais

Minha “leitura” da formação genérica da vertente de livros de auto ajuda estudada funda-se não somente no exame de livros que identifiquei como dessa vertente, mas também na análise de algumas das mais importantes “réplicas” que a “resposta” dada pelo gênero provoca em termos de produção, circulação e recepção dos gêneros parasitados, tendo considerado ainda o que chamei de “contágio” de uma vertente do gênero do consolo religioso pela vertente de auto-ajuda aqui estudada. Limitei-me a um exame superficial, pois o estudo dessa transformação do discurso primeiro em discurso segundo de “seu” próprio discurso segundo já é objeto para outra tese!. Como terceira estratégia, não restringi o estudo aos 4 livros do *corpus*, porque, dada a amplitude da questão da formação de gêneros, objeto pouco estudado, isso teria criado uma visão deturpada ou ao menos deveras restrita. Além disso, fiz alguns levantamentos de frequência de palavras relevantes para o estudo na Internet, além de ter “provocado” uma réplica mediante uma pesquisa informal com entrevistados não identificados.

Creio serem esses procedimentos uma importante inovação metodológica, fundada na idéia bakhtiniana de que toda enunciação é uma “resposta” a alguma “pergunta”. Buscar a presença de um gênero em fase parasitária nas réplicas que

ele provoca em alguns dos gêneros (ou vertentes dos gêneros) parasitados amplia o alcance do conceito de gênero em sua aplicação à análise, contribui para a compreensão mais aprofundada da intergenericidade e permite avaliar em condições reais o grau de “sucesso” das estratégias de que lança mão um gênero em formação. O aumento do universo de livros estudados contribui para ampliar a visão do analista, evitando que ele se deixe levar pela familiaridade com seu *corpus* e passe a só ver o que já espera. Levar em conta a influência de um gênero em fase parasitária num gênero parasitado (o que tive a sorte de conseguir durante a pesquisa) constitui um momento privilegiado de unir a avaliação em condições reais do grau de “sucesso” do gênero em fase parasitária com a “imagem” que dele faz o gênero parasitado ao incorporar parte de suas estratégias: o simulacro criado pelo “adversário” fornece importantes indícios sobre uma possível assimilação do gênero em formação a uma dada esfera, assim como permite especular sobre seu possível futuro.

6. 2 Cura, saúde perfeita, culpabilização

Julguei oportuno, para um exame das propostas dos livros de auto-ajuda considerados, marcados pela idéia da “cura”, que tem claros vínculos com a “saúde”, levar em conta elementos presentes no livro *A Saúde Perfeita*¹. Essa obra, escrita por Lucien Sfez (1996), busca mostrar a existência de uma nova “ideologia” tecnológico-científica (lembramos a ciência e a técnica como ideologia; cf. HABERMAS, 1973) da “saúde perfeita”, de caráter “eco-bio-religioso” (*sic*). De acordo com Sfez, essa ideologia se propõe a “curar” não só os vínculos sociais (entendidos a seu ver atomisticamente como relação entre “unidades” autônomas), como também, e principalmente, a própria existência de cada um de nós, — em termos genéticos (o projeto do genoma humano, a engenharia genética), ecológicos

¹ Destaco que “saúde perfeita” apresenta 53.600 ocorrências na Web (segundo o Google). E “*perfect health*” exibe 6. 910,000! Claro que essa expressão se refere aos mais diversos assuntos: de cosméticos a misticismo, de cura pela nutrição à alimentação do *ferret*, mas a maioria está no campo semântico a que me refiro. E Deepak Chopra também tem seu *A Saúde Perfeita* (2002), originalmente *Perfect Healing* [A cura perfeita], 1990, um dos maiores autores de auto-ajuda individualista-demiúrgica dos últimos anos.

(projetos de cura do planeta) e eletrônicos (reprodução virtual da vida humana) – o que vai bem além das propostas dos livros de auto-ajuda e é a meu ver muito mais perigoso, notadamente se pensarmos no apoio que recebem das instituições estabelecidas no âmbito do capitalismo espoliador.

A decorrente medicalização da existência dá origem a uma paranóia da doença e a uma obsessão pela cura, pela saúde perfeita, que parece criar as próprias doenças que pretende eliminar de uma vez por todas. Vemos assim que as propostas dos livros de auto-ajuda mais estudados, os que propõem uma “engenharia da alma” (FORNARI E SOUZA, Op. cit.) aqueles em que “o sucesso está ao seu alcance” (BRUNELLI, 2004) e os que responsabilizam o sujeito pelas mazelas institucionais (RIMKE, 2000) são perfeitamente compatíveis com toda uma mentalidade moderna, subjacente em suas intenções mas onipresente na própria vida diária, de reformulação tecnológica do homem e do mundo de acordo com as necessidades modernas da nova fase do neoliberalismo neoconservador e imperialista. E, mais do que isso, essas propostas parecem precisamente ser sintomas dessa mentalidade, tal sua compatibilidade com os ideais da “comunidade mundial” neoliberal. Tal não parece ser o caso da vertente estudada.

Em contrapartida, a ênfase religiosa não institucional da vertente estudada não parece visar apenas a cura do corpo, buscando antes uma “solução” para a vida em geral. Fica-se em dúvida sobre se os “presumidos” relativos à vida humana estão sendo questionados por terem de fato perdido o sentido face às novas realidades globais ou se se pretende por meio do questionamento justamente tirar-lhes o caráter de presumidos a fim de ressignificá-los em favor não dessa ideologia da perfeição absoluta — religiosa, ecológica, biotecnológica, mas de uma alternativa anti-institucional libertadora vinculada com a própria idéia de “grupos de auto-ajuda”. Se for este o último caso, ao se opor a essas soluções “seculares”, e a essa religiosidade conformista, a vertente em exame poderia ser uma forma de resistência à morte da comunidade e aos rumos autoritários da religião institucional e das profissões de ajuda ao propor a unidade entre todos os seres, ainda que não na sociedade e na história, mas ao menos sem a mediação das instituições sociais e históricas existentes e unindo o individual inegociável a um coletivo alternativo.

Nesse sentido, a análise dos livros, do ponto de vista de sua “cena interlocutiva”, contribui para a compreensão do tipo de subjetividade que esses livros

propõem, buscando influenciar a totalidade do ser do sujeito (entendido em termos aparentemente essencialistas) e de suas relações com os outros (entendidas de maneira, como se verá, especialíssima) e o mundo (entendido como uno e de cunho cósmico, para além do social e do histórico). As propostas parecem remeter — de várias maneiras a ser apontadas nos termos específicos das estratégias de organização discursiva que empregam — a transformações globais que afetam diretamente os sujeitos e, em última análise, a sociedade como um todo, ainda que abstraíam sistematicamente o nível social e histórico da realidade ao propor diagnósticos e soluções individuais em termos de um nível interior de equilíbrio do eu, nível a partir do qual todos os seres e todas as coisas estariam unidos em termos cósmicos, mas nunca passando pela vivência social e histórica específica dos sujeitos. Noutra ordem de considerações, a quem interessaria o confronto direto na sociedade e na história, dominadas como parecem ser por uma mentalidade cientificista e desumana?

6.3 Auto-ajuda, liberalismo, irracionalismo, Nova Era

De acordo com Bordewich (1988, p. 38), tratar-se-ia de textos fundados na descoberta, por meio de um “exame místico do eu”, de um “destino cósmico para a humanidade”. Ora, sabe-se que os místicos nunca estiveram muito integrados às instituições religiosas e que a seu ver Deus se comunica com cada ser humano no íntimo deste, não nos rituais institucionais hierárquicos, o que me leva a crer que há nos livros da vertente estudada a proposição de uma criação de comunidade que ignora o “século”, e que, partindo do sujeito, busca o cósmico.

Por outro lado, Samuel Smiles, ao escrever seu livro *Self-Help*, buscava preparar o sujeito para defender-se do Leviatã do Estado, que então começava a firmar-se, e não propunha que se fizesse isso em oposição aos outros sujeitos, mas em unidade com eles (os operários de Leeds transmitiam entre si seus conhecimentos específicos). Portanto, em seus primórdios, a concepção de “auto-ajuda” era uma forma conjuntural de resistência do sujeito ao coletivo institucional e não exibia elementos místicos.

A análise levou naturalmente em conta, de um lado, ser a época em que a maioria desses livros alcança sucesso propícia ao surgimento de todo tipo de

milenarismo apocalíptico e, de outro, estar o mundo hoje às voltas com a realidade da “globalização” (termo criado pelo próprio neoliberalismo; cf. HARVEY, 2004a), fundada nos valores do neo-liberalismo, o que talvez possa explicar a ênfase desses livros no aspecto “unitivo”, coletivizante, das “soluções” que apresentam — mas de uma maneira que tanto pode ser vista, na superfície, como a aceitação ou como a recusa (ainda que claramente ilusória, mas relevante como “sintoma”) da forma específica de “coletivização individualista” que o neoliberalismo promove. A leitura discursiva dialógica que enceto aqui pode contribuir para desvelar os valores que esse tipo de gênero promove e revelar algo da “fórmula” de construção da identidade em que se baseiam, e/ou que propõem, a partir do estudo de como são interpretadas suas formas de organização do dizer.

Um possível vínculo com o liberalismo (que apresenta, a par dos problemas conhecidos, aspectos mais positivos do que o atual neoliberalismo neoconservador do “salve-se quem puder”, o chamado “liberalismo do livre mercado”; cf. HARVEY, 2004a, 2004b) foi apontado igualmente por Bordewich (1988, p. 44), que, falando em termos bem gerais do pensamento da Nova Era (incorporado em larga medida, como eu disse, pela literatura de auto-ajuda a partir dos anos 1960), afirma:

Ao validar a experiência mística e mágica, lança a dúvida correspondente acerca da confiabilidade do pensamento racional. Ao negar a importância do passado como base da ação, tem a capacidade de separar o indivíduo tanto de sua história como da história da sociedade... A filosofia da Nova Era imita o liberalismo, com sua linguagem de globalismo, cooperação, tolerância e verdade por meio da autocompreensão; mas rejeita como mero “reformismo” a preocupação tradicional do liberalismo com questões sociais... Na verdade,... de modo geral considera esses problemas meros estados de espírito

Ora, se isso é sem dúvida verdade, há distinções a fazer: nem todo o pensamento da Nova Era se enquadra aí, notadamente ao propor uma redefinição das relações comunitárias (e muitas são as comunidades fundadas na Nova Era; cf. SPANGLER, Op. Cit.) em termos de uma real tolerância, em vez de falsa tolerância das diferenças em nome da ampliação dos nichos de mercado. E nem toda busca de alternativas é necessariamente negação da preocupação social do liberalismo

tradicional, mas, muitas vezes, a busca de outros planos em que lutar, dado que o universo social e histórico assumiu hoje um caráter demasiado monolítico para permitir um confronto direto (lembramos as “heterotopias” de Foucault). Assim, a busca de uma comunidade virtual em que não se faz presente o religioso institucional nem a defesa exacerbada do consumo individual como forma de aquisição de identidade não é necessariamente uma forma de defender valores liberais (ou neoliberais) em nome do conformismo nem necessariamente uma defesa do irracionalismo. Não que as propostas da vertente estudada possam ser consideradas reais alternativas, mas há hoje um movimento de auto-ajuda nos Estados Unidos (cf. RIESSMAN, 2004) que tenta dar passos nesse sentido.

Quanto à questão dos “estados de espírito”, trata-se efetivamente de algo vinculado com uma vertente do pensamento na Nova Era segundo a qual a mente cria *materialmente* o mundo (cf. CHOPRA, 1989, 1991, 2000), o que constitui uma deturpação da idéia do movimento conhecido nos EUA como *New Thought* [Novo Pensamento], de cunho pragmático-individualista, segundo a qual a atitude mental que se tem diante do mundo pode alterar nossa posição nele a partir de nossos esforços – mas não o mundo *per se*.

Por outro lado, e isso é significativo quando pensamos no que diz Bordewich, na literatura de auto-ajuda é praticamente um “lugar comum” argumentar em favor do caráter “científico” ou ao menos “bem fundado”, “coerente”, das propostas que são feitas ao leitor em termos de sua identidade e das propostas de transformação apresentadas. Esse é mais um elemento que justifica meu trabalho, visto que essa reivindicação de cientificidade/coerência parece incompatível com a sugestão, presente nas próprias propostas “anti-racionalistas” dos livros em questão, de que as ciências não têm respostas a dar aos problemas do mundo. Assim sendo, a análise pode levar subsidiariamente à compreensão dos simulacros de mundo, de ciência e de “natureza” humana que essa literatura “vende”, bem como de sua proposta acerca da identidade julgada apropriada a esses novos tempos tal como definida por suas propostas globais do “bem viver” (do “bem ser”?). E a identificação desses simulacros pode permitir a descoberta dos simulacros hegemônicos desses mesmos elementos. Uma hipótese possível é a de que estando a visão dominante de ciência tão arraigada, ter o científico como fiador talvez seja uma estratégia incontornável. O confronto entre o recorte dito científico da realidade e da inflexão que a vertente

estudada dá a esse recorte tem profundas relações que a questão da formação dos gêneros.

Passo agora a um sumário das réplicas.

6.4 Réplicas de gêneros parasitados – ou “ninguém chuta cachorro morto”²

O levantamento aqui feito busca verificar a eficácia discursivo-genérica das enunciações vinculadas com os livros da “fase parasitária” nas “réplicas” por eles suscitadas. Fiz um duplo levantamento: nos livros do *corpus*, e em alguns outros, busquei identificar elementos que me permitissem verificar a que “pergunta” os livros respondiam. Isso naturalmente implicou alguma espécie de oposição/diferenciação com respeito a outras reações possíveis a essa “pergunta” no âmbito do tecido social recortado por interesses contraditórios e contrários, o que me levou a examinar as réplicas tendo em vista a questão da arena de vozes do Círculo de Bakhtin, a oposição entre formações discursivas de Maingueneau e as axiologias e conotações socialmente possíveis de que trata Greimas – que são a meu ver bases sólidas para uma leitura da intergenericidade tensa que o objeto revelou ter.

Tendo identificado os principais “diálogos” travados pelos referidos livros do *corpus* - dado não ser possível um levantamento exaustivo da interdiscursividade/intergenericidade -, busquei ouvir sua “voz” com relação aos “mesmos” temas, sua contrapartida em termos de “interincompreensão constitutiva”. Assim, examinei algumas das mais destacadas “réplicas” dos gêneros apropriados pela vertente, em diferentes graus, de modo tenso: as principais modalidades da discursividade da área médica e da discursividade religiosa que se tivessem manifestado em oposição ao gênero de auto-ajuda tal como aqui definido. Apresento os principais dados, buscando antes sintetizar tendências do que relacionar todos os vários tipos de réplicas.

As “réplicas” a que me refiro são:

1. O atual esforço médico-religioso — e a junção do médico com o religioso é deveras relevante — de ênfase no respeito ao agente e no aspecto comunitário da existência, configurado principalmente nas chamadas “comunidades terapêuticas”, dedicadas a vários tipos de

²E de modo algum defendo que se chutem cachorros vivos!

cura, notadamente de abuso de drogas, incluindo a nicotina e fundadas tanto na “auto-ajuda” como na chamada “auto-ajuda mútua” (DE LEON, 2003), com seu lema “Só você pode fazer, mas você não pode fazer só”. Essas comunidades, que baseiam seus processos de cura em, dentre outros recursos, “passos” que lembram os famosos e fundadores 12 Passos da associação norte-americana, fundada por dependentes do álcool, conhecida no Brasil como Alcoólicos Anônimos, lembram um pouco os ambientes institucionais dos hospitais psiquiátricos franceses tal como defendidos por, entre outros, Guattari (2004), exceto por envolverem em alguns casos a religião. Não obstante, a teoria e a prática dessas comunidades mostram que o envolvimento da religião não é determinante, provavelmente porque os assistidos vêm de um amplo espectro de opiniões, e a insistência no religioso *per se* poderia perturbar o tratamento;

2. A publicação pelo Vaticano de um texto contrário à Nova Era, que, tem relações com o gênero de auto-ajuda em geral, resultado declarado, o que é significativo, de dez anos de estudos (VATICANO, 2003). O estudo, cujo original foi redigido em inglês, tem versões em francês, italiano e espanhol, e “apresentações” (resumos comentados) em inglês, italiano, espanhol de português. Essas “apresentações” discutem os temas abordados e arrolam alguns outros elementos, inclusive em termos de como reagir, no âmbito do catolicismo, ao que se julga ser uma disseminação de temas da Nova Era (sobre a Nova Era, cf., por exemplo, SPANGLER, 1998);
3. A reação, desta vez ambivalente, do *establishment* médico clínico (que hoje conta com acupunturistas e homeopatas, recentemente incorporados, mas antes objeto de ferrenha oposição), e que levou à obrigatoriedade da inclusão, em livros de auto-ajuda que se dizem terapêuticos, de uma advertência (de teor variável, mas com o mesmo “tema”) de acordo com a qual nem os autores nem os editores sugerem que os procedimentos propostos funcionem por si só ou têm poderes terapêuticos, aconselhando o leitor a procurar um médico para tratamento. A ambivalência decorre do fato de que, se em alguns livros

há absurdos que podem de fato comprometer a saúde daqueles que seguirem certos procedimentos, em outros livros há apenas exercícios físicos baseados no ioga ou inócuas substâncias florais, algumas delas receitadas por alguns médicos e terapeutas sem problemas;

4. A reação da OMS (Organização Mundial de Saúde), que propôs recentemente alguma espécie de regulamentação do uso de medicamentos e terapias alternativas. Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo* (2004), a OMS reconhecendo a disseminação do uso destes, busca controlá-lo, algo a que se aplicam os comentários feitos no item 3 acima. Usando seu peso institucional de órgão consultivo, a OMS tem uma reação que parece menos opositiva do que a do *establishment* médico, mas que tem como objetivo circunscrever a influência dos medicamentos e terapias alternativas. Ora, um esforço dessa natureza só se justifica se o avanço do uso destes estiver ameaçando alguma posição estabelecida;
5. O uso por algumas tendências carismáticas católicas (cf. DE GRANDIS, 1995 e SCHUBERT, 2004, por exemplo) de recursos do gênero de auto-ajuda (pela via do chamado movimento do potencial humano, dos EUA, mais aceitável no contexto católico carismático de que os autores citados fazem parte, do que as tendências vinculadas com a Nova Era), como o são as “afirmações” otimistas. Trata-se da idéia de que a repetição de frases “afirmativas”, que não são necessariamente autoritárias nesse contexto, pode induzir o subconsciente, ou algo equivalente, a “crer” na verdade de seu conteúdo, criando assim bem estar para o sujeito que as repete. Isso tem relação remota com os mantras, as sílabas mágicas, da tradição asiática, mostrando-se assim como a “recuperação” no âmbito da Igreja dos próprios elementos anti-cristãos que esta condena. Porque propor que, em um ano, o leitor se torne um “agente de milagres” aproxima-se bastante da idéia de que “você vai ver quando crer” (cf. DYER, autor de *You'll see it when you believe it*);
6. As enfáticas propostas, no campo da bioética (cf. por exemplo, GARRAFA E PESSINI, 2003, para um panorama mundial) de

“humanização” da medicina, considerada excessivamente tecnológica e fria, que teria afastado o médico da cabeceira do doente e deixado em seu lugar tubos e sensores, mormente nos EUA, mas com ramificações nas principais cidades do Brasil, como São Paulo (cf. também DRANE, Op. cit.), o que julgo ser uma réplica indireta à visão negativa que têm do *establishment* médico em geral os textos de auto-ajuda. Assim, surgem no próprio âmbito médico vozes discordantes com respeito ao poder (em todos os sentidos) da medicina;

7. A publicação de *Happiness*TM, em 2002 (com edição brasileira em 2003, sob o título, não satírico, *Ser Feliz* [400 páginas!], de Will Ferguson, uma sátira aos livros de auto-ajuda, ao menos dos que envolvem revelações e gurus e coisas parecidas, mas igualmente uma crítica feroz à mercadificação da “felicidade”, também promovida pela prescrição de Prozac e assemelhados até para crianças entediadas com o ambiente escolar. Observe-se que o original dá satiricamente *status* de “marca tradicional”, o TM (*trade mark*), ao campo da auto-ajuda, o que a meu ver revela ainda assim a percepção de sua penetração, porque longo é o caminho de consolidação de uma *trade-mark*. Na trama desse livro, a palavra “*happiness*” é registrada como marca e se torna o marco de um novo stalinismo! O título em português produz a perda desse efeito, ao optar por “Ser Feliz” e não reproduzir o TM;
8. As reações de terapeutas (CHAGAS, 1999, por exemplo) que buscam desqualificar toda e qualquer proposta de auto-ajuda como ilusória, anti-científica, ineficaz, criminosa etc., sem no entanto dar uma explicação sobre por que os números de leitores estão em constante aumento, inclusive os de livros cujas propostas são de fato ilusórias (como é o caso de *Quem mexeu no meu queijo*) ou que só têm de auto-ajuda no sentido aqui definido o rótulo de marketing (manuais de aconselhamento como *Os homens são de Marte, as mulheres são de Vênus*, por exemplo);
9. Como não há discurso único nesse campo: Starker (Op. Cit), igualmente voltado para questões clínicas, busca ver de que modo os

livros de auto-ajuda em geral poderiam ser recursos auxiliares das terapias, chegando a identificar terapeutas que fazem uso deles nesse sentido. Além disso, ele faz um levantamento por década que permite perceber de que maneira diversas tendências de percepção da condição humana no ambiente social vão sendo incorporadas a esses livros;

10. As reações de antropólogos, sociólogos etc. (cf., por exemplo, RÜDIGER) que partem da idéia de que todos os exemplares da literatura de auto-ajuda promovem um individualismo desmobilizador *que já existiria*, desde os primórdios do capitalismo, como algo no interesse dele. Ora, um estudo como o de Rüdiger “prova” exatamente aquilo que pressupôs, visto que não busca nos livros senão trechos que validem o pressuposto. Assim, ora se refere a importantes distinções históricas mas não as explora (p. ex., a construção do caráter numa dada fase e a construção da individualidade em outra) ora vê como um todo indistinto diferentes momentos históricos e, assim, acaba por considerar os textos como voltados para uma só e mesma coisa, seja qual for a época, dado que, a partir de um recorte específico, reúne trechos de textos de diferentes datas para validar suas afirmações. É de perguntar porque alguém perderia tempo em oferecer um produto de que todos já dispõem: o individualismo, bem como em que se baseia a idéia de uma continuidade histórica, dado que, como o mostra Starker e meu próprio levantamento, há um grande dinamismo na esfera de auto-ajuda;
11. Destaco ainda que há conflitos no campo de estudos culturais que se ocupam de livros de auto-ajuda. Prova-o por exemplo o fato de uma autora como Rimke (2000; cf. cap. 2) selecionar textos ditos de auto-ajuda que de fato contribuem para a responsabilização de cada pessoa (de modo geral homens) por aquilo que os poderes públicos não mais querem se responsabilizar: a saúde, ao passo que Simonds (1992; cf. cap. 2), ainda que busque revelar o caráter ilusório, do ponto de vista dos estudos feministas, das soluções propostas, principalmente as mulheres, identifica algo mais do que o individualismo;

12. As reações contrárias das classes cultas em geral à literatura de auto-ajuda (ou assim caracterizada), que “torcem o nariz” para o “anti-intelectualismo” e os valores de “classe média” que a seu ver levam as pessoas a ler esses livros, sem se dar conta de que mesmo nas classes cultas há muitos leitores, que a eles recorrem precisamente em situações de “crise”, nas quais não encontram consolo vindo da medicina, da psiquiatria ou das psicoterapias (cf. a esposa do médico), dado que a solução religiosa, institucional ou não, é descartada em princípio;
13. Num questionário informal que apliquei a voluntários anônimos, de nível universitário, via Internet (ver Anexo 1), dado ter-me dado conta de que havia certa rejeição mesmo a estudar livros de auto-ajuda, percebi pessoas (a maioria mulheres!) se “desculpando” por ler ou ter lido livros de auto-ajuda, e a maioria disse que só passou a ler, ou leu uma só vez, quando se viu acossada por alguma espécie de “crise” relevante, dos mais diversos tipos, o que me remeteu de imediato à ênfase dos livros estudados na existência de uma crise corrente ou vindoura, e me deu mais um indício de que esses livros respondem a alguma pergunta socialmente significativa.

6.5 O “contágio” de gêneros parasitados

Um relevante fenômeno, a meu ver subproduto do sucesso dos livros de auto-ajuda, mas igualmente sintoma do avanço de correntes religiosas carismáticas que buscam inserir-se no clima religioso “não institucional” propício aos livros de auto-ajuda, é o surgimento, no contexto de editoras religiosas de várias partes do mundo, de livros que chamo de “semi-auto-ajuda”. Trata-se de livros que unem, por exemplo, doutrinas da Igreja Católica à chamada Programação Neuro-Lingüística e outras tendências “heterodoxas”. Uma manifestação dessa tendência (pois há mais exemplos) são livros de autoria de carismáticos católicos que incorporam a temática da cura tal como apresentada pela vertente de que me ocupo. É o caso de, por exemplo, *A Cura pela Missa* (DE GRANDIS, 2000). Ao que parece, isso tende a se intensificar, dado que foi publicado desse autor um livro próximo da tendência de

auto-ajuda mais “milagreira” , uma espécie de “heterodoxia” católica, mais do que de uma assimilação católica de estratégias “vencedoras” das vertentes de auto-ajuda: *O milagre - uma abordagem dinâmica* (DE GRANDIS, 2003).

Nesse livro, há uma curiosa enumeração de “milagres cotidianos” que abrangem os mais corriqueiros eventos. Cabe mencionar igualmente *Confissões sinceras – Orações para curar os segredos de sua alma* (SCHUBERT, 2004), co-autora de 9 dos livros de De Grandis! O livro, prefaciado por De Grandis (!), traz 12 capítulos (os “passos” dos Alcoólicos Anônimos) de sugestões práticas, todos com um conjunto de subseções de mesmo título. Todos os capítulos exibem no título a estrutura “Quando você tiver sensação de...”, complementados por Vergonha/Dor etc.

6.6 Alguns dados estatísticos sobre “auto-ajuda” e outras designações relevantes

Além do exame dessas replicas, decidi fazer um levantamento via Google da frequência de ocorrência de certas palavras relevantes para esse estudo e identifiquei alguns relevantes fatos. Em primeiro lugar, a presença (em 31/08/2004; 16h 43) do termo “auto-ajuda” em 105.000 páginas *brasileiras* da Internet (ao lado de 1.770 com o termo “*self-help*”). Trata-se da metade do número de referências existentes a, por exemplo, “psicologia”, “religião” e corresponde a cerca de 12% das referências a “medicina”!

Quanto a “*self-help*”, em toda a Web, temos 4.930,000 páginas (!), cobrindo todos os sentidos da palavra, para 44.800,000 de “*medicine*” (que designa em inglês a prática médica e os remédios, o que facilita a multiplicação), 14.900,000 para “*psychology*” e 7.830,000 para “*religion*”! Considerando-se que o gênero de auto-ajuda enquanto objeto digno de atenção social é bem mais recente do que esses campos, é marcante essa sua presença.

Se somarmos 13.400,000 de referências a “*new thought*”, que como vimos está associado com a discursividade de auto-ajuda (cf. seção 2.3), mesmo considerando as repetições numa mesma página ou site, isso mostra uma verdadeira coqueluche de “auto-ajuda” no mundo, no nível da oferta de um recurso cada vez mais utilizado no mundo moderno, a Web.

6.7 Considerações Finais

O levantamento da frequência de ocorrência de “tópicos” vinculados com auto-ajuda revela a “oferta” de grande número de palavras relacionadas com o “tema” dos livros de auto-ajuda. E não corresponderá essa oferta de páginas e *sites* a uma demanda dos usuários da Web? Tudo indica que sim. Se um recurso como a Internet passa por um aumento do número de páginas referentes a “movimentos alternativos”, à falta de melhor designação, esses movimentos estão avançando em suas manobras de ocupação do espaço das instituições a que se opõem.

Todas essas “réplicas” às respostas que a vertente psico-espiritual do gênero de auto-ajuda busca dar a alguma(s) pergunta(s) já vislumbradas – todas girando em torno da idéia de que a “vida” está “doente” e de que os “remédios” existentes não funcionam – me levam a crer que identifiquei um momento privilegiado para a captura da reação a que gêneros “primeiros” podem ser levados por um dado gênero “segundo” voltado para a ocupação do espaço discursivo desses gêneros “primeiros”, o que é a meu ver indicio de que o gênero “segundo” está avançando nessa ocupação.

Por outro lado, como diz Maingueneau (1984), a consolidação de um discurso segundo é processo lento e complexo, e raramente termina com a “extinção” do discurso primeiro. A situação em que um gênero primeiro incorpora elementos do segundo é uma réplica ainda mais relevante desse gênero primeiro ao gênero segundo que se formou com base nele, indicando que este ganha terreno, dado que “ninguém chuta cachorro morto”. Se o gênero segundo fosse simplesmente ignorado, ou ao menos não incorporado, haveria entre ele e o primeiro uma relação de interincompreensão constitutiva que sustentaria a ascendência do discurso primeiro sobre o segundo.

A marca mais clara disso é a intensificação da incorporação de uma forma arquitetônica típica do gênero segundo pelo gênero primeiro, manifesta no livro de Schubert (Op. cit.). Na verdade, se o primeiro livro citado (2000) era uma espécie de “semi-auto-ajuda”, e o segundo (2003) uma ampliação dessa tendência, o terceiro (2004) de certo modo “mudou de esfera”, ficando de sua esfera específica apenas itens lexicais: se as referências bíblicas e menções a tópicos religiosos católicos

fossem substituídas por quaisquer outras, esse livro seria um exemplo típico de uma das vertentes dos livros de auto-ajuda.

Conclusão

A Apropriação de Gêneros por um Gênero em Formação

Toda pesquisa só tem começo depois do fim. Dizendo melhor, é impossível saber quando e onde começa um processo de reflexão. Porém, uma vez terminado, é possível ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era e que passou a ser.

AMORIM

Do ponto de vista do estudo *prático* de discursos da perspectiva do gênero, o trabalho demonstrou a coerência da proposta de que, diante de um texto – entendido em termos de materialidade e de unidade de sentido –, pensemos antes de tudo em sua genericidade e, por conseguinte, em sua discursividade. Isso envolve situá-lo numa dada esfera de atividades, com suas fixações e oscilações, para então abordá-lo, dado que o texto só faz sentido, mesmo do ponto de vista lingüístico estrito (e no tocante a isso as modernas teorias da referenciação também me parecem vir em meu favor), quando considerado em sua inserção discursivo-genérica, base das próprias escolhas lexicais. Porque se as formas da língua são o objeto da etapa final, e não o ponto de partida, de uma análise bakhtiniana (e só tenho formas da língua em atuações verbais, porque “em estado de dicionário” há apenas inventários), *mutatis mutandis* o texto como materialidade é o objeto que me dá acesso ao discurso e ao gênero, mas é a etapa final da análise: só depois de situá-lo num gênero e numa discursividade posso entender os sentidos que propõe!

Logo, o texto evoca de imediato, mas não de modo transparente, o gênero a que pertence e a relação discursiva específica entre os interlocutores que se constituem nesse gênero, e que constituem esse gênero. Essa relação, apesar de suas cristalizações, nunca é dada de uma vez por todas, visto que

se altera conjunturalmente, e muitas vezes de modo sutil, no curso da história, no tempo curto, médio e longo, a depender da especificidade da soma de relações sociais por que passaram e passam os sujeitos envolvidos e das maneiras específicas como esses indivíduos, com essas suas “histórias sociais”, se relacionam num momento específico.

Há nos livros estudados a presença destacada dos gêneros do aconselhamento psiquiátrico, psicológico, psicoterapêutico, o médico e o das tendências psicanalíticas (interpretadas norte-americanamente, ou seja, por vezes quase em termos comportamentalistas) que promovem estilos de vida ditos mais saudáveis/mais adaptados à lógica do capitalismo, do lado da *denegação*, e o do consolo religioso, sob diversos matizes, o das regras morais do “bem viver” e o de modos práticos e eficazes de agir com relação aos mais diversos assuntos, do lado da *assimilação*. Merece destaque que tanto os gêneros denegados como os incorporados se fazem presentes nos termos de uma roupagem pragmática típica da sociedade em que nasceram e se arraigaram; essa roupagem, ao recorrer a vestígios da máxima puritana “faça sua parte e o ajudarei”, agora ressignificada numa ambivalente espécie de ética mundano-divina, faz uso de estratégias que são igualmente formas de *apropriação* do gênero “outro”, do gênero do outro. Além disso, essa assimilação está presente nos diferentes textos do *corpus*, nos termos aqui descritos, mas não se realizam da mesma maneira!

Verifica-se que, quanto à produção, a partir da apropriação de formas composicionais, a par de “temas”, dos gêneros “parasitados”, o gênero de auto-ajuda avança na direção de apropriar-se das próprias formas arquitetônicas destes, buscando criar uma comunidade discursiva “alternativa”, de auto-ajuda, em oposição às de “hetero-ajuda”, da corrente principal da ajuda. Por outro lado, dadas as mudanças por que vêm passando ultimamente os gêneros parasitados — principalmente no sentido de levar mais em conta os sujeitos ajudados pelas “profissões de ajuda”, de propor a “auto-ajuda mútua” nas chamadas comunidades terapêuticas ou então de cerrar fileiras contra as propostas de auto-ajuda, é provável que o gênero de auto-ajuda esteja dando passos (largos?) na direção da ocupação de ao menos parte do espaço discursivo dos gêneros parasitados, de que esteja começando a passar da apropriação de formas composicionais à apropriação das formas arquitetônicas

desses gêneros, etapa importante para vir a ser de fato um gênero alternativo por direito próprio — para o bem ou para o mal.

Há aqui o esforço de criar uma esfera segunda, a partir do universo enunciativo dos gêneros parasitados, com vistas a ocupar o espaço discursivo destes e redefinir o contrato fiduciário, de confiança/confidência, entre autor e leitor, criando quem sabe uma nova comunidade discursiva — por mais virtual que seja -, algo que requer um *ethos*, uma imagem de enunciador, a redefinição dos presumidos, que mostre ser o “autor” inegavelmente capaz de propor o que propõe, bem como o uso de formas de composição familiares mas que não se definam em termos das arquitetônicas dos gêneros parasitados, porque isso seria mera imitação, repetição ou coisas desse tipo. As estratégias seguidas indicam assim que, como tem “inimigos influentes”, os gêneros em formação precisam criar o simulacro (desta feita no sentido de Greimas) de que não estão com eles numa relação propriamente de interincompreensão, mas de aproximação nuançada e não ameaçadora. Assim, não há na relação interlocutiva do gênero em formação uma neutralização propriamente dita dos gêneros parasitados, não há sua completa apropriação ou uma sobreposição a eles, não há uma voz própria do gênero parasitador, não há uma arquitetônica deste, mas uma situação ambivalente em que nem se mantém por inteiro uma dada tradição “genérica” nem há o risco de surgir um gênero que a sobrepuje. E não é essa a marca de todo trabalho intergenérico?

O exame dos livros, uma amostra do qual apresentei aqui, revela que, entre as principais estratégias de luta pela apropriação da arquitetônica dos gêneros com os quais entram em confronto e que incorporam podem identificar:

1. uma concepção da integridade da natureza humana como originariamente pacífica e unitiva, isto é, o ser humano é visto como entidade de si não agressiva e que busca a união com os outros (a unidade da criação e o amor divino prístino, algo que remete à genericidade religiosa em sua vertente puritana);
2. uma identificação do problema a ser abordado, de modo geral uma

crise que não é só pessoal, em termos que lembram o diagnóstico *médico psiquiátrico e clínico*, com algo de *religiosidade*, o que se faz presente nos vários gêneros de aconselhamento médico e nos sermões piedosos e de consolação do âmbito religioso. Esse diagnóstico sempre vê a situação pessoal ruim no âmbito da sociedade e da história, mas aponta para o extra-histórico e o extra-social como *locus* da melhoria, o que remete à discursividade religiosa, mas não ao “olhar” médico. Apresenta a cura como algo garantido, *caso se sigam à risca as prescrições*, o que lembra a um só tempo a temática da promessa divina de salvação para os fiéis e a certeza científica da medicina com relação à cura via tratamento, para todo e qualquer ser humano;

3. uma prescrição que, mais uma vez em termos dos gêneros *religiosos* (mas nesse caso de maneira não-institucional) e ingredientes de autoridade científica, mais propriamente médica, une o individual diretamente ao cósmico e, portanto, descarta o social e o histórico como *locus* possível de resolução da crise. Nota-se aqui que a suposta certeza científica, de cunho social e histórico, está aqui a serviço da própria negação desses planos, ao remeter ao plano cósmico e à união numa comunidade de cunho religioso que se acha além deles;
4. a proposição de uma imagem dos autores que destaca sua competência específica, *prática*, mas sempre bem *fundada teoricamente*, tal como o são os locutores dos discursos assimilados ou rejeitados pelo gênero (as várias vertentes da discursividade médico-psiquiátrica, com sua certeza advinda da ciência universalizante, e as da discursividade religiosa, com sua certeza decorrente da bondade e/ou propiciação da divindade). Os autores demonstram que partem de sua própria experiência (real ou suposta) e de uma reflexão a respeito dela, e ao mesmo tempo em que se caracterizam como competentes, buscam aproximar-se das situações de vida dos interlocutores e transmitir-lhes não um saber de especialista, mas a competência de refletir sobre sua própria situação e de agir para mudá-la – o que distingue esses livros dos de

aconselhamento, em que um especialista transmite informações, mas não transfere uma competência;

5. a proposição de uma imagem dos interlocutores que vê neles possibilidades, principalmente *psíquicas*, ou ao menos individuais, não concretizadas, porém facilmente concretizáveis com a ajuda do que o livro propõe, desde que o sujeito se empenhe no seguimento de uma dada linha de ação. O que há de diferente aqui com relação aos “manuais do sucesso” é que não há a ênfase exclusiva no aspecto individual, mas na proposição de que essas possibilidades são comuns a todos os seres humanos nem a proposição de que o indivíduo se imponha aos outros, mas a ênfase na necessidade de cada pessoa reconhecer um plano em que forma unidade com as outras: o agir é individual, mas o sujeito não é um predador que ocupa o centro do mundo;
6. apresentação com certo nível de detalhe e num formato que simula o discurso *científico* e algo dos pronunciamentos religiosos, da proposta do autor, o que enfeixa os vários elementos já aludidos;
7. a “proposta” ao interlocutor de que ele venha a assumir uma dada identidade, distinta da que tinha até agora, seja para permanecer no nível pessoal ou transmitir aos outros as dádivas assim recebidas. Mas trata-se sempre de uma identidade típica de uma dada comunidade discursiva fora da sociedade e da história a que cada indivíduo é chamado a aderir, porém com marcas identificáveis precisamente da sociedade e da história de que o discurso é parte. *Mais uma vez*, une-se o pessoal ao coletivo num plano por assim dizer virtual, dado que fora da sociedade e da história e une-se o científico ao religioso de um modo que recusa as hierarquias impostas pela relação entre especialista e leigo, do lado da ciência, e da relação entre porta-voz da divindade e fiel, do lado da religião;
8. a proposição ao interlocutor de um detalhado percurso *prático* e *acolhedor* destinado a fazer que ele vá da doença à cura /*salvação*, na forma de uma passagem da “*separatividade*” à *unidade* de “tudo e de todos” (*religio?*), o que mais uma vez distingue esses livros dos livros voltados para o “sucesso ao seu alcance”

Outro ponto a destacar é certa ambivalência configurada na repetição de termos, expressões, formas de enumerar itens etc. nesses livros, tanto em cada um deles como em todos eles tomados em conjunto. Há indicações de que esse termo é tido como um presumido, ainda que, dada a defesa cerrada, nos trechos analisados, de um dado sentido desse presumido (?), o discurso possa tanto supor que o interlocutor ainda não está totalmente inserido nessa formação discursiva, como julgá-lo a tal ponto inserido que a repetição já não cria senão o sentido de confirmar essa sua condição.

A repetição lembra aqui a constante repetição doutrinal – e mais do que isso, doutrinária – que se vêem em textos religiosos como encíclicas, cartas circulares de ordens, textos religiosos doutrinários em geral, etc., ou os discursos da ciência médica, repetição que reafirma a pertinência a uma dada comunidade discursiva, e o valor de um dado saber, algo que tem raízes antigas, e que ainda se faz presente em sua forma oral, por exemplo, no hábito dos índios brasileiros-peruanos cashinahua de repetir a história (creio que resumida) de seu povo, nos mesmos termos, vezes sem conta, e todos os dias, ao que parece visando manter a coesão da comunidade ao concentrar seus membros em torno da origem e da história comuns.

Observa-se que o contador de histórias cashinahua segue somente as regras pragmáticas de “transmissão” da história (re)contada (cf. LYOTARD, 1999, p. 20), ou seja, não são os enunciados, mas a enunciação *per se*, o que importa; o modo de dizer e o fato de dizer é que criam sentido a partir da repetição, sem estar voltado diretamente para criar um novo tema - e ao mesmo tempo criando, dado que nenhum enunciado repetido o é sem alterações: esse enunciado é o do mito cashinahua, com seu enunciador autorizado, e essa estrutura mítica não admite contestação. Mas por que repetir uma história que não é contestável? Pode ser que, a cada vez que se repetem os mesmos enunciados no ambiente cashinahua, crie-se o sentido da permanência da “verdade” do dito, a “atualização” permanente do caráter incontestável do mito. Esse caráter incontestável é o tema *da enunciação*, o que faz os enunciados *per se* recuarem para o segundo plano e destaca o ato de dizer como o garante da permanência.

Nesse sentido, a repetição nos textos estudados estaria a meio caminho entre a tranquilizadora reafirmação do “presumido” incontestável e o esforço de tornar esse “presumido” incontestável, o que equivaleria a negar que ele seja de fato presumido. Assim, a estratégia cashinahua seria uma matriz da refutação do discurso “outro” por denegação, e o uso de seu sucedâneo nos livros estudados seria uma forma de apropriação ressignificadora de saberes “outros” para os fins genéricos específicos do discurso. Ao insistirem mediante a repetição na “verdade” do que enunciam, e ao refutarem por denegação outras “verdades”, os livros desvelam que sua “verdade” é objeto de dúvida.

A afirmação de que a vertente que estudo é um gênero em formação advém de sua falta de articulação e de autonomia “genérica”, o que este meu exame demonstrou, e que julgo explicável por dois motivos: em primeiro lugar, o fato de seus gêneros primeiros propriamente ditos, o gênero da ética puritana e o gênero do empreendedorismo individualista, tanto nas versões “tradicionais” como “modernas”, estarem demasiado arraigados na cultura norte-americana para serem totalmente descartados, ao menos até o momento, e, em segundo, o fato de os gêneros com que a vertente entra em confronto serem institucionalmente fortes o bastante para desestimular o confronto direto.

Lamentavelmente, a maioria dos livros que faz maior sucesso, em larga medida em função do *marketing*, mas a escolha justo de livros de um dado formato para promover já diz da imagem que têm, é formada justo pelos livros mais ilusórios e enganadores, o que, se prova o acerto das análises de estudiosos aqui citados, não nega o fato de muitos deles terem se deixado levar pela popularidade e, assim, não tenham se dado conta da especificidade da vertente que é meu foco, e de outras variedades no âmbito do gênero, ficando assim restritos a livros promovidos pelas forças institucionais visando provavelmente desmoralizar concepções alternativas do estar no mundo como as que se vêem em alguns movimentos norte-americanos.

Identifiquei as principais estratégias por meio das quais essa vertente procura apropriar-se dos componentes dos gêneros com os quais entra em confronto indireto, com vistas a ocupar o espaço discursivo (Maingueneau) destes, com destaque para os gêneros do aconselhamento psiquiátrico/psicológico e o do consolo religioso (vistos socialmente como

“discursos autoconstituintes” [cf., MAINGUENAU, 1999]). Há nesse gênero em formação a presença dos gêneros do aconselhamento em geral, bem como psiquiátrico, psicológico, psicoterapêutico, do gênero da popularização de conhecimentos médicos e o das tendências psicanalíticas (interpretadas norte-americanamente, ou seja, por vezes quase em termos comportamentalistas) e outras, que promovem estilos de vida ditos mais saudáveis/mais adaptados à lógica do capitalismo, do lado da estratégia de recusa, refutação etc., por denegação e o do consolo religioso, sob diversos matizes, o das regras morais do “bem viver” e o de modos práticos e eficazes de agir com relação aos mais diversos assuntos, do lado da incorporação explícita, todos eles marcados por uma roupagem pragmática típica da sociedade em que nasceram e se arraigaram.

Essa roupagem faz uso de estratégias que são igualmente formas de apropriação do “gênero do outro”; para tal, recorre a vestígios da máxima puritana “faça sua parte e o ajudarei”, que é tornada compatível com o pragmatismo popular do *New Thought*, agora ressignificada numa ambivalente espécie de “ética” mundano-divina, isto é, uma ética que une a idéia da busca da resolução de problemas pessoais pelo sujeito em sua vida cotidiana à idéia de que o coletivo de sujeitos se acha unido num plano divino que é sensível a esse agir pessoal.

Outra característica relevante dessa vertente é o fato de, partindo de distintas perspectivas “teórico-práticas” e diferentes textualizações advindas de diferentes campos (espiritismo, prática pessoal de cura, psicologia espiritual, poderes extra-sensoriais, no caso de meu corpus), exibirem notáveis semelhanças “arquitetônico-genéricas”, o que me parece um forte argumento em favor da idéia de que gênero e textualização não se confundem. As textualizações diferem, mas a discursividade se assenta no mesmo tipo de relações enunciativas.

A partir da apropriação de formas composicionais dos gêneros “parasitados” e do confronto denegativo com seus modos de ver/recortar o mundo, o gênero de auto-ajuda avança na direção de apropriar-se das próprias formas arquitetônicas destes, naturalmente ressignificadas, buscando criar uma comunidade discursiva “alternativa”, de auto-ajuda, em oposição às de “hetero-ajuda” da corrente masculina principal da ajuda, e mesmo da auto-ajuda

aconselhativa, como o demonstram, entre outras coisas, as várias réplicas que tem provocado, a meu ver indício de seu avanço, de sua força no embate da interincompreensão constitutiva (Maingueneau).

Essa apropriação manifesta-se como uma mistura não muito acabada (havendo contudo, como indiquei, graus distintos de inacabamento) de gêneros justapostos e sobrepostos, sempre vinculados com as discursividades médica e religiosa, criando um “todo mecânico” de que se identificam as partes umas ao lado das outras, sem que haja contudo uma articulação entre elas, uma arquitetônica definida, mas várias formas composicionais advindas de vários gêneros. Alguns dos livros avançam mais no sentido de criar sua própria arquitetônica, como é o caso, no corpus, de *Na plenitude da alma...*

Não há aqui gêneros intercalados, dado que os gêneros convocados não mantêm traços de sua identidade “genérica”, mas aparecem subjugados ao gênero apropriador, nem gêneros hibridizados, porque não se revelam aqui duas linguagens em confronto, mas uma só linguagem que se forma a partir de ingredientes de outras, sem as reconhecer em sua imiscibilidade e que até as escamoteiam, e, mais do que isso, uma linguagem que se constitui por meio da denegação dos enunciados das outras, ao tempo em que recorre a situações interlocutivas de que estas são parte.

Trata-se de enunciar a partir da posição da esfera da religião, da medicina, etc., sem ser parte dessas esferas e sem negá-las, exceto na forma de uma polêmica oculta denegativa, mesmo no caso de *Na plenitude da alma...*, que se pretende mais próximo de gêneros acadêmicos, mas que mantém cuidadosa distância de um confronto aberto, ao contrário do que ocorre no meio acadêmico norte-americano, buscando antes defender a possibilidade de integrar várias áreas aparentemente díspares em sua percepção social mais ampla, porém compatíveis nos termos das propostas apresentadas, o que é a base da hipótese “parasitária”: uma apropriação dinâmica de características dos próprios gêneros denegados, na forma da “colagem” de ingredientes organizativos e temáticos destes: a universalidade do saber, a presença da divindade, a crítica à cultura moderna, a idéia de um mundo secular em crise, insalubre à vida humana etc.

Dadas as mudanças por que vêm passando ultimamente os gêneros parasitados — principalmente no sentido de levar mais em conta os sujeitos ajudados pelas “profissões de ajuda”, de propor a “auto-ajuda mútua” nas chamadas comunidades terapêuticas ou então de cerrar fileiras contra as propostas de auto-ajuda (o Vaticano, por exemplo), é provável que o gênero de auto-ajuda tenha dado largos passos na direção da ocupação de parte relevante do espaço discursivo dos gêneros parasitados, de que esteja começando a passar da apropriação de temas e formas composicionais à apropriação de formas arquitetônicas desses gêneros, ressignificando-as (cf. TURNDORF, 2000) em seus termos e de acordo com seus objetivos específicos.

Eles parecem fazê-lo, em outros termos, a partir da redefinição do tipo de contrato fiduciário e de proposta de adesão a uma dada comunidade discursiva dos gêneros parasitados, base da proposição de uma nova esfera de cuidado de si, material e espiritual a um só tempo. Ao propor uma nova entoação avaliativa, esforçam-se por conseguir do interlocutor, que parece ser uma massa indistinta, ainda que composta em larga medida por mulheres, aqui e alhures, uma nova forma de responsividade ativa. A insistência na adesão a uma comunidade, ainda que virtual, parece comprovar a idéia de que a base do surgimento e consolidação de um gênero segundo não são as textualizações e discursividades *per se*, ainda que estas tenham importância, mas a criação de uma esfera secundária que as torne possíveis. Esse avanço da vertente estudada constitui, considerando-se os dados arrolados, uma etapa determinante para que ela venha a ser de fato um gênero por direito próprio.

A análise revela algumas “macro-marcas” de gênero, assim denominadas porque estão presentes nos 4 livros estudados. Apresento-as aqui retomando em outros termos o que apresentei acima ao fazer algumas outras considerações sobre o confronto inter-genérico, inserindo agora os dados no arcabouço conceitual de gênero propriamente dito:

- (1) o *tema* da “transformação da identidade” como a maneira adequada de superar uma situação diagnosticada como negativa em termos que

estabelecem uma cisão entre a solução proposta em cada livro – que varia de livro para livro quanto aos detalhes da “identidade” e da “transformação” – e outras soluções em circulação num dado “espaço inter-esferas”; esse diagnóstico da situação está a serviço dessa proposição, embora seja apresentado nos livros como sua base;

(2) a *forma composicional* de um *percurso* de transformação da identidade, distribuído sequencialmente, em termos de sentido, e não de sucessão linear pura e simples, que organiza todo o desenvolvimento deles nos passos desse percurso e nas correlações entre os passos;

(3) um *estilo* fundado ao mesmo tempo *na apropriação de gêneros “não ameaçadores”*, que são tidos como “aceitos”, e numa espécie de *polêmica denegativa* fundada na afirmação do contrário ou do contraditório dos discursos objeto de polêmica, sem a menção destes, que só na própria negação “indireta” podem ser identificados, o que cria um inseguro discurso interiormente dialogizado, evidenciando a situação social do gênero e refletindo seu caráter parasitário. Ou seja, o gênero recorre a várias tradições genéricas consideradas “não ameaçadoras” e as constitui em seus “fiadores”, pondo-as em confronto com outras tradições, consideradas “ameaçadoras”, o que cria, digamos assim, uma imprecisão estilística

(4) *um projeto enunciativo* que apresenta uma *posição enunciativa* de defesa do valor da experiência pessoal em geral, e de cada autor em particular, e numa reinterpretação especialíssima do que parecem ser alguns presumidos de base social ampla; esse projeto cria o simulacro do gênero primário “troca pessoal de idéias sobre o agir no mundo”, ou coisa parecida, deixando entrever em cada caso uma dada posição do autor nessa troca que, embora assimétrica, é trabalhada como se não o fosse, isto é, como se o leitor estivesse no mesmo nível.

Trata-se de uma interessante estratégia de propor a adesão a uma dada comunidade discursiva por se opor indiretamente aos livros de aconselhamento – que sempre acentuam ser a experiência do autor mais valiosa do que a do leitor – indiretamente porque os autores são apresentados como sendo, em algum sentido, “terapeutas”, mas mostram uma posição menos distanciada do que as típicas deste, sejam

informais, no âmbito do próprio universo de auto-ajuda, sejam formais, isto é, dos âmbitos em que o aconselhamento é institucionalizado;

(5) uma *arquitetônica* autoral que, mantendo o essencial do tema, do estilo e da forma de composição, assim como do projeto enunciativo, típicos da mobilização específica da arquitetônica do gênero, deixa marcas da ação específica de cada autor, seja no nível do desenvolvimento do tema, do uso da forma de composição, do estilo ou do projeto enunciativo, dando-lhes assim nova inflexão.

Esses elementos mostram que, como afirmei, *tema, estilo e forma de composição*, tomados por si só, não dão conta do que marca um gênero, dado que a ação autoral, que une um projeto enunciativo a uma arquitetônica autoral, e que envolve um estilo de gênero e de autor, cria inflexões que tornam cada membro de um gênero criador e portador de uma “personalidade” autoral definida mas ainda assim parte desse gênero.

Mesmo ficando no âmbito da *forma composicional*, vimos um mesmo recurso nos 4 livros, aquilo que denominei “percurso de transformação da identidade”, a partir do qual se realizou o tema do gênero, que denominei “a transformação da identidade”, mediante 4 textualizações diferentes no âmbito do mesmo gênero, o que na prática dá novas inflexões a uma mesma forma de composição. Os 4 livros propõem um “mesmo” percurso, e partem de um elemento comum – a união entre tradição e inovação, base de uma redefinição da própria condição humana, mediante a transformação da identidade e, portanto, nos termos específicos da esfera –, mas o realizam de diferentes maneiras, a partir de diferentes filiações específicas e com recursos composicionais, textuais e lexicais distintos.

Vimos ainda que cada livro desenvolve o que se poderia considerar um subtema, mas entendendo o termo como uma retomada específica do *tema global* do gênero, de sua *unidade temática* – em seus próprios termos, sem renunciar ao “compromissos” com o gênero e que, embora mantenha o *estilo de gênero*, propõe um projeto arquitetônico específico no âmbito da arquitetônica do gênero que é *típico de cada autor*. Isso reúne a meu ver forma composicional, tema e estilo sob a égide da arquitetônica do gênero, da

“tragédia” que cada livro quer resolver, o que pressupõe um trabalho autoral individualizado, em vez de uma submissão a regras formais de gênero.

Quanto à discursivização, vimos que foi mantido em todos os livros o “pacto” essencial do dispositivo enunciativo do gênero (a assimetria de saber e competência autor-leitor, modulada pelo simulacro do interlocutor como passível de tornar-se “igual ao autor”, identificável entre outras coisas por um “tom” coloquial que simula a apropriação do gênero primário, digamos, “troca de impressões sobre a vida”) que recebeu um tratamento enunciativo a um só tempo “típico” do gênero e específico de cada livro, havendo variações que refletem as diferentes nuances da posição enunciativa dos autores.

As “regras” do gênero estudado se acham fundadas na proposição de uma dada forma de relação interlocutiva assimétrica que impõe uma discursivização específica, ela mesma sujeita a alterações no âmbito da arquitetônica da ação autoral de cada livro, mas não necessariamente uma dada textualização. Nessa relação, o locutor detém um saber e uma competência que o interlocutor não detém, entre outras coisas por ser ela nova (“verdadeiro”), mas não desvinculada de algo antigo, consolidado (“espiritual”), e quer-lhe transmitir esse saber e essa *competência* em termos de uma dada valoração que “espera” uma dada resposta. Esses elementos impõem ao discurso o uso de determinados *tipos* de enunciado – que poderiam ter outro conteúdo dotados da mesma valoração – para impor um movimento de redefinição de certos presumidos, e isso leva à escolha de uma dada textualização.

A discursivização pode assim recorrer a diversas textualizações, de acordo com diferentes formas de composição, a partir da generificação. No nosso caso, retomando, tendo sido escolhida nos livros a forma de um “percurso” que leva do negativo presente ao positivo futuro, um conjunto de passos cuja arquitetônica global é “a transformação da identidade”, esta se realiza em cada livro nos termos específicos em função da “transformação” e da “identidade” específicas que cada livro propõe no âmbito dessa arquitetônica global, sendo mantido o tipo de relação interlocutiva que marca o gênero, sempre com as nuances específicas advindas da posição relativa dos interlocutores envolvidos.

Na prática, a análise em termos de gênero fundou-se de um lado em recursos analíticos típicos de uma análise discursiva, o que inclui a atenção às formas textuais empregadas, e, do outro, a introdução de algumas técnicas de análise *do ponto de vista do gênero* que incorporam os recursos de análise textual e discursivo e lhes confere uma maior amplitude ao examinar os livros em termos de arquitetura, atividade autoral, e, o que é vital, com ênfase nas relações enunciativas, que tomam o discurso como um *ato social concreto* entre sujeitos concretos, transfigurados, objetivados, de diferentes maneiras compatíveis, nas superfícies discursivas. Essa perspectiva faz que a análise aqui proposta se assemelhe a uma análise “literária” e mesmo que se aproxime em alguns de seus momentos de apresentam o que parecem “comentários” sobre a obra. Por esse motivo apresentei aqui um levantamento de elementos e uma interpretação desses elementos de dois pontos de vista, o primeiro em termos gerais e o segundo em termos do arcabouço de definição do conceito de gênero.

A coerência com essa definição criou a necessidade de ver os livros, como totalidades de sentido como *totalidades*, finalizadas mas não acabadas, como *grandes enunciados* – e não como conjuntos de artifícios ou artefatos cuja mera soma resultasse nos livros –, o que é perfeitamente compatível com a perspectiva de gênero desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin. Esse tratamento tem a vantagem de “afastar” a tentação de ver só o discurso ou só o texto sem levar em conta o gênero, ficando, no primeiro caso, restrito a estratégias discursivas e, no segundo, a seqüências textuais.

O estudo revela ainda que a dinamicidade característica das esferas se reflete nos gêneros que delas fazem parte, gêneros que surgem, se combinam, se alteram, “desaparecem” etc., num processo contínuo mas de modo geral lento que não envolve rupturas traumáticas, porém no máximo acelerações mais ou menos perceptíveis das mudanças contínuas e “invisíveis”, mudanças que, quando se sedimentam, levam a uma irrupção que parece ruptura, mas é antes o ponto culminante de um lento e longo processo: o outro está o tempo inteiro no mesmo, mas requer, para mostrar-se, algumas condições que não se reúnem abruptamente, mas em permanente negociação conjuntural.

Por outro lado, o trabalho demonstrou ser vital para o entendimento da radicalidade de uma análise em termos de gênero o postulado da ausência de

correlação necessária entre uma forma textual e um gênero, em associação com o postulado de que todo texto é parte de algum gênero e o de que o discurso é a instância de mediação entre texto e gênero. Nesse sentido, afirmo que os chamados “gêneros textuais” são traduzidos de modo mais produtivo, no âmbito da obra do Círculo de Bakhtin, precisamente como “textualização”, “textualidade” ou “forma textual”, elemento contingente do plano composicional, ou do objeto exterior, mas não do plano arquitetônico, do objeto discursivo, este sim necessário a um dado “projeto enunciativo” de recorte do mundo que recebe a designação “gênero discursivo” – ainda que a materialidade textual seja a “cenografia” com que todo analista entra em contato. Por outro lado, fica patente que a obra do Círculo de Bakhtin, origem do conceito de gênero discursivo, resulta da união das duas correntes aristotélicas de estudo do gênero nos termos de uma concepção marxista de linguagem (e Maingueneau apresenta outra versão dessa união), tendo a versão bakhtiniana ocorrido no âmbito de uma concepção de linguagem fundada no que denomino dialogismo generalizado – algo que a distingue amplamente de várias concepções correntes.

Pode-se assim afirmar que, *no âmbito da teoria bakhtiniana*, base deste trabalho (e sem um confronto ilegítimo ou forçado com as outras teorias mobilizadas), a noção de “gênero textual” não é necessária, e deve inclusive ser evitada para não se confundir com a noção de “gênero”, que, como demonstrei, é da ordem do discurso. Como não há texto que não pertença a um gênero, como texto e gênero não se confundem, e como o discurso é a instância mediadora entre as textualidades e as genericidades, “gênero textual” é uma designação que deve ser explicitada de modo mais cuidadoso por seus propositores, estudiosos do discurso e utilizadores em geral a fim de demarcar sua especificidade.

Pensar as cristalizações ou sedimentações de formas textuais, que sempre se manifestam *em gêneros*, como estando associadas de uma vez por todas a gêneros faz que o próprio conceito de gênero discursivo perca o sentido, pois teremos apenas formas textuais fixas e imutáveis que prescindem da idéia de gênero – e mesmo de discurso –, seccionando a linguagem de seu *ab quo* e *ad quem*: o mundo e toda a sua instabilidade em meio à estabilidade: teremos um mundo de linguagem e de discurso composto apenas por formas

da língua e formas textuais, o que nega a validade do próprio conceito de enunciação, configurada, na feliz formulação de Ricoeur, a partir de idéias de Benveniste: o enunciado faz a linguagem regressar ao mundo, o que supõe ter vindo do mundo, e permite acrescentar que a análise do enunciado faz o mundo de que ele vem e de que é parte, desvelar-se por meio da linguagem em uso.

O percurso feito permitiu demonstrar portanto o que poderia parecer um truísmo, mas que por infelicidade tornou-se hoje um nefasto presumido que não corresponde ao que se vê na prática de muitos empreendimentos ditos de análise do discurso. Essa circunstância faz que a textualidade e as seqüências de vários tipos com que se pretende examiná-la assumam o papel de plano exclusivo de análise, o que torna a meu ver estudos ditos enunciativos estudos de enunciados desvinculados da enunciação, um evidente paradoxo.

O que o estudo demonstrou quanto à concepção dialógica do Círculo de Bakhtin pode ser resumido nos seguintes termos:

- a) Nenhum estudo discursivo pode prescindir dos aspectos lingüístico-textuais de seu objeto, que constituem parte vital deste.
- b) Nenhum estudo discursivo pode restringir-se aos aspectos lingüístico-textuais de seu objeto.
- c) Nenhum estudo discursivo pode prescindir dos aspectos sócio-histórico-ideológicos de seu objeto.
- d) Nenhum estudo discursivo pode restringir-se aos aspectos sócio-histórico-ideológicos de seu objeto.
- e) Nenhum estudo discursivo tem portanto legitimidade se não considerar seu objeto uma *unidade* que articula os aspectos lingüístico-textuais, que envolvem enunciados, e os aspectos sócio-histórico-ideológicos de seu objeto,, que envolvem a enunciação e, portanto, a situação de enunciação, em seus aspectos de produção, circulação e recepção.

Do ponto de vista das relações entre texto, discurso e gênero, e nisso o percurso feito me faz concordar com Marcuschi, as formas textuais de fato não podem escolher um gênero discursivo. Contudo, como também permite dizer o

percurso feito, e nisso discordo de Marcuschi, o gênero discursivo não está vinculado necessariamente a determinadas formas textuais. Assim, vou encerrar o trabalho reinterpretando bakhtinianamente duas propostas de Marchuschi e dois conceitos de Bazerman, no que pode parecer uma solução de compromisso, mas é antes a ressignificação de um confronto necessário e inevitável que constitui uma maneira de demonstrar que o conceito de gênero discursivo se acha fundado em categorias discursivas de um certo tipo que não excluem, mas antes ampliam, as categorias textuais.

Nesse sentido, o primeiro conceito de Bazerman de que lanço mão, o de “relações epistemológicas”, aproxima-se daquilo que Marchuschi chama de imprecisão de fronteiras e pode ser incorporado, tal como esta última, à idéia de gênero discursivo como recorte ideológico da realidade; o segundo, a “expectativa de gênero”, se aproxima da noção de “propósitos de gênero”, também sugerida por Marcuschi, e remete ao gênero como organizador da enunciação, como plasmador da realização de propósitos enunciativos.

Considero que esses dois teóricos se acham “em transição” e que várias propostas suas podem vir a ser importantes numa produtiva conciliação entre 3 elementos relevantes da questão do gênero que interessam de perto aos estudiosos do gênero e do discurso: (1) as textualizações, em vez de gêneros textuais, como materialidade que dá acesso ao gênero discursivo; (2) o gênero discursivo como recorte ideológico que mobiliza textualizações e as tem como seu aspecto formal no âmbito do discurso; e (3) a necessidade, apontada recentemente por Rojo (2005), Padilha (2005) e Mendes Barros (2005), de resolver questões de escolarização, transposição didática e didatização dos gêneros, igualmente presente, como eu disse, em Bazerman e Marcuschi.

Como afirmei, a idéia de “gênero textual” não cabe no âmbito da teoria bakhtiniana, que foi afinal a iniciadora da idéia de gênero e de que derivaram mais tarde outras teorias do gênero, e é necessário desenvolver os parâmetros de uma metodologia eficaz de trabalho com gêneros discursivos, dado que o “trato textual” dos gêneros se acha bem mais privilegiado. Levo em conta para isso, a par da obra do Círculo, textos recentes de Brait (2005), Brait e Melo (2005) e Machado (2005).

Minha proposta se configura nas seguintes afirmações:

1. Não há uma correlação necessária entre gênero e forma textual;
2. O discurso é o espaço de mobilização das textualidades em termos de sua inserção genérica.
3. As formas textuais apontam para gêneros que as mobilizam costumeiramente e, por isso, ao escolher um gênero, evocam-se a(s) forma(s) textual(ais) típica(s) desse gênero, ou seja, as formas que uma tradição genérica tornou mais comumente mobilizadas.
4. A escolha do gênero advém da relação interlocutiva específica do discurso específico nos termos da esfera, primeira ou segunda.
5. É a inserção genérica do discurso que determina a escolha da forma textual, e, mais do que isso, das próprias palavras, que, por conseguinte, podem variar no interior de um mesmo gênero sem que por isso o alterem substancialmente, mas impondo-lhe sempre diminutas mudanças que um dia podem transformá-lo, ou transtorná-lo, se pensarmos de outra perspectiva.

Essa proposta, como se pode ver, *não* faz o fiel da balança pender ilegitimamente para o gênero discursivo em detrimento dos demais aspectos, dado que não desprezo o aspecto textual, mas atribuo-lhe o que julgo ser seu devido lugar: um elemento vital da forma composicional, parcela vital da forma arquitetônica, que é o *locus* da articulação autoral do gênero – e autoral aqui, vale insistir, não designa tão somente o autor individual, *mas* a atividade autoral em geral no âmbito do gênero, a plasmação arquitetônica, como ficou demonstrado.

Os vários elementos mobilizados permitiram demonstrar que as formas textuais, ou textualizações, se alteram com maior frequência do que os gêneros, ou as generificações, e que as formas discursivas, ou discursivizações, ponto de ligação entre texto e gênero, imprimem ao texto as “regras do gênero” – com suas fronteiras imprecisas e suas sedimentações, umas e outras histórico-sociais. É portanto legítimo afirmar que texto não se confunde com discurso nem os dois com gênero; o discurso e o gênero definem a textualização no plano mais amplo das estruturas arquitetônicas, no plano dos

todos de sentido; o discurso é definido nos termos do gênero e a “tradução” discursiva do gênero é que produz textualidade.

Assim, o texto é entendido como o elemento mais importante do empreendimento de análise do discurso, porque sem a materialidade do texto não há discurso nem gênero, e como o menos importante, porque sem discursividade/genericidade, nenhum texto tem *sentido (smys)*, reduzindo-se à *significação (znachenie)* advinda de um dado estágio histórico-social de estabilização da língua e dos planos frástico e transfrástico, no caso do texto verbal, elementos que não interessam *per se* a uma teoria enunciativa, sendo contudo um nível subsidiário de sua análise.

Quanto ao estatuto da análise da textualidade no texto verbal como elemento subsidiário de uma análise enunciativa, remeto por fim a um “fiador” aparentemente inusitado (e que provavelmente não concordaria com minha interpretação): Jean-Michel Adam (1999, *passim*). Ao propor uma recuperação – a meu ver “textualizante” – de idéias bakhtinianas em que a base da análise seria a lingüística textual, o autor deixa uma clara impressão de que esta última se ocupa do componente por assim dizer “periférico” do empreendimento analítico (para uma discussão recente disso, cf. ROJO, 2005). Tudo se passa como se o objeto que ele pretendia ver como da ordem do repetível lhe escapasse das mãos, convocado que é pelo irrepitível, o que sugere a meu ver que a virtude, também na análise do discurso, está no meio (se bem ressignificado).

Assim, tendo iniciado com a alegação de que pretendia *resgatar* o conceito de gênero discursivo das vicissitudes por que tem passado, concluo com duas afirmações atrevidas e talvez temerárias, e empenho-me por arrematar, quem sabe inutilmente, as tantas linhas que segui. As afirmações são: não haverá nas tentativas de “textualizar” o discurso o temor de que o “lingüístico” escape à lingüística quando o analista se ocupa do real *locus* da produção do sentido, a interação social e histórica? Não terá chegado a hora de aceitar de fato que a ordem do lingüístico de modo algum é estritamente lingüística?

Para arrematar, alego que, a partir do que chamei de dialogismo generalizado, no mundo interior e no mundo exterior, a idéia do caráter

constitutivo do inacabamento do sujeito, de sua necessidade premente do outro para ser, e, portanto, à idéia da diferença como a base do surgimento do sentido, da identidade, dos atos, humanos. Julgo ter mostrado que essa diferença, que é da ordem da irrepetibilidade, ao ser objeto de uma teorização e da proposição de uma prática de análise coerentes, que são da ordem da repetibilidade, supõe a presença da semelhança. Porque assim como negar implica um afirmar precedente (Wittgenstein) e admite um novo ciclo de afirmação/negação, todo enunciado pressupõe enunciados anteriores e futuros, mostrando ser um elo de uma longa e interminável cadeia de enunciações que a um só tempo se assemelham no plano do “conteúdo” e diferem entre si no plano da realização.

A ênfase num sujeito ímpar mas não subjetivo, porque objetivado, e numa teorização que, como todas, generaliza, mas que, ao contrário de tantas outras, não objetiviza, ao lado do reconhecimento de que, entre o possível e o realizável há um agente que faz escolhas, que avalia, que se compromete, permite-me afirmar que as teorias do Círculo revelam de modo inequívoco que só um tratamento abrangente, transdisciplinar, dos fenômenos discursivos é capaz de fazer justiça à complexidade do ser, do agir e do significar dos seres humanos. Se todos os pontos de vista parciais de estudo têm sua validade como momentos de uma perspectiva mais complexa, a pretensão de tomar as partes estudadas pelo todo produz no plano teórico aquilo que, no fenômeno, Bakhtin chama de “todo mecânico”, uma totalidade falsa, porque nela não se faz presente a unidade do sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.-M., *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*, Paris : Nathan, 1999.
- ALEXANDROV, D. & STRUCHKOV, A. Bakhtin's Legacy and the History of Science and Culture: An Interview with Anatolii Akhutin and Vladimir Bibler. Baltimore: The Johns Hopkins University Press and the Society for Literature and Science. *Configurations* N. 1.3, 1993, p. 335-386.
- ALMEIDA, IVAN, "Le style épistémologique de Louis Hjelmslev". Disponível em : http://www.msh-paris.fr/~pierron/inedits/IA_LeStyleEpist.html, 02/07/1997. Acessado 03/08/1997.
- AMORIM, M. *O Pesquisador e seu Outro*. Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2001.
- . Um estrangeiro do interior — reflexões sobre a pesquisa com meninos de rua. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, vol. 48, 2. Revista co-editada por Instituto de Psicologia da UFRJ/Imago/CNPq, 1996, p. 105-123.
- . Altérité, formes de savoir et post-modernité. In: COLLECTIF PAIDEIA (Org.). *Y a-t-il une éducation après la modernité?* Paris : Écriture & Transmission/L'Harmattan, 2004, p. 47-62.
- . Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. *Cad. Pesqui.* [online]. jul. 2002, no.116 [citado 31 Outubro 2004], p. 07-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1574.
- . Ato versus objetivação e outras oposições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In: Eleventh International Bakhtin Conference, 2004, Curitiba. *Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. v. 1, p. 73-76.

- AMOSSY, Ruth. L'ethos au carrefour des disciplines : rhétorique, pragmatique, sociologie des champs. In : AMOSSY, R. (Org.). *Images de soi dans le discours — La construction de l'ethos*. Lausanne/Paris : Delachaux et Niestlé, 1999, p. 127-154.
- . Introduction. In : AMOSSY, R. (Org.). *Images de soi dans le discours — La construction de l'ethos*. Lausanne/Paris : Delachaux et Niestlé, 1999, p. 9-30.
- ANDREW. J. Dudley. *The Major Film Theories: An Introduction*. New York: Oxford University Press, 1976.
- . *Concepts in Film Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*. Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- ASSIS SILVA, INÁCIO, *Figurativização e Metamorfose - O mito de Narciso*, São Paulo, UNESP, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV-Revue de linguistique*, 26, 1982, 91-151.
- . *Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Larousse: Paris, 1995, 2 vols.
- . "Modélisations autonymiques et discours autre : quelques remarques". *Modèles linguistiques*. XVIII. fasc. 1., 1997, p. 33-51.
- BACH, R. *Ilusões: as aventuras de um messias indeciso*. Trad.: de Luzia Machado da Costa. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- BAJTIN, M. M. (1920-1924) *Hacia uma filosofia del acto ético. De los borradores y otros escritos*. Trad. e notas: Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/EDUPR, 1997.
- BAKHTIN. M. M. *Toward a Philosophy of the Act*. (1920-1924). Trad. e notas de Vadim Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1993.
- . (1920-1974). *Estética da Criação Verbal*. 2a ed. Tradução feita a partir da edição francesa. Trad. M.H. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- (1920-1974). *Estética da Criação Verbal*. 4a ed. Nova edição com tradução a partir do russo. Trad: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- (1929) *Problemas da Poética de Dostoievski*. 2ª. ed. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Forense-Universitária, 1997.
- (1975). *Questões de Literatura e de Estética (Teoria do Romance)*. 3a ed.. Trad.: A. F. Bernadini et al. São Paulo: UNESP, 1993.
- (Várias datas). *Art and Answerability: Early Philosophical Essays by M. M. Bakhtin*, edited by Michael Holquist and Vadim Liapunov. University of Texas Press, 1990.
- *The Dialogic Imagination: Four Essays*, org. por Michael Holquist, trad. Caryl Emerson e Michael Holquist. Texas: University of Texas Press, 1981.
- e P. N. Medvedev (1928). *The Formal Method in Literary Scholarship, A Critical Introduction to Sociological Poetics*. Trad.: Albert J. Wehrle. Harvard: Harvard University Press, 1985.
- BAKHTINE, M. (Década de 1930/1965). *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*. Trad.: Andrée Robel. Paris: Gallimard, 1970.
- BAKHURST, David. A memória social no pensamento soviético. In: DANIELS, Harry, org. *Uma Introdução a Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 229-254.
- BALTAR, M.A. Os gêneros textuais na formação dos professores: o perigo da gramaticalização dos gêneros. Sessão de comunicações temáticas do VII CBLA. 11 de outubro de 2004.
- BARROS. D. L. P. de Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (Org.), *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, pp. 27-38.
- Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A. et al. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 1996, pp. 21-42.
- *Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. (Orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*.

São Paulo: Edusp, 1994.

BAUDRILLARD, J. *Simulacres et Simulation*, Paris: Galilée, 1981.

BAZERMAN, Charles. 2000. *Shaping Written Knowledge: The Genre and Activity of the Experimental Article in Science*. WAC Clearinghouse Landmark Publications in Writing Studies: http://wac.colostate.edu/aw/books/bazerman_shaping/. Originally Published in Print, 1988, by University of Wisconsin Press, Madison, Wisconsin. Publication Date: November 1, 2000.

----- Gêneros Textuais, Tipificação e Interação São Paulo: Cortez, 2005a. Trad. e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel.

----- A conversation on text-type, genre and activity: meaningful use of forms. Palestra proferida no LAEL/PUC-SP em 4 de março de 2005b.

BEALER, George. The Incoherence of Empiricism. Disponível em: http://ucsu.colorado.edu/~bsid/logic/papers/Bealer/BealerThe_Incoherence_of_Empiricism.html. Acessado em 12/11/2002.

BERTRAND, Denis. Narrativité et discursivité, *Actes sémiotiques-Documents*. V. VI, 1984.

-----, "Figurativité, l'avant-scène du sens", *Vs*, nº 73-74, pp. 45-59.

BLANCHOT, M. (1955). *L'espace littéraire*. Paris: Gallimard-Folio essais, 1988.

----- *La communauté inavouable*, Paris : Minuit, 1983.

BORDEWICH, Fergus. "Colorado's Thriving Cults". In: *New York Times Magazine*, 1 de maio de 1988, pp. 36-44.

BORYSENKO, JOAN, *Na Plenitude da Alma: uma nova psicologia de otimismo espiritual*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. [Edição Original: *Fire in the Soul – A New Psychology of Spiritual Optimism*, Copyright (c) 1993 de Joan Borisenko, 1993.] São Paulo: Cultrix, 1996.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris : Fayard, 1982.

- BRAIT, B. ----- (Org.). *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- (Org.) *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2001.
- As Vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso. In BARROS, D. e J. L. FIORIN (orgs.), *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 11-27.
- Interação, Gênero e Estilo. In: PRETI, D., *Interação na Fala e na Escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 125-157.
- Mikhail Bakhtin: O Discurso na Vida e o Discurso na Arte. In: DIETZSCH, M. J. M., *Espaços da Linguagem na Educação*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 11-39.
- Estilo, dialogismo e autoria: identidade e alteridade. In: Eleventh International Bakhtin Conference, 2004, Curitiba. Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. v. 1. p. 138-144.
- Procedimentos de referencialização do texto. In: estudos lingüísticos. Xxvi anais de seminários do gel, 1997, campinas. Sp, 1997.
- Benveniste e bakhtin: duas fontes da análise contemporânea do discurso. In: anais do i seminário nacional de linguística e língua portuguesa - discurso, ensino e sociedade, 1996, goiania, go, brasil, 1996.
- A hilariante história de madame pommery na terra do café.. In: anais do ii congresso da abralic - discurso e memória, 1991, belo horizonte, mg, brasil, 1991.
- Vozes: a co-participação discursiva.. In: anais do v encontro da anpoll, 1991, porto alegre, rgs, brasil, 1991.
- O conceito de estilo em Bakhtin. In: 13o. InPLA: Metodologias de Pesquisa em Lingüística Aplicada, 2003, São Paulo. Caderno de Resumos: 13o. InPLA. São Paulo: Jet Graphic, 2003. v. 1. p. 118-118.
- Leituras, significações, efeitos de sentido. *Líbero*, São Paulo, v. 06, n. Número

- 11, p. 36-43, 2003.
- . Língua e literatura: uma falsa dicotomia. Revista da ANPOLL, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 187-206, 2000.
- . Subjetividade, argumentação, polifonia. Linha D'Água, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 107-111, 2000.
- . Mikhail bakhtin: autor e personagem. Revista usp, v. 39, n. 1, p. 158-173, 1998.
- . Sujeito e linguagem: a constitutiva alteridade. Cadernos de estudos lingüísticos, v. 35, n. 1, p. 77-93, 1998.
- . A construção do sentido: um exemplo fotográfico.. Revista língua e literatura, v. 21, n. 1, p. 19-27, 1995a.
- . La réception D'Émile Benveniste au Brésil: quelques aspects. Revista lingua e literatura, v. 21, n. 1, p. 197-215, 1995b.
- . (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001a. v. 1. 385p.
- . (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001b.
- . *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: EDITORA DA UNICAMP, 1996.
- . Interação, gênero e estilo. In: Dino Pretti. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. Humanitas, 2002.
- . Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-e-SILVA, M. C. P. & FAÏTA, Daniel. (Org.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. 1ed. São Paulo, 2002.
- . O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: Maria do R. Gregolin e Roberto Baronas. (Org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 1ed. São Carlos, 2001c, v. 1, p. 19-35.
- . A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: Castro. (Org.). *Diálogos com Bakhtin*. 3ed. Curitiba, 2001d, v. , p. 69-92.

- PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: Roxane Rojo. (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula. Praticando os PCNs*. 1ed. São Paulo/Campinas, 2000, v. 1, p. 13-23.
- Em meio às vozes que assediam Bakhtin, uma pesquisa teórica pertinente e original. In: Geraldo Tadeu Souza. (Org.). *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo de Bakhtin/ Volochnov/Medvedev*. 1ed. São Paulo, 1999, v. 1, p. 11-12.
- As vozes bakhtinianas e o dialogo inconcluso.. In: BARROS, D. E FIORIN, J.L.. (Org.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo, 1994, v., p. 11-27.
- (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005a.
- Estilo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 79-102.
- Introdução. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005c, p. 7-10.
- e MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 61-78.
- e ROJO, R. . Gêneros: artimanhas do texto e do discurso. São Paulo: Escolas associadas, 2001. 32p.
- BRANDÃO, M. (Org.). *Milton Santos e o Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- BRONCKART, J.-P. (1997/1999) *Activités langagières, textes et discours : Pour un interactionisme socio-discursif*. [Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo. SP : EDUC, 1999].
- Restrições e liberdades textuais, inserção social e cidadania. Conferência inaugural do XIV InPLA, São Paulo, 22/04/2004. Tradução : Anna Rachel Machado. Revisão : Adail Sobral.
- *et al. Le fonctionnement des discours*. Lausanne: Delachâux & Niestlé, 1985.
- BRONCKART *et al. Manifeste – Pour une reconfiguration des sciences humaines/socials. Une perspective vygotkyenne*. Mimeo, 1996.

- BRO, HARMON H.; BRO, JUNE AVIS. *O Crescimento Através da Crise Pessoal*. Prefácio de Charles Thomas Cayce. Coleção Edgar Cayce. Tradução: Adail Sobral. [Edição Original: *Growing Through Personal Crisis*, Nova York, Harper & Row, 1988.] São Paulo: Pensamento, 1992.
- BRUNELLI, Anna Flora. "O SUCESSO ESTÁ EM SUAS MÃOS': ANÁLISE DO DISCURSO DE AUTO-AJUDA". Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 2004.
- BUTTERWORTH, E. *O chamado do universo*. Rio de Janeiro: Nova Era/Record, 1993.
- CADY, H. E. Lessons in truth. Disponível em: <http://www.websyte.com/Unity/cady.htm>. Acessado: 06/12/2004.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Retrato da Leitura no Brasil*. CBL, 2001.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- . *O Tao da Física*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- . *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARNEGIE, Dale. *How to win friends and influence people...* New York: Pocket Books, 1936.
- CARNEGIE, Dale. *Como fazer amigos e influenciar pessoas*. Trad. Fernando Tude de Souza. 35º ed., São Paulo: Nacional, 1985.
- CEREJA, William. Uma proposta dialogica de ensino de literatura no ensino médio. Tese de doutorado. LAEL/PUC-SP, 2004.
- . Significação e tema. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 201-220.
- CHAGAS, Arnaldo. *A Ilusão no Discurso de Auto-ajuda e o Sintoma Social*. Ijuí: Editora Unijui, 1999.
- . O Sujeito Imaginário no Discurso de Auto-ajuda. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2000.
- CHANNING, William Ellery. Unitarian Christianity. Sermão por ocasião da ordenação do Rev. Jared Sparks, em Baltimore, na First Unitarian Church, no ano de

1819.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

----- *Langage et discours: elements de semiolinguistique (theorie et pratique)*. Paris: Hachette - Université. 1983.

----- *Une analyse sociolinguistique du discours*. In: *Langages*, 117, 3. Paris, Larousse, 1995.

CHOPRA, D. *Perfect Health: The Complete Mind/Body Guide* (ed. revisada e atualizada), New York: Three River Press, 2000.

----- *Quantum Healing: Exploring the Frontiers of Mind/Body Medicine*. New York: Bantam, 1989.

----- *Unconditional Life*. New York: Bantam, 1991.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CLARK, Katerina e HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Cambridge: Belknap-Harvard University Press, 1984.

CLAVREUL, J. *A ordem médica – poder e impotência do discurso médico*. Trad. : Colégio Freudiano do Rio de Janeiro et al. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CLOT, Y. *La fonction psychologique du travail*. Paris : PUF, 4a. ed. corrigida, 2004. (Edição brasileira em vias de publicação pela Vozes. Trad.: Adail Sobral.)

----- Palestra proferida no LAEL-PUC-SP em

COBIÁN FIGEROUX, Ricardo. La construcción de lo nacional-proletario como ficción literaria o la palabra como espejo de una poesía secuestrada. In: In: *Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference*. CD-ROM. ISBN 85-904398-1-X, 2003, p. 191-196.

CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. Introdução às teorias do contemporâneo Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1992.

----- *Teoria e valor cultural*. Trad.: Adail Sobral. São Paulo, Loyola, 1994.

COOPER, DIANA. *A Força da Paz Interior*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. [Edição Original: *The Power of Inner Peace*, Copyright (c) 1994

- de Diana Cooper. Publicado pela primeira vez por Judy Piatkus (Publishers) Ltd., Londres.] São Paulo: Pensamento, 1997.
- COSTA, I. C. O marxismo neo-kantiano do primeiro Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 293 ss.
- COQUET, J.-C., Réalité et principe d'immanence, *Langages*, nº 103, 1991, pp. 23-35.
- COTINGHAM, John. *Rationalism*. Londres: Paladin, 1984.
- CROWLEY, T. *Bakhtin and the History of Language*. In: Hirschkop, K. e Shepherd, D. (Orgs.), 1989. *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester, New York: Manchester University Press, p. 68-90.
- CRÉPON, M. e DE LAUNAY, M. (Orgs.) *La philosophie au risque de la promesse*. Paris : Bayard, 2004.
- DANIELS, Harry (Org.). *Uma Introdução a Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002.
- DE GRANDIS, R. *A cura pela missa*. São Paulo: Loyola, 2000.
- *O milagre - uma abordagem dinâmica*. São Paulo: Loyola, 2003.
- DESCARTES, R. *Discourse on the Method Of Rightly Conducting the Reason And Seeking for Truth in the Sciences*. "Descartes 'Discourse on the Method'", ed. James Fieser (Internet Release, 1996).
- DE LEON, G. *A comunidade terapêutica*. – teoria, modelo e método. Trad.: Adail Sobral et al. São Paulo: Loyola, 2003.
- DICKENS, Charles. (1857) *Little Dorrit* (Livro II – Cap. XII). (Dickens, Charles. "Little Dorrit." Great Literature Online. 1997-2004. Disponível em: <http://www.underthesun.cc/Classics/Dickens/dorrit/dorrit48.html>. Postado em: 2 Oct, 2004. Acessado em: 20 ABR 2004.
- DIONÍSIO, A. P.; A. R. Machado & M. A. Bezerra (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

- DISCINI, N. Estilo: dialogismo mostrado. In: *Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference*. CD-ROM. ISBN 85-904398-1-X, 2003, p. 244-250.
- DIXON, Mark H. *Rationalism and Empiricism - Some Notes on Epistemological Strategies and their Implications in Ethics*. Disponível em: www.onu.edu/user/FS/mdixon/handouts/rationalism.html. Acessado em 15/11/2002.
- DRANE, J. *Uma medicina mais humana*. Trad. A. U. Sobral. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2004.
- DOSSEY, L. *Reinventing Medicine*. San Francisco, Calif: Harper San Francisco, 1999.
- DUMONT, N. *Espelho, espelho meu*. O uso do espelho como forma de autoterapia. Trad.: M. S. Gonçalves e A. U. Sobral. São Paulo: Pensamento, 2003.
- DYER, W. *You'll see it when you believe it*. New York, Harper Collins, 1989.
- ELGIN, D. (1981). *Simplicidade voluntária*. Trad.: E. B. Cardoso Gomes. São Paulo: Cultrix, 1998.
- ELIOT, T. S. *Four Quartets*. Nova York: Harcourt, Brace & Co., 1943.
- EMERSON, Caryl. Keeping the Self Intact During the Culture Wars – A Centennial Essay for Mikhail Bakhtin. In: *New Literary History*, n. 27, 1996.
- *Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro DIFEL, 2003. Trad.: Pedro Jorgensen Jr.
- O mundo exterior e o discurso interior – Bakhtin, Vygotsky e a internalização da língua. In: DANIELS, Harry, org. *Uma Introdução a Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 139-163.
- EMERSON, R. W. *The Conduct of Life*. Boston: Ticknor and Fields, 1860.
- EPSTEIN, Mikhail. *After the Future: The Paradoxes of Postmodernism and Contemporary Russian*, Amherst: The University of Massachusetts Press, 1995, p.328-339.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Routledge. 2003.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo. As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- , et al. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.
- FERGUSON, M. *The Aquarian Conspiracy*. Los Angeles: JP Archer, 1980.
- FERGUSON, W. *Happiness™*. Edinburgh: Canongate Books, 2002.
- , *Ser Feliz*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- FIORIN, J. L., *As Astúcias da Enunciação*, São Paulo, Ática, 1996.
- , "Semântica estrutural: o discurso fundador". In: OLIVEIRA, A. C. e LANDOWSKI E. (Orgs.), *Do Inteligível ao Sensível - Em Torno da Obra de Algirdas Julien Greimas*, São Paulo, EDUC, 1995, pp. 17-42.
- , O estilo são dois homens. Mesa-redonda DIALOGISMO E ESTILO. Coordenado por B. Brait e com a presença de Norma Discini. XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BAKHTIN, 24 de julho de 2003.
- FERRY, Jean-Marc. *Les puissances de l'expérience*. Paris : Cerf, 1991
- FILLMORE, C. Christian Healing. Disponível em: <http://www.websyte.com/Unity/crh.htm>. Acessado: 05/11/2004.
- FOLHA DE SÃO PAULO. A consciência gráfica da escrita. (Artigo de Roger Chartier traduzido por L. R. M. Gonçalves). *Mais!* 8 de dezembro de 2002, p. 11.
- FONTAINE-DE VISSHER, *Phénomène ou structure? Essai sur le langage chez Merleau-Ponty*, Bruxelas, Facultés Universitaires Saint-Louis, 1974.
- FONTANILLE, J., "Un point de vue sur 'croire' et 'savoir'", *Actes Sémiotiques*, Documents 33.
- e ZILBERBERG, C., *Tension et Signification*, Bruxelas : Mardaga, 1998.
- FORNARI, L. e DE SOUZA, E. As narrativas nos discursos de auto-ajuda. In: REVISTA DA FAEEBA – Educação e Contemporaneidade [Departamento de Educação]. Ano 10, n. 15, jan/jun 2001, p. 133-141

- FORD, D. *Divórcio Espiritual*. Trad.: A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.
- FOUCAULT, M. *Michel Foucault – o que é um autor?*. 3ª. ed. Tradução: António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Veja/Passagens, 1992.
- . *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- . *The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language*. Tradução: A. M. Sheridau Smith. New York: Pantheon, 1972a.
- . *Las palabras y las cosas*. 4ª. Ed., Trad.: Elza Cecilia Frost. Madri: Siglo Veintiuno, 1972b.
- . *L'Ordre du Discours*, Paris : Gallimard, 1971.
- FREITAS, M. T. A; Jobim e Souza, S. e Kramer, S. (Orgs.) *Ciências Humanas e Pesquisa — Leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FUREDI, F. *Therapy Culture: Cultivating Vulnerability in an Uncertain Age*. London: Routledge, 2003.
- GARRAFA, W. e PESSINI, L. (Orgs.) *Bioética, poder e injustiça*. Trad. de textos de autores estrangeiros: Adail Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola/SBB/SUSC, 2003.
- GAVRAN, Alix e GAVRAN, Ronald. *O relacionamento perfeito não é um sonho*. Trad.: Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Cultrix, 2001.
- GENINASCA, J. "Et maintenant?". In: LANDOWSKI, E. *Lire Greimas*, Limoges, PULIM, 1997, pp. 41-57.
- GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press.
- . *The transformation of intimacy. Sexuality, love and eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- GILES, T. R., *História do Existencialismo e da Fenomenologia*, São Paulo, E.P.U., 1989.
- GONÇALVES, M. S. Elementos para uma proposição da noção de interlocutor como categoria lingüística, Dissertação de Mestrado, IEL – UNICAMP, 1981.
- GREIMAS, A. J., *Du Sens - Essais Sémiotiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1970.

- , *Du Sens II - Essais Sémiotiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- , "On Meaning", *New Literary History*, Vol. 20, nº 3, primavera de 1989, pp. 539-550).
- , *Semântica Estrutural*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1973.
- , *Sémantique structurale*, Paris, Larousse, 1966.
- , "Semiótica Figurativa e Semiótica Plástica", in *Significação - Revista Brasileira de Semiótica*, n.º 4, junho de 1984, Tradução de Ignacio Assis Silva, pp. 18-46.
- , *De L'Imperfection*, Paris, Pierre Fanlac, 1987.
- , "La enunciación. Una postura epistemológica", Puebla, México, UAP, 1996, pp. 7-25.
- e Courtès, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisoné de la théorie du langage*. Paris: Hachette Université, V.1, 1979, V.2, 1986.
- e FONTANILLE, J. *Semiótica das Paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- GROF, S. e GROF, C. *Emergência espiritual. Crise e transformação espiritual*. Trad.: Adail Sobral, São Paulo: Cultrix, 1992.
- GROS, F. (Org.). *Foucault- a coragem da verdade*. Trad.: Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2004.
- GROUPE DE RECHERCHES SUR LES INTERACTIONS COMMUNICATIVES.
Disponível em: <http://www.ish-lyon.cnrs.fr/commun/COMISH/DOSSIER13.html>. Acesso: 05 fevereiro 2002.
- GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade*. Trad.: Adail Sobral e M. S. Gonçalves. Aparecida: Santuário, 2004.
- HABERMAS, J. *La technique et la science comme idéologie*. Paris: Gallimard 1973.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language Structure and Language Function*. In : LYONS, J. (Org.), *New Horizons in Linguistics*, Harmondsworth, Pelican, 1970.
- , "La sémantique et la syntaxe dans une grammaire fonctionnelle", in POTTIER, B., *Sémantique et Logique*, Paris: Mame, 1976a.

- e HASAN, R. *Cohesion in English*, Londres: Longman, 1976b.
- . *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: OUP, 1989.
- HALMARI, H. e VIRTANEN, T. (Orgs.). *Persuasion Across Genres*. A linguistic approach. Amsterdã: Benjamins, 2004.
- HARMAN, W. *Uma total mudança de mentalidade*. Trad.: Cecília Casas. São Paulo: Cultrix, 1994.
- . *Global Mind Change: The New Age Revolution in the Way We Think*. New York: Warner, 1990.
- HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004a.
- . *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12ª ed. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.
- . *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004b.
- HASAN, R. Text in the systemic-functional model. In: DRESSLER, W. U. (Org.). *Current Trends in Text Linguistics*. Berlim/New York, 1978.
- HAVELOCK, E. A. *A musa aprende a escrever*. Reflexões sobre a oralidade e a literacia da antiguidade ao presente. Lisboa: Gradiva, 1996.
- HAY, Louise. *You can heal your life*. Carlsbad, CA: Hay House, Inc., 1984.
- . *Você pode curar a sua vida*. Trad. Evelyn Kay Massaro]. São Paulo: Nova Cultural/Best Seller/ Círculo do Livro: 1990.
- HARRICHARAN. J. *A manhã só veio depois de uma longa noite*. São Paulo: Pensamento, 2001.
- . *Mesmo que você possa caminhar sobre as águas, tome um barco*. São Paulo: Pensamento, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Being and Time*. Tradução: J. Macquarrie e E. Robinson. Oxford: Oxford University Press, 1962.

- HJELMSLEV, L. T., *Prolegômenes à une théorie du langage*. Paris: Les Editions du Minuit, 1968.
- *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, São Paulo, Perspectiva, 1975.
- *Essais linguistiques*, Paris, Minuit, 1971.
- *Nouveaux Essais*, Paris, PUF, 1985.
- HERMANS, Hubert e KEMPEN, Harry J.G. *The dialogical self*. San Diego: Academic Press, 1993.
- HOLQUIST, Michael. *Dialogism: Bakhtin and his World*. London: Routledge, 1990.
- http://www.alfred.north.whitehead.com/AAPT/discussion_papers/2001_Orel.pdf.
Acessado: 14 JAN 2002.
- HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Disponível em: <http://etext.library.adelaide.edu.au/h/h92e>. Acessado: 23/11/2002.
- HUNT, F. (1856). *Worth and Wealth*. A Collection of Maxims, Morals and Miscellanies for Merchants and Men of Business, 1857.
- HUNTING, G. Working with God. Disponível em: <http://www.websyte.com/Unity/wwg.htm>. Acessado em 07/12/2004.
- HUSSERL, E., "Pure Phenomenology, Its Method and Its Field of Investigation", in P. McCormick e F. A. Elliston, *Husserl: Shorter Works*, Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1981.
- HUXLEY, A. *A filosofia perene*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- ILYENKOV, E.V. *Dialectical Logic: Essays on Its History and Theory*. Moscow: Progress Publishers, 1977.
- *The dialectics of the abstract and the concrete in Marx's Capital*. Moscow: Progress, 1982.
- INWOOD, Michael. Heidegger. São Paulo: Loyola, 2004. Trad.: Adail Sobral.
- IVANOVA, T. Le dialogue dans la linguistique soviétique des années 1920-1930. In: BRONCKART, J.-P. *Cahiers du ILSL*, n. 14, 2003, p. 157-182. Lausanne: Presses Centrales de Lausanne. (Número temático: Le discours sur la langue en URSS à l'époque stalinienne.)

- JAMES, W. (1902). *Variedades da Experiência Religiosa*. São Paulo, Cultrix, 1991.
- JANAWAY, C. *Schopenhauer*. São Paulo: Loyola, 2003. Trad.: Adail Sobral.
- JOHNSTON, W. *The Still Point: Reflections on Zen and Christian Mysticism*. New York: Fordham University Press, 1970.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. In: *Kant*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Trad.: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger.
- , *The Critique of Practical Reason*. Disponível em: <http://eserver.org/philosophy/kant/critique-of-practical-reaso.txt>. Acessado: 15/12/2003.
- KINGMA, D. R. *Amor por toda a vida*. São Paulo: Pensamento, 2001.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 97-103.
- KRISTEN, M. *Filha das Estrelas*. Uma aventura secreta. Trad.: M. S. Gonçalves e A. U. Sobral. São Paulo: Pensamento, 2002.
- LAFAVE, Sandra. Kant: The "Copernican Revolution" in Philosophy. Disponível em: <http://instruct.westvalley.edu/lafave/KANT.HTM>. Acessado em 20/11/2002.
- LAINE, Tapani. Back to Bakhtin. Comunicação apresentada na XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BAKHTIN. Resumo disponível em: <http://www.ufpr.br/bakhtin/texts/LAINE.htm>.
- LANDSBERG, M. *O Tao da motivação*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- LANDOWSKI, E. (Org.). *Lire Greimas*. Limoges: PULIM, 1997.
- , "Sinceridade, confiança e intersubjetividade", In: *A Sociedade Refletida*, São Paulo, EDUC/Pontes, 1992, pp. 153-163.
- LANGAGES, v. 13 (*L'Analyse du discours*). Paris: Larousse, 1969.
- LANGAGES, v. 117 (*Les analyses de discours en France*). Paris: Larousse, 1995.
- LASCH, Christopher. *The Culture of Narcissism: America Life in an Age of Diminishing Expectations*. New York; Warner, 1979.

- LEMERT, C. *Pós-modernismo não é o que você pensa*. Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.
- LENOIR, TIMOTHY, "Was That Last Turn A Right Turn? The Semiotic Turn and A. J. Greimas", *Configurations*, Vol. 2, 1994, pp. 119-136.
- LEMKE, Jay. Reading Bakhtin's filosofia postupka. Postado em: http://lchc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2001_02.dir/0127.html. Acessado: 20 JUL 2002.
- LÉVINAS, E. (1991) *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. Pergentino Stefano Pivatto et al. Petrópolis: Vozes, 1997.
- *Time and the Other*. Trad.: R.A. Cohen. Pittsburgh, PA: Duquesne University Press, 1987.
- LIMA, A. P. de. A interação professor-aluno em um centro de formação profissional ferroviário. Dissertação de mestrado. LAEL/PUC-SP, 2005.
- LINETSKI, Vadim (1996). Bakhtin Laid Bare. Or the Discourse of Innocence. *Sarah Zupko's Cultural Studies Center*. Disponível em: <http://www.popcultures.com/bakhtin/alibi.htm>. Acessado: 23 JUL 2003.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. In: LOCKE. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Trad.: Anoar Aiex.
- LONG, H. W. *Sane Sex Life and Sane Sex Living*. New York: Eugenics, 1937.
- LOPES, E. *Identidade e diferença*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LUFT, Lya. *Histórias do Tempo*. RJ: Record, 2000.
- *Perdas & Ganhos*, RJ: Record, 2003.
- *Pensar e Transgredir*, RJ: Record, 2004
- LYONS, M. e LEAHY, C. *A palavra impressa*. Histórias da leitura no século XIX. Trad.: Cyana Leahy. RJ: Casa da Palavra, 1999.
- LYOTARD, J. *A troca simbólica e a morte*. Trad.: Maria Stela Gonçalves e A. U. Sobral. São Paulo: Loyola, 1996.
- *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.

- MATIEYKA, L., Acerca de los primeros prolegómenos de semiótica em Rusia. In: VOLOSHINOV, V. 1976, p. 195-211.
- QUIMBY, P. P. *The Quimby Manuscripts*. (Org. por Horatio W. DRESSER). Disponível em: <http://www.ppquimby.com/hdresser/manscpts/manscpt.htm>. Acessado: 08/12/2004.
- MACHADO, A. R. *O ensino como trabalho*. Londrina/São Paulo, UEL/FAPESP, 2004. Org.: A. R. Machado. Leitura crítica: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- MACHADO, Irene A. A Teoria do Romance e a Análise Estético-Cultural de M. Bakhtin. Seção Livros, n. 5, pp. 135-42, mar.-mai./90.
- Gêneros Discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151-166
- MACISSE, C. (Fr.). Apresentação. In: SANTA TEREZA DE JESUS, *Obras Completas*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves, Marcos Marcionilo, Madre Maria José de Jesus. Apresentação do Prepósito Geral, Fr. Camilo Maccise, OCD, Prefácio de Fr. Patrício Sciadini, OCD. São Paulo: Loyola,/Edições Carmelitanas, 1995, p. 5-6.
- MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de discurso crítica. DELTA, n. 21, Especial, 2005, p. 1-9.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes d'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- *Genèses du discours*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
- *Sémantique de la polémique*, Lausanne : l'Age d'Homme, 1983
- *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.
- Analyzing self-constituting discourses, *Discourse studies*, vol. 1, n. 2), 1999, p. 183-199.
- Présentation. *Langages*, 117, março de 1995, "Les analyses du discours en France", p . 5-12

- . *Análise de Textos de Comunicação*. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- . *L'Analyse du discours*, Paris: Hachette, 1997 (edição atualizada de *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*, 1991).
- . Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, R. (Org.). *Images de soi dans le discours — La construction de l'ethos*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999, p. 75-100.
- MANJALI, Franson. *Literature and Infinity*. Shimla: Indian Institute of Advanced Study, 2001. (Esp. cap. 3, Dialogics, or the Dynamics of Intersubjectivity.)
- MARCUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua? *Revista Em Aberto*. Brasília: INEP-MEC, 1996.
- _____. MARCUSCHI, L. A. (2002) Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, p. 19-36.
- MARCHUSCI, L. A. Os desafios da identificação do gênero textual nas atividades de ensino: propósitos comunicativos versus forma estrutural. Palestra proferida no III SIGET, UFSM, Santa Maria, 2005.
- MARKOVÀ, I. E FOPPA, K. (Orgs.). *The Dynamics of Dialogue*. London: Harvester Wheatsheaf.
- MARX. K. *Economic & Philosophical Manuscripts of 1844*. Trad.: Gregor Benton (1974). Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/epm/index.htm>. Acessado: 18/04/2003.
- . *The Capital*. (Edição de 1887). Editado com alterações por F. Engels. Disponível em: <http://www.ex.ac.uk/Projects/meia/Archive/1867-C1/index-l.htm>. Acessado: 27/05/2004.
- BARROS MENDES, Adelma das Neves Nunes. A linguagem oral nos livros didáticos de Língua Portuguesa 3º e 4º Ciclos: Algumas reflexões. 2005. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris : Gallimard, 1945.

- *Le visible et l'invisible*. Paris : Gallimard, 1964.
- *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MEURER, J. L. *Aspects of Language in Self-Help Counselling*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC. Vol. 4 da ARES (Advanced Research in English Series), 1998.
- e MOTTA-ROTH, D. (orgs). *Gêneros textuais*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- e MOTA-ROTH (Orgs.). *Parâmetros de Textualização*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.
- , BONINI, A. e MOTA-ROTH (Orgs.). *Gêneros – teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- MILAN, Paolo Jachia de. La philosophie du dialogue de M. Bakhtine. In: *AXE - Revue électronique de la littérature québécoise et francophone - Electronic Revue of French Language Literature*, vol. 1 n. 1, Jan 1993.
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 167-176.
- MOITA LOPES, L. P. da e BASTOS, L. C. *Identidades – Recortes Multi e Interdisciplinares*. São Paulo: Cnpq/Mercado de Letras, 2002.
- MORSON, Gary Saul e Emerson, Caryl. *Mikhail Bakhtin: Creation of a Prosaics*. Stanford: Stanford UP, 1990.
- NEIVA, Anselmo de S. Literatura de auto-ajuda: para uma antropologia da solidão. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2000.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. OMS propõe regulamentação de terapias alternativas. Jamil Chade (correspondente). *Cad. Geral*. 23 de junho de 2004, p. A13.
- OLIVEIRA E SILVA, A. A interação escritor-leitor através de escolhas lingüísticas: Um estudo em textos de espiritualidade, auto-ajuda e de Chiara Lubich. Dissertação de Mestrado. LAEL/PUC-SP, 2000.
- OREL, Miroslav. F. W. J. Schelling's and M. M. Bakhtin's Process Thinking. Comunicação apresentada a The Third Australasian Conference on Process Thought, 29 de novembro de 2001. In: *AJPT*, vol. 3, Jun 2002.

- PADILHA, Simone de Jesus. Os gêneros poéticos em livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental: uma abordagem enunciativo-discursiva. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2005.
- PARRET, H. (ed.), *De la croyance. Approches épistémologiques et logiques*, Berlim-Nova York, De Gruyter, 1983.
- PÊCHEUX, M.. *Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod, 1969.
- *Les Verités de la Palice*, Paris, Maspero, 1975.
- *Language, Semantics and Ideology*, Londres, Macmillan, 1982.
- *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Editora da Unicamp, Campinas, 1988.
- PENNINO, Dorothy. *Engendering the Text: Self-Reliant Women in American Self-Help Literature*, George Washington University, 1990.
- PERINI, M. A. *A lingua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.
- PERRON, PAUL, "Introduction: A. J. Greimas", *New Literary History*, Vol. 20, nº 3, primavera de 1989, p. 523-538.
- PIAGET, J. *La représentation du monde chez l'enfant*. Paris: PUF, 2003 (Ed. orig.: 1926/1947). Há uma nova tradução brasileira em vias de publicação pela Santuário. Trad.: Adail Sobral.)
- *Le langage et la pensée chez l'enfant*. Neuchatel: Delachaux et Niestlé, 1923.
- *Le jugement et le raisonnement chez l'enfant*. Neuchâtel- Paris : Delachaux et Niestlé, 1924.)
- POZZATO, Maria Pia. L'arc phénoménologique et la flèche sémiotique. In : E. LANDOWSKI, *Lire Greimas*, Limoges, PULIM, 1997, p. 61-84.
- PSI – JORNAL DE PSICOLOGIA. Incerteza social estimula interesse por técnicas de auto-ajuda. Ano 19, n. 126, janeiro / fevereiro 2001. CRP/SP
- RAJAN, T. Autonarration and Genotext in Mary Hays' *Memoirs of Emma Courtney*. In: RAJAN, Tilottama e WRIGHT, Julia (Orgs.). *Romanticism, History, and the Possibilities of Genre*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.

213-239.

RAJAN, Tilottama e WRIGHT, Julia (Orgs.). *Romanticism, History, and the Possibilities of Genre*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RICOUER, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

-----. La promesse d'avant la promesse. In: CRÉPON, M. e DE LAUNAY, M. (Orgs.) *La philosophie au risque de la promesse*. Paris : Bayard, 2004, p. 25-34.

-----. *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

-----. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, 1997.

-----. *Del texto a la acción*. Ensayos de hermenéutica II. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica. 2 ed., trad.: Pablo Corona, 2002.

RIBEIRO, L. *Prosperidade*. 46a. ed. RJ: Objetiva, 1992a.

-----. *O sucesso não ocorre por acaso*. 71ª ed. RJ: Objetiva, 1992b.

RIMKE, H. M. Governing citizens through self-help literature. *Cultural Studies*, v. 14, n. 1, 2000, p. 61-78.

RIESSMAN, F. *The Self-Help Revolution*. Com Allan Gartner. New York: Human Science Press, 1984.

-----. *Self-Help and the Human Services*. Com Alan Gartner. San Francisco: Jossey Bass 1979.

Falta Riessman 2004

-----. *Redefining Self-Help* with David Carroll. San Francisco: Jossey Bass, 1995)

RULEWICZ, W., "A Grammar of Narrativity: Algirdas Julien Greimas".
<http://www.arts.gla.ac.uk/www/english/comet/others/glasgrev/rudz.html>,
08/01/1996.

RUPRECHT, HANS-GEORGE, "Aberturas Metasemióticas: Entrevista com Algirdas Julien Greimas", *RS/SI*, Vol. 4, nº 1, 1984.

PONZIO, A. *Man as a sign*. Trad. e org.: Susan Petrilli. Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter, 1990.

- POSSENTI. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- . O que significa “o sentido depende da enunciação”? In: BRAIT, B. (Org.) *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2001.
- PROVOST, Wallace H., Jr. The Rejection of Rationalism; The Birth of Idealistic Empiricism. Disponível em: <http://n4bz.org/gsr7/gsr700.htm>. Acessado em 13/11/2202.
- REALE. G. *Para uma nova interpretação de Platão*. Trad.: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1997.
- ROJO, R. A teoria dos gêneros em Bakhtin: Construindo uma perspectiva enunciativa para o ensino de compreensão e produção de textos na escola. In: B. Brait (Org.) *Estudos enunciativos no Brasil – História e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001, p. 163-186.
- . Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas, 2000, mimeo.
- . (Org.) *A prática de linguagem em sala de aula – Praticando os PCNs*. 2ª. Reimpressão. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- . Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: Meurer, J. L. , Bonini, Adair e Motta-Roth, Désirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, 2005, p. 184-207.
- ROSS, G. M. *Leibniz*. São Paulo: Loyola, 2001. Trad.: Adail Sobral e M. S. Gonçalves.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Le patient, le thérapeute et l'Etat*. Paris: Fayard, 2004.
- RÜDIGER, F. *Literatura de Auto-ajuda e Individualismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- RUGGIERO, Tânia Guidão Cruz. *Literatura de auto-ajuda: uma resposta ao desamparo do homem contemporâneo*. TCC Psicologia. PUC-SP, 1999.

- SAMPSON, Geoffrey. Empiricism v. Nativism - Nature or Nurture? Disponível em: <http://www.cogs.susx.ac.uk/users/geoffs/REmpNat.html>. Acessado em 15/11/2002.
- SANTA TEREZA DE JESUS, *Obras Completas*. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves, Marcos Marcionilo, Madre Maria José de Jesus. Apresentação do Prepósito Geral, Fr. Camilo Maccise, OCD, Prefácio de Fr. Patrício Sciadini, OCD. São Paulo: Loyola,/Edições Carmelitanas, 1995,
- SCHAEFFER, J.-M. *Théorie des genres*, Paris, Seuil, 1986.
- SCHOPENHAUER, A. Crítica da Filosofia Kantiana. In: *Schopenhauer*. Trad.: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SCHUBERT, L. *Confissões sinceras*. Orações para curar os segredos de sua alma. São Paulo: Loyola, 2004.
- SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L. (Orgs.). *Travail et ergologie : entretien sur l'activité humaine*. Toulouse : Octarès, 2003.
- SELF-HELP RESOURCE ASSOCIATION OF BC. Self-help/Mutual Aid/Professionals: A PracticalAlliance., 2004. Disponível em: <http://www.vcn.bc.ca/shra/publication/resources/pdf/pdf%20forms/SelfhelpMutualAidProfessionalsAPracticalAlliance-original.pdf>. Acessado: 23/11/2004.
- SFEZ, Lucien. *A Saúde Perfeita*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SHOTTER, J. Life Inside the Dialogically Structured Mind: Bakhtin's and Volosinov's Account of Mind as Out in the World Between Us. In: J. Rowan & M. Cooper, *The Plural Self: Polypsychic Perspectives*. Londres: Sage Publications. Disponível em: <http://www.massey.ac.nz/~alock/virtual/rowan.htm>. Acessado: 12 FEV 2002.
- SILVA, Maria Isabel D. O. Consultoria: Profissão de Ajuda. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1993/bb19/consultoria.htm>. Acessado: 25.06.2004.
- SILVA, Simone Bueno B. da (2004). Agora tem que ensinar gêneros! Comunicação apresentada ao 14º InPLA (Simpósio “Letramento e Posicionamento Identitário”).

- SILVESTRI, Adriana e BLANCK, Guilherme. *Bajtín y Vigotski: La organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993.
- SIMMEL, G. *Georg Simmel on Individuality and Social Forms*. Heritage of Sociology Series. Organização e apresentação: Donald N. Levine. Chicago: UCP, 1971.
- SIMONDS, Wendy. *Women and Self-Help Culture – Reading Between the Lines*. New Jersey: Rutgers University Press, 1992.
- SLAKTA, D., "Esquisse d'une théorie lexicosémantique: pour une analyse d'un texte politique (Cahiers de Dóleances)", *Langages*, nº 23, Paris, Didier/Larousse, 1971, pp. 87-134.
- SMALL, J. *Transformers, the Artists of Self-Creation*. Marina del Vale, CA: DeVorss & Co., 1984.
- *Awakening in Time*. New York: Bantam, 1991.
- SMILES, S. *(Self-Help) Ajuda-te*. RJ/Paris, Garnier, s.d.
- SOBRAL, A. U. *A Escola Francesa de Análise do Discurso: Elementos para um Resgate Crítico da Noção de Lugar Social*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1999.
- *A impossibilidade de realização do sentido: elementos sobre as tensões discurso-neurose e outro-outro*. Comunicação apresentada ao 12º InPLA, 2002.
- *A Impossibilidade de Realização do Sentido: Elementos sobre as Tensões Discurso-Neurose e Outro-Outro*. In: *Intercâmbio*, vol. XII (LAEL-PUC/SP). São Paulo: Educ, 2003a, p. 321-326.
- *Sujeito e polêmica em Bakhtin: Considerações teóricas e práticas*. Comunicação apresentada na Mesa Temática O Círculo de Bakhtin: EPISTEMOLOGIA E APLICAÇÕES (coordenada por A.U. Sobral) do II Congresso Internacional Todas as Letras: Linguagens, 2003b.
- *Para uma aplicação do conceito de ato em Bakhtin*. Comunicação apresentada ao 13º InPLA, 2003c.

- Para uma aplicação do conceito de ato em Bakhtin. Comunicação apresentada na XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BAKHTIN. In: *Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference*. CD-ROM. ISBN 85-904398-1-X, 2003d, pp. 664-666. (Trata-se, apesar do mesmo título, de uma versão reformulada e ampliada do tema.)
- Algumas Observações Epistemológicas sobre a Concepção de Sujeito no Círculo de Bakhtin. Comunicação apresentada ao 51º GEL (Taubaté), 2003e.
- Considerações Epistemológicas sobre a Semiótica Greimasiana. Comunicação apresentada ao XVI CELLIP, Londrina, 2003f.
- BRAIT, Beth (org.). *Estudos enunciativos no Brasil – Histórias e Perspectivas*, Campinas: Pontes/FAPESP, 199 páginas. (Resenha). In: DELTA, v. 19, n. 1, 2003g.
- Considerações sobre a publicidade de livros na REVISTA DO BRASIL, ou Monteiro Lobato “desafina o coro” da alta cultura do começo do século em São Paulo e no Brasil. Comunicação apresentada ao simpósio “São Paulo – 450 anos de Linguagem, Inserção e Cidadania” por ocasião do 14º InPLA, LAEL/PUC-SP, 2004a.
- Considerações epistemológicas sobre a semiótica greimasiana. Palestra proferida na FFLCH da USP, em reunião do Grupo de Estudos Semióticos (GES-USP) (Trata-se de uma versão ampliada da comunicação apresentada ao XVI CELLIP.), 2004b.
- Considerações sobre sujeito e sentido em Bakhtin e Greimas. Comunicação apresentada ao 52º Seminário do GEL (Campinas), 2004c.
- Algumas considerações sobre a apropriação de gêneros por um gênero em formação. Comunicação apresentada ao II SIGET, União da Vitória, 2004d.
- Considerações sobre sujeito e sentido em Bakhtin e Greimas. Comunicação apresentada ao III MiniEnapol de Semiótica, FFLCH/USP, 2004e (Trata-se de uma versão ampliada de comunicação de mesmo título apresentada ao 52º Seminário do GEL (Campinas)).

- A publicidade de livros na REVISTA DO BRASIL entre 1916 e 1921, ou Monteiro Lobato 'desafina o coro' da alta cultura do começo do século. (FFLCH/USP, 1998). Artigo inédito, em vias de publicação.
- Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo, Contexto, 2005a, p. 11-36.
- Ético e estético - Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo, Contexto, 2005b, p. 103-121.
- Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo, Contexto, 2005c, p. 123-150.
- Bazerman, Gênero e Bakhtin. Mensagem enviada à CVL, 08 de março de 2005. In: <http://groups.yahoo.com/group/CVL/message/7407>.
- Gêneros discursivos e apropriação do mundo: uma proposta bakhtiniana. Palestra proferida no dia 7 de novembro de 2005, por ocasião da III Jornada de Letras – Linguagem e Cultura em Diálogo, promovida pela Universidade de Mogi das Cruzes.
- et al. O contrato fiduciário: considerações preliminares. In: COLÓQUIO DO CENTRO DE PESQUISAS SOCIOSEMIÓTICAS, IV, São Paulo, 1998. Cadernos de Discussão... São Paulo: CPS, 1998, pp. 9-25.
- Gêneros textuais ou tipos de textualização? Comunicação apresentada ao III SIGET, UFSM, Santa Maria, 2005.
- Bases filosófico-discursivas da teoria vygotskiano-bakhtiniana da cultura: alguns elementos. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional Linguagem e Interação - III Colóquio Nacional de Filosofia da Linguagem: Linguagem e Interação, UNISINOS, 2005.
- Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase "parasitária" de uma vertente do gênero de auto-ajuda. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.
- SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo de Bakhtin/Volochnov/Medvedev*. São Paulo, 1999.

- A construção da metalingüística (fragmentos de uma ciência da linguagem na obra de Bakhtin e seu círculo). Tese de doutorado. FFLCH, USP: 2002.
- Signo ideológico. Comunicação no XIII InPLA, LAEL/PUC-SP, 2003.
- Gêneros discursivos em Marxismo e Filosofia da Linguagem. *The Specialist*. São Paulo: CEPRIL/EDUC, v. 24, n. Especial, p. 185-202, 2003.
- SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Estudos Enunciativos: Atividades de Linguagem em Situação de Trabalho. In BRAIT, B., (Org.). *Estudos Enunciativos no Brasil: Histórias e Perspectivas*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2001, pp. 131-146.
- e FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho*. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.
- SPANGLER, D. *Um peregrino em aquário*. São Paulo: Pensamento, 1998.
- STARKER, Steven. *Oracle at the Supermarket: The American Preoccupation with Self-Help Books*. Newbrunswick, New Jersey: Transactions, 1989.
- STEEN, Francis F. Empiricism vs. Rationalism - The Debate Continues. Disponível em: <http://cogweb.ucla.edu/CogSci/Empiricism.html>. Acessado em 23/11/2002.
- STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 177-190.
- TAYLOR, C. *Human Agency and Language*. 7. ed. Cambridge (EUA): Cambridge University Press, 1996.
- *Argumentos Filosóficos*. Tradução: Adail Sobral. São Paulo, Loyola, 2000.
- *As Fontes do Self: A Construção da Identidade Moderna*. Tradução: Adail Sobral e Dinah Abreu. São Paulo: Loyola, 1997.
- TEZZA, C. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. RJ: Rocco, 2003.
- THE INTERNET ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Moral Rationalism. Disponível em: <http://www.utm.edu/research/iep>. Acessado em 18/11/2002.
- TODOROV, Tzvetan. *Le Principe dialogique. Suivi de Écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.
- A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- TREMBLAY, Robert (1988). *Sens et Pouvoir – Fondements pour une sociosémiotique de l’idéologie*. Tese de Doutorado. Université du Québec, Montreal.
- TULLY, JAMES e WEINSTOCK, DANIEL M., (eds.), *Philosophy in an Age of Pluralism: The Philosophy of Charles Taylor in Question*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- TURNDORF, J. *Até que a morte nos separe – a menos que eu te mate antes*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- VALOR ECONÔMICO. Como os gurus brasileiros conquistaram seu espaço. 28/03/2005.
- VATICANO. PONTIFICAL COUNCIL FOR CULTURE. PONTIFICAL COUNCIL FOR INTERRELIGIOUS DIALOGUE. *JESUS CHRIST THE BEARER OF THE WATER OF LIFE*. A Christian reflection on the "New Age". Disponível em: http://www.fides.org/eng/vaticano/pccultura_040203.html. Acessado: 03/04/2003.
- VEJA. Ano 35, n. 45. 12/11/2002. Auto-ajuda que funciona. Editora Abril. Especial, p. 114-124.
- . Ano 36, n. 21. 28/05/2003. A cura pela mente. Editora Abril. Especial, p. 78-85.
- VIAN Jr., O. Sobre o conceito de gêneros do discurso: diálogos entre Bakhtin e a lingüística sistêmico-funcional. In: BRAIT, B. (Org.) *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2001.
- VOLOSHINOV, V. N. (1930). *El signo ideológico y la filosofía del lenguaje*. Trad. Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976. (Há edição brasileira.)
- , *Freudism*. (1927). [Inclui "Discourse in Life and Discourse in Art (Concerning Sociological Poetics)".]. Trad. I. R. Titunik. New York: Academic Press, 1976a.
- , *Freudismo*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- (1929/30). Les frontières entre poétique et linguistique. In : TODOROV, Tzvetan. *Le Principe dialogique. Suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981, p. 243-285.
- (1925). Más allá de lo social. Ensayo sobre la teoría freudiana. In: SILVESTRI, Adriana e BLANCK, Guilherme. *Bajtín y Vigotski: La organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 173-216 .
- (1929). La construcción de la enunciación. In: SILVESTRI, Adriana e BLANCK, Guilherme. *Bajtín y Vigotski: La organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 245-276.
- (1929). Qué es el lenguaje? In: SILVESTRI, Adriana e BLANCK, Guilherme. *Bajtín y Vigotski: La organización semiótica de la conciencia*. Barcelona: Anthropos, 1993, p. 217-243.
- VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WALSH, R. N. e VAUGHAN, F. (Orgs.). *Além do ego*. Dimensões Transpessoais em Psicologia. Trad. Adail Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1991.
- WHITMAN, W. *Song of Myself (Leaves of Grass)*. Edição do autor. Brooklin, New York, 1855.
- WILBER, Ken. *O Espectro da Consciência* Trad.: Octávio Mendes Cajado. 10ª ed.. São Paulo, Cultrix, 1995.
- WITTGENSTEIN, L. *Logisch-Philosophische Abhandlungen/Tractatus Logico-Philosophicus*, Hipertexto da Edição Bilíngüe Ogden. Disponível em: <http://www.kfs.org/~jonathan/witt/tlph.html>.
- *Observações Filosóficas*. Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2005.
- *Philosophical Grammar*. Trad.: Anthony Kenny. Oxford: Blackwell, 1974.
- *Investigações Filosóficas*. Trad.: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- . *Tractatus Logico-Philosophicus*. 2ª .ed. Trad. de Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.
- WORDSWORTH, W. *Intimations of Immortality from Recollections of Early Childhood*. Disponível em:
http://www.everypoet.com/archive/poetry/William_Wordsworth/william_wordsworth_331.htm. Acessado: 02/03/2002.
- YOUNG-SOWERS, M. L. Crise Espiritual: O verdadeiro significado das perdas, das enfermidades e dos sofrimentos da vida. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. [Edição Original: *Spiritual Crisis – What’s Really Behind Loss, Disease, and Life’s Major Hurts*, Copyright (c) 1993 Meredith L. Young-Sowers.] São Paulo: Cultrix, 1995.
- . *Angelic Messenger Cards*. Stillpoint, 1993.
- ZAPATA, RENÉ. *La philosophie russe et soviétique*. Paris: PUF, 1988. (Coleção Que sais-je?).
- ZAPPEN, James P. Mikhail Bakhtin (1895-1975). In: MORAN, Michael G. e BALLIF, Michelle. *Twentieth-Century Rhetoric and Rhetoricians: Critical Studies and Sources*. Westport: Greenwood Press, 2000, p. 7-20.
- ZAVALA, I. Bajtin y el acto ético; uma leitura ao reverso. In: BAJTIN, M. M. (1920-1924) *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos*. Trad. e notas: Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/EDUPR, 1997.
- ZILBERBERG, C. Sémiotique, épistémologie et négativité. In: LANDOWSKY, E. *Lire Greimas*. Limoges: PULIM, 1997, pp. 121-142.
- ZINNA, A. Algirdas Julien Greimas – Entrevista. In: *Versus*, n. 43, janeiro-abril de 1986.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.